



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 018 - QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder em exercício do PC DO B - 2 Vanessa Grazziotin (1) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
		DEM - 5 Líder José Agripino - DEM (2)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	
Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – Ato do Presidente	
Nº 28, de 2011	03227
2 – ATA DA 10ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Adoção pela Presidente da República em 14 fevereiro de 2011, e publicação no dia 15 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 525, de 2011, <i>que altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.</i>	03229
Prejudicialidade do Aviso nº 28, de 2007, tendo em vista a aprovação terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2010, e o seu conseqüente envio à promulgação.	03230
Reconstituição dos Projetos de Lei do Senado nºs 442, de 2003, e 74, de 2007; do Projeto de Resolução nº 5, de 2007; e dos Ofícios nºs S/13, de 1999; e 37, de 2007.....	03230
2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 16, de 2011 (nº 2.150/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.153, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.494, de 2003, sobre irregularidades nas obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e passagem em desnível no Município de Brusque – SC (TC 008.172/2002-8).	03230
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 81, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 10 a 20 de fevereiro do corrente.....	03267
Nº 82, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, solicitando voto de aplauso ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e à Delegada Martha Rocha, nomeada Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.....	03269
2.2.4 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, que <i>estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta §5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)</i>	03270
Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que <i>altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas alternativas no caso de furto de coisa de pequeno valor</i>	03275
Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que <i>acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregadas, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências</i>	03280
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2011-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências</i>	03286
Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado</i>	03288
Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 – O Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência</i>	

de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa..... 03288

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição da aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher. 03290

Projeto de Resolução nº 2, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da indicação de autoridades pelas comissões..... 03292

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 2, de 2011, lido anteriormente. 03295

2.2.6 – Comunicações

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 41/2011, de 16 do corrente)..... 03295

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 42/2011, de 16 do corrente) Designação do Senador Valdir Raupp para ocupar a vaga de 1º suplente, na comissão..... 03295

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do recebimento de denúncias de empresários do Estado de Roraima de que o Governador José Anchieta estaria cometendo irregularidades, e pedindo aos órgãos competentes que policiem as ações desse Governador. 03296

SENADORA MARISA SERRANO, como Líder – Reflexão sobre as reformas política e eleitoral. Críticas ao sistema proporcional adotado nas eleições para as Câmaras de Vereadores, para as Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados. 03297

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da previsão da votação hoje, na Câmara dos Deputados, de proposta que fixa o novo valor do salário mínimo, criticando o Partido dos Trabalhadores, por este se posicionar contra um salário mínimo de R\$600,00. 03299

SENADOR ALVARO DIAS – Repúdio às notícias veiculadas ontem acerca do recuo da oposição, isto é, do PSDB, que teria aderido à proposta das centrais sindicais de um salário mínimo inferior a R\$600,00, salientando que esse valor é uma promessa de campanha que será honrada pelo Partido..... 03299

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Designação da Senadora Marinor Brito para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Ber-

tha Lutz, nos termos do art. 4º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal. 03301

2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA AMELIA – Manifestação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência, salientando que manterá o pedido de urgência para apreciação da matéria, mas aguardará os números do Governo sobre o impacto que a referida proposição poderia causar às contas públicas..... 03302

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal **O Globo**, sobre o projeto do chamado trem de alta velocidade, de custo elevado, que, segundo S. Exª, desmentiria o discurso de austeridade do projeto, adiantando que encaminhará requerimento, oportunamente, solicitando audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura para analisar o tema em questão. 03303

SENADOR PAULO BAUER – Retrospecto da carreira política de S. Exª e reafirmação dos compromissos apresentados na última campanha eleitoral e posicionamento como Senador pelo PSDB, integrante da Oposição..... 03304

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Formalização de projeto de lei que altera o art. 306 da Lei nº 9.503 do Código Brasileiro de Trânsito, detalhando a pena e ampliando a forma de caracterizar o crime tipificado no citado artigo. 03306

SENADORA LÍDICE DA MATA – Agradecimentos a todos que contribuíram para eleição de S. Exª. Breve registro da trajetória política e dos temas que serão prioritários durante seu mandato. 03307

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Preocupação com a crise política por que passa o Egito, cujo presidente foi recentemente deposto, apelando à diplomacia brasileira para que apoie todas as iniciativas no sentido de que aquele país se torne uma democracia. 03309

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Relato de viagens de S. Exª ao exterior, representando o Senado Federal, no início do recesso de Natal e também em viagens até a semana passada, destacando o sucesso do programa Renda Básica na vila rural Otjivero, na Namíbia..... 03311

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Comentários acerca da necessidade de uma reforma política efetiva..... 03314

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Defesa do legado do Governo Lula. 03315

SENADOR GILVAM BORGES – Relato dos propósitos de S. Exª durante o mandato. 03318

SENADORA MARTA SUPLICY – Defesa de que seja preservada, no Governo Dilma, a regra

para fixação do salário mínimo acordada entre as centrais sindicais e o Governo Lula, destacando sua importância para o equilíbrio fiscal. 03320

SENADOR VITAL DO REGO, como Líder – Conclusão do pronunciamento feito na sessão de ontem, por S. Ex^a, sobre o contingenciamento orçamentário determinado pela Presidente Dilma Rousseff. 03321

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 Item único

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*. Discussão adiada para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do **Requerimento nº 83, de 2011**. 03322

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre a importância da fruticultura para a economia da Amazônia, defendendo propostas, contidas em projetos de lei de autoria de S. Exa., voltadas para o seu desenvolvimento. 03323

2.4.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 80, de 2011, lido em sessão anterior. **Aprovado**, após **Parecer nº 16, de 2011-PLEN** (Relator: Senador Demóstenes Torres). 03327

2.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Considerações sobre a veiculação de matérias jornalísticas informando que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) pretende instalar um sistema de fiscalização remoto, vinculado à estrutura da empresa, para ter acesso a informações sobre todas as chamadas telefônicas efetivadas e recebidas por consumidores. Críticas a proposta apresentada pelo ex-Ministro Franklin Martins que tem como objetivo estabelecer um marco regulatório da comunicação. 03330

SENADOR PAULO DAVIM – Críticas ao projeto do novo Código Florestal Brasileiro. 03330

2.4.4 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Comunicação de que a TV Senado iniciou, em Brasília, transmissões digitais para telefones celulares e que, em breve, deverá ser a primeira televisão brasileira a fazer multiprogramação e a transmitir quatro canais simultaneamente. 03334

Comunicação acerca dos procedimentos adotados pela Mesa para inclusão de matérias em Ordem do Dia e para a sua divulgação. 03335

Comunicação de que, a sessão de amanhã, quinta-feira, será não deliberativa. 03335

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR CASILDO MALDANER – Proposta do pagamento de um adicional aos aposentados que continuarem a trabalhar e a contribuir com a previdência. 03336

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Congratulações ao Professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, por sua eleição ao cargo de Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Destaque para a política de ampliação do ensino técnico, iniciada durante o Governo Lula. 03338

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Necessidade de uma ampla reforma política no Brasil. 03341

SENADOR JAYME CAMPOS – Importância da agropecuária para a economia brasileira. 03345

SENADOR IVO CASSOL – Relato das principais realizações de S. Ex^a durante sua vida pública e dos temas que serão prioritários em seu mandato nesta Casa. 03347

SENADORA MARINOR BRITO, como Líder – Alerta para a existência de uma rede de tráfico de pessoas para fins de retirada e comercialização de órgãos, que atinge o Brasil. Defesa da criação de uma CPI para investigar o assunto. 03350

SENADOR PAULO PAIM – Registro de entrevista do Governador Tarso Genro ao jornal **ABC**, do Vale dos Sinos, em que apresenta sua visão e as estratégias para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Apelo em favor da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. 03352

SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro de audiência com a direção da CEF para tratar das novas metas na área de habitação para o Estado do Piauí e de entendimento com o Ministro dos Portos, Leônidas Cristino, para que o Governo Federal priorize a obra de dragagem do Porto de Luis Correia. 03357

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Apelo para apreciação do resultado do referendo que trata da mudança de horário no Estado do Acre, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 03359

2.4.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO AMORIM – Testemunho da incansável luta do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais em melhor distribuir a prestação jurisdicional ao povo brasileiro. 03360

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

3.1 – Republicação de Requerimento

Nº 1, de 2011, para fazer constar assinatura da Senadora Angela Portela. 03361

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 16-2-2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 28, DE 2011

Institui Comissão para elaborar Anteprojeto de Reforma Política.

Considerando que nos últimos anos o País cresceu nas áreas econômica e social, mas não conseguiu realizar uma Reforma Política, anseio nacional;

Considerando a necessidade de fortalecimento dos partidos para a maturidade do sistema político brasileiro;

Considerando o início da atual legislatura e que a Reforma Política do País é demanda urgente na retomada dos trabalhos da Casa;

Considerando a necessidade preliminar de ouvir os pensadores políticos e demais representantes da sociedade civil para, com a realização de audiências públicas para debater o tema, oferecer ideias e sugestões;

Considerando, ainda, as iniciativas bem-sucedidas que já foram realizadas no Senado Federal sobre outras matérias de relevo nacional;

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para elaboração de Projeto de Reforma Política, composta pelos Senadores titulares Francisco Dornelles, Itamar Franco, Fernando Collor, Aécio Neves, Roberto Requião, Luiz Henrique, Wellington Dias, Jorge Viana, Demóstenes Torres, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia, e os Senadores suplentes Humberto Costa, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia e Vicentinho Alves.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Senador Francisco Dornelles.

Art. 2º À Comissão para elaboração de Projeto de Reforma Política incumbe:

- I – analisar as matérias sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional;
- II – realizar audiências públicas com especialistas no tema;
- III – elaborar relatórios mensais;
- IV – elaborar relatório final;
- V – apresentar anteprojeto sobre a matéria.

Art. 3º Para desenvolver suas atividades, a Comissão para elaboração de Anteprojeto de Reforma Política poderá:

- I – utilizar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS;
- II – solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa;
- III – indicar até dez especialistas no assunto, nacionalmente reconhecidos, para apoiar seus trabalhos.

Parágrafo único. A participação dos especialistas de que trata o inciso III do **caput** não será remunerada a qualquer título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de fevereiro de 2011 – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 10ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 16 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, do Senhor Wilson Santiago, da Srª Vanessa Grazziotin; dos Srs. Pedro Taques, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg e Paulo Davim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 20 horas e 10 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

10ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/2/2011 07:36:59 até 16/2/2011 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Senhora Presidente da República adotou, em 14 de fevereiro de 2011, e publicou no dia 15 de fevereiro do mesmo ano, a **Medida Provisória nº 525, de 2011**, que “Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa	Inácio Arruda
Magno Malta	Marcelo Crivella
Acir Gurgacz	Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	Lídice da Mata

Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	Paulo Davim
Francisco Dornelles	
Eduardo Amorim	
Sérgio Petecão	

PSDB

Alvaro Dias

PTB

Gim Argello	João Vicente Claudino
-------------	-----------------------

DEM

José Agripino

*PSOL

Marinor Brito

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira	José Guimarães
Arlindo Chinaglia	Henrique Fontana

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Mendes Ribeiro Filho	Almeida Lima

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Ana Arraes	Osmar Júnior
Jovair Arantes	

PSDB

Duarte Nogueira

Bloco (PP/PSC/PMN)

Nelson Meurer	Ratinho Junior
---------------	----------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
-------------------------------	-------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo
------------------	------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno
--------------	--------------

*PSOL

Chico Alencar	Ivan Valente
---------------	--------------

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 15-2-2011
- Designação Prevista da Comissão: 16-2-2011(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 17-2-2011
- Emendas: até 21-2-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 15-2-2011 a 28-2-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 28-2-2011
- Prazo na CD: de 1º-3-2011 a 14-3-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 14-3-2011
- Prazo no SF: de 15-3-2011 a 28-3-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 28-3-2011
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 29-3-2011 a 31-3-2011 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 1º-4-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 15-4-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Tendo em vista a aprovação, terminativamente, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2010**, e o conseqüente envio à promulgação, fica prejudicado o **Aviso nº 28, de 2007**, referente à mesma matéria, uma vez que a alteração do controle societário referente à TV Juiz de Fora Ltda. já consta do mencionado Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência, nos termos do art. 267 do Regimento Interno, determina a reconstituição das seguintes matérias:

- Projetos de Lei do Senado nºs 442, de 2003; e 74, de 2007;
- Projeto de Resolução nº 5, de 2007; e
- Ofícios nºs S/13, de 1999; e 37, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 16, de 2011** (nº 2.150/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.153, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.494, de 2003, sobre irregularidades nas obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e passagem em desnível no Município de Brusque – SC (TC 008.172/2002-8).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 16, DE 2011

Aviso nº 2150-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 24 de novembro de 2010.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.172/2002-8, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 24/11/2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente,


UBIRATAN AGUIAR
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF

ACÓRDÃO Nº 3153/2010 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-008.172/2002-8 (com 12 volumes e 1 anexo) (Apensos: TC-004.588/2003-0 e TC-004.002/2005-4)
2. Grupo II – Classe I – Recurso de Reconsideração
3. Recorrentes: **Ciro Marcial Roza** (ex-prefeito) – CPF 183.733.727-68, **Cesar Morilo Roza** – CPF 049.558.549-15, **Edson Leomar Comandoli** – CPF 717.168.319-20, **Elias da Luz** – CPF 642.222.339-00, **Jefferson Silveira** – CPF 786.075.409-63, **Sandra Bertoldi Bertolini** – CPF 628.948.549-00 (ex-membros da Comissão Especial de Licitação) e **EIT – Empresa Industrial Técnica S/A** – CNPJ 08.402.620/0035-08.
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Brusque/SC
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidades Técnicas: Secex/SC, Secob e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: **Alexandre Aroeira Salles** (OAB/MG 71.947), **Patrícia Güércio Teixeira** (OAB/MG 90.459), **Ariadna Augusta Eloy Alves** (OAB/DF 20.085), **Márcio Rogério de Medeiros** (OAB/SC 12.476), **Francisco de Freitas Ferreira** (OAB/MG 89.353), **Tathiane Vieira Viggiano Fernandes** (OAB/DF 27.154), **Renata Aparecida Ribeiro Felipe** (OAB/MG 97.826), **Nayron Sousa Russo** (OAB/MG 106.011), **Érlon André de Matos** (OAB/MG 103.096), **Fernando Antônio dos Santos Filho** (OAB/MG 116.302), **Flávia da Cunha Gama** (OAB/MG 101.817), **Mariana Barbosa Miraglia** (OAB/MG 107.162), **Cristiano Nascimento e Figueiredo** (OAB/MG 101.334), **Vitor Magno de Oliveira Pires** (OAB/MG 108.997), **Alexandre Ferreira Mourão** (OAB/MG 116.292), **André Guimarães Cantarino** (OAB/MG 116.021), **Milene Lúcia Vianna de Paula** (OAB/MG 115.278), **Clara Sol da Costa** (OAB/MG 115.937), **André Naves Laureano Santos** (OAB/MG 112.694) e **Cynthia Póvoa de Aragão** (OAB/DF 22.298).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33 e 58, inciso III, da Lei nº 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, tornando insubsistente o item 9.1.1 e alterando os itens 9.1.2, 9.2, 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário, que passam a ter a seguinte redação:

*“9.1.2 **Ciro Marcial Roza**, solidariamente com a empresa **EIT – Empresa Industrial Técnica S/A**, na pessoa do seu representante legal, pela quantia de R\$ 605.438,48 (seiscentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos);*

9.2. aplicar aos responsáveis abaixo elencados a multa prevista nos normativos especificados, pelos valores discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a” do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizados monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento:

*9.2.1 **Ciro Marcial Roza** - fundamento: art. 57 da Lei nº 8.443/92; valor R\$ 14.000,00 (catorze mil reais);*

9.2.2 Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini - fundamento: art. 58, inciso III, da Lei nº 8.443/92; valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais), individualmente”;

9.2. notificar os recorrentes do teor desta deliberação; e

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, para: o Ministério Público da União; a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; o Ministro da Integração Nacional; o Ministro dos Transportes; a Presidente da Caixa Econômica Federal; o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; a Câmara Municipal de Vereadores de Brusque/SC; Valmir Coelho Ludvig, Júlio Atanásio Gevaerd e Ademir Brás de Souza, vereadores do Município de Brusque/SC; e o Juiz Federal Edilberto Barbosa Clementino, da 2ª Vara Federal de Blumenau da Seção Judiciária de Santa Catarina.

10. Ata nº 46/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 24/11/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3153-46/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE I - PLENÁRIO

TC-008.172/2002-8 (com 12 volumes e 1 anexo)

(Apenso: TC-004.588/2003-0, TC-010.143/2004-0, TC-004.002/2005-4, TC-013.237/2006-8, TC-015.986/2007-8 e TC 010.761/2009-1)

Natureza: Recurso de Reconsideração

Unidade: Prefeitura Municipal de Brusque/SC

Recorrentes: Ciro Marcial Roza (ex-prefeito), Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini (ex-membros da Comissão Especial de Licitação) e EIT – Empresa Industrial Técnica S/A

Sumário: RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO EM PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, ORIGINÁRIO DE REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC. OBRAS DE PROLONGAMENTO DO CANAL EXTRAVASOR DO RIO ITAJAÍ-MIRIM E PASSAGEM EM DESNÍVEL. CONCORRÊNCIA. SUPERFATURAMENTO. SOBREPÊÇO NO ORÇAMENTO DA OBRA E NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO CAPAZ DE DESCONSTITUIR OS FUNDAMENTOS DO JULGAMENTO PELA IRREGULARIDADE. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAL COM LAUDO PERICIAL DA OBRA. ALTERAÇÃO DOS VALORES DO SUPERFATURAMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ALTERAÇÃO DOS MONTANTES DE DÉBITO E MULTA.

RELATÓRIO

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos por Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini, por intermédio de procurador regularmente constituído (fls. 01/39, v. 11), e pela EIT – Empresa Industrial Técnica S/A (fls. 02/34, v. 12) contra o Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário, que decidiu, entre outras medidas, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 4º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU:

“9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar os responsáveis, abaixo elencados, ao pagamento das quantias especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’ do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 20/12/2001 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1 Sr. Ciro Marcial Roza, Prefeito Municipal, solidariamente com os Srs. Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini, membros da Comissão Especial de Licitação, e com a empresa ‘EIT - Empresa Industrial Técnica S/A’, na pessoa

do seu representante legal, pela quantia de R\$ 105.143,41 (cento e cinco mil e cento e quarenta e três reais e quarenta e um centavos);

9.1.2 Sr. *Ciro Marcial Roza, Prefeito Municipal, solidariamente com a empresa 'EIT - Empresa Industrial Técnica S/A', na pessoa do seu representante legal, pela quantia de R\$ 1.190.879,62 (um milhão, cento e noventa mil e oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos);*

9.2. *aplicar aos responsáveis abaixo elencados a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, pelos valores especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea 'a' do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizados monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento:*

9.2.1 *Sr. **Ciro Marcial Roza, Prefeito Municipal: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);***

9.2.2 *Srs. **Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini, membros da Comissão Especial de Licitação: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), individualmente;***

9.3 *autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;*

9.4 *determinar ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério dos Transportes e à Caixa Econômica Federal, que somente repassem recursos para as Obras do Prolongamento do Canal Extravador do Rio Itajaí-Mirim e Passagem em desnível, no Município de Brusque (SC), constantes do Contrato nº 246/01, firmado entre a Prefeitura Municipal de Brusque e a empresa 'EIT - Empresa Industrial Técnica S/A', que incluem serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes numa extensão de 26,8km, além da Ponte Irineu Bornhausen, Viaduto sobre a Ponte Irineu Bornhausen, Ponte de 70m sobre o Rio Itajaí-Mirim e Ponte de 30m sobre o Rio Guabiruba, no caso de a Prefeitura de Brusque anular a Concorrência nº 05/01 e o Contrato nº 246/2001 dela decorrente, realizando nova licitação sem os vícios ora apontados;*

9.5 *determinar à Secex/SC que realize as diligências necessárias para a verificação se as medições nºs 05 a 08, relativas a abril a julho de 2002, já foram pagas e se o foram com recursos federais. Em caso positivo, que represente a este Tribunal, informando o órgão que realizou o repasse e o valor do superfaturamento decorrente dessas medições, adotando como parâmetro os preços definidos como de mercado nesta oportunidade;*

(...)"

2. Este acórdão foi proferido em processo de tomada de contas especial proveniente da conversão, por meio da Decisão nº 1.577/2002 – Plenário, da representação formulada por vereadores de Brusque/SC sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 05/2001, efetivada pela prefeitura daquele município para a realização de obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim.

3. Após examinar os argumentos dos recorrentes, a analista da Serur elaborou a instrução que reproduzo em seguida (fls. 55/68, v. 11):

"(...)

Breve histórico

2. Com o objetivo de apurar as possíveis irregularidades anunciadas em sede de Representação, foi realizada inspeção pela Secex/SC junto à P.M. de Brusque (SC), cujo relatório, apreciado pelo E. Plenário na Sessão de 20/11/2002, ensejou a já mencionada Decisão nº 1.577/2002, que determinou, além da conversão dos autos em TCE, a suspensão cautelar do repasse de recursos federais para as obras contempladas pelo Contrato nº 246/2001, celebrado entre o município e a empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, em decorrência da Concorrência nº 05/2001, e da execução da mencionada avença, ordenando, ainda, a citação dos responsáveis pelos débitos então

apurados, além da audiência dos mesmos em relação às seguintes irregularidades, observadas no mencionado certame:

'a.1) irregularidades no processo licitatório - itens 6 a 32 e 50 a 55 [do Relatório de Inspeção];

a.1.1) dotação orçamentária insuficiente;

a.1.2) orçamento com preços acima de mercado;

a.1.3) falta de julgamento das impugnações apresentadas;

a.1.4) violação ao art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93;

a.1.5) violação ao art. 21, § 3º, da Lei nº 8.666/93;

a.1.6) habilitação de licitante que não cumpriu as exigências de qualificação econômico-financeira;

a.1.7) aceitação de proposta da vencedora com preços unitários manifestamente inexequíveis;

a.1.8) não-divisão da licitação em parcelas técnica e economicamente viáveis;

a.1.9) ausência de correlação entre os quantitativos licitados e os quantitativos do projeto executivo desenvolvido para a Ponte Irineu Bornhausen;

a.2) superestimativa nos quantitativos de pavimentação, drenagem e obras-de-arte correntes - itens 33 a 49 [do Relatório de Inspeção];

a.3) sobrepreço em diversos itens da proposta da empresa EIT (armadura aço CA-50, formas de madeira, muro de contenção de terra armada, enleivamento, caixa coletora de esgoto, sarjeta triangular de concreto, defesa singela semi-maleável) - item 73 [do Relatório de Inspeção];

a.4) sobrepreço nos serviços de pavimentação no valor de R\$ 19.936.299,19 - itens 67 a 72 [do Relatório de Inspeção];... (fls. 179/180, v. p.).

2.1 As alegações de defesa e as razões de justificativa então apresentadas (fls. 1660/1611, 1682/1685 e 1687/1691, v. 10) lograram justificar, apenas, a irregularidade indicada na alínea 'a.1.7', retrocitada, e não se referiram aos fatos indicados na alínea 'a.3' **retro** (fls. 1692/1710, v. 10). O valor do débito, originalmente apurado (R\$ 116.401,45 e R\$ 1.298.717,19; fl. 179, v. p.), foi reduzido, posto que o Ministro-Relator considerou, no Voto condutor do **decisum** (v., em especial, itens 9, 11 e 12, fls. 1730/1732, v. 10), que as produtividades de uma obra urbana não podem, de fato, ser consideradas idênticas às de uma obra rodoviária, onde as interferências são normalmente menores. Desse modo, procedendo-se a uma avaliação, reconhecidamente bastante conservadora - vez que utilizados, como parâmetro, dados relativos ao Rodoanel em São Paulo e, ainda, relevado o fato de que diversas áreas próprias para instalação de canteiros para máquinas e equipamentos eram muito próximas (menos de 1 km) da rodovia estadual que dá acesso ao Município - os preços do Sicro (Sistema de Custos Rodoviários instituído pelo então Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER) foram ajustados, resultando na alteração dos valores do débito inicialmente indicados (R\$ 105.143,41 e R\$ 1.190.879,62; fl. 1739, v. 10).

Da admissibilidade:

3. O exame dos autos permite ratificar as análises prévias de admissibilidade constantes às fls. 44, v. 11, e 17/18, v. 12. Cabe assinalar que o Ministro-Relator acolheu a proposta de conhecimento do recurso interposto pelos Srs. Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini e, no tocante à empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, determinou o conhecimento da irrisignação (v. fls. 46, v. 11, e 35, v. 12). Assim, devem os feitos ser conhecidos, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16/07/1992.

Das alegações apresentadas pelos Srs. Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini (v. 11):

4. Após proceder a uma retrospectiva dos fatos (fls. 1/8, v. 11), os recorrentes suscitam seis questões prejudiciais, a seguir relacionadas, acompanhadas, em apertada síntese, das respectivas alegações:

a) ausência do contraditório e da ampla defesa (fls. 09/11, v. 11): entendem os recorrentes que, somente após analisar as alegações de defesa, poderiam ser os autos convertidos em Tomada de Contas Especial e que esta, na qualidade de processo administrativo, somente poderia ser instaurada 'com base na lei e para preservá-la' (fl. 10, v. 11);

b) impropriedade do julgamento, em face do objeto (fls. 11/16, v. 11): trazendo à colação as disposições constantes dos incisos I, II e V do artigo 1º da Lei nº 8.443, de 1992, e buscando arrimo em lições doutrinárias sobre as características do controle e o regime jurídico dos tribunais de contas, os recorrentes asseveram que o Tribunal exorbitou as atribuições que lhe foram constitucional e legalmente cometidas, posto que não julgou conta pública, mas, sim, deliberou sobre a regularidade de procedimento licitatório promovido por entidade que não lhe é jurisdicionada;

c) ilegitimidade da imputação de multa (fls. 16/17, v. 11): como consequência da preliminar anterior, à mingua do exercício inerente à sua competência constitucional, o Tribunal estaria impossibilitado de aplicar sanção aos recorrentes, sob pena de agir de maneira discricionária e de pretender usurpar a competência jurisdicional própria do Poder Judiciário;

d) impropriedade processual (fls. 17/21, v. 11):

d.1) o Tribunal 'não instaurou tomada de contas especial, para realizar auditoria' naquele município, e não orientou ou determinou à Administração Municipal que adotasse tal procedimento, tendo a equipe do TCU sugerido a oitiva do gestor municipal, sem averiguar quem efetivamente praticou os atos inquinados. Ademais, não constou dos ofícios de citação ou de audiência a informação de que o Tribunal houvera convertido o processo em tomada de contas especial, ou que caberia à Prefeitura fazê-lo, nem se alertou ao ente municipal sobre os direitos e garantias constitucionais e as implicações produzidas pela Lei Orgânica do TCU, de sorte que o chefe do executivo municipal e bem assim os membros da comissão de licitação atenderam os expedientes oficiais como se fora mais uma diligência;

d.2) A TCE obriga ao cometimento de atos intermediários e preparatórios, donde devem constar elementos com grau de precisão necessário ao julgamento, o que não ocorreu, pois houve falhas processuais caracterizadas pela ausência dos elementos previstos nos incisos IV, V, VII e X da Instrução Normativa nº 13, de 04 de dezembro de 1996 (Relatório do Tomador das Contas, Certificado de Auditoria, cópia de relatório de Comissão de Sindicância ou de inquérito e outro elemento que permita ajuizamento da responsabilidade pelo dano ao Erário), em afronta ao disposto no art. 198 do Regimento Interno do Tribunal c/c o citado ato normativo;

e) impropriedade da identificação do responsável (fls. 21/25, v. 11): a responsabilidade não pode ser deduzida e nem presumida. A Lei Orgânica do TCU, por sua vez, não estabelece que é responsável o titular de órgão ou entidade pública, pelo simples fato de ser o superior hierárquico de quem tenha dado causa a ilícito. Não consta dos autos a descrição pormenorizada da auditoria desenvolvida que possibilite identificar os atos entendidos pela auditoria como irregulares que, praticados por órgãos de apoio municipais, tiveram repercussão sobre o ato administrativo final (homologação/adjudicação) pelo Prefeito Municipal, nem mesmo como os membros da comissão de licitação podem ter influenciado para o cometimento de eventual discrepância, justificadora da impugnação, o que não encontraria suporte nos ensinamentos doutrinários atinentes ao princípio da verdade material, colacionados na peça recursal;

f) não auto-aplicabilidade do artigo 57 da Lei nº 8.443, de 1992 - ausência de discricionariedade (fls. 25/28, v. 11): os dispositivos legais e regulamentares que fundamentaram a aplicação da multa - art. 57 da LOTCU e art. 267 do atual RI/TCU - não deixam transparecer qualquer padrão ou procedimento lógico para que se quantifique os valores impostos - gestor municipal (R\$ 30.000,00) e membros da comissão de licitação (R\$ 5.000,00). A simples previsão legal da sanção não possibilita aplicá-la, se não há 'um mínimo de tipicidade e precisão', num disciplinamento previamente estabelecido, posto que se trata de norma jurídica de eficácia relativa restritiva. Assim é que Marçal Justen Filho leciona, ao tratar da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que o texto legal não pode remeter à Administração

a faculdade de escolher quando e como aplicar cada sanção ali estabelecida. Ademais, a imposição das multas carece de sustentação, vez que estaria prejudicado o próprio contraditório e a ampla defesa, ante a 'mínima falta de parâmetro para saber do que exatamente se está sendo imputado' (fl. 28, v. 11).

4.1 Compulsando os autos, observa-se que, ao receber a Representação formulada por vereadores do Município de Brusque (SC), o Tribunal determinou providências com vistas a certificar-se da aplicação de recursos federais na execução das obras objeto da licitação que era foco das irregularidades anunciadas na exordial. Tal providência, de fundamental importância, destinava-se a verificar se a matéria encontrava-se no campo de atuação da E. Corte de Contas, notadamente considerando que, nos termos insitos no inciso VI do artigo 71 da Constituição Federal, sua competência abrange, *in verbis*: 'fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município'.

4.1.1 Ante a constatação do repasse de recursos federais àquela municipalidade (v. dados consignados à fl. 122, v. p.), prosseguiu-se a instrução do feito, com a realização de inspeção, nos termos previstos pelo art. 41, inciso II, de sua Lei Orgânica, e regulamentados pela Seção X do Regimento Interno aprovado pela Resolução Administrativa TCU nº 153, de 15 de junho de 1993, então vigente, ocasião em que foi examinado o certame licitatório deflagrado para a execução das obras a que se destinavam os recursos federais. Importa ressaltar, ante os questionamentos formulados pelos recorrentes (alíneas 'b' e 'c' do item 4 *retro*), que a licitação em apreço está intrinsecamente relacionada à correta e regular aplicação dos recursos federais, não podendo, por conseguinte, escapar do crivo fiscalizatório da E. Corte de Contas, sob pena de descumprimento de sua missão constitucional. Forçoso frisar, então, que ao beneficiar-se de recursos repassados pela União, a Prefeitura Municipal de Brusque (SC) passou a jurisdicionar-se, no que diz respeito a tais repasses, ao Tribunal de Contas da União, por força dos dispositivos constantes dos artigos 70, parágrafo único, e 71, incisos II, VI e VIII, da Constituição Federal e bem assim do artigo 1º, incisos I e IX, da Lei nº 8.443, de 1992.

4.2 No que tange às questões processuais suscitadas, cumpre esclarecer que o expediente endereçado por vereadores de Brusque (SC) ao Tribunal foi recebido com amparo na Resolução nº 136, de 30 de agosto de 2000, a qual, ao estabelecer procedimentos para recebimento, autuação e tramitação de processos e documentos, determinou, em seus artigos 68 e 69, inciso IV e § 1º, que os expedientes originários de autoridades legitimadas para representar ao TCU, aí inseridas as câmaras municipais, seriam autuados como representação, com aplicação de determinados dispositivos constantes do Regimento Interno, então vigente, entre os quais, o § 3º do artigo 212, que dispunha sobre a observância, em processos de denúncia, dos procedimentos prescritos nos artigos 194 a 197 daquele Regimento. O mencionado artigo 197, integrante da Seção IV, que tratava de Fiscalização de Atos e Contratos, prescrevia, *in verbis*: 'Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial...'.

4.2.1 Tem-se, então, que a transformação dos presentes autos em tomada de contas especial foi feita em consonância com os atos normativos aplicáveis ao caso, assim como, de acordo com o art. 153 do Regimento Interno então vigente, foram chamados os responsáveis a apresentar as alegações de defesa e razões de justificativa alusivas às irregularidades constatadas. A propósito da citação e das audiências dos responsáveis, cumpre observar que os respectivos ofícios foram acompanhados de cópias da Decisão nº 1.577/2002, que converteu os autos em TCE, e do Relatório de Inspeção, contendo a descrição minudente de todas as constatações, as quais foram devidamente referenciadas nos expedientes em apreço, onde constaram, expressamente, observações sobre o teor dos mesmos e as consequências legais decorrentes de seu não-atendimento (fls. 190/197 e 198/203, v. p.).

4.2.2 Note-se, ademais, que os elementos exigidos pela IN/TCU nº 13, de 1996, a que se reportam os recorrentes, são relativos a procedimentos aplicáveis aos processos de tomada de contas especial

instaurados por autoridade competente, no âmbito das unidades jurisdicionadas ao Tribunal, inexigíveis no caso de processos de fiscalização realizados pelo próprio Tribunal, cujos Relatórios, elaborados de acordo com os atos normativos internos, devem, necessariamente, conter os elementos indispensáveis ao julgamento das respectivas contas. Assinale-se, por fim, que é descabido o entendimento que os recorrentes parecem defender, no sentido de que a tomada de contas especial poderia ser instaurada pelo gestor municipal, vez que, por tratar-se de recursos federais descentralizados, a autoridade competente a que se refere o texto legal é o ordenador de despesas ou autoridade superior. Improcedentes, portanto, os argumentos indicados nas alíneas 'a' e 'd' do item 4 **retro**.

4.3 Quanto à identificação do responsável (alínea 'e' do item 4 desta instrução), não há reparos a fazer à definição de responsabilidade promovida pelo Tribunal, seja porque o Prefeito Municipal celebrou o Convênio nº 220/2001 com o Ministério da Integração Nacional (fls. 1469/1477, v. 9), seja porque homologou e adjudicou a licitação impugnada (fl. 53, v. p.). No tocante aos membros da Comissão de Licitação, não há como elidir a responsabilidade dos mencionados agentes, notadamente considerando as irregularidades apuradas, cujo elenco consta do item 2 desta instrução. Importante observar, neste sentido, que o Ministro-Relator da deliberação recorrida, diante da proposta formulada pela Unidade Técnica no sentido de que fossem citados, pelo valor total do débito, o Prefeito, os membros da Comissão de Licitação e a empresa executora da obra, ocupou-se em evidenciar, no voto condutor da já mencionada Decisão nº 1.577/2002, que a parte do débito decorrente da execução da obra não poderia ser impingida aos membros daquela Comissão (fl. 177, v. p.).

4.4 Por fim, no tocante à aplicação da multa (alínea 'f' do item 4 **retro**), é imperioso observar que a cominação de que trata o artigo 57 da Lei nº 8.443, de 1992, de origem constitucional (v. art. 71, inciso VIII, do Texto Mor), tem relação proporcional com o dano causado, podendo chegar até 100% do mesmo. Conforme mencionamos anteriormente, o débito atribuído aos responsáveis arrolados no processo foi dividido em duas partes pelo Ministro-Relator, a saber: a primeira, atribuída, solidariamente, aos membros da Comissão, ao Prefeito e à empresa, correspondente ao superfaturamento gerado pelo sobrepreço dos itens da proposta da empresa vencedora, multiplicado pelas quantidades inicialmente contratadas; e a segunda, imputada ao Prefeito e à empresa, também solidariamente, alusiva ao superfaturamento gerado pelo aumento nas quantidades durante a execução do contrato (fl. 177, v. p.). Nos termos da condenação, ora vergastada, a primeira parte do débito foi da ordem de R\$ 105.143,41 (cento e cinco mil, cento e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), enquanto a segunda, de R\$ 1.190.879,62 (um milhão, cento e noventa mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos), (fl. 1739, v. p.), de maneira que a diferenciação de valores da multa decorre da própria diferença das condenações. Desse modo, temos que não cabe acolher os apelos alusivos aos valores das apenações nem mesmo à alegada falta de parâmetro para identificação das razões da imputação, ante a minudente discriminação do débito promovida pelo Relator da matéria.

5. No mérito, os recorrentes abordam os seguintes pontos: a) boa-fé dos agentes envolvidos (fls. 28/30, v. 11); b) abrangência das atribuições da Comissão de Licitação (fls. 30/33, v. 11); c) regularidade da licitação e do respectivo contrato (fls. 33/36, v. 11); e d) inclusão indevida dos recorrentes e da empresa EIT no Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas pelo Tribunal - CADIRREG (fls. 36/37, v. 11).

5.1 Quanto à boa-fé dos agentes (alínea 'a', item 5 **retro**), os suplicantes entendem que a mesma estaria evidenciada por não haver sido demonstrada a lesividade ao Erário ou à moralidade administrativa, 'já que a obra foi parcialmente executada até a sua suspensão' e que foram apontadas, apenas, 'hipóteses presumíveis que poderia ter havido dirigismo pelo simples fato da eventual rapidez com que a licitação foi desenvolvida em sua fase externa' (*sic*, fls. 28/29, v. 11). Citando ensinamentos de Marçal Justen Filho sobre o princípio da moralidade, defendem que não se pode asseverar que tal princípio foi infringido, já que não ficou demonstrada qualquer lesão a algum

interesse jurídico (fl. 29, v. 11). Concluem tecendo comentários sobre a importância da obra para a comunidade brusquense e sobre a motivação dos agentes envolvidos no certame, a saber, agilizá-lo para evitar os invariáveis prejuízos que anualmente assolavam a população, em face das cheias.

5.1.1 Acerca dessa questão, entendemos que os argumentos trazidos não são suficientes para evidenciar a boa-fé dos responsáveis nem mesmo para sustentar as assertivas concernentes à ausência de lesividade ao Erário, à moralidade administrativa ou a algum interesse jurídico, conforme teremos oportunidade de comentar ao longo desta análise. Nesse interim, apenas para ilustrar as razões desse posicionamento, lembramos que, além das questões relativas aos preços e quantitativos superestimados, a licitação foi desflagrada quando a P.M. de Brusque contava com dotação orçamentária correspondente a apenas 2,4% do valor total orçado e houve restrição ao caráter competitivo do certame, evidenciada pela não apreciação e julgamento das impugnações ao edital apresentadas por cinco empresas que anunciavam dificuldades em adquirir o edital, questionavam exigências relativas à Qualificação Técnica e Econômico-Financeira, desrespeito ao prazo legalmente estabelecido para apresentação das propostas, entre outros aspectos (fl. 124, v. p.).

5.2 Sobre a responsabilidade dos membros da Comissão de Licitação (alínea 'b', item 5 **retro**), os suplicantes apresentam um elenco das irregularidades apuradas pela equipe de auditoria e das incumbências específicas daquele colegiado, definidas pelo artigo 51 da Lei nº 8.666, de 1993, para asseverar que a verificação da compatibilidade dos preços da planilha fornecida pelo departamento próprio da Prefeitura, a conveniência ou oportunidade do certame, a decisão de fracionar a licitação em certames menores ou mesmo a verificação da eventual superestimativa de quantitativos de determinados itens da obra estariam fora das atribuições do mencionado grupo, cuja função era, estritamente, verificar o atendimento, pelas concorrentes, dos dispositivos do Edital nº 05/2001 (fls. 30/31, v. 11). Alinhado a tal entendimento estaria, segundo afirmam, o Acórdão nº 580/2002, proferido pela E. 2ª Câmara, consoante excertos do respectivo voto condutor, ali colacionados (fls. 32/33, v.11).

5.2.1 Quanto a esse ponto, cabe considerar, de início, que a interpretação restritiva que os recorrentes buscam emprestar aos dispositivos constantes do art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, carece de sustentação lógica e legal. Não se pode olvidar que a licitação, nos termos estabelecidos no artigo 3º do citado diploma legal, destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, à luz dos princípios que lhes são aplicáveis e que, para tanto, o julgamento das propostas oferecidas pelos licitantes não pode prescindir da verificação da compatibilidade dos preços, sob pena de tornar-se o colegiado um mero classificador de ofertas.

5.2.2 É importante lembrar, ademais, que a responsabilização solidária por todos os atos praticados pela comissão, nos termos definidos pelo § 3º do citado artigo 51, alcança, inclusive, a omissão de seus membros, os quais somente podem ter elidida sua responsabilidade se, expressamente, registrarem sua discordância dos atos porventura praticados em desacordo com os princípios legais e administrativos pertinentes.

5.2.3 Desse modo, se não atendidos os requisitos legalmente estabelecidos para o processamento da licitação (art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993), não se pode conceber o prosseguimento do feito, sob pena de desrespeito ao princípio da legalidade. Sobre este aspecto, não vemos como afastar a responsabilidade da comissão, em face da ausência de projeto básico contendo os elementos necessários à perfeita definição do objeto licitado, fato que, aliado aos elevados índices de superdimensionamento dos quantitativos (há variações da ordem de 145% a 509%; fl. 131, v. p.) e bem assim do superfaturamento de preços (mantidos em patamares significativos mesmo considerando as peculiaridades da obra; fl. 1736, v. 10), possibilitou o jogo de planilha que resultou em dano ao Erário. Necessário esclarecer, nesta ocasião, que não se trata de atribuir à Comissão de Licitação a incumbência de elaborar e/ou rever todo o orçamento da obra, mas de proceder às verificações da adequabilidade do projeto e dos custos estimados para sua realização. Nessa linha de raciocínio, podem ser colacionadas deliberações do Tribunal, onde a responsabilidade dos membros de comissões de licitação foi corroborada (v.g. Acórdão nº 112/2002-TCU-2ª Câmara, in Ata nº

09/2002; Decisão nº 176/2002-TCU-2ª Câmara, *in* Ata nº 13/2002) ou elidida (v.g. Acórdão nº 1489/2003-TCU-Plenário, *in* Ata nº 39/2003, além da deliberação invocada pelos recorrentes), de acordo com os diversos fatores avaliados nas situações concretas ali examinadas.

5.2.4 Deve ser considerado, por fim, que a própria verificação do atendimento, pelos concorrentes, dos dispositivos do edital, que seria função estrita do grupo, segundo destacam os próprios recorrentes, não foi levada a bom termo, vez que foi habilitada licitante que não cumpriu as exigências de qualificação econômico-financeira, estabelecidas no instrumento convocatório, o que é reconhecido pelos próprios recorrentes, quando buscam, sem êxito, justificar o procedimento, alegando que não houve prejuízo ao certame (fl. 35, v. 11).

5.3 Relativamente à lisura do certame licitatório e do respectivo contrato (alínea 'c', item 5 retro), os recorrentes inauguram seu arrazoado ressaltando que a obra contratada é do tipo empreitada integral, onde o contratado é obrigado por um preço fixo, certo e devidamente ajustado, a entregar o empreendimento em sua integralidade e totalidade, de sorte que os preços unitários dos serviços seriam irrelevantes, importando, apenas, a economia global. Em tais circunstâncias, prosseguem, as oscilações de preços orçados são absolutamente normais, vez que as planilhas de preços apresentadas pelas licitantes são elaboradas de acordo com a totalidade da obra a ser executada, condicionada a diversas variantes, sendo que o valor de cada item é apresentado levando em consideração o todo. Assim, desde que o preço global não supere o limite razoável, não cabe asseverar que houve aceitação de proposta com preços unitários manifestamente inexequíveis, nem mesmo falar que a empresa vencedora teria o interesse em praticar o denominado 'jogo de preços' (fls. 33/34, v. 11). As irregularidades apuradas pelo Tribunal estariam, então, desconstituídas, vez que:

a) foi comprovada a existência de dotação orçamentária suficiente para a execução da obra, que constava, inclusive do Plano Plurianual, conforme documentos já juntados aos autos;

b) a única falha na condução do certame foi a de não divulgar os julgamentos concernentes às impugnações feitas ao edital, cuja análise possibilitou a participação de um maior número de empresas, que, por sua vez tiveram prazo hábil para apresentar suas propostas;

c) diferentemente do registrado pela equipe de auditoria, havia projeto básico para toda a obra; além disso, a eventual habilitação de licitante que não preencheu as exigências de qualificação econômico-financeira não trouxe qualquer prejuízo ao certame, posto que não se tratava da melhor proposta;

d) a opção de dividir a licitação em parcelas está na esfera do juízo de oportunidade e conveniência do administrador público, de modo que o TCU, ao opinar a respeito, teria ofendido o princípio da separação dos poderes, notadamente considerando que se trata de obra municipal;

e) a eventual ausência de correlação entre os quantitativos licitados e os quantitativos do projeto executivo desenvolvido para a Ponte Irineu Bornhausen restou prejudicada porque a mencionada obra foi retirada do Contrato nº 246/01 e está sendo executada pelo município com recursos próprios; e

f) a superestimativa nos quantitativos de pavimentação, drenagem e obras de arte correntes e o sobrepreço em diversos itens da proposta da empresa EIT já foram justificadas pelos recorrentes e pela própria empresa, cabendo aduzir, apenas, que o Sicro não é o único e definitivo parâmetro de avaliação de preços de mercado.

5.3.1 Importa assinalar, de pronto, que os argumentos consignados nas alíneas 'a' e 'b' do item anterior apenas repisam as razões de justificativa anteriormente oferecidas, as quais foram rejeitadas com propriedade pelo Tribunal (fls. 1724/1728, v. 10). No que diz respeito ao Sicro (alínea 'f'), cumpre lembrar que, além do citado Sistema, a equipe de auditoria valeu-se de dados fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC (fls. 123, 137/141, v. p.), e que na utilização dos dados do Sicro foram consideradas as peculiaridades da obra (v. subitem 2.1 desta instrução).

5.3.2 No que diz respeito ao regime de execução da obra, que seria, segundo os recorrentes, o de 'empreitada integral', é de se notar que o Edital estabeleceu que a licitação era do tipo 'menor preço', regime de 'empreitada por preço unitário' (fl. 08, v. p.), que a adjudicação dos serviços seria efetuada mediante contrato de 'empreitada por preço unitário' (subitem 12.1, fl. 18, v. p.), que o julgamento levaria em conta e classificaria em primeiro lugar a proposta de 'menor valor global' (fl. 21, v. p.), sem qualquer menção ao regime de empreitada integral ora anunciado. Relevando-se tais contradições, vale frisar que, nos regimes de execução por preço unitário, é inconteste que justamente o preço unitário deve ser avaliado. Ademais, mesmo nos casos de empreitada por preço global ou integral, não há que se falar em irrelevância dos preços unitários, notadamente porque, sendo o desiderato maior da licitação a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, não se pode admitir a escolha da proposta de menor preço sem a necessária verificação da compatibilidade dos preços unitários ofertados. Essa questão vem sendo enfrentada em diversas ocasiões pelo Tribunal (v.g. Decisão nº 343/2001-TCU-Plenário, in Ata nº 22/2001; Decisão nº 1.287/2002-TCU-Plenário, in Ata nº 35/2002; Acórdão nº 583/2003-TCU-Plenário, in Ata nº 19/2003; Acórdão nº 244/2003-TCU-Plenário, in Ata nº 08/2003), parecendo-nos oportuno trazer à colação trecho do Voto condutor da Decisão nº 1.054/2001-TCU-Plenário (in Ata nº 55/2001), lavrado nos seguintes termos:

(...) A fragilidade comum aos projetos básicos, que não permitem uma correta estimativa de itens, quantitativos e custos, faz com que, muitas vezes, os quantitativos executados sejam muito diferentes dos planejados, não raro, tornando a obra muito mais cara do que as estimativas iniciais.

11. A insuficiência de estudos preliminares, tais como levantamentos topográficos, sondagens e laudos prévios faz com que a Administração trabalhe na licitação com estimativas baseadas em situações hipotéticas bastante distintas das que se revelarão reais no decorrer da obra. Isso ocorre especialmente em relação a itens de difícil estimativa e igualmente custosa mensuração e conferência posterior, tais como escavação, movimento de terra etc., o que se mostra um campo aberto para manipulações de toda ordem, de regra em prejuízo da Administração.

12. A experiência da fiscalização de obras públicas demonstra que são recorrentes situações como a descrita, que envolvem a conjugação dos seguintes fatores: má qualidade do projeto básico; falta de definição de critérios de aceitabilidade de preços unitários; contratação de proposta de menor preço global, compatível com a estimativa da Administração, mas com grandes disparidades nos preços unitários, alguns abaixo dos preços de mercado - justamente os de maiores quantitativos no projeto básico - e outros muito acima dos preços de mercado, de pouca importância no projeto básico; e, finalmente, o aditamento do contrato com o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários elevados e a diminuição dos quantitativos dos itens de preços inferiores. Os aditivos, normalmente, respeitam o limite legal de 25% para acréscimos contratuais.

13. O resultado dessa equação são obras interrompidas antes de seu término, na medida em que não mais podem ser aditadas, incapazes de proporcionar o esperado retorno à população, e executadas a preços superfaturados, tudo isso sob o manto de uma licitação aparentemente correta, em que supostamente houve competição, tendo sido adjudicada à licitante de melhor proposta, e executada com aparente respeito à legislação.

14. O nó de toda a questão reside, a meu ver, no descumprimento ou, com vênias pelo neologismo, no 'mal-cumprimento' de comandos da Lei de Licitações por parte de órgãos licitantes em geral, e da COMDEPI no caso em apreço, mais especificamente dos dispositivos referentes às características e elementos constitutivos do projeto básico (art. 6º, inciso IX) e da definição de critérios de aceitabilidade dos preços unitários (art. 40, inciso X). Não é demais frisar, como informado no Relatório, que a 1ª Câmara do TCU, ao apreciar o TC-926.037/1998-6, de relatoria do Ministro Humberto Souto (Decisão nº 60/1999), já se manifestou no sentido de que o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, ao contrário do que sugere a interpretação literal da lei, é obrigação do gestor e não sua faculdade'.

5.3.3 A propósito do projeto básico (alínea 'c', subitem 5.3 retro), não é demasiado reproduzir trecho da manifestação da Secex/SC a respeito do assunto, *in verbis*:

'Em 26 de março de 2003, a Prefeitura Municipal de Brusque encaminhou expediente a fim de complementar a documentação do processo. Trata-se, segundo o memorando de encaminhamento, do Projeto Básico das obras que são objeto da Concorrência nº 05/2001.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que tal documentação somente foi enviada após 6 meses da realização da primeira inspeção naquela municipalidade (setembro de 2002, fls. 121/146, v. p.) e após 3 meses da realização da audiência dos responsáveis (dezembro de 2002, fls. 190/205, v. p.). Tal lapso de tempo seria suficiente para produzir um projeto básico, acaso inexistente. Além disso, não foi o mesmo encaminhado por ocasião da resposta das audiências.

Em segundo lugar, mesmo considerando que o Projeto Básico encaminhado em 26 de março de 2003 existisse antes da licitação (abril de 2001), trata-se apenas de um projeto geométrico da Avenida Beira-Rio, com extensão de 26,8km. O Projeto Básico encaminhado não contempla as outras obras objeto da Concorrência nº 005/2001: o viaduto, as 3 pontes, os serviços de iluminação, de sinalização, de drenagem.' (fls. 1706/1707, v. 10)

5.3.4 Já no que diz respeito ao parcelamento da licitação e às obras da Ponte Irineu Bornhausen (alíneas 'd' e 'e' retro), o anúncio de que as obras da mencionada ponte foram retiradas do contrato em questão apenas ratifica a constatação da equipe de auditoria de que o certame deveria ter sido parcelado, em obediência ao disposto no artigo 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666 de 1993. Importante registrar, quanto a este ponto, que os recorrentes se equivocam quando alegam que o Tribunal teria ofendido o princípio da separação dos poderes ao ressaltar a inobservância de tal dispositivo legal. Isso porque a avaliação de conveniência e oportunidade a que se reportam os recorrentes não está no campo discricionário da Administração, mas relaciona-se, necessariamente, a uma avaliação técnica e econômica. Em lugar de apresentar tal estudo, os responsáveis, em suas razões de justificativa, apenas asseveraram que a presença de diversas empresas trabalhando na cidade geraria enormes transtornos para a população e que o fracionamento seria prejudicial sob o ponto de vista técnico e econômico. O Tribunal não acolheu, com propriedade, tal arrazoado, por considerar que os serviços envolvidos eram de especialização diversa, as obras situavam-se em diferentes locais e que a própria situação das obras demonstrava que se tratavam de serviços executáveis por empresas distintas, em locais distintos e em períodos de tempo diversos (fls. 1727, v. p.).

5.4 Finalmente, no que diz respeito ao CADIRREG (alínea 'd' do item 5 retro), os recorrentes alegam que a inclusão de seus nomes e da empresa EIT no citado cadastro, de notória publicidade, estando os presentes autos em fase recursal, fere os mais mezinhos princípios do direito administrativo e constitucional, como o do contraditório e da ampla defesa, o do devido processo legal e fundamentalmente o da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Entendem, ademais, que tal procedimento configura, em tese, dano moral (fls. 36/37, v. 11).

*5.4.1 Importa assinalar, relativamente a esta questão, que posteriormente à interposição do recurso, foram encaminhadas as peças de fls. 47/49, v. 11, onde os recorrentes reiteraram, por intermédio de seu patrono, a exclusão de seus nomes do citado Cadastro, em caráter de urgência. Ato contínuo, foram os autos instruídos e submetidos ao Ministro-Relator com proposta de que fosse informado ao peticionário, *in verbis*: '...que, ante o lançamento do recurso na lista do CADIRREG, está materializado o efeito suspensivo da decisão e que os nomes dos responsáveis não constarão da lista que será encaminhada à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público até o deslinde da questão' (fl. 51, v. 11). Por determinação do Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, procedeu-se à respectiva comunicação ao representante legal dos recorrentes (fls. 52/54, v. 11). Despiciendos, portanto, outros comentários sobre este assunto.*

5.5 À vista de todo o exposto, entendemos que não foram trazidos elementos capazes de abalar os fundamentos da deliberação recorrida, por parte dos Srs. Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini.

Das alegações apresentadas pela empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A (v. 12):

6. *A recorrente inaugura a exordial tecendo, em preliminar, considerações concernentes à intempestividade do recurso (fls. 02/04, v. 12). Considerando que o Ministro-Relator da irresignação já se manifestou pelo conhecimento do feito, temos por desnecessários comentários a este respeito. No mérito, o arrazoado abrange duas questões que, segundo entende, seriam capazes de ensejar a reforma do aresto, a saber: a) a inexistência de débito (fls. 04/08, v. 12); e b) falha da técnica de auditoria para apuração do sobrepreço e não cabimento da anulação do contrato (fls. 08/16, v. 12).*

6.1. *No tocante à primeira questão, a suplicante repisa argumentos já oferecidos, concernentes à inadequação de serem tomados como referência os preços previstos no Sicro e os preços praticados em outra obra pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Santa Catarina, vez que a obra em questão, por localizar-se dentro do Município de Brusque e em condições e prazos muito distintos das obras rodoviárias estaduais e das obras rodoviárias federais, sofre interferências diretas na produtividade das equipes e dos equipamentos, notadamente pelo prazo de trinta e seis meses estabelecido em seu cronograma físico-financeiro (fls. 04/05, v. 12).*

6.1.1 *Irresignada por ter sido responsabilizada por superfaturamento e sobrepreços que reputa inexistentes, aduz, com o fito de reforçar a defesa anteriormente ofertada, que a principal diferença quanto aos preços praticados na obra em apreço e aqueles registrados no Sicro ou mesmo os praticados em outra obra pelo DER/SC refere-se ao índice de produtividade, vez que, por tratar-se de contrato com duração de trinta e seis meses, há grande ociosidade dos equipamentos e equipe. Desse modo, em lugar de se utilizar a produtividade nominal dos equipamentos, tal como nas fontes retromencionadas, foi necessário considerar-se a produtividade média, ao longo da avença, conforme busca evidenciar, apresentando dados exemplificativos sobre o custo de determinados equipamentos (trator esteira e moto niveladora).*

6.1.2 *Além disso, informa que em outros serviços as composições dos custos dos diversos equipamentos resultam na absorção de seus custos globais no período total da obra, cuja produtividade dos serviços estaria muito aquém daquela nominal do equipamento 'prevista de forma simplista pelo Sicro' (fl. 07, v. 12). Finaliza lembrando que a localização da obra - no centro da cidade - resulta na obrigação de minorar, em muito, a velocidade, o tempo de transporte e a carga de seus caminhões, sob pena de indiscutível reação popular e prejuízos às edificações urbanas, além das dificuldades inerentes à execução de obras em localidades dessa natureza.*

6.2 *A questão central que sustenta as razões recursais, neste aspecto, relaciona-se à inadequabilidade do Sicro, já trazida à discussão anteriormente (fls. 1682/1686, v. 10) e que foi exaustivamente examinada pelo Tribunal quando da prolação do aresto farpeado, ocasião em que foram consideradas procedentes as argumentações alusivas aos reflexos da natureza urbana das obras em apreço sobre os índices de produtividade, ensejando, inclusive, alteração do valor originalmente considerado como débito. No que tange aos reflexos do prazo contratual sobre os índices de produtividade, ficou evidenciado, naquela oportunidade, que os cálculos efetuados pela empresa continham uma distorção significativa, decorrente de não ter sido considerado o custo improdutivo das máquinas e equipamentos, computando-se índices de produtividade como se tais equipamentos operassem ininterruptamente. Não foram trazidos, na via recursal, elementos novos capazes de alterar o entendimento esposado pelo Tribunal naquela ocasião.*

6.3. *Já no que se refere à segunda questão, a falha da técnica de auditoria para apuração do sobrepreço estaria evidenciada pelo fato de que foram levados em consideração, apenas, itens com preços tidos como altos, sem levar em consideração preços que estavam bem abaixo do mercado, e, sobretudo, que o preço global apresentado era inferior ao preço global orçado pela Prefeitura (fl. 08, v. 12). Tal falha metodológica teria sido apontada em outra fiscalização realizada pelo Tribunal, consoante excertos do Acórdão nº 583/2003 (e não 582/2003, como citado no recurso), proferido relativamente ao TC-007.828/2002-3 pelo E. Plenário.*

6.4 *Dadas as inúmeras distorções relativas ao projeto básico das obras em comento, abrangendo superdimensionamento de serviços e superestimativa de preços, já mencionadas anteriormente, o fato de o preço global apresentado pela empresa ser inferior ao orçado pela Prefeitura não tem relevância*

na presente discussão. Já no que concerne à não consideração de itens em que foram cotados preços abaixo dos valores praticados pelo mercado, entendemos que, em tese, assiste razão à recorrente, vez que devem ser consideradas, relativamente às alterações contratuais perpetradas, tanto aquelas que desequilibram o contrato em prejuízo do Erário, como em prejuízo da empresa. Contudo, não foram trazidas, na via recursal, informações concernentes aos decréscimos contratuais porventura efetuados, para exame da situação fática. Não se pode olvidar, ainda, que os questionamentos alusivos à aceitação de preços unitários manifestamente inexecutableis (fl. 129, v. p.) lograram ser justificados, vez que os responsáveis alegaram que a empresa comprovou, perante a Comissão de Licitação, por meio de suas composições de preços, que poderia realizá-los pelos valores ofertados no certame (fl. 1702, v. 10), fato que não pode ser desconsiderado ao tratar do mencionado equilíbrio contratual. Inexistem, portanto, elementos capazes de demonstrar a falha metodológica apontada pela recorrente na situação em debate.

Dos pedidos formulados pelos recorrentes:

7. Os Srs. *Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini* requerem o acolhimento das preliminares suscitadas e, na hipótese de serem as mesmas superadas, a reformulação do aresto para considerar insubsistentes as razões da impugnação da Concorrência nº 05/2001 e do Contrato nº 246/2001, julgando-se regulares as presentes contas e cancelando-se os débitos e as multas aplicadas aos recorrentes. Sucessivamente, pleiteiam que no caso de improvimento da irresignação 'que se dê oportunidade, como aconteceu em vários precedentes dessa Corte (Acórdãos nºs 1.034/2003, 244/2003, 383/2003, 460/2003, 583/2003, 758/2003, 985/2003 e 1.414/2003), havendo interesse da empresa contratada - para não prejudicar o andamento desta importante obra para o município - sejam alguns preços repactuados e os eventuais sobrepreços compensados no desenvolvimento da execução dos serviços' (fls. 38/39, v. 11). Por fim, requerem a retirada dos seus nomes do CADIRREG.

7.1 A EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, por sua vez, pleiteia a reconsideração do **decisum** para que o Tribunal reconheça a inexistência do débito, permitindo a continuidade do Contrato nº 246/2001 e, ainda, reconheça a falha da técnica auditorial que apurou o suposto débito. Após ressaltar que à época da licitação não havia qualquer dispositivo que vinculasse os preços a serem ofertados com os preços do Sicro, propugna que, caso o Tribunal entenda que somente o referido preço pode ser utilizado, seja reformada a decisão para que, 'ao invés de determinar a anulação do Contrato, determine a repactuação dos preços com base no Sicro ajustado à realidade da obra, como feito em diversos outros casos semelhantes já decididos neste Tribunal' (fl. 10, v. 12). Salienta, quanto a isso, que seria essa a melhor solução para atender ao interesse público, uma vez que se permitiria a continuidade das obras, bem como o ressarcimento de eventual prejuízo apurado. Passa, então, a comentar julgados do Tribunal em que foi considerado desprovido realizar-se nova licitação, ante a repactuação de preços (TC-003.193/2002-5, Decisão nº 244/2003-TCU-Plenário; TC-009.627/2000-8, Decisão nº 109/2002-TCU-Plenário; TC-004.874/2001-4, Decisão nº 1.090/2001-TCU-Plenário; TC-003.719/2001-2, Acórdão nº 580/2002-TCU-Plenário).

8. Ante as razões até aqui expendidas, não cabe acolher os pleitos formulados pelos Srs. *Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini*, no tocante às questões prejudiciais suscitadas, à reformulação do aresto e a exclusão do registro efetuado no CADIRREG. Do mesmo modo, temos por descabida a solicitação de reforma do aresto, formulada pela EIT S/A. Resta, então, examinar a solicitação apresentada alternativamente, concernente à autorização para repactuação dos preços avençados no Contrato nº 246/2001, com o fito de, em vez de anulá-lo, viabilizar o prosseguimento de sua execução (fls. 38/39, v. 11 e fls. 16, v. 12).

8.1 Consoante ressaltado pelos recorrentes, em diversas ocasiões o Tribunal tem-se deparado com a necessidade de sopesar o custo-benefício da anulação de licitações e dos respectivos contratos, por razões de interesse público, dando ensejo ao prosseguimento de avenças, desde que corrigidas as irregularidades verificadas, inclusive no que diz respeito à repactuação de preços e à compensação de

débitos então apurados. Ditas deliberações são prolatadas considerando as peculiaridades de cada situação examinada e a repercussão da anulação do contrato em relação, dentre outros aspectos, aos prejuízos econômicos dela decorrentes (custo de desmobilização da empresa contratada, percentual de execução física, custo de preservação das obras já realizadas até a mobilização dos novos contratados, etc.).

8.2 No caso ora em apreço, parece-nos imperioso levar em conta que o projeto básico utilizado à época da licitação não contemplava todas as obras previstas no edital, ou seja, além do trecho de 4,2km de avenida, objeto do referido projeto, foram licitados (sem projeto básico) serviços de construção de três pontes, um viaduto e mais vinte e dois quilômetros de avenida (fls. 121/122, 127/129, v. p., 1703/1707, v. 10 e fl. 99, TC-004.588/2003-0, em apenso). Aliás, conforme registramos no subitem 5.3.3 desta instrução, o projeto básico encaminhado após o encerramento dos trabalhos de auditoria também não contemplava a totalidade das obras, conforme constatou a Secex/SC. Note-se, ainda, que em vistoria realizada em 25/03/2003, a Secex/SC indicou que foram implantados 4,2km de avenida (continuação da Av. Beira Rio), apenas com serviços de terraplanagem, representando cerca de 5% de execução física do objeto contratado; que a Ponte Irineu Bornhausen estava sendo demolida pela Codeb - Companhia de Desenvolvimento de Brusque, empresa de economia mista do Município; e que as obras relativas às demais pontes e trechos da Av. Beira Rio não foram iniciadas (fls. 99/103, TC-004.588/2003-0, em apenso).

8.3 Não se pode olvidar, também, que a equipe de auditoria, ao apontar restrição à competitividade do certame em face da não divisão da licitação em tantas parcelas quanto viáveis técnica e economicamente, demonstrou que: a) os serviços não têm correlação física e técnica entre si a necessitarem de uma execução conjunta; b) o agrupamento de todas as obras em uma única licitação ensejou a exigência de elevado grau de qualificação técnica e de patrimônio líquido, impossibilitando a participação de pequenas e médias empresas de engenharia; e c) se dividida a licitação em quatro lotes, a EIT venceria apenas dois lotes, enquanto outros dois seriam adjudicados a outra empresa, com preços inferiores em R\$ 1.015.251,10 e R\$ 160.467,78, comparativamente aos preços orçados pela empresa contratada.

8.4 À luz de tais constatações, entendemos que não há elementos capazes de demonstrar, efetivamente, que o interesse público estaria preservado mediante o prosseguimento da execução contratual, ainda que ajustados os preços então praticados e compensado o débito apurado. Pelo contrário, considerando a ausência de projeto básico abrangendo a totalidade das obras, a possibilidade de parcelamento da licitação, viabilizando a participação de um maior número de empresas, o pequeno percentual de execução física do contrato, a execução de parte da avença por entidade integrante da administração municipal e as graves irregularidades verificadas na execução parcial do contrato celebrado com a empresa EIT, revelando, inclusive, preocupantes deficiências do projeto básico, entendemos que as consequências da manutenção da deliberação recorrida se afiguram menos prejudiciais aos interesses da sociedade brusquense e à economicidade na aplicação dos recursos federais.

Outras considerações:

9. Em face da orientação constante do subitem 8.9 da Decisão nº 097/2002-TCU-Plenário, de 20/02/2002, no sentido de que as instruções e pareceres das Unidades Técnicas e as deliberações do Tribunal devem deixar expresso se as irregularidades apontadas relativamente a obras que integram o Fiscobras foram saneadas, cumpre registrar que as razões apresentadas pelos recorrentes não têm o condão de elidir os fundamentos da condenação, não cabendo, por conseguinte, falar em reinício das obras, já que as providências saneadoras determinadas pelo Tribunal não chegaram a ser implementadas, ante o efeito suspensivo dos recursos interpostos.

Conclusão:

10. **Ex positis**, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16/07/1992, dos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson

Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini e pela empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, objetivando a reforma do Acórdão nº 1.494/2003, prolatado pelo E. Plenário na Sessão Ordinária de 8/10/2003 (v. item 2 desta instrução);

b) no mérito, negar provimento aos recursos apresentados, mantendo-se inalterado o Acórdão recorrido (v. item 8 e subitem 8.4 desta instrução);

c) encaminhar cópia, aos recorrentes, da decisão que vier a ser adotada pelo Tribunal, acompanhada dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentarem; e

d) encaminhar cópia da decisão que sobrevier à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.”

4. O titular da Serur assim se manifestou (fl. 69, v. 11):

“Verifico que o recurso dos que laboravam na Prefeitura de Brusque-SC cingiu-se a questões preliminares e de mero caráter da culpa subjetiva, todas distantes do direito, conforme bem demonstrado na instrução retro.

2. De outra, o recurso da construtora pautou-se em repetição de argumentos já exaustivamente debatidos nos presentes autos, ou, quando tentou inovar, o fez sem a adequada profundidade científica e/ou prática. A exemplo desta ausência de melhor fundamentação dos argumentos recursais leia-se os itens 6.2 e 6.4 da instrução precedente.

(...)

4. Assim sendo e ante a ausência de argumentos sólidos, em especial fáticos, para a mudança de mérito da consistente decisão vergastada, concordo com a proposta de fl. 68 do presente volume.”

5. O representante do Ministério Público emitiu o seguinte parecer (fls. 72/76, vol. 11):

“(…)

Quanto ao débito, este foi dividido em duas parcelas: a primeira, representada pelo sobrepreço de itens no contrato inicial, e a segunda, causada pelo aumento de quantidades durante a execução do contrato. A segunda parcela do débito foi imputada somente ao prefeito e à empresa executora da obra, ao passo que a primeira parcela também foi atribuída aos membros da comissão de licitação.

O valor do débito originalmente apurado pela Secex/SC (R\$ 116.401,45 e R\$ 1.298.717,19) foi reduzido, uma vez que o Ministro-Relator considerou, no Voto condutor do **decisum**, que as produtividades de uma obra urbana não podem ser consideradas idênticas às de uma obra rodoviária, onde as interferências são normalmente menores.

Consoante o Relator da deliberação guerreada, nada impede que o Sicro seja utilizado como parâmetro de comparação, desde que sejam feitos os ajustes devidos. Assim sendo, procedendo-se a uma avaliação reconhecidamente bastante conservadora - vez que utilizados, como parâmetro, dados relativos ao Rodoanel em São Paulo e, ainda, relevado o fato de que diversas áreas próprias para instalação de canteiros para máquinas e equipamentos eram muito próximas (menos de 1km) da rodovia estadual que dá acesso ao município -, os valores do débito foram ajustados (R\$ 105.143,41 e R\$ 1.190.879,62).

Quanto ao sobrepreço, este foi encontrado em diversos itens do orçamento elaborado pela Prefeitura de Brusque. Os percentuais de sobrepreço apontados foram realmente muito elevados, chegando a até 522%, o que nunca se poderia explicar com base no argumento - utilizado pelos responsáveis - de se estar diante de obra realizada no perímetro urbano (e não obra rodoviária).

Alguns dos itens superfaturados, já na quarta medição da obra, tinham percentuais de execução extremamente elevados, com a quantidade executada muito acima do que fora licitado. Em outras palavras, foram itens cotados a preços elevados na licitação, mas com quantitativos reduzidos, impactando pouco o valor total licitado. Na execução, esses quantitativos foram aumentados, gerando vultosos prejuízos. Destacam-se, em especial, os itens ECT mat. 1ª categoria, DMT=4500 a 5000 e transporte de material de 2ª categoria, responsáveis por mais de 80% do valor total do débito, cujas quantidades executadas já estavam 855% e 62.165% acima das quantidades licitadas.

A análise empreendida pela Secex/SC evidenciou a existência de outras irregularidades na licitação. Uma delas foi a restrição à competitividade, por não ter havido divisão do objeto. Os responsáveis não conseguiram demonstrar a 'inviabilidade técnica' para a realização de licitações distintas com vistas à construção da avenida e das pontes, por exemplo. Eles afirmaram que a realização de diversas obras num pequeno município, por empresas diferentes, poderia causar sérios transtornos para habitantes e visitantes, trazendo prejuízos ao setor turístico do município.

Não se pode aceitar tal justificativa. Obras sempre criam transtornos para visitantes e moradores, independentemente de quem as execute. Só se poderia aceitar o não parcelamento do empreendimento caso se demonstrasse que as interferências de uma obra na outra seriam grandes a ponto de comprometer sua execução. Registra a Unidade Técnica que as pontes sobre os Rios Itajaí-Mirim e Guariruba distam cerca de 4 km uma da outra, e que a Ponte Irineu Bornhausen se situa a mais de 5 km dos serviços de terraplenagem executados na avenida.

A falta de parcelamento do objeto fez com que só pudessem participar do certame empresas que construísssem estradas e pontes, que são serviços de especialidade diversa, e que exigem maquinário diferente, conforme destacou a Unidade Técnica. As exigências quanto a patrimônio líquido mínimo e garantias, por exemplo, estavam relacionadas ao valor total estimado na contratação, o que não ocorreria caso o objeto tivesse sido dividido, proporcionando que mais empresas pudessem ter participado do certame.

A restrição de competitividade também ocorreu por problemas relacionados à disponibilização do edital, ao não cumprimento dos prazos entre essa disponibilização e a abertura dos envelopes e à falta de resposta à impugnação feita por algumas empresas.

Outra irregularidade constatada foi a profunda alteração feita no projeto da Ponte Irineu Bornhausen, após a assinatura do contrato com a EIT, que acarretou uma mudança da própria concepção construtiva da ponte, descaracterizando completamente o objeto que havia sido licitado. Os responsáveis alegam que a revisão do projeto implicou a sua otimização e em nada alterou sua concepção original. Esse argumento foi adequadamente rechaçado pela Secex/SC.

De forma alguma a alegação dos responsáveis corresponde aos fatos. A Ponte Irineu Bornhausen foi licitada prevendo-se a superestrutura com estrutura metálica em aço USI-SAC 41, que é um aço destinado à construção civil, fabricado pela empresa Usiminas, atualmente denominado USI-SAC-300. Seriam empregados na superestrutura 326 toneladas deste aço. Com a revisão do projeto, melhor falar em alteração do projeto, a superestrutura não empregaria mais as 326 toneladas de aço USI-SAC-300. Ao contrário, a superestrutura seria predominantemente em concreto protendido. Observa-se que na licitação a quantidade de aço para concreto protendido na superestrutura era de apenas 612kg, e após a alteração do projeto a quantidade de aço para concreto protendido aumentou para 23.308kg, aumento de 3.700%.

Também em relação à infra-estrutura, houve alteração qualitativa de serviços. A licitação previa a execução das fundações com estacões (tubulões) de 1,00m (um metro) de diâmetro. Após a alteração do projeto, a infra-estrutura seria executada em estaca-raiz de 450mm de diâmetro. Portanto, a concepção original do projeto foi, sim, totalmente alterada. O que foi licitado e o que seria executado são projetos totalmente distintos.

Os responsáveis foram também ouvidos em relação à superestimativa dos quantitativos de diversos itens referentes à pavimentação, drenagem e obras de arte. As justificativas, basicamente, foram no sentido de que os cálculos feitos pela Secex/SC se calcaram numa extensão de avenida de 4,2km, enquanto, na realidade, ela teria uma extensão de 26,8km, o que faria aumentar significativamente todos os quantitativos. Esse equívoco foi provocado pela própria Administração, uma vez que o projeto básico apresentado à época da auditoria contemplava apenas 4,2km, e foi a partir dele que os cálculos foram realizados. Só posteriormente é que se apresentou um desenho, que não pode ser considerado projeto básico, contemplando a extensão total da rodovia. Note-se que as plantas que constituem o projeto básico inicialmente apresentado se referem às localidades de Santa Rita até Santa Terezinha. No citado desenho, verifica-se que a distância entre esses dois locais é de

cerca de 4,5 km, corroborando a percepção de que o projeto básico inicial não contemplava a totalidade da obra. Mais uma grave irregularidade constatada, portanto: a realização da licitação sem a existência de um projeto básico completo.

Os recorrentes inauguram seu arrazoado ressaltando que a obra contratada é do tipo empreitada integral, onde o contratado é obrigado por um preço fixo, certo e devidamente ajustado, a entregar o empreendimento em sua integralidade e totalidade, de sorte que os preços unitários dos serviços seriam irrelevantes, importando, apenas, a economia global. Em tais circunstâncias, prosseguem, as oscilações de preços orçados são absolutamente normais, vez que as planilhas de preços apresentadas pelas licitantes são elaboradas de acordo com a totalidade da obra a ser executada, condicionada a diversas variantes, sendo que o valor de cada item é apresentado levando em consideração o todo. Assim, desde que o preço global não supere o limite razoável, não cabe asseverar que a empresa vencedora teria o interesse de praticar o denominado 'jogo de preços'.

No que diz respeito ao regime de execução da obra, que seria, segundo os recorrentes, o de 'empreitada integral', é de se notar que o edital estabeleceu que a licitação era do tipo 'menor preço', regime de 'empreitada por preço unitário', que a adjudicação dos serviços seria efetuada mediante contrato de 'empreitada por preço unitário', que o julgamento levaria em conta e classificaria em primeiro lugar a proposta de 'menor valor global', sem qualquer menção ao regime de empreitada integral ora anunciado.

Relevando-se tais contradições, vale frisar que, nos regimes de execução por preço unitário, é incontestado que justamente o preço unitário deve ser avaliado. Ademais, mesmo nos casos de empreitada por preço global ou integral, não há falar em irrelevância dos preços unitários, notadamente porque, sendo o desiderato maior da licitação a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, não se pode admitir a escolha da proposta de menor preço sem a necessária verificação da compatibilidade dos preços unitários ofertados.

Aliás, a fragilidade comum aos projetos básicos, que não permitem uma correta estimativa de itens, quantitativos e custos, faz com que, muitas vezes, os quantitativos executados sejam muito diferentes dos planejados, não raro tornando a obra muito mais cara do que as estimativas iniciais.

A experiência da fiscalização de obras públicas demonstra que são recorrentes situações como a descrita, que envolvem a conjugação dos seguintes fatores: má qualidade do projeto básico; falta de definição de critérios de aceitabilidade de preços unitários; contratação de proposta de menor preço global, compatível com a estimativa da Administração, mas com grandes disparidades nos preços unitários, alguns abaixo dos preços de mercado - justamente os de maiores quantitativos no projeto básico - e outros muito acima dos preços de mercado, de pouca importância no projeto básico; e, finalmente, o aditamento do contrato com o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários elevados e a diminuição dos quantitativos dos itens de preços inferiores.

(...)

Em sua peça recursal, a EIT - Empresa Industrial Técnica S/A propugna que, caso o Tribunal ratifique o entendimento de que os valores do Sicro podem, sim, ser utilizados como parâmetro, que seja reformada a decisão a fim de que 'ao invés de determinar a anulação do Contrato, determine a repactuação dos preços com base no Sicro ajustado à realidade da obra, como feito em diversos outros casos semelhantes já decididos neste Tribunal'. Salienta, quanto a isso, que seria essa a melhor solução para atender ao interesse público, uma vez que se permitiria a continuidade das obras, bem como o ressarcimento de eventual prejuízo apurado.

Consoante ressaltado pelos recorrentes, em diversas ocasiões o Tribunal tem-se deparado com a necessidade de sopesar o custo-benefício da anulação de licitações e dos respectivos contratos, por razões de interesse público, dando ensejo ao prosseguimento de avenças, desde que corrigidas as irregularidades verificadas, inclusive no que diz respeito à repactuação de preços e à compensação de débitos então apurados. Ditas deliberações são prolatadas considerando as peculiaridades de cada situação examinada e a repercussão da anulação do contrato em relação, entre outros aspectos, aos prejuízos econômicos dela decorrentes (custo de desmobilização da empresa contratada, percentual

de execução física, custo de preservação das obras já realizadas até a mobilização dos novos contratados, etc.).

No caso em apreço, parece-nos imperioso levar em conta que o projeto básico utilizado à época da licitação não contemplava todas as obras previstas no edital, ou seja, além do trecho de 4,2 km de avenida, objeto do referido projeto, foram licitados (sem projeto básico) serviços de construção de três pontes, um viaduto e mais vinte e dois quilômetros de avenida. Aliás, o projeto básico encaminhado após o encerramento dos trabalhos de auditoria também não contemplava a totalidade das obras, conforme constatou a Secex/SC. Note-se, ainda, que em vistoria realizada em 25/03/2003, a Secex/SC indicou que foram implantados 4,2km de avenida (continuação da Av. Beira Rio), apenas com serviços de terraplanagem, representando cerca de 5% de execução física do objeto contratado; que a Ponte Irineu Bornhausen estava sendo demolida pela Codeb - Companhia de Desenvolvimento de Brusque, empresa de economia mista do município; e que as obras relativas às demais pontes e trechos da Av. Beira Rio não foram iniciadas.

Não se pode olvidar, também, que a equipe de auditoria, ao apontar restrição à competitividade do certame em face da não divisão da licitação em tantas parcelas quanto viáveis técnica e economicamente, demonstrou que: a) os serviços não têm correlação física e técnica entre si, a necessitarem de uma execução conjunta; b) o agrupamento de todas as obras em uma única licitação ensejou a exigência de elevado grau de qualificação técnica e de patrimônio líquido, impossibilitando a participação de pequenas e médias empresas de engenharia; e c) se dividida a licitação em quatro lotes, a EIT venceria apenas dois lotes, enquanto outros dois seriam adjudicados a outra empresa, com preços inferiores em R\$ 1.015.251,10 e R\$ 160.467,78, comparativamente aos preços orçados pela empresa contratada.

À luz de tais constatações, entendemos que não há elementos capazes de demonstrar, efetivamente, que o interesse público estaria preservado mediante o prosseguimento da execução contratual, ainda que ajustados os preços então praticados e compensado o débito apurado. Pelo contrário, considerando a ausência de projeto básico abrangendo a totalidade das obras, a possibilidade de parcelamento da licitação, viabilizando a participação de um maior número de empresas, o pequeno percentual de execução física do contrato, a execução de parte da avença por entidade integrante da administração municipal e as graves irregularidades verificadas na execução parcial do contrato celebrado com a empresa EIT, revelando, inclusive, preocupantes deficiências do projeto básico, é de se concluir que as consequências da manutenção da deliberação recorrida se afiguram menos prejudiciais aos interesses da sociedade brusquense e à economicidade na aplicação dos recursos federais.

A minha Assessoria obteve informação junto à Secex/SC de que em março de 2003, o Contrato nº 246/2001 foi aditivado, com a supressão das obras de demolição e construção da nova ponte Irineu Bornhausen, uma vez que a contratada alegou não ter mais condições de realizar os serviços. Essa informação de que as obras da Ponte Irineu Bornhausen foram retiradas do contrato em questão ratifica, a meu ver, a constatação da equipe de auditoria de que o objeto deveria ter sido parcelado.

Por fim, cumpre ressaltar que a última transferência de recursos federais para as obras de Brusque/SC deu-se em dezembro/2001, por meio do Convênio 200/2001-MI (SIAFI 426081), no montante de R\$ 2.700.000,00, oriundos do orçamento de 2001, PT nº 18.542.0515.1845.0938 - Construção de Obras de Contenção de Enchentes - Controle de Enchentes - Santa Catarina.

Em face do exposto, este representante do Ministério Público junto ao TCU manifesta-se de acordo com a proposta técnica insita à fl. 68 deste volume."

6. Após obter vista do processo, o advogado dos recorrentes Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini apresentou documento em que afirma que o representante do Ministério Público não se pronunciou sobre as preliminares apontadas e a questão de mérito definida pelos recorrentes.

7. Diante disso, o representante dos responsáveis solicitou o envio dos autos ao Ministério Público para reavaliação das questões levantadas no recurso.

8. O Procurador-Geral assim se pronunciou a respeito do novo expediente (fls. 89/90, vol. 11):

“(…)

Em relação ao pedido dos recorrentes para que este Ministério Público se pronuncie nos autos do pedido de reexame, com a devida vênia, cremos haver algum equívoco por parte do ilustre Representante dos recorrentes quando assim afirma, visto que, certamente, deixou de observar ter sido, mencionado pedido de reexame, admitido, não como tal, mas como Recurso de Reconsideração (vol. 12, fl. 35), o qual fora instruído pela unidade técnica conjuntamente com o outro recurso de reconsideração que já constava do volume 11 dos autos (vol. 12, fl. 36) e sobre os quais (em conjunto) este Ministério Público se pronunciou, às fls. 72/76, não havendo falar em omissão de sua parte.

*Quanto aos aspectos relacionados pelos mesmos à fl. 75, os recorrentes buscam fazer crer em uma segunda omissão deste **Parquet** acerca de pontos do processo, tais como a boa-fé dos recorrentes e o princípio do contraditório e da ampla defesa, entre outros. Sobre tais pontos, vale enfatizar que já houve o devido exame por parte da Unidade Técnica (instrução de fls. 55/69), com cujas conclusões esta Procuradoria posicionou-se de acordo, consoante se verifica na anuência deste Ministério Público à proposta de encaminhamento da Serur (fl. 76).*

Outrossim, este Ministério Público não jamais esteve constrito a pronunciar-se literal e expressamente sobre todo e qualquer aspecto dos processos que lhe cheguem à manifestação, podendo, inclusive, revelar sua anuência com a instrução técnica mediante cota singela nos autos, contrariamente, portanto, às decisões e sentenças judiciais, que, uma vez omissas, estão sujeitas aos embargos de declaração.

Diferentemente portanto de determinadas peças jurídicas, o conteúdo do Parecer do Ministério Público não está sujeito às alegações de omissão, contradição e obscuridade típicos dos Embargos de Declaração, nem tampouco seria objeto dos procedimentos recursais próprios, desta ou de outra instância, judicial ou administrativa, não havendo, portanto, falar em omissão prejudicial aos responsáveis.

*Ainda, por fim, impende salientar que as peças recursais em tela, embora revelem os devidos zelo e cuidado em sua confecção, pouco oferecem em termos de conteúdo que demandem exame mais aprofundado por parte deste Ministério Público ou das unidades técnicas deste Tribunal, visto que praticamente restringem-se a abordar aspectos preliminares e pouco enfrentam a questão principal de mérito que ensejou o julgamento pela irregularidade das contas e a condenação dos responsáveis em débito e multa, como bem consigna o Sr. Secretário de Recursos deste Tribunal em seu parecer de fl. 69, que antecede o indigitado Pronunciamento, de fls. 72 a 76, deste Ministério Público, **in verbis**:*

‘Verifico que o recurso dos que laboravam na Prefeitura de Brusque/SC cingiu-se a questões preliminares e de mero caráter da culpa subjetiva, todas distantes do direito, conforme bem demonstrado na instrução retro.

2. De outra, o recurso da construtora pautou-se em repetição de argumentos já exaustivamente debatidos nos presentes autos, ou, quando tentou inovar, o fez sem a adequada profundidade científica e/ou prática. (...)

(...)

4. Assim sendo e ante a ausência de argumentos sólidos, em especial fáticos, para a mudança de mérito da consistente decisão vergastada, concordo com a proposta de fl. 68 do presente volume.’

Ante o exposto, este Representante do Ministério Público manifesta sua concordância com o conteúdo das análises e conclusões da Unidade Técnica, tanto em relação ao primeiro recurso de reconsideração (vol. 11) quanto em relação ao segundo deles (vol. 12), e, por conseguinte, reitera sua manifestação de mérito já antes externada à fl. 76 (vol. 11), no sentido do conhecimento e desprovemento dos recursos em comento.”

9. Estando o processo concluso para relatoria, foram apresentados, pela empresa EIT, novos documentos, referentes a laudo pericial realizado por perito oficial em decorrência de ação popular. O então Ministro-Relator, Marcos Vileça, encaminhou os autos à Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob, para exame dos elementos acostados aos autos. Essa unidade técnica, após detida análise dos novos documentos juntados (cf. instrução de fls. 118/46, vol. 11), chegou à conclusão que abaixo transcrevo.

“Considerando que a Secex-SC, em representação datada de 16/09/2002 (fls. 121-146), afirmou a existência de sobrepreço no Orçamento base constante do Edital de Concorrência da Prefeitura Municipal de Brusque/SC de nº 05/2001 e no Contrato nº 246/2001 decorrente da licitação citada, firmado entre a construtora EIT – Empresa Industrial Técnica S/A e a Prefeitura de Brusque, além de superfaturamento no aludido contrato no valor de R\$ 1.415.118,64 a preços iniciais (data-base de 20/12/2001), o qual foi retificado pelo Acórdão nº 1.494/2003-TCU-Plenário para o valor de R\$ 1.296.023,03 (fls. 1721-1740, v. 10);

Considerando que a empresa contratada EIT requisitou juntada de laudo pericial (Anexo 2) a este processo, laudo este realizado no âmbito de Ação Popular (Processo nº 2002.72.05.001545-2) que tramita perante a 3ª Vara da Seção Judiciária de Blumenau/SC (TRF 4ª Região), proposta por moradores do município de Brusque/SC, em face de supostas irregularidades no procedimento licitatório, bem como acerca de superfaturamento na contratação, onde seu conteúdo aponta que, de acordo com sua metodologia de cálculo, tanto o orçamento base constante do Edital de Concorrência nº 05/2001 quanto o Contrato nº 246/2001, não apresentam sobrepreço que justifique que o Projeto Básico da obra em questão está em desacordo com a Resolução Confea nº 361 de 10/12/1991;

Considerando a proposta da Secretaria de Recursos deste Tribunal – Serur de que a Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob se pronunciasse sobre a matéria atinente a sobrepreço constante do citado laudo (fls. 99 e 100, v. 11), a qual foi acatada por meio de despacho do então Ministro-Relator Marcos Vinícios Vileça (fl. 105, v. 11), encaminhando os autos à Secob em 19/3/2007;

Considerando a análise do laudo pericial e dos autos do TC 008.172/2002-8, realizada pela Secob, traduzida neste parecer, esta Secretaria de Fiscalização apresenta à Serur as seguintes conclusões relativas ao teor do novo documento acostado aos autos pela empresa EIT:

a) o referido laudo pericial acata o Sistema de Custos Rodoviários – Sicro como referencial para os custos envolvidos na obra em análise (Execução de Obras de Prolongamento do Canal Extravisor do Rio Itajaí-Mirim e Passagem em Desnível), apontando considerações relativas ao Fator de Eficiência, aos equipamentos utilizados e seus respectivos custos horários, à produção e transporte de materiais e às composições de custos unitários não contempladas pelo Sicro, realizando ainda comentários à taxa de BDI utilizada pela construtora contratada – EIT;

b) a Secob analisou as considerações levantadas pelo laudo pericial sobre a utilização do Sicro, divergindo do referido documento pericial nos seguintes pontos:

b.1. A correção do Fator de Eficiência em função das condições climáticas (paralisação da obra em dias de precipitação total igual ou superior a 8 mm) foi acatada, mas a correção do mesmo Fator em função das condições de tráfego restringe-se somente aos equipamentos que realmente sofram influência do meio urbano (caminhões basculante e outros caminhões utilizados transporte de materiais);

b.2. a consequente correção do custo horário de produção dos equipamentos que tiveram seu Fator de Eficiência modificado, prática não adotada pelo laudo (ajustes no coeficiente de operação improdutivo);

b.3. a desconsideração do custo de mão de obra de manutenção na composição do custo horário improdutivo dos equipamentos utilizados, já que, de acordo com a prática do Sicro, todos os custos relativos à utilização do equipamento, incluindo-se aí a mão de obra destinada à manutenção dos mesmos, são considerados no custo horário operativo (Manual de Custos Rodoviários, Volume 1, pág. 74, edição de 2003);

b.4. a preferência pelas composições constantes do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi ou às próprias composições apresentadas pela construtora EIT, quando não foi possível a utilização de composições de custo apresentadas pelo Sicro, em detrimento às composições apresentadas pelas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos – TCPO (Ed. Pini) adotadas pelo laudo e

b.5. a utilização dos serviços de restauração indicados pelo Sicro em consonância com a prática adotada pelo Acórdão nº 1.494/2003-TCU-Plenário (fls. 1730 a 1734, v. 10), ao contrário da prática utilizada pelo documento pericial de se utilizar as composições de serviços de construção.

c) Ainda com relação às divergências entre as práticas adotadas pelo LAUDO e o entendimento desta Secretaria, mas não mais relacionadas a questões atinentes ao Sicro, foi considerado nesta instrução uma taxa de BDI de 32,68%, diferentemente da taxa preconizada pelo documento pericial que adotou o mesmo BDI praticado pela contratada EIT (40%).

Considerando, portanto, as divergências entre as práticas adotadas no laudo pericial e o entendimento da Secob, esta Secretaria corrobora o entendimento expedido pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina no sentido de que tanto o orçamento base quanto a proposta de orçamento apresentado pela contratada EIT destinados à execução da obra em epígrafe, apresentam considerável sobrepreço, de acordo com os números apresentados a seguir:

a) sobrepreço de R\$ 20.804.238,08 no orçamento base apresentado pela Prefeitura Municipal de Brusque/SC, destinado à Concorrência nº 05/2001, o que corresponde a 50,8% da amostra cotada pela Secob (R\$ 40.963.209,50), cuja representatividade é de 89,4% do orçamento citado (cotou-se a quantia de R\$ 61.767.447,58 referente aos R\$ 69.068.627,59 do orçamento base) e

b) sobrepreço de R\$ 15.417.811,81 na proposta de orçamento da contratada EIT, o que corresponde a 37,6% da mesma amostra cotada pela Secob (R\$ 40.963.209,50), cuja representatividade também alcançou 89,4% da planilha constante da proposta citada (cotou-se a quantia de R\$ 56.381.021,30 referente aos R\$ 63.051.812,13 da planilha orçamentária).

Considerando, finalmente, todos os quantitativos medidos presentes nos autos (medição 1: fls. 1255 a 1263, medição 2: fls. 1291 a 1299, medição 3: fls. 1327 a 1334 e medição 4: fls. 1340 a 1347, todas do volume 7), a metodologia de contabilização dos serviços medidos e os preços utilizados, ambos apresentados neste parecer, apurou-se um superfaturamento no Contrato nº 246/2001, firmado entre a Prefeitura Municipal de Brusque e a empresa EIT – Empresa Industrial Técnica S/A, no valor de R\$ 605.438,48, a preços iniciais (data-base de 20/12/2001), o qual deve ser imputado somente ao então Prefeito Municipal de Brusque e à referida empresa contratada.

Tendo em vista o Ofício n.º 1621921 de 10 de outubro de 2007 (fl. 111 do volume 11), encaminhado pelo Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária de Santa Catarina - 2ª Vara Federal de Blumenau, a Secob propõe que se encaminhe cópia da Decisão que vier a ser proferida, bem como do Relatório e Voto que a fundamentarem, ao remetente do citado ofício”.

10. Os autos foram, então, encaminhados novamente à Serur para análise conclusiva do recurso ora interposto. Assim, na instrução de fls. 151/165 (vol. 11), o auditor da Secretaria de Recursos fez o seguinte exame:

“(…)

2. Com relação à superestimativa dos quantitativos de serviços de pavimentação e de drenagem constantes do orçamento base, a Secob, discordando da posição da Secex/SC (fls. 1707/1708, vol. 10), considerou que a audiência dos responsáveis foi capaz elidir os questionamentos apresentados, por meio de apresentação de projeto básico que aponta a existência desses serviços para 28,6 km de avenida (fls. 1676, vol.10) e não 4,2 km, como inicialmente havia sido levantado pela Secex/SC (fl. 119 destes autos).

3. O laudo pericial apontou que tanto o orçamento-base quanto o orçamento da contratada estariam dentro da faixa de variação permitida pela definição de projeto básico apontada pela Resolução Confea n.º 361/1991, que diz que o projeto básico deve definir o custo global da obra com uma precisão de mais ou menos 15%, quando comparados com o orçamento levantado pelo laudo (fl.

120). A Secob discordou desse posicionamento, recalculando os valores da obra e demonstrando que tal limite foi desrespeitado.

4. Inicialmente, a Secob analisou a questão do fator de eficiência, que expressa a relação entre o tempo em que as máquinas estão realmente operando (tempo de produção efetiva) e o tempo em que as máquinas estão disponíveis, com o motor ligado (tempo nominal), demonstrando que o fator adotado pelo laudo pericial não é o mais adequado ao presente caso (fls. 121/125).

5. O fator de eficiência padrão adotado no laudo foi o de construção (0,83). Já o fator de eficiência padrão utilizado pela Secob foi o de restauração (0,75), sendo adotada uma postura mais conservadora que a do laudo, de acordo com a premissa de cálculo apresentada pelo Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário (fls. 1730/1734, vol. 10). A Secretaria especializada apresentou também os cálculos referentes ao fator de chuva, que evidencia a perda em razão de paralisação dos serviços em dias chuvosos, e ao fator de tráfego, que expressa a perda em função de interferências do tráfego urbano na execução das obras. Com isso, chegou a um novo fator de eficiência final (fl. 122).

6. A Secob ressaltou que, de acordo com a metodologia adotada pelo Sistema de Custos Rodoviários – Sicro, o fator de eficiência influencia dois importantes fatores na composição de preços unitários: a produtividade da equipe mecânica e o tempo improdutivo das máquinas e, conseqüentemente, o custo de operação das mesmas. Dessa forma, o fator de eficiência apresenta importância fundamental no custo dos serviços e no custo global da obra (fl. 122).

7. A Secob destacou que a correção do fator de eficiência em função da influência de tráfego deveria se restringir somente aos equipamentos que sofriam determinada interferência e não a todos os equipamentos, como aponta o laudo pericial em suas composições unitárias. Assim, a correção do fator de eficiência em razão da influência de tráfego foi feita pela Secob somente para os veículos que trafegam nas vias urbanas para a execução dos serviços (fl. 123).

8. A Secretaria ressaltou ainda que esse procedimento é diverso do adotado pelo Sicro, o qual aponta que a correção a ser realizada em função da influência do tráfego localiza-se na redução da velocidade média dos veículos impactados. Tal metodologia foi adotada para não destoar da metodologia do laudo pericial, a fim de comparar os orçamentos obtidos tanto pelo documento apresentado pela recorrente quanto pela Secob.

9. O laudo pericial considerou que o tempo improdutivo devido à chuva reduz o fator de eficiência. Todavia, a Secob destacou que, nesse caso, o mesmo deve ser considerado também na composição do custo horário dos equipamentos, pois quanto maior for o tempo improdutivo para a execução de um serviço, menor será a sua produtividade e maior a necessidade de tempo para se realizar a mesma quantidade de serviço, quando comparado com a execução desse serviço sem a ocorrência de chuvas (fl. 125).

10. Ou seja, tanto o fator de eficiência quanto a utilização operativa, empregada para calcular o custo horário de execução, sofrem redução na mesma proporção quando incidem horas improdutivas, sejam por efeito de chuvas, tráfego ou outra razão qualquer. Quanto ao tráfego, considerou-se a influência dessa variável somente nos equipamentos que realmente estavam sujeitos a ela, conforme citado acima.

11. O laudo apontou que a obra localizava-se em perímetro urbano, ocasionando a limitação da capacidade de carga dos equipamentos a serem utilizados, em função da capacidade de suporte das vias de trânsito do local e a utilização de equipamentos com capacidade de manobra em áreas pequenas, devido a restrições de espaço no local da obra. Com isso, os caminhões de grande capacidade e os **motoscrapers** deveriam ser substituídos por caminhões-toco, cuja capacidade de carga limitava-se a 4 m³ (7,1 ton), o que deveria ser levado em consideração nas composições de preços unitários dos serviços pesquisados. A Secob, por sua vez, concorda com tais argumentos (fls. 125/126).

12. Com relação ao custo horário dos equipamentos, o laudo pericial apontou que o Sicro considera na composição do custo horário improdutivo dos mesmos somente a mão-de-obra do operador da máquina, mas que a mão-de-obra responsável pela manutenção dos equipamentos

também fica ociosa, devendo ser considerada na composição de custo horário improdutivo. Diante disso, o referido documento pericial calculou os custos horários dos equipamentos acrescentando o custo da mão-de-obra de manutenção no custo horário improdutivo. Essa forma de cálculo não foi aceita pela Secob, pois a metodologia utilizada pelo laudo para o custo improdutivo destoa da que é adotada pelo Sicro (fl. 125/126).

13. A mão-de-obra considerada pelo Sicro na composição de custos horários improdutivos limita-se à de operação dos equipamentos. A mão-de-obra de manutenção permanece restrita às horas em que o equipamento opera, isto é, o Sicro adota a premissa de que os custos de manutenção, inclusive da respectiva mão-de-obra, ocorrem somente ao longo das horas produtivas (fl. 126).

14. O laudo pericial apontou que, em função das dificuldades para obtenção de licença junto aos órgãos responsáveis para pesquisa e lavra dos materiais básicos (areia, brita etc.), da logística necessária à sua exploração e dos custos envolvidos, tais insumos seriam obtidos em estabelecimentos comerciais. Diante disso, foram apresentados os preços comerciais dos materiais, por ocasião da composição de custos unitários. Também a massa asfáltica seria adquirida de terceiros, em vez de se utilizar uma central de usinagem.

15. Apesar de a aquisição de materiais em estabelecimentos comerciais apresentarem custos superiores aos de produção, a Secob, tendo em vista que sua instrução se destinava a verificar as composições de preços levantadas pelo laudo e a comparar as metodologias aplicadas, acatou as premissas apresentadas (fl. 128).

16. Nas situações em que os serviços constantes do orçamento base não puderam ser comparados com as composições do Sicro, eles foram compostos com base nas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos – TCPO (Ed. Pini), com custos dos insumos publicados na Revista Construção e Mercado n.º 02 (set/2001, mesma Editora). Quando não foi possível a utilização das composições do Sicro, a Secob deu preferência ao Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, conforme o art. 115 da Lei n.º 11.439/2006 (LDO 2007). Quando o Sinapi não apresentava composição adequada ao serviço a ser cotado, a Secretaria valeu-se da própria composição da EIT, com preços dos insumos pesquisados no Sinapi e no Sicro (fls. 128/129).

17. Em relação à taxa de bonificações e despesas indiretas – BDI, o percentual adotado pela EIT foi de 40%, cuja composição detalhada não foi apresentada pela empresa, já que o edital da licitação não tratou do BDI, o que é uma falta grave do instrumento convocatório. O laudo pericial também adotou essa taxa (fl. 129).

18. A taxa de BDI é particular à cada empresa, podendo mesmo variar para a mesma entidade ao longo do tempo, em função de seu tamanho e de suas atividades, sendo valor de difícil análise sem a sua composição particular. A Secob destacou que o Sicro, à época da realização da licitação, indicava a utilização de um BDI de 32,68%, que foi adotado pela Secex/SC em suas composições para verificação dos preços adotados (fl. 129).

19. Ressaltou a Secob que a taxa de BDI por ela adotada é superior à taxa apresentada pelo Manual de Custos Rodoviários de 2003, que não insere mais no BDI as rubricas relativas a administração local, canteiro e acampamento e mobilização e desmobilização (Decisão n.º 1.332/2002 – Plenário e Acórdão n.º 325/2007 – Plenário). Tais itens devem constar da planilha à parte do BDI, visando à maior transparência do orçamento. Como o Acórdão n.º 325/2007 é posterior ao início da vigência do contrato, esses itens (canteiro e acampamento e mobilização e desmobilização) foram considerados como custos indiretos, como preconizava o Sicro vigente à época da assinatura do contrato. Dessa forma, o BDI calculado pela Secob foi baseado no Manual de Custos Rodoviários de 2003 com as devidas adaptações para o ano de 2001, sendo apresentada uma tabela com a respectiva composição desse componente orçamentário, no total de 32,68% (fl. 130/131).

20. A Secob destacou ainda que a taxa de BDI por ela utilizada foi bastante conservadora, tendo em vista: a inclusão dos itens canteiro e acampamento e mobilização e desmobilização; a inclusão do IRPJ e da CSLL no BDI; e a inclusão do ISS em valor superior ao praticado no Município. Quanto ao imposto municipal, foi mantido o valor indicado pelo Sicro, já que o mesmo também foi considerado

pela Secex/SC e pelas decisões anteriores (Decisão nº 1.577/2002 – Plenário e Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário), (fl. 131).

21. Após isso, a Secob apresentou o orçamento da obra levantado por ela, com as premissas adotadas para a realização desse trabalho, cuja metodologia foi a de se comentar o sobrepreço somente nos serviços cotados na instrução, pois não se poderia adotar um preço sem ter certeza de sua adequabilidade ao valor de mercado, que é justamente o que se pretende verificar. Dessa forma, a comparação entre os orçamentos levantados pelo laudo pericial e pela Secob realizou-se somente nos serviços cujos preços puderam ser obtidos nessa ocasião (fl. 131).

22. O tamanho da amostra levantada pela Secob foi bastante próximo do apresentado pelo laudo, tendo sido alcançada uma representatividade de 89% do orçamento levantado pela Prefeitura de Brusque/SC ou pela EIT. Foi levantada, ainda, a respectiva curva ABC, com 143 itens de serviço, tendo sido possível estudar a composição de 57 deles, correspondentes a 89% do valor da obra (fl. 132).

23. A Secob afirmou que o laudo adotou a metodologia de se utilizar o preço apresentado pela Prefeitura quando não foi possível estudar a composição do respectivo serviço. O documento apontou que não houve sobrepreço, pois a variabilidade encontrada nos custos da obra foi inferior a 15%, dentro, portanto, do limite preconizado pela Resolução Confea nº 361/1991. Entretanto, a Secretaria especializada ressaltou que a referida resolução é anterior à Lei nº 8.666/1993, onde se encontra a atual definição de projeto básico, que não aponta níveis de precisão. Assim, o fato de um projeto alcançar determinado nível de precisão no prognóstico do custo da obra não permite dizer que ele apresentou as características necessárias a um projeto básico, conforme preceitua a Lei 8.666/1993 (fl. 132).

24. Ressaltou a instrução da Secob, ainda, que o laudo pericial inseriu dois novos serviços no tópico 5 do orçamento (obras complementares), sem que fizessem parte dos orçamentos apresentados pela Prefeitura e pela empresa EIT, não havendo justificativas para tal. Isso indicaria que o orçamento base não apresentou a precisão preconizada pela Resolução do Confea, o que denota uma qualidade inferior à exigida para um projeto básico (fls. 132/133).

25. Considerando apenas os serviços cuja cotação foi realizada, a Secob encontrou um sobrepreço, em relação ao orçamento do laudo pericial, de 20% no orçamento base da Prefeitura e de 9,1% na proposta da EIT. Considerando, porém, o novo orçamento levantado pela Secob, essas taxas subiram para 50,8% e 37,6%, respectivamente. Dessa forma, quando se compara o valor global dos serviços cotados pelo orçamento base e pela proposta da empresa vencedora com o do orçamento ora levantado, verifica-se que ambos apresentam sobrepreços consideráveis (fl. 133).

26. A Secob afirmou que, apesar de não ter reproduzido em sua instrução o exato sobrepreço apontado pela Secex/SC, as conclusões apresentadas não contradizem a tese de que os orçamentos, tanto da Prefeitura quanto da EIT, apresentaram elevado sobrepreço. Além disso, a Secob não se limitou a apresentar o sobrepreço alcançado pelo orçamento base e pela proposta da construtora EIT. Ela comparou os preços obtidos pelo laudo pericial com os levantados em sua instrução, apurando o real valor do sobrepreço ocorrido (fls. 133/134).

27. A Secob lembrou que o débito imputado aos responsáveis foi composto de duas parcelas, após a reformulação dos cálculos promovida pelo Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário: a primeira, de responsabilidade do ex-Prefeito, dos então integrantes da comissão de licitação e da construtora, referente ao superfaturamento em razão do sobrepreço dos itens da proposta vencedora multiplicado pelas quantidades inicialmente contratadas (total de R\$ 105.143,41); e a segunda, imputada apenas ao ex-Prefeito e à empresa EIT, correspondente à diferença entre o valor total do superfaturamento e o valor apurado para a primeira parte (R\$ 1.296.023,03 – R\$ 105.143,41 = R\$ 1.190.879,62). Tal divisão deveu-se ao fato de que os integrantes da comissão de licitação não deveriam ser responsabilizados pelo que foi realizado indevidamente, já que a execução do contrato fugia à responsabilidade da comissão (fls. 136/137).

28. A Secob estudou o superfaturamento indicado pela Secex/SC, bem como os débitos apontados pela Decisão nº 1.577/2002 – Plenário, após a retificação de preços preconizada pelo Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário, e calculou um novo valor para o superfaturamento, em função da proposta de três alterações na metodologia de cálculo do superfaturamento: a utilização de todos os serviços medidos; a alteração das parcelas de débito; e a utilização dos preços levantados em seu parecer (fl. 137).
29. Dos 11 serviços anteriormente medidos, a Secretaria de Obras verificou superfaturamento apenas em 8 deles, ressaltando ainda que não foram considerados todos os serviços executados e pagos com recursos federais. Assim, a sugestão apresentada foi a de considerar todos os serviços medidos, o que gerou um superfaturamento diferente, em função do sobrepreço apresentado nesses serviços inicialmente desconsiderados (fl. 138).
30. É de se notar também que a tabela dos serviços medidos apresentada pela Secob (fl. 138), demonstra que 6 dos 11 serviços extrapolaram o quantitativo contratado em sua execução. Chamou a atenção a quantidade executada do serviço 'Transporte de material de 2ª categoria', que superou em 620 vezes a quantidade contratada. A Secretaria de Obras ressaltou que os números da tabela apontam o descaso com que o projeto básico foi elaborado (fl. 139).
31. A Secob destacou que a Decisão nº 1.577/2002 – Plenário considerou, quando do cálculo do superfaturamento relativo ao sobrepreço, apenas os serviços em que os quantitativos executados extrapolaram aos contratados, não contabilizando para essa parcela do superfaturamento os serviços que, executados, não extrapolaram os quantitativos contratados. Esses serviços foram computados na parcela de superfaturamento relativa aos quantitativos. Com isso, a Secretaria sugeriu a redistribuição dos 11 serviços executados pela duas parcelas do superfaturamento (superfaturamento por sobrepreço e superfaturamento por quantitativos), (fls. 139/140).
32. Ressalte-se que os preços levantados pela Secob para os serviços executados diferem dos apontados pela Secex/SC e ajustados no Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário. A Secretaria especializada apresentou uma tabela, na qual evidenciou as origens dos preços por ela levantados e os confrontou com os valores calculados pelo acórdão, com as pertinentes explicações (fls. 140/143).
33. Desse modo, a Secob apresentou uma tabela como os novos valores de superfaturamento, tendo em vista: as modificações por ela apresentadas, relativas a verificação dos serviços medidos; a sugestão de alteração da metodologia da Decisão nº 1.577/2002 – Plenário, com vistas à divisão do débito a ser imputado; e substituição dos preços apontados no Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário pelos ora levantados (fl. 143).
34. Pelo novo cálculo da Secob, o débito histórico total ficou reduzido de R\$ 1.296.023,03 para R\$ 605.438,48, a ser imputado unicamente à construtora EIT e ao ex-Prefeito de Brusque/SC. A outra parcela do débito, imputada aos integrantes da comissão de licitação, ao ex-Prefeito e à empresa, deixou de existir, já que a parcela de superfaturamento decorrente de sobrepreço passou a ser um valor negativo (fl. 143).
35. Após cuidadosa análise dos autos do processo e, especialmente, do laudo pericial trazido pela empresa EIT, a Secob concluiu que o referido laudo acatou o Sicro como referencial para os custos envolvidos na obra em análise, apontando considerações relativas ao fator de eficiência, aos equipamentos utilizados e seus respectivos custos horários, à produção e ao transporte de materiais e às composições de custos unitários não contempladas pelo Sicro, realizando ainda comentários à taxa de BDI utilizada pela construtora contratada – EIT (fl. 144).
36. Entretanto, a secretaria especializada divergiu em vários pontos do documento pericial juntado pela empresa recorrente: cálculo do fator de eficiência; correção do custo horário de produção dos equipamentos que tiveram seu fator de eficiência modificado; desconsideração do custo de mão-de-obra de manutenção na composição do custo horário improdutivo dos equipamentos utilizados; preferência pelas composições constantes do Sinapi ou pelas próprias composições da EIT, quando não foi possível a utilização do Sicro; utilização dos serviços de RESTAURAÇÃO indicados

pelo Sicro em consonância com o Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário; e taxa de BDI de 32,68% (fl. 145).

37. Após considerar essas divergências, a Secob corroborou o entendimento da Secex/SC, no sentido de que tanto o orçamento base quanto a proposta apresentada pela empresa EIT apresentaram considerável sobrepreço, apresentando, contudo, o valor de R\$ 605.438,48 para o superfaturamento (data-base de 20/12/2001), o qual deve ser imputado somente ao ex-Prefeito Municipal de Brusque/SC e à referida empresa contratada (fl. 145).

38. Observe-se ainda que as conclusões da Secob, por se referirem a condições objetivas, nos termos do art. 161 do RI/TCU, acarretam a redução do débito imputado à empresa EIT e ao ex-Prefeito, além de elidir o débito imputado aos ex-membros da comissão de licitação. Uma vez que a proposta beneficia os demais recorrentes, torna-se desnecessário notificá-los para que se pronunciem sobre o laudo apresentado pela empresa EIT.

39. Por derradeiro, tendo em vista o Ofício n.º 1621921/2007 (fl. 111, vol. 11), encaminhado pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Substituto da 2.ª Vara Federal de Blumenau da Seção Judiciária de Santa Catarina, a Secob propôs o encaminhamento de cópia da decisão que vier a ser proferida, bem como do relatório e voto que a fundamentarem, ao remetente do citado ofício, conforme, aliás, já informado ao respectivo magistrado, por meio do Ofício n.º 114/2007 – TCU/Secob (fls. 116/117).

40. Ante o exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

- a) com fundamento nos art. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92, conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;
- b) tornar sem efeito os itens 9.1.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 1.494/2003 – TCU – Plenário;
- c) alterar o valor do débito constante do item 9.1.2 do Acórdão nº 1.494/2003 – TCU – Plenário, imputado ao Sr. Ciro Marcial Roza, ex-Prefeito Municipal de Brusque/SC, solidariamente com a EIT – Empresa Industrial Técnica S/A, na pessoa do seu representante legal, para R\$ 605.438,48 (seiscentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos);
- d) remeter cópia da presente deliberação ao Ministério Público da União, nos termos do § 3.º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, para as providências que entender cabíveis;
- e) enviar cópia da presente deliberação ao Ministro da Integração Nacional, ao Ministro dos Transportes, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e à Câmara Municipal de Vereadores de Brusque/SC/;
- f) encaminhar cópia da presente deliberação aos Srs. Valmir Coelho Ludvig, Júlio Atanásio Gevaerd e Ademir Brás de Souza, vereadores do Município de Brusque/SC, autores da representação que gerou a presente tomada de contas especial;
- g) remeter cópia da presente deliberação ao Exmo. Sr. Juiz Federal Edilberto Barbosa Clementino, da 2.ª Vara Federal de Blumenau da Seção Judiciária de Santa Catarina; e
- h) dar ciência aos recorrentes da presente deliberação”.

11. O diretor da 1ª DT da Serur, em despacho de fls. 159/165 (vol. 11), endossado pelo secretário, no entanto, divergiu da instrução do auditor e opinou por manter a proposta inicial dessa unidade técnica (fl. 68, vol. 11), no sentido de não acolher os argumentos recursais e manter intacto o acórdão guerreado. O dirigente da Serur alegou, em essência, as seguintes razões:

“(…)

Conforme o item IV.2 – Acompanhantes (fl. 40 do anexo 2), observo que os trabalhos periciais foram acompanhados tão somente por representantes do ‘Município réu’, não havendo informação se os autores da Ação Popular não quiseram participar ou se não foram convidados. Esse fato desequilibra a relação.

No item V – Orçamento, critérios e conceito – (fl. 50 do anexo 2), concorda-se com o laudo quando diz que ‘o órgão contratante deve propiciar ao prestador de serviços condições para execução de um orçamento correto, através das seguintes medidas: fornecer os projetos de construção [...]’.

Mais adiante: 'O prestador de serviços deve apresentar o orçamento da construção de maneira clara e transparente, indicando todo o desenvolvimento do cálculo do orçamento da construção, inclusive suas variáveis, de tal modo que permita ao contratante analisar adequadamente o trabalho.' Pelo que se vê nos autos, não houve essa preocupação, tanto da prefeitura que não forneceu projeto básico, como do prestador de serviços que não detalhou seu orçamento adequadamente.

Mais adiante, ainda, o laudo diz (fl. 51, anexo 2): 'No caso em tela, observou-se, através da análise da documentação, que não existia um projeto básico completo e nem especificações técnicas para a execução dos serviços, dificultando assim a valoração dos mesmos. Devido à falta de informações técnicas corre-se grande risco de a elaboração do orçamento não corresponder à realidade da obra, tendo em vista a necessidade de valorar a obra com maior segurança e evitar-se prejuízos futuros.'

No cálculo realizado, à fl. 70 do anexo 2, o perito considera a soma dos dias em que houve precipitação de chuva com intensidade igual ou superior a 8mm no período de 10 anos, mas ao fazer o cálculo da média, divide por 9 anos, informando que faltavam informações relativas a um ano. Ora, no parágrafo anterior, havia informado que a soma correspondia ao período de 10 anos, denotando incoerência técnica e lógica. Além do mais, esse somatório dos dias com intensidade de chuvas igual ou acima de 8 mm, não pode ser aferido, pois não foi juntada a documentação probante ao laudo.

Relativamente à influência do tráfego urbano, o laudo diz, simplesmente, que a movimentação de materiais sofre a influência do tráfego urbano e propõe a perda de eficiência de 10%. Ora, o laudo técnico não pode ser tão simples assim, devendo demonstrar os parâmetros que adota para as peculiaridades locais, até porque há relatório de auditoria desta Corte divergindo. A ausência de projeto básico contribui para essa situação, levando a crer que não houve a previsão de vias alternativas e, se não houve, por falta de planejamento, não é motivo para encarecer a obra. Como dito, há que se considerar que o relatório de auditoria, transcrito adiante no item 22, aponta que, em face da verificação das condições locais, proximidade da obra de rodovia federal, a influência do tráfego urbano não é significativa para justificar os sobrepreços encontrados. Assim, recalculei os índices, chegando a um valor para o Fe chuvas de 0,762, e não 0,736, como consta no laudo, obtendo um Fator de eficiência final de 0,63, e não 0,55 (fl. 71, anexo 2), o que modifica substancialmente o cálculo de valores e não lhes dá confiabilidade.

O mesmo acontece quando o laudo modifica o porte dos caminhões na composição do Sicro de 10 a 15 toneladas para 7 t (fl. 71, anexo 2). A ausência de projeto básico e planejamento, não pode ser motivo para onerar o cálculo do laudo. Pode ter sido previsto, ou deveria ter sido, vias alternativas, isolamento de tráfego etc., e, assim, não há como ter certeza de que não se poderia usar caminhões maiores e com melhor eficiência. Com efeito, o laudo traz uma mera suposição, que não pode ser aceita. Até mesmo, pela informação do relatório de auditoria (item 22).

Outro ponto que não pode ser aceito é a inclusão da mão de obra de manutenção ao custo horário improdutivo. Ora se os equipamentos estão parados em alguns momentos, isso não pode ser causa de manutenção, pode, sim, beneficiar a empresa, reduzindo custos, ao se fazer a manutenção necessária nesses momentos. É a metodologia adotada pelo Sicro para as horas improdutivas de equipamentos, de adotar apenas o custo da mão-de-obra (item 52, fl. 126).

A produção de materiais básicos depende da lavra em jazidas e deve haver autorização dos órgãos competentes para tanto, o que deve ser providenciado na fase de planejamento da obra, conforme a Lei de Licitações. Se não houve, não é aceitável que, numa obra desse porte, os materiais sejam adquiridos no mercado local, como propõe o laudo, com acréscimos substantivos de preço.

A empresa não detalhou a composição do BDI.

Assim sendo, em relação aos critérios de ajuste adotados no laudo para orçar a obra, observou-se que eles foram considerados **a posteriori** e não se basearam nos critérios já adotados pela empresa na sua orçamentação. Essa análise, em vez de criar novos critérios para as condições específicas da obra, deveria ter buscado os adotados pela empresa, para certificar sua adequação ou não. Nesse sentido, constatei que eles tendem a minimizar a eficiência, acarretando aumento do custo.

Mesmo assim, há pontos do laudo que revelam a inadequabilidade dos preços e da obra em si, como na constatação de que não houve planejamento adequado, pela ausência de projeto básico e especificação (fls. 51, anexo 2), ou quando, na resposta ao quesito 3 (fls. 99, anexo 2), não diz se os preços da empresa vencedora da licitação eram razoáveis para a execução da obra em questão, ou, ainda, no quesito 4, quando responde que a empresa não demonstrou que seu orçamento estava compatível com a realidade da obra. Na resposta ao quesito 8 (fls. 169, anexo 2), perguntado sobre o valor total do investimento necessário para a construção de uma ponte com as características idênticas à atual, responde que o projeto existente naqueles autos não permite a elaboração de um orçamento.

Relativamente à instrução da Secob, discordo dela quando propõe 'que a audiência dos responsáveis elidiu os questionamentos apresentados, por meio da apresentação do projeto básico que aponta a existência desses serviços para 28,6 km de avenida (fls. 1676 e 1707-1708, v 10) [...]', pois não houve projeto básico, nem por ocasião da licitação, nem no **croquis** citado, de fl. 1676, v 10, pois é apenas um desenho sem escala, que não possui o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos da definição legal, para participação na licitação da obra de prolongamento do canal extravasor do rio Itajaí-Mirim e passagem em desnível. A tabela de preço existente nesse desenho não serve também de parâmetro, pois há serviços, como de instalações elétricas cotados como verba.

Nesse sentido, concordo com o voto condutor da decisão atacada, item 40, que dispõe ter sido realizada a licitação sem a existência de um projeto básico completo, violando o que estabelece o art. 7º, §2º, inciso I da Lei nº 8.666/93. Aliás, nesse sentido também a instrução desta Secretaria, de fls. 63, informa que a documentação apresentada como projeto básico se deu apenas em março de 2003, ou seja, 6 meses após a inspeção realizada, 3 meses depois da audiência e bastante tempo depois da licitação, ocorrida em outubro de 2001 (fl. 7, vp).

A instrução da Secob aponta, com muita propriedade e detalhamento, outras inconsistências do laudo para o cálculo do Fator de Eficiência (fls. 123 a 126). Todavia, discordo da instrução quando aceita a aquisição de materiais em estabelecimentos comerciais e caminhões de menor porte, sem provas, apenas com a argumentação do laudo (itens 61 e 63, fls. 128) (quando existe relatório de auditoria desta Casa em sentido contrário), até pela demonstração que a instrução da Secob faz do grande aumento de custo no item 62. Concorro com a análise do BDI (itens 73 a 84, fls. 129 a 131), que reduz seu valor de 40 para 32,68.

Relativamente ao superfaturamento calculado pela Secob, penso que o cálculo foi prejudicado pela aceitação de fatores não devidamente comprovados pelo laudo, conforme mostrado antes, motivo pelo qual entendo devem ser mantidos os valores constantes do acórdão guerreado.

Para chegar a tal conclusão, me apoiei também nas análises constantes do relatório de auditoria da Secex/SC [fls. 1693/1694, v 10]., que mostram significativos ganhos de eficiência na realização da obra, comparativamente aos previstos, além de contestar diversas outras alegações da empresa. (...)”

12. O MP/TCU voltou a se manifestar em parecer da lavra do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (fls. 166/169, v. 11), o qual segue transcrito abaixo:

“Retornam os autos a este Gabinete, após manifestações da Secob e da Serur, com vistas a dar seguimento ao exame de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão nº 1494/2003, por meio do qual o Plenário do TCU apreciou a presente TCE originária de representação acerca de irregularidades envolvendo procedimento licitatório conduzido pela Prefeitura de Brusque-SC para a realização de obras no município, financiadas com recursos federais (obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e passagem em desnível).

Mediante o referido **decisum**, entre outras medidas, o TCU decidiu julgar irregulares as contas dos responsáveis (ex-prefeito, empresa contratada EIT - Empresa Industrial Técnica S/A e membros da comissão de licitação), com condenação em débito nos valores de R\$105.143,41 (cento e cinco mil e cento e quarenta e três reais e quarenta e um centavos) e R\$1.190.879,62 (um milhão, cento e noventa mil e oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos) e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

Decidiu-se também que o repasse de recursos federais para as referidas obras estariam condicionados à anulação da Concorrência nº 05/01 e do Contrato nº 246/2001 dela decorrente e à realização de nova licitação sem os vícios então apontados.

Examina-se, desta feita, novos elementos trazidos pela empresa EIT atinentes a laudo pericial produzido por perito oficial nos autos da ação popular nº 2002.72.05.001545 manejada pelos moradores de Brusque, que tramita perante a 3ª Vara da Seção Judiciária de Blumenau, cujas conclusões seriam contrárias àquelas que fundamentaram o acórdão recorrido, motivo pelo qual o Relator submeteu a documentação à análise da Secob.

Aquela Secretaria, na detida instrução de fls. 118/146 (vol. 11), procedeu ao exame da composição de preços levantada pelo laudo em confronto com o orçamento base da Prefeitura de Brusque e o orçamento apresentado pela licitante vencedora do certame.

A Secob acolheu em parte as premissas técnicas apontadas no referido laudo com vistas a adequar as composições de custos do Sicro às particularidades envolvendo a execução das obras. Tais adaptações referem-se '(...) ao Fator de Eficiência, aos equipamentos utilizados e respectivos custos horários, à produção e transporte de materiais, às composições não contempladas pelo SICRO e à taxa de BDI (...) utilizada pela construtora' (fl. 121, vol. 11).

É de se referir que em sua análise a Secretaria de Obras adotou claramente uma postura conservadora ao aceitar parte das considerações constantes da perícia favoráveis aos envolvidos, com a evidente preocupação de trazer para a discussão técnica todas as circunstâncias relativas à execução das obras que de algum modo pudessem interferir na composição de preços. Foi o que aconteceu com o Fator de Eficiência, cuja correção foi acolhida pela unidade técnica em função das condições climáticas (paralisações decorrentes das chuvas) e da influência do tráfego local, segundo observado no laudo.

A Secob também seguiu as premissas do perito referentes à utilização de equipamentos, tendo em vista a localização da obra em perímetro urbano, a exemplo do uso de caminhões-toco ao invés de caminhões de grande capacidade. Outrossim, foi admitida a forma de obtenção de insumos por meio de estabelecimentos comerciais, com reflexos nos custos de produção e, por conseguinte, no cálculo do superfaturamento.

Por outro lado, a unidade técnica apontou inconsistências na metodologia aplicada pelo perito, a exemplo do cálculo do custo horário improdutivo dos equipamentos. É que, no laudo, somou-se inadvertidamente à mão de obra de operação dos equipamentos (parados) os custos da mão de obra de manutenção, quando pela sistemática do Sicro permite-se apenas considerar a mão de obra de operação dos equipamentos.

Outro equívoco destacado pela Secretaria de Obras refere-se à aplicação da correção do Fator de Eficiência para todos os equipamentos, sem diferenciar aqueles que apresentam efetiva redução de produtividade em função das condições especiais que envolvem a execução das obras em exame.

Outro ponto de divergência suscitado pela unidade técnica diz respeito ao percentual do BDI. O laudo acolheu o percentual de 40% praticado pela empresa EIT, sem fazer considerações a respeito. Para a Secob, diante da omissão do edital quanto à composição detalhada do BDI, deve ser mantida a taxa de 32,68% constante da decisão condenatória, até porque essa era a referência indicada pelo SICRO à época da assinatura do contrato.

Destarte, tendo em conta os aspectos técnicos levantados pelo perito, e após proceder a ajustes quanto à metodologia de cálculo, a Secob apurou um novo valor para o superfaturamento, o

qual foi reduzido de R\$ 1.190.879,62 para R\$ 605.438,48, a ser imputado unicamente à construtora EIT e ao ex-prefeito de Brusque/SC. A outra parcela do débito de responsabilidade dos integrantes da comissão de licitação, do ex-prefeito e da contratada foi excluída da condenação, uma vez que os reposicionamentos efetuados pela Secob em relação aos serviços com sobrepreço fizeram com que a referida parcela apresentasse valor negativo (fl. 143 vol. 11).

Remetidos os autos para a Serur, o analista daquela unidade acompanhou na íntegra a proposta da Secob, conforme instrução de fls. 151/158 (vol. 11). O diretor, por sua vez, rejeitou as conclusões do laudo por considerar, em síntese, que as análises ali procedidas não estão amparadas em provas documentais consistentes. Para o diretor, o que consta do laudo são suposições que não se sustentam tecnicamente, sobretudo pela precariedade do que se denominou projeto básico. Assim, os argumentos do perito seriam insuficientes para descaracterizar os fundamentos sobre os quais foi erigido o Acórdão nº 1494/2003, razão por que entende que a decisão recorrida não merece reparos fls. 159/165 (vol. 11).

Estando os autos em meu Gabinete, a empresa EIT apresentou documentação por meio da qual pontua suas principais alegações de defesa. Anota que a existência de três posicionamentos totalmente diversos nos autos quanto à existência e quantificação do débito fragiliza a condenação que lhe fora imputada. E, ainda, que incertezas e divergências técnicas relativas às irregularidades que dão suporte ao sobrepreço já teriam levado o TCU a concluir, em outros julgados, pela ausência de débito, não lhe parecendo razoável, portanto, a condenação imposta pelo acórdão recorrido.

Reforça a conclusão da perícia judicial de que não haveria sobrepreço no contrato n. 246/01, na medida em que a variabilidade de preços encontrada para o orçamento base e para a proposta da EIT, quando comparados com o orçamento apresentado pelo laudo, estaria dentro da margem de tolerância orçamentária preconizada pela Resolução do Confea n. 361 de 10/12/1991 (dentro da faixa de 15%).

Questiona a justeza da adoção do percentual genérico de BDI para obras rodoviárias em geral ao empreendimento de Brusque, pois não refletiria as efetivas condições de execução da obra e da empresa contratada. Aduz que não há um critério geral para fixação do percentual de BDI, citando precedentes do Tribunal em que se admitiu a utilização de índice de BDI acima do valor de referência do SICRO em virtude das características específicas do caso concreto, a exemplo do que o ocorreu no Acórdão nº 1.199/2004.

É de se esclarecer, de início, que a ausência de uniformidade de opinião em relação às manifestações das unidades do Tribunal que autuaram na instrução do presente recurso afigura-se plenamente aceitável diante da complexidade do assunto. No TCU, não é incomum a questão ser analisada sob diferentes pontos de vista, nas instâncias pelas quais o processo tramita, mas isso não significa que eventuais divergências técnicas possam enfraquecer ou desacreditar as conclusões quanto às ocorrências apuradas. A verdade é que o exame do assunto sob várias perspectivas possibilita o Tribunal formar um juízo seguro acerca da gestão em julgamento.

No caso concreto, é importante observar que as divergências internas restringiram-se à extensão do débito (cálculo do superfaturamento). Agora, as opiniões são uníssonas no tocante à existência de graves irregularidades na Concorrência nº 05/01 e no Contrato nº 246/2001. A Secob corroborou o entendimento firmado no acórdão recorrido no sentido de que tanto o orçamento base quanto a proposta de orçamento apresentada pela contratada apresentam considerável sobrepreço, *in verbis* (fls. 145/146, vol. 11):

'Sobrepreço de R\$ 20.804.238,08 no orçamento base apresentado pela Prefeitura Municipal de Brusque/SC, destinado à Concorrência 05/2001, o que corresponde a 50,8% da amostra cotada pela Secob (R\$ 40.963.209,50), cuja representatividade é de 89,4% do orçamento citado (cotou-se a quantia de R\$ 61.767.447,58 referente aos R\$ 69.068.627,59 do orçamento base) e

Sobrepreço de R\$ 15.417.811,81 na proposta de orçamento da contratada EIT, o que corresponde a 37,6% da mesma amostra cotada pela Secob (R\$ 40.963.209,50), cuja

representatividade também alcançou 89,4% da planilha constante da proposta citada (cotou-se a quantia de R\$ 56.381.021,30 referente aos R\$ 63.051.812,13 da planilha orçamentária)'.

A título de ilustração acerca da gravidade das ocorrências, vale mencionar a advertência feita pela Secob que dentre '(...) os serviços que constam do jogo de planilha, o que realmente mais chama a atenção é o transporte de material de 2ª categoria, onde o quantitativo executado extrapolou o contrato em 620 vezes'.

Quanto à alegada impropriedade de se aplicar o BDI de referência do SICRO, o TCU já reconheceu que o referido sistema não pode ser adotado de forma absoluta, servindo, a rigor, como um dos possíveis parâmetros de preços de mercado à disposição dos gestores públicos. Abre-se o espaço, portanto, para que o administrador público comprove a justeza dos orçamentos por meio de outras formas idôneas de referência de preços. Contudo, no caso concreto, por meio de meras alegações, rejeita-se o uso da taxa de BDI do SICRO, sem que sejam evidenciadas com precisão as peculiaridades relativas à execução da obra que justificariam a adoção de um BDI diferenciado.

Também não merece prosperar o argumento de que não haveria sobrepreço à luz da faixa de variação de 15% (entre o orçamento base e o orçamento do laudo) plenamente aceitável pela referida resolução do Confea. No ponto, é preciso deixar claro que, mesmo que a variação de preços estivesse dentro daquele percentual, seria temerário apontar de antemão a existência ou ausência de sobrepreço. Isso porque, a definição de percentual a partir do qual se configura o sobrepreço, ou seja, quando se verifica lesão ao erário sujeita à reprimenda dos órgãos de controle, deve ser examinada caso a caso. É dizer: para uma situação um sobrepreço de 15% pode ser tolerado, enquanto que, para outra, esse mesmo percentual pode representar considerável dano ao erário. É o caso, p. ex., de um sobrepreço de 15% num contrato de cem mil reais e num outro de cem milhões de reais. É de se ressaltar, também, os casos em que mesmo um sobrepreço de 1% em relação ao valor total contratado pode configurar prática de gestão reprovável se, p. ex., for explicado pelo sobrepreço de um item da ordem de 200%.

Ademais, como bem observou a Secob, a Resolução do Confea n. 361 é anterior à edição da Lei n.º 8666/93, não refletindo, portanto, o cuidado que a lei dispensou à elaboração do projeto básico, como importante instrumento para a caracterização do objeto licitado. 'A profusão de normas acerca da necessidade de elaboração do projeto básico e do projeto executivo indica a importância que o tema assume perante a legislação em vigor. O exame de inúmeros acórdãos do TCU – dá idéia de como esta Corte de Contas considera relevantes esses documentos para a correta condução da licitação e execução do respectivo contrato. No âmbito do TCU, é perceptível, ademais, que a realização de licitações sem a correta elaboração do projeto básico constitui falha grave, capaz de justificar a paralisação do contrato'.

Fato é que as conclusões do perito judicial, não obstante tenham contribuído para a reformulação do superfaturamento, segundo a análise da Secob, são incapazes de desconstituir as irregularidades que motivam a oitiva dos responsáveis, as quais este membro do MP/TCU, às fls. 72/76 (vol. 11), já referiu em manifestação anterior, a saber: a) 'restrição à competitividade, por não ter havido divisão do objeto'; b) 'profunda alteração feita no projeto da Ponte Irineu Bornhausen, após a assinatura do contrato com a EIT, que acarretou uma mudança da própria concepção construtiva da ponte, descaracterizando completamente o objeto que havia sido licitado'; c) 'realização da licitação sem a existência de um projeto básico completo'; d) existência de jogo de planilha caracterizado pelas 'grandes disparidades nos preços unitários, alguns abaixo dos preços de mercado - justamente os de maiores quantitativos no projeto básico - e outros muito acima dos preços de mercado, de pouca importância no projeto básico; e, finalmente, o aditamento do contrato com o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários elevados e a diminuição dos quantitativos dos itens de preços inferiores'.

Por fim, no que toca à redução do superfaturamento, e as divergências entre a Secob e o diretor da Serur neste particular, a questão requer domínio técnico que escapa às possibilidades de contribuição deste representante do Ministério Público. De todo modo, sou da opinião de que a

dúvida do julgador não deve voltar-se contra as pretensões dos responsáveis. Admitindo-se mais de uma posição igualmente sustentável em termos técnicos, recomenda-se a escolha de uma postura mais conservadora.

Ante o exposto, considero que o laudo pericial ora em exame não tem o condão de elidir as graves ocorrências apuradas no acórdão recorrido, motivo pelo qual reitero minha manifestação no sentido de desprovemento dos recursos, com a ressalva declinada neste parecer em relação às considerações referentes ao valor do débito constante da manifestação da Secob às fls. 118/146 (vol. 11)."

É o relatório.

VOTO

Este processo teve origem em representação apresentada por vereadores do Município de Brusque (SC), tratando de possíveis irregularidades existentes na Concorrência nº 05/2001, efetivada pela Prefeitura para a realização de obras no município. Na Decisão nº 1.577/2002 - Plenário - TCU, esta Corte ordenou a conversão do processo em tomada de contas especial e determinou, cautelarmente, que não mais fossem repassados recursos federais para as obras contempladas no Contrato nº 246/2001, firmado entre o município e a EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, em decorrência da citada concorrência. Ainda em caráter cautelar, determinou-se, também, que a Prefeitura de Brusque suspendesse a execução do referido contrato.

2. Nesta fase, examinam-se recursos de reconsideração interpostos por Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini e pela EIT - Empresa Industrial Técnica S/A contra o Acórdão nº 1.494/2003 - Plenário, que, ao apreciar a tomada de contas especial convertida, deliberou, entre outras medidas: julgar as contas irregulares e condenar em débito (i) Ciro Marcial Roza, solidariamente com Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira, Sandra B. Bertolini e com a empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, pela quantia de R\$ 105.143,4, e (ii) Ciro Marcial Roza, solidariamente com a empresa EIT - Empresa Industrial Técnica S/A, pela quantia de R\$ 1.190.879,62, bem como aplicar multa individual proporcional ao dano, no valor de R\$ 30.000,00 para Ciro Marcial Roza e de R\$ 5.000,00, para Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra B. Bertolini.

3. Inicialmente, informo que o então Relator, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, decidiu desconsiderar a intempestividade do recurso interposto pela EIT - Empresa Industrial Técnica S/A.

4. Superada essa questão, os presentes recursos de reconsideração preenchem os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92 e, portanto, podem ser conhecidos.

5. Na exordial do recurso, o representante de Ciro Marcial Roza, Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini limita-se, em síntese, a apresentar considerações sobre: a ausência do contraditório e da ampla defesa; a impropriedade do julgamento, em face do objeto; a ilegitimidade da imputação de multa; a impropriedade processual; a impropriedade da identificação do responsável; a não auto-aplicabilidade do artigo 57 da Lei nº 8.443/1992 - ausência de discricionariedade; a boa-fé dos agentes envolvidos; a abrangência das atribuições da comissão de licitação; a regularidade da licitação e do respectivo contrato; e a inclusão indevida dos recorrentes e da empresa EIT no Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas pelo Tribunal - CADIRREG.

6. Por sua vez, a EIT – Empresa Industrial Técnica S/A restringe-se a argumentar, em resumo, que: não há débito; existe falha na técnica de auditoria utilizada para apuração do sobrepreço; e não cabe anular o contrato.

7. Nas análises iniciais, a Serur (fls. 55/69, v. 11) e o MP/TCU (fls. 72/76, v. 11) mostram que esses argumentos são improcedentes, não invalidando, portanto, os fundamentos da deliberação que julgou irregulares as presentes contas, com a condenação dos responsáveis ao pagamento de débito e multa e, em consequência, não têm capacidade de modificar o Acórdão nº 1.494/2003 – Plenário.

8. Provocado pela apresentação pelos recorrentes de novos documentos questionando seu posicionamento, em uma segunda manifestação (fls. 72/76, v. 11), o MP/TCU ratifica o parecer anterior e demonstra ser infundada a alegação do representante dos responsáveis de que o Ministério Público Especializado não se pronunciou sobre as preliminares apontadas e a questão de mérito definida pelos recorrentes.

9. De início, observo que o advogado dos responsáveis aborda questões preliminares e de caráter subjetivo, sem, contudo, fornecer elementos capazes de descaracterizar as irregularidades apontadas nos autos (sobrepreço de itens do contrato, aumento de quantidades durante a execução do contrato e falta de parcelamento do objeto).

10. Destaco, também, que a EIT torna a repetir argumentos analisados anteriormente por esta Corte de Contas, sem acrescentar fatos ou documentos que comprovem a lisura de sua atuação no empreendimento contratado com Prefeitura de Brusque/SC.

11. Quanto ao pedido da empresa de alteração do acórdão para que, em vez da anulação do contrato, o Tribunal determine a repactuação dos preços com base no Sicro, concordo com a afirmação da Serur de “... *que não há elementos capazes de demonstrar, efetivamente, que o interesse público estaria preservado mediante o prosseguimento da execução contratual, ainda que ajustados os preços então praticados e compensado o débito apurado. Pelo contrário, considerando a ausência de projeto básico abrangendo a totalidade das obras, a possibilidade de parcelamento da licitação, viabilizando a participação de um maior número de empresas, o pequeno percentual de execução física do contrato, a execução de parte da avença por entidade integrante da administração municipal e as graves irregularidades verificadas na execução parcial do contrato celebrado com a empresa EIT, revelando, inclusive, preocupantes deficiências do projeto básico, entendemos que as consequências da manutenção da deliberação recorrida se afiguram menos prejudiciais aos interesses da sociedade brusquense e à economicidade na aplicação dos recursos federais.*” (fl. 67, v. 11).

12. Conquanto tal entendimento deva ficar registrado, a discussão da continuidade do contrato está superada, pois o Tribunal, ao realizar levantamento de auditoria (cf. Acórdão nº 2.101/2009 – Plenário, exarado no TC 010.761/2009-1), constatou que: “*A Concorrência nº 05/2001 e o Contrato nº 246/2001 não foram anulados pela Prefeitura Municipal de Brusque, tendo, no entanto, se esaurido o prazo de vigência do contrato. (...) As obras do Canal Extravisor no Município de Brusque continuaram com recursos próprios e com recursos do Governo Estadual por meio de novas licitações e contratações, não havendo mais contratações por meio do Contrato nº 246/2001 ou qualquer aporte de recursos federais para a obra. (...) Não houve prorrogação dos prazos inicialmente estabelecidos no contrato. É cediço que o decurso do prazo do contrato leva a sua extinção de vigência, sendo dispensável sua rescisão para a exoneração das obrigações pelas partes (...). Diante disso, o Contrato nº 246/2001, que recebeu recursos do Convênio 200/2001-MI, (...) está extinto pelo decurso de seu prazo de vigência. (...) Portanto, o Contrato nº 246/2001 perdeu o objeto, devido ao término da sua vigência e à realização da obra pela Prefeitura Municipal de Brusque, com recursos próprios e recursos repassados pelo Governo Estadual*”.

13. Portanto, até então, os argumentos dos recorrentes, **per se**, não eram capazes de infirmar o Acórdão nº 1.494/2003 – TCU – Plenário.

14. Todavia, a empresa EIT solicitou juntada aos autos de laudo pericial realizado no âmbito de ação popular que tramita na 3ª Vara da Seção Judiciária de Blumenau/SC (TRF 4ª Região), o qual aponta que o orçamento base constante do Edital de Concorrência nº 05/2001 e do Contrato nº 246/2001 não apresenta sobrepreço que justifique estar o projeto básico da obra em questão em desacordo com a Resolução Confea nº 361, de 10/12/1991.

15. Assim, ante este fato superveniente, em que pese ter-se configurado o “*término da etapa de instrução*”, em face do § 2º do art. 160 do RI/TCU, o então Ministro-Relator Marcos Vilela encaminhou os autos à Secob, para exame dos novos documentos acostados aos autos e, após, à Serur e ao MP/TCU para novos pronunciamentos.

16. É de se destacar que o débito imputado aos responsáveis no acórdão recorrido foi composto de duas partes: a primeira, no total de R\$ 105.143,41, de responsabilidade do ex-prefeito (Ciro Marcial Roza), dos então integrantes da comissão de licitação (Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandoli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini) e da construtora EIT, referente a superfaturamento originário de sobrepreço dos itens da proposta vencedora multiplicado pelas quantidades inicialmente contratadas; e a segunda, de R\$ 1.190.879,62, correspondente à diferença entre o valor total do superfaturamento e o valor apurado para a primeira parte (R\$ 1.296.023,03 – R\$ 105.143,41), imputada apenas ao ex-prefeito e à empresa EIT. Tal divisão ocorreu em razão do entendimento de que os integrantes da comissão de licitação não deviam ser responsabilizados pela parte que foi realizada indevidamente, uma vez que a execução do contrato fugiria à responsabilidade da comissão.

17. A Secob (fls. 118/146, v. 11), após realizar detido exame dos novos documentos juntados, refez os cálculos que apontaram superfaturamento na obra, chegando à conclusão de que o débito histórico total ficou reduzido de R\$ 1.296.023,03 para R\$ 605.438,48, a ser imputado unicamente à construtora EIT e ao ex-prefeito de Brusque/SC, Ciro Marcial Roza, pois a outra parcela do débito, imputada aos integrantes da comissão de licitação, ao ex-mandatário municipal e à empresa, deixou de existir, uma vez que a parcela de superfaturamento decorrente de sobrepreço passou a ser um valor negativo.

18. Na Serur, numa segunda manifestação, houve posicionamentos divergentes em relação à conclusão da Secob.

19. Com efeito, na instrução de fls. 151/158 (v. 11), o auditor de controle externo da Serur concordou com a Secob e propôs dar provimento parcial ao recurso, alterando, portanto, os itens do acórdão recorrido necessários ao ajuste dos novos valores da condenação, indicados pela secretaria especializada em fiscalização de obras.

20. O despacho do diretor da Secretaria de Recursos, endossado pelo secretário, no entanto, divergiu da instrução do auditor e propôs manter a proposta inicial dessa unidade técnica no sentido de não acolher as razões recursais e manter intacto o acórdão guerreado.

21. No seu último pronunciamento, o MP/TCU, no que se refere às divergências entre a Secob e o diretor da Serur, asseverou que “*a dúvida do julgador não deve voltar-se contra as pretensões dos responsáveis [e], admitindo-se mais de uma posição igualmente sustentável em termos técnicos, recomenda-se a escolha de uma postura mais conservadora*”.

22. Não obstante, concluiu o Procurador-Geral que “*o laudo pericial ora em exame não tem o condão de elidir as graves ocorrências apuradas no acórdão recorrido, motivo pelo qual reitero minha manifestação no sentido de desprovimento dos recursos, com a ressalva declinada neste parecer em relação às considerações referentes ao valor do débito constante da manifestação da Secob às fls. 118/146 (vol. 11)*”.

23. Alinho-me ao posicionamento do MP/TCU.

24. Ao examinar as razões recursais e as análises sobre elas realizadas, verifico que, de fato, subsistem as impropriedades que ensejaram o julgamento pela irregularidade da tomada de contas especial. Em que pese o laudo apresentado, não foram trazidos aos autos fatos ou argumentos capazes de elidir as irregularidades apuradas na instrução da TCE, quais sejam: *“restrição à competitividade, por não ter havido divisão do objeto; alteração feita no projeto, após a assinatura do contrato com a EIT, descaracterizando completamente o objeto que havia sido licitado; realização da licitação sem a existência de um projeto básico completo; existência de grandes disparidades nos preços unitários, alguns abaixo dos preços de mercado - justamente os de maiores quantitativos no projeto básico - e outros muito acima dos preços de mercado, de pouca importância no projeto básico; e o aditamento do contrato com o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários elevados e a diminuição dos quantitativos dos itens de preços inferiores”*.

25. Neste ponto, como bem lembrou o representante do Ministério Público, não há divergências nos posicionamentos das unidades técnicas que se pronunciaram nos autos, porquanto as dissonâncias *“(...) restringiram-se à extensão do débito (cálculo do superfaturamento). Agora, as opiniões são uníssonas no tocante à existência de graves irregularidades na Concorrência nº 05/01 e no Contrato nº 246/2001. A Secob corroborou o entendimento firmado no acórdão recorrido no sentido de que tanto o orçamento-base, quanto a proposta de orçamento apresentada pela contratada apresentam considerável sobrepreço”*.

26. Assim, estando esclarecidas as questões de mérito atacadas nos recursos opostos ao acórdão condenatório, conforme excertos das instruções das unidades técnicas e dos pareceres do MP/TCU, transcritos no relatório que antecede a este voto, resta como ponto a equilibrar a suscitada divergência entre os posicionamentos da Secob e dos dirigentes da Serur.

27. Inicialmente, seguindo a linha do último parecer do MP/TCU, considero que as divergências entre as unidades técnicas do Tribunal não são óbices para uma decisão balizada desta Corte. Como bem assevera o Procurador-Geral, *“o exame do assunto sob várias perspectivas possibilita o Tribunal formar um juízo seguro acerca da gestão em julgamento”*.

28. Neste sentido, em atenção ao Princípio da Verdade Material que norteia o processo e, ainda, considerando a isenção do laudo produzido por perito nomeado pelo juiz federal, entendo que deve prevalecer o posicionamento da secretaria especializada em fiscalização de obras, pelas razões apresentadas no seu parecer, as quais considero bem ponderadas e tecnicamente alicerçadas.

29. Assim, é de prudência reformar o acórdão, conforme proposto pelo auditor da Serur, alterando o valor do débito constante do item 9.1.2 para R\$ 605.438,48, nos termos do entendimento da Secob.

30. Ademais, como tal reforma leva à alteração do valor do débito total imputado ao ex-prefeito, Ciro Marcial Roza, a multa que lhe foi aplicada, com supedâneo no art. 57 da Lei nº 8.443/92, ou seja, proporcional ao dano, deve, igualmente, ser reduzida na mesma proporção da diminuição do débito. Portanto, o valor da multa, constante no item 9.2.1 do acórdão a ser reformado, deve ser alterado para R\$ 14.000,00.

31. Não obstante, como subsiste a irregularidade das contas de todos os responsáveis, embasada no art. 16, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.443/1992 (*“dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico”*), cabe aplicar multa a Cesar Morilo Roza, Edson Leomar Comandolli, Elias da Luz, Jefferson Silveira e Sandra Bertoldi Bertolini, então membros da Comissão Especial de Licitação, ex-vi do que preconiza o art. 58, inciso III, deste normativo. Assim o item 9.2.2 do acórdão deve ser alterado.

32. Os demais itens do acórdão, pelas razões já expostas, devem ser mantidos.

Assim sendo, acolho os pareceres do auditor da Serur, de fls. 151/158 (v. 11), da Secob e do Ministério Público, de fls. 166/169 (v. 11), e voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto ao Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 24 de novembro de 2010.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.


O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 13, combinado com os artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a minha participação no “**GSMA Mobile World Congress 2011**” a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estarei ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro do corrente.

Sala das Sessões, em de de 2011.



Senador WALTER PINHEIRO

Ofício nº 007/2011 - GSWP

Brasília, 03 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,




José Sarney
Presidente

Informo a V. Ex^a que participarei do evento “**The GSMA Mobile World Congress 2011**”, cujo convite segue em anexo, na cidade de Barcelona, Espanha, no período de 14 a 17 de fevereiro corrente.

Nesse sentido, nos termos regimentais, bem assim, em conformidade ao Art. 8º do Ato nº 5, de 2006, da Comissão Diretora, muito agradeceria as providências para autorização de diárias para esse período acima citado.

Atenciosamente,



Senador Walter Pinheiro

Exmo. Sr.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Ministerial Programme

Senator Walter Pinheiro
Federal Senate
Government of Brazil

GSM Association
7th Floor
5 New Street Square
London EC4A 3BF
United Kingdom
Tel: +44 (0)20 7759 2300
Fax: +44 (0)20 7759 2301
Web: www.gsma-world.com

Friday 7th January 2011

Personal Invitation to GSMA Mobile World Congress

14th-17th February 2011, Barcelona, Spain

Dear Senator,

The GSMA Mobile World Congress 2011 will be held in Barcelona, Spain from 14th-17th February 2011. As you are aware, this Congress is the largest and most prestigious annual event for the global mobile industry and attracted more than 49,000 telecom executives last year.

Your presence at the Mobile World Congress would be very much appreciated and I hope you will accept this invitation. Due to the numbers of delegates expected at the Mobile World Congress (approximately 50,000 visitors in total), I strongly encourage you to confirm as soon as possible in order to secure your participation at this world-class forum.

I look forward to welcoming you to Barcelona.

Yours sincerely,



Robert G. Conway
Chief Executive Officer
Member of the Board
GSMA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 17/02/2011.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O requerimento lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2011

Requeiro nos termos do **Artigo 222**, do Regimento Interno do Senado Federal, **voto de aplauso** ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, **Sérgio Cabral**; ao Secretário de Segurança do Rio Janeiro, **José Mariano Beltrame**; e à Delegada **Martha Mesquita da Rocha**, nomeada Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Marta Rocha será a primeira mulher a assumir o cargo de Chefe da Polícia Civil e estará no comando de 12 mil policiais civis. A Delegada entrou na Polícia Civil em 1983. Ela ocupava a Diretoria do Departamento de Polícias de Atendimento à Mulher (DPAM), onde coordenava todas as delegacias especiais de Atendimento à Mulher. Marta Rocha já atuou como subchefe de polícia e também como corregedora de polícia.

A nomeação é condizente com a diretriz da Presidenta Dilma Rosset de aumentar a participação de mulheres em cargos de destaque. Hoje as mulheres já ocupam nove ministérios, a Primeira Vice-Presidência do Senado, a Primeira Vice-Presidência da Câmara dos Deputados e a Diretoria-Geral do Senado Federal. O impacto de tais nomeações também é esperado no setor privado.

Sala das Sessões,

Senadora **MARTA SUPLCY**
PT-SP

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, 43 DE 2011

Estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta § 5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 71.

.....

§ 5º O intervalo expresso no caput poderá ser fracionado, quando compreendido entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os condutores e cobradores de veículos rodoviários, empregados em empresas de transporte público coletivo de característica urbana e metropolitana, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade e a economia contemporâneas, num contexto de vertiginosa globalização, estão marcados pela diversificação dos setores econômicos e dos segmentos sociais a eles ligados e por eles afetados. Todos estão interligados, em crescente complexidade. Tudo isso se projeta nas relações entre capital e trabalho e traz novos desafios à intervenção do Estado na tutela do trabalhador, bem como às organizações sindicais e empresariais.

A intervenção estatal que, notadamente através da legislação do trabalho, busca assegurar a todos os trabalhadores, em especial no que tange à higiene e à segurança do trabalho, uma garantia básica de direitos e de proteção, para efetivação dos princípios constitucionais da dignidade humana do trabalhador e do valor social do trabalho – denominado “patamar civilizatório mínimo” – encontra naquela diversidade setorial um obstáculo a enfrentar.

O legislador e a autoridade administrativa, no exercício das funções legislativa e regulamentatória, atuam necessariamente através de normas gerais, sendo-lhes, contudo, impossível nelas prever a multiplicidade das situações concretas existentes na realidade cada vez mais diferenciada, e as mudanças, cada vez mais velozes, na sociedade e no sistema de produção, sentidas e vivenciadas por aqueles que nelas estão concretamente envolvidos.

Disto resulta que, em face de situações não previstas e não regulamentadas especificamente, a norma garantidora estatal, na sua generalidade uniforme, pode se revelar inadequada e mesmo contrária, à própria efetivação da garantia por ela buscada, inclusive com o risco de, em razão disto, ser simplesmente, na prática, abandonada.

Exemplo desta situação ocorre no setor de transporte público urbano e metropolitano. Sabemos que, quando da promulgação da CLT, a realidade brasileira nos grandes centros urbanos, quanto ao sistema viário, era totalmente diferente do que se apresenta atualmente.

O transporte rodoviário urbano e metropolitano é uma atividade relativamente nova, mais nova que a própria CLT que, por razões óbvias, não acompanhou as mudanças de hábitos dos profissionais ocorridas nos últimos tempos, tais como a forte concentração e deslocamento nos horário de pico - das 6h às 9h e das 17h às 20h.

Hoje em dia, principalmente nos grandes centros urbanos, o sistema viário apresenta grandes problemas de congestionamentos e a atividade de transporte é desenvolvida na via pública, sob as condições imprevisíveis do tráfego, impossibilitando o cumprimento da legislação vigente sobre o intervalo intrajornada.

Importante salientar que a adequação deste intervalo às atuais condições de trabalho tem o apoio da classe laboral em manter o mesmo ora pactuado nas convenções e acordos coletivos, por assim o permitir um tempo muito maior para o convívio familiar e ao descanso em condições de tranquilidade e conforto. A tudo isso se acrescenta a peculiaridade do serviço com relação à essencialidade e continuidade.

Por outro lado, os segmentos sociais vinculados aos setores específicos, de trabalhadores e de empresários, que vivenciam diretamente aquelas diferentes realidades, adquirem, no âmbito de uma sociedade pluralista e politicamente democrática, crescente consciência de suas responsabilidades e direitos, com força e poder de expressão e negociação através das organizações sindicais que os representam.

Sob o influxo dessa realidade é que vêm sendo inseridos mecanismos de adequação daquelas normas gerais às peculiaridades de setores específicos pela via legislativa e jurisprudencial.

Seja pela flexibilização da norma geral pela via legislativa, com regulamentação específica de situações especiais, seja pela via jurisprudencial, estendendo, por analogia, a aplicação de normas especiais a outras situações equivalentes, igualmente singulares, mas não previstas na norma especial.

Ou, mais modernamente, e com grande amplitude, deferindo, por força de lei ou regulamento, à negociação direta dos próprios interessados, através de negociação das entidades sindicais que os representam, a adequação setorial da norma geral. E, ainda, por meio da jurisprudência, na valoração e validação das convenções e acordos coletivos que flexibilizam a rigidez uniforme daquelas normas gerais na sua aplicação a situações singulares por elas não previstas.

Assim é que, por exemplo, o princípio geral do intervalo intrajornada com duração mínima de uma hora é flexibilizado, na própria CLT, para os trabalhadores em equipagem de trens e estações do interior (CLT, arts. 236 e 247), admitindo-se, para aqueles, o gozo do intervalo nas paradas da composição e instituindo-se para os últimos o conceito da hora de sobreaviso, jurisprudencialmente estendido a outras situações tidas como equivalentes.

São exemplos, ainda, de flexibilização legislativa direta, naquele mesmo ponto, para situações não previstas pelo legislador celetista, os da legislação especial para os trabalhadores em exploração de petróleo e na indústria petroquímica nos casos previstos na Lei nº 5.811, de 1972, incluindo até a possibilidade de supressão do intervalo, e da legislação especial dos aeroviários e aeronautas (Lei nº 7.183, de 1984).

Exemplificam, por outro lado, a tendência mais atual, de entregar a adequação setorial da norma geral à negociação do próprio interessado, ou a ela condicioná-la, a partir do modelo constitucional de flexibilização da jornada e da irredutibilidade salarial por acordo ou convenção coletiva, como :

- a) a Lei nº 10.101, de 2000, deferindo à negociação dos interessados a disciplina da participação nos lucros ou resultado;
- b) o art. 476-A da CLT, subordinando a convenção ou acordo coletivo a suspensão do contrato de trabalho ali previsto; e
- c) a Portaria nº 1.120, de 1995, do MTE/GM que subordina a adoção do controle de jornada alternativo à previsão em norma coletiva.

A flexibilização, compreendida nos limites da adequação da norma geral à situação peculiar setorial, promovida pelos próprios interessados, não pode ser confundida, nem deve ser instrumento da simples supressão de garantia ou precarização de condições de trabalho. Deve, ao contrário, dar garantia a efetividade possível e adequada na situação concreta, desse modo preservando-a e aos valores buscados, com as compensações que couberem.

A premissa de aquela flexibilização ficar condicionada ao acordo sindical assegura que os interesses dos trabalhadores sejam considerados e compostos, pressupondo, também, proporcionalidade, razoabilidade, conduta transparente e boa-fé, excluindo, como propósito ou resultado, a exploração ou a discriminação de trabalhadores.

Desta forma, entendemos que adequar a CLT aos tempos atuais, privilegiando os acordos ou convenções coletivas como instrumentos de excelência daquela adequação setorial das normas gerais, é reconhecer que os mesmos refletem a vontade das partes e são, portanto, um importante incentivo à composição dos conflitos pelos próprios interessados no atendimento de suas necessidades setoriais.

Contamos dessa forma com a colaboração dos senhores e senhoras senadores e senadoras para um debate aberto e franco sobre as condições de trabalho no setor de transportes, visando à aprovação e ao aperfeiçoamento da proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador **CLÉSIO ANDRADE**

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.8.1943

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

§ 4º - Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Incluído pela Lei nº 8.923, de 27.7.1994)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2011

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas alternativas no caso de furto de coisa de pequeno valor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 155.

.....
§ 2º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz deverá aplicar uma das seguintes penas:

I – admoestação verbal;

II – prestação de serviços à comunidade, por até 1 (um) ano;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, pelo prazo de até 1 (um) ano.

.....
§ 6º O agente da conduta prevista no § 2º deste artigo, salvo se houver concurso com outros crimes de maior gravidade, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende despenalizar o furto de coisa de pequeno valor em atenção ao princípio da insignificância.

Isso porque, segundo a advogada voluntária Sônia Regina Arrojo e Drigo, que atua em nome da Pastoral Carcerária, ao relatar a situação de uma mulher presa em flagrante por mais de um ano pela tentativa de furto de um frasco de xampu e de um condicionador, juntos avaliados em R\$ 24,00:

Não é uma questão de punição do ponto de vista penal. É social. Essas pessoas não são perigosas, não pegam em armas, não agredem ninguém. Essas pessoas têm dificuldade de lidar com a incapacidade financeira. Hoje, você tem uma questão de propaganda de xampus, comida, iogurtes e roupas que é insuportável. É muito difícil você resistir. Isso não justifica pegar nada que seja dos outros. Mas uma vez que não deu pra resistir a essa vontade, isso é um problema que deveria ser levado a um serviço social. (...) Muitas dessas mulheres têm um perfil único. São sempre pessoas com grande dificuldade financeira, de baixa escolaridade e com uma dificuldade muito grande de se colocar no mercado de trabalho.

[Agência Brasil: Pastoral Carcerária defende mudança na lei de pequenos furtos, 25.05.2009, disponível na internet: <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=273041>, acesso em 15.12.2010]

A intenção ao propormos esta modificação legislativa é que se alivie a pressão sobre o sistema carcerário brasileiro, já bastante inchado pelo crescente número de ingressos, deixando que apenas crimes realmente ofensivos à sociedade sejam combatidos com penas de reclusão. O pequeno furto deve ser combatido, porém o encarceramento de delinquentes pode ter, em nosso entendimento, um resultado reverso, ao colocar indivíduos ainda sem total comprometimento moral em contato com reais criminosos em celas superlotadas, prejudicando sua recuperação.

A imposição de penas alternativas, que possuem caráter pedagógico, tem maior efetividade na correção destes indivíduos que o puro encarceramento. Além de o condenado poder reverter a pena em benefício para a comunidade, ao invés de criar mais despesas.

Devemos alterar a ótica vigente a aplicação de penas, pela qual o encarceramento é a principal forma de corrigir os delitos. A forma revanchista com que são aplicadas as penas em nada contribui para a recuperação dos encarcerados, pelo contrário tem tornado as prisões em grandes "barris de pólvora".

Diante de tal quadro é que propomos a alteração do Código Penal para, a um só tempo, prever a possibilidade de cumprimento da pena por pequenos furtos com a prestação de serviços a comunidade e reduzir a demanda por mais vagas no sistema carcerário, com protagonistas de delitos pouco relevantes, mas ainda assim merecedores de punição.

Esse o contexto, buscamos o apoio de nossos Nobres Pares para remediar o que consideramos uma grave injustiça.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA RITA ESGARIO**

*LEGISLAÇÃO CITADA***DECRETO-LEI N° 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.****Código Penal.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL
TÍTULO I
DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Anterioridade da Lei

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Lei penal no tempo

Art. 2º -

.....

.....

.....

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I
DO FURTO

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Furto de coisa comum

Art. 156 -

.....

.....

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, 45 DE 2011

Acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregadas, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 27.

.....
VI - Cumprimento do disposto no Art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 dias após sua publicação.

(*) Republicado para correção do despacho.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira tem dispensado tratamento específico para as pessoas com deficiência. A própria Constituição Federal de 1988 em seu art. 7º, inciso XXXI explicita a proibição de discriminação do trabalho dos portadores de deficiência, não só quanto à admissão, bem como referente à contraprestação pelo trabalho.

Ocorre que não obstante o mandamento constitucional, historicamente tais trabalhadores têm sofrido os mais variados tipos de discriminação. Esta não se verifica apenas no tocante ao trabalho, mas à própria vida social, cultural e esportiva.

No tocante à atividade laborativa, tal alijamento ocasiona inúmeros problemas para as pessoas com deficiência. Primeiro, no que se refere à vida financeira, quando estes trabalhadores não têm uma fonte de renda, o que os priva de obter os meios materiais para uma vida mais digna.

Além do aspecto econômico soma-se o aspecto psicológico que se reflete na inserção da pessoa com deficiência na comunidade produtiva e na possibilidade de demonstrar capacidade de desenvolver determinadas atividades tanto quanto qualquer outro trabalhador. Nesse sentido, o trabalho representa uma forma de emancipação do indivíduo.

Tendo em vista a importância do trabalho para o ser humano e, ao mesmo tempo, a intensa discriminação quanto ao acesso da pessoa com deficiência, a Lei 8213/91 estabeleceu em seu Art. 93, um sistema de cotização compulsória. Assim, nas empresas do setor privado que contenham mais de 100 empregados, observarão as seguintes proporções:

- I – de 100 a 200 empregados, 2%;
- II – de 201 a 500 empregados, 3%;
- III – de 501 a 1000 empregados, 4%;
- IV – de 1001 ou mais empregados 5%.

No entanto, o reiterado descumprimento da norma supracitada, dificulta a inclusão da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho. Assim, o referido projeto constitui mais um importante instrumento legislativo a ser utilizado para buscar a

efetividade da lei em análise, forçando aquelas empresas que participam de processos licitatórios a cumprir as cotas, sob pena de não estarem habilitados à participação.

Tal comprovação partirá da própria empresa, que irá procurar a Delegacia Regional do Trabalho mais próxima para comprovar sua regularidade e obter uma declaração junto ao órgão.

Cabe acrescentar, desta forma, a importância da intercomunicação e da parceria entre as instituições do terceiro setor que trabalham com pessoas com deficiência, entre as empresas que recebem tais pessoas como mão de obra e, também, com o Estado. Todos no processo de integração e reintegração destes indivíduos excluídos.

Sob este enfoque, muito embora tenha se verificado que essas parcerias seriam possíveis e necessárias, observou-se a dificuldade de integração entre as próprias instituições, seja por receio de superposição de um ente em relação ao outro, ou por um egoísmo disfarçado, no qual visam atingir seus próprios interesses.

Somados a estes fatores, temos também a falta de cultura em tentar formar uma teia de ajuda mútua, em prol de interesses hoje ainda pouco valorizados, como é o caso o da árdua tarefa de inserir a pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho.

Destarte, para amenizar o quadro de exclusão das pessoas com deficiência deverá ocorrer uma maior participação de todos, inclusive dos órgãos responsáveis pela habilitação, reabilitação, proteção ou qualquer outro tipo de conduta concernente a tutelar e garantir os direitos das pessoas com deficiência de forma real e efetiva.

Importante mencionarmos, também, a emergência do Terceiro Setor no Brasil como uma tentativa de suprir as responsabilidades sociais que o primeiro e segundo setor, esferas antes muito bem delimitadas, não conseguiram realizar.

Observa-se que com essa emergência, cria-se uma rede social em torno da pessoa com deficiência, onde as instituições do setor privado assumem a responsabilidade, que de acordo com a Constituição da República é um dever Estatal, mas que como foi dito outrora, é dever também de todo cidadão, bem como de todo o setor econômico.

Dentre essas instituições, de acordo com a natureza jurídica de cada uma delas, podemos citar as Associações, OSCIP's e fundações, que têm contribuído para interligar a Teia Social responsável para arcar com a responsabilidade social de inserir o deficiente no mercado de trabalho.

Importante pontuar que um dos problemas enfrentados é a omissão legislativa. Daí a importância do projeto de Lei proposto, no qual dispõe sobre a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescentando o inciso VI ao artigo 27, prevendo mais um requisito para a habilitação em licitações, na qual exige dos interessados, documentação relativa ao cumprimento do disposto no Art. 93 da Lei 8.213/91, que trata das cotas destinadas às pessoas com deficiência nas empresas do setor privado.

Portanto, é importante enfatizarmos que o maior óbice enfrentado pelas instituições do Terceiro Setor, pelos Órgãos Públicos e, principalmente, pelos deficientes é o preconceito arraigado na sociedade, muitas vezes mascarado por práticas paternalistas. Cabe ressaltar que é este o principal instrumento formador da teia que exclui a pessoa com deficiência do mercado formal de trabalho.

A presente proposta legislativa é fruto do Programa de Proposição Legislativa – PPL da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, onde alunos do curso de direito se colocam na figura do legislador para entenderem as dificuldades do processo legislativo.

Tal programa tenta aproximar o meio acadêmico da esfera pública, ampliando o diálogo entre o Legislativo e os alunos, possibilitando o aperfeiçoamento legislativo e o engrandecimento acadêmico dos alunos e futuros bacharéis em Direito.

Por entendermos a importância da proposição e em homenagem aos alunos que se dedicaram na elaboração da presente proposta, apresentamos o projeto para avaliação de nossos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senadora ANA RITA ESGARIO

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da
Constituição Federal, institui normas para

licitações e contratos da Administração Pública
e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta
e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Dos Princípios

Art. 1º

Seção II
Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados,
exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal.

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Art. 28.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da
Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art.

2º

.....

.....

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- | | |
|-------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante. | 5%. |

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Seção VII

Da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço

Art. 94.
.....
.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2011 – COMPLEMENTAR

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14.

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, ressalvado o direito das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, aplicarem no exterior, mediante doação e em projetos e atividades de ajuda humanitária nos casos de catástrofes, observados os seguintes limites e condições:

a) até 5% de suas receitas anuais, quando efetuarem doações em espécie; ou

b) até o limite de 100% das doações **in natura** que, especificamente, receberem para os referidos projetos e atividades de ajuda humanitária.

Art. 2º O controle sobre a efetividade da destinação final das doações referidas no art. 1º será feito mediante gestão da entidade doadora brasileira e de sua respectiva representação no país destinatário, sem prejuízo do controle exercido pelas autoridades fiscais e monetárias brasileiras sobre as respectivas operações.

Parágrafo único. Nas atividades de controle das doações, deverão ser observadas a necessidade, a adequação dos meios e a proporcionalidade da ajuda humanitária em face das consequências materiais e imateriais decorrentes da catástrofe.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os Constituintes de 1988 mantiveram a imunidade de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos. Concederam, ademais, idêntica imunidade aos partidos políticos e suas fundações, e aos sindicatos dos trabalhadores.

Todavia, o Código Tributário Nacional (CTN), lei ordinária de 1966 recepcionada pela Carta Magna como lei complementar, restringe o alcance da imunidade à aplicação integral dos recursos dessas entidades em território nacional.

Ora, essa restrição é incompatível com a ingente necessidade de ajuda humanitária no exterior, por parte das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, mormente em situações de catástrofes, como as recentemente vivenciadas pelos povos do Haiti e do Chile.

Com efeito, o presente projeto de lei visa assegurar a imunidade de impostos às entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando aplicarem até 5% de suas receitas anuais em projetos e atividades de ajuda humanitária no exterior, mediante doações em espécie. Para o caso de ajuda **in natura**, a imunidade tributária fica limitada ao montante da doação que, especificamente, essas entidades receberem para o socorro humanitário.

A proposta não causa descapitalização das entidades nem prejuízos ao erário, na medida em que restringe as doações à fração mínima de seus fluxos

anuais de renda. Como visto, trata-se de renda já imune de tributação.

Enfatize-se que a proposição determina a observância, pelas atividades de controle, da razoabilidade e da proporcionalidade das doações. Isto é, a compatibilização entre a necessidade e a adequação dos meios (doações em espécie ou **in natura**) para que sejam atingidos eficaz e eficientemente os fins almejados com a lei.

Importante lembrar que a dimensão política, econômica e cultural do Brasil, especialmente em mundo globalizado, requer maior inserção do País em projetos e atividades dessa natureza, sobretudo quando se considera a inegável experiência acumulada pelas referidas entidades.

Por outro lado, cabe ressaltar que o Brasil dispõe de eficiente sistema de controle das operações cambiais, exercido pelo Banco Central do Brasil e pelos demais órgãos públicos que compõem o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAFI – dentre os quais a CGU, PGFN, SRF, AGU, DPF, MRE e CVM. Dispõe, também, de um conjunto de normas destinadas à prevenção e à repressão de condutas ilícitas associadas aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e à utilização do sistema financeiro para prática de ilícitos previstos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Portanto, pode-se afirmar que existe no País arcabouço legal e institucional indutor do bom uso do instrumento legal ora proposto, além dos justos fins sociais almejados com a presente proposição.

Submeto, assim, o presente projeto de lei à apreciação dos ilustres pares.

Sala das Sessões – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Denominado Código Tributário Nacional

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº , DE 2011 –COMPLEMENTAR**

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem

doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

IV – cobrar imposto sobre:

c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela LCP nº 104, de 10-1-2001)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II

Disposições Especiais

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela Lei nº 104, de 10-1-2001)

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art. 14.

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, ressalvado o direito das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, aplicarem no exterior, mediante doação e em projetos e atividades de ajuda humanitária nos casos de catástrofes, observados os seguintes limites e condições:

a) até 5% de suas receitas anuais, quando efetuarem doações em espécie; ou

b) até o limite de 100% das doações **in natura** que, especificamente, receberem para os referidos projetos e atividades de ajuda humanitária.

Art. 2º O controle sobre a efetividade da destinação final das doações referidas no art. 1º será feito mediante gestão da entidade doadora brasileira e de sua respectiva representação no país destinatário, sem prejuízo do controle exercido pelas autoridades fiscais e monetárias brasileiras sobre as respectivas operações.

Parágrafo único. Nas atividades de controle das doações, deverão ser observadas a necessidade, a adequação dos meios e a proporcionalidade da ajuda humanitária em face das consequências materiais e imateriais decorrentes da catástrofe.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

.....
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2011

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º É facultado aos partidos políticos, na circunscrição da respectiva eleição, celebrar coligações para as eleições majoritárias, inclusive para o cargo de Senador.

.....
§ 2º Na propaganda eleitoral a coligação usará sob a sua denominação, obrigatoriamente, as legendas de todos os partidos que a integram.

.....
V – é vedada a coligação nas eleições para os cargos de vereador, deputado estadual e distrital e deputado federal.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o §1º do art. 10 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997.

Justificação

Um dos temas mais importantes da reforma política que a sociedade brasileira tem reclamado dos

membros do Congresso Nacional é, sem dúvida, a instituição de um sistema eleitoral que efetivamente respeite a verdade eleitoral, quer dizer, que reflita, com precisão, a vontade do eleitor expressa nas urnas.

A proibição de coligações nas chamadas eleições proporcionais constitui, sem qualquer sombra de dúvidas, uma das medidas mais significativas endereçadas a alcançar esse propósito. As coligações, quando aplicadas às eleições proporcionais, em nosso sistema eleitoral proporcional de listas abertas, com voto uninominal, acabam por servir à “colonização” de um partido por outro, em desfavor da efetiva representação popular nas casas legislativas respectivas.

Desse modo, submetemos ao exame dos eminentes membros do Senado Federal o presente projeto, para o qual solicitamos a devida atenção e as sugestões com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

.....
Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2011

Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 – o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, sob influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa que determine dependência:

Penas – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição

de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º Se da conduta resultar lesão corporal, aplica-se a pena de detenção, de 1(um) a 4 (quatro) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 2º Se da conduta resultar lesão corporal de natureza grave, aplica-se a pena de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 3º Se da conduta resultar morte, aplica-se a pena de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 4º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 1/2 (metade) se a condução se dá:

I – sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação ou, ainda, se suspenso ou cassado o direito de dirigir;

II – com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo;

III – nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas;

IV – transportando menor, idoso, gestante ou pessoa que tenha seu discernimento reduzido;

V – no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros ou cargas;

VI – em veículos que exijam Carteira de Habilitação na categoria C, D ou E;

VII – em rodovias;

VIII – gerando perigo de dano.

§ 5º A caracterização do crime tipificado neste artigo poderá ser obtida:

I – mediante testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outros meios que, técnica ou cientificamente, permitam certificar o estado do condutor;

II – mediante prova testemunhal, imagens, vídeos ou a produção de quaisquer outras provas em direito admitidas”.

Justificação

De acordo com a legislação em vigor, a condução de veículo automotor sob a influência de determinada dosagem etílica no sangue configura um tipo penal.

Hoje são exigidos pelo menos 6 decigramas de álcool por litro de sangue.

Até essa alteração, que ficou conhecida como “*Lei Seca*”, a dosagem etílica podia ser presumida, ou medida de forma indireta, por prova testemunhal ou exame de corpo de delito indireto ou supletivo, porque não existia a exigência quantitativa de determinada concentração de álcool no sangue do condutor. Tais mudanças no referido artigo, que em tese tornaram a lei mais dura contra os infratores de trânsito, viabilizou, de acordo com dados do Ministério da Saúde, uma redução nas mortes em acidentes de trânsito.

Entretanto, em setembro do ano de 2010, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu **Habeas Corpus** para trancar a ação penal contra motorista que recusou sujeitar-se ao exame de bafômetro. É que, por meios indiretos de prova, é impossível quantificar a concentração de álcool no sangue como passou a exigir o tipo penal.

Os Detrans de todo o país passaram a trabalhar, então, para não permitir que a decisão do Tribunal mencionado se consolidasse no Poder Judiciário e houvesse, por conseguinte, um esvaziamento dos efeitos positivos da “*Lei Seca*”. O Detran-ES, por exemplo, em parceria com a Associação Nacional dos Detrans, propôs anteprojeto – elaborado depois de consulta pública –, estabelecendo-se a “tolerância zero” para a condução de veículos sob a influência de qualquer quantidade de álcool ou de outras drogas. O anteprojeto em questão contou, na sua elaboração, com ampla participação popular, o que incluiu um importante debate entre especialistas e técnicos da área.

O presente projeto de lei, ao inspirar-se no citado trabalho do Detran-ES, também é resultado de processo de construção democrática de uma proposta mais eficaz para a consolidação da paz no trânsito. Conta, por conseguinte, com respaldo popular e técnico, o que garantirá, em grande medida, sua aplicação social.

É verdadeiramente essencial que a obtenção das provas para a configuração do crime de direção sob a influência de álcool ou outras drogas volte a ser obtida não só por meio do “teste do “bafômetro” ou de sangue, mas, em caso de recusa ao teste, também por todas as demais provas lícitas admitidas em direito.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código Brasileiro de Trânsito

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de

sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008) Regulamento

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2011

Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidos ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I – o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime;

II – presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77 do Código Penal;

III – não se trate de crime cometido com violência doméstica ou familiar contra a mulher, nos termos do art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende fazer valer a disposição constante do art. 41 da *Lei Maria da Penha*, de seguinte teor: “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente-

mente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”

Isso porque, conforme reportagem de Ana Elisa Santana, publicada pelo Jornal **Correio Braziliense** em 22 de janeiro de 2011, a aplicação da citada disposição legal vinha contribuindo para mudar a cultura dos brasileiros. A matéria divulga dados do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS-2010) sobre igualdade de gênero do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que demonstram que 91% da população é a favor da responsabilização criminal do infrator nos casos em que a mulher sofre agressão de seu companheiro, mesmo que ela não apresente ou que retire a queixa. Tais dados indicam ainda que 78,6% dos entrevistados consideram que a *Lei Maria da Penha* pode evitar ou diminuir a violência contra as mulheres.

Diante desse contexto, causa-nos verdadeira decepção a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, julgando o **Habeas Corpus** nº 154.801, entendeu ser aplicável a suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher. Ora, esse benefício fora instituído pela Lei nº 9.099, de 1995, razão pela qual não poderia ser aplicado em relação às situações de que trata a *Lei Maria da Penha*.

Nas palavras da própria Maria da Penha Maia Fernandes, ouvida pela já mencionada reportagem, a posição do STJ “reflete a cultura machista da sociedade e abre precedentes para que os homens pensem que vão ficar impunes”.

Diante de tal quadro é que propomos a alteração da *Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais*, de modo a explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes regidos pela Lei nº 11.340, de 2006. Nesse sentido, buscamos o apoio de nossos Nobres Pares para remediar o que consideramos uma grave injustiça.

Sala das Sessões, – Senadora **Gleisi Hoffmann**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado

por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – proibição de freqüentar determinados lugares;

III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência

contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

DECRETO LEI Nº 2.848, DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal .

Art. 77. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I – o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III – Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.

§ 1º A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício.

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 (quatro) anos, poderá ser suspensa, por 4 (quatro) a 6 (seis) anos, desde que o condenado seja maior de 70 (setenta) anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 2, DE 2011

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da indicação de autoridades pelas comissões.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do art. 96-A, com a seguinte redação:

Art. 96-A. A apreciação da indicação de autoridades de que trata o art. 52, inciso III da Constituição Federal obedecerá ao seguinte:

I – apresentação, pelo candidato, de *curriculum vitae*, de que constem:

a) as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

b) a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação.

II – apresentação de declaração do indicado:

a) de que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

b) de que ele participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

c) de regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal;

d) de ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

e) de juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação.

III – argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

IV – o exame da indicação será feita em três etapas:

a) na primeira etapa, sem a presença do indicado, o relator apresentará o relatório em reunião da Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais;

b) na segunda etapa, será concedida, automaticamente, vista coletiva do relatório, por cinco dias úteis, após a sua apresentação, devendo o mesmo ser publicado no Diário do Senado Federal e divulgado por meio do Portal do Senado Federal;

c) na terceira etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§ 1º A resposta negativa às hipóteses previstas nas alíneas a, b, d e e do inciso II deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 2º A declaração de que trata a alínea c do inciso II deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

§ 3º O Portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O nosso objetivo é aperfeiçoar o Ato nº 1, de 2007-CCJ, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição e Cidadania* do Senado Federal e estender a sua aplicação às demais comissões desta Casa.

Todavia, para que as regras previstas naquele Ato sejam observadas por todas as comissões há necessidade de propor a alteração do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), mediante projeto de resolução.

Propomos, ademais, quanto ao rito de exame da indicação da autoridade pela Comissão, que seja possibilitada a participação da sociedade por meio do Portal do Senado Federal na *rede mundial de computadores, a Internet*, seja para trazer informações sobre o indicado que melhor esclareçam quanto a sua idoneidade técnico-profissional e moral, seja para contribuir com indagações a serem dirigidas ao candidato por ocasião de sua arguição pelos Senadores na Comissão.

Prevemos, ainda, a possibilidade de que seja realizada audiência pública, caso a Comissão acate, nesse sentido, sugestão do relator designado para o exame da mensagem de indicação da autoridade pelo Chefe do Poder Executivo, a fim de que seja aprofundado o debate sobre as qualificações e comportamento social e profissional do indicado, haja vista as informações, indagações ou dúvidas encaminhadas pelos cidadãos por meio do Portal do Senado Federal.

Acreditamos que, desse modo, possamos contribuir para a ampliação da participação popular na deliberação do Senado Federal no exame da indicação das autoridades que detêm a responsabilidade de exercer os mais altos cargos da nossa República.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

*LEGISLAÇÃO CITADA***CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
.....

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 2, de 2011**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

OF. GLPMDB nº 41/2011

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador, Eduardo Braga, como 2º suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valdir Raupp.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Presidência designa o Senador Valdir Raupp para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como primeiro suplente, nos termos do **Ofício nº 42, de 2011**, do líder do PMDB do Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

OF. GLPMDB nº 42/2011

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valdir Raupp, como 1º suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Nos termos regimentais, V. Ex^a será atendido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Com a palavra, o Senador, bandeirante, Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na esteira do nobre Senador Mário Couto, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Regimentalmente, a V. Ex^a será ofertada a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, de igual forma, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Regimentalmente, a palavra será ofertada a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima, por permuta com o Senador Gilvam Borges.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu pretendia, hoje, abordar dois projetos que rerepresentei: um regulamenta o bingo no Brasil e o outro permite o funcionamento de cassinos na Região Amazônica e no Pantanal, em hotéis fazenda. Mas recebi, do meu Estado, várias denúncias que se sobrepõem a esse tema, dada a urgência com que tenho que comunicá-las a esta Casa, à Nação e, por esta via também aqui, à própria Justiça Eleitoral.

Há poucos dias, o Governador de Roraima, o Sr. José Júnior, foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, na primeira das cerca de trinta ações que tramitam contra ele. E essa primeira ação diz respeito a uma conduta vedada, prevista em lei, que foi a utilização da rádio estatal, a rádio do Governo do Estado de Roraima, para promover uma campanha antecipada, assim como uma campanha durante todo o período eleitoral

– portanto, uma campanha irregular –, em favor do Governador e em desfavor do seu candidato opositor.

O Ministério Público Federal apresentou um longo parecer, bastante bem arrazoado, propondo a cassação do Governador. O juiz relator não só acolheu os argumentos do Ministério Público como também aduziu novos argumentos que, irrefutavelmente, primeiro, reconheciam o crime da prática de conduta vedada; segundo, pediam a cassação do Governador.

Por unanimidade, o tribunal reconheceu que o Governador cometeu a conduta vedada, portanto, passível de punição. A divergência foi apenas, Senador Pedro Taques, no que tange à aplicação da pena. Dois desembargadores, dois juízes do TRE opinaram apenas pela aplicação da multa; e cinco, pela cassação do mandato. Portanto, o Governador foi cassado, e o TRE mandou que se desse posse imediata ao segundo colocado.

Isso foi numa sexta-feira. O Governador pegou o avião de propriedade do Governo, colocou seu advogado a bordo e veio para cá para se reunir com os advogados que ele tem aqui; e obteve, na segunda-feira, uma liminar – só no que tange a evitar o imediato afastamento dele do cargo, Senador Mário Couto, a cassação continua.

Eu disse, aqui, da tribuna, que era temerária uma situação dessa, em que o Governador cassado fica no mandato, com o poder de movimentar o orçamento, portanto, pagar, deixar de pagar; contratar, deixar de contratar; demitir, nomear. Quer dizer, um réu condenado, por um colegiado, inclusive... Mesmo que tenha sido no âmbito regional e que caiba recurso para cá, ele fica, realmente, numa situação de réu governando.

E qual foi a denúncia que recebi hoje, Senador? É que o Governador está chamando os empresários que têm dinheiro a receber do Governo e está dizendo o seguinte: “Você tem x para receber. Quero que você me adiante tantos por cento agora para que eu possa assinar a ordem bancária”. E aí o empresário fica com a faca no pescoço. E o argumento dele para o que é esse dinheiro é o que é mais grave: para pagar seus advogados aqui e lá, em Roraima; e, segundo ele comentou com vários empresários, para poder dar dinheiro também para os Ministros do TSE.

Tenho certeza, não acredito que homens do porte dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, ou mesmo qualquer juiz que seja honesto, logicamente, chegue a aceitar esse tipo de coisa. Mas acontece que ele está usando esse argumento com os empresários para pegar dinheiro, segundo ele, com esta finalidade: pagar seus advogados e dar dinheiro também para os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

Acho gravíssima essa situação.

Agora, os empresários que me comunicaram, lógico, não têm como fazer essa denúncia de peito aberto. Eles não têm como formular, realmente, para o Ministério Público ou para a Polícia Federal essa denúncia, porque senão eles serão processados, porque o Governador vai dizer que não o fez, e, ao mesmo tempo, vão ficar sem receber o dinheiro de serviços que já fizeram ou de algum material que já forneceram.

Então, quero fazer esta grave denúncia. Vou encaminhar essa questão para a Procuradoria-Geral da República, para a Polícia Federal e, também, comunicá-la aos membros do Tribunal Superior Eleitoral. Porque espero que essa reforma político-eleitoral que está sendo feita faça uma previsão de que, no caso de um governador ser cassado, se não for para dar posse para o segundo – porque se tem de dar o direito de ampla defesa e de todos os recursos para o que foi cassado –, que não possa ficar ele no Governo. Ou assume o Presidente do Tribunal de Justiça, ou assume o Presidente da Assembleia. Nesse caso, acho que deveria ser o Presidente do Tribunal de Justiça e não o Presidente da Assembleia, porque este também pode ser do mesmo grupo político do Governador e fazer, portanto, o que o Governador queira.

Então, entendo que essa situação é gravíssima. O que já aconteceu na eleição no meu Estado foi, digamos assim, um conjunto de crimes eleitorais, de arbitrariedades, de perseguições. Agora, o Governador, para tentar reverter uma cassação – porque, repito, é o primeiro processo em que ele é julgado, mas tem mais trinta e ele deverá ser condenado nos outros ainda –, utiliza o fato de estar no poder para extorquir. E demite funcionários também, para arrumar a questão e salvar a sua pele.

Realmente, não posso conceber que a democracia do Brasil continue aceitando isso e, muito menos, que a Justiça brasileira possa aceitar uma coisa como essa. Esse Governador deveria ser afastado e, realmente, aguardar. Que não se desse posse ao segundo, até concordo, para que se cumpra a lei vigente, mas que ficasse o Presidente do Tribunal de Justiça no comando, nesse período, para não permitir que o dinheiro do povo de Roraima seja utilizado em favor do Governador cassado, para ele manter o cargo.

Aliás, em 2007, ele foi absolvido pelo TSE também de denúncias de crime eleitoral. Já naquela época, ele dizia que, com dinheiro, ninguém seria cassado. Ele não o foi e, agora, acha que, neste novo momento em que os crimes contra ele são fartamente comprovados, irá se livrar, justamente usando a máquina e esse poder que tem de coagir, de extorquir. E pior: usando o argumento de que o dinheiro é para pagar o advogado – o que já é uma ilicitude, um crime –, e, mais grave

ainda, dizendo que esse dinheiro se destina, como se diz no popular, a molhar as mãos dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

Eu, Senador Taques, tenho um filho juiz de Direito em Roraima, tenho uma filha que é juíza de Direito aqui, no Distrito Federal. Portanto, até por uma questão sanguínea, confio muito na Justiça, mas confio como cidadão. Acho que, no dia em que a democracia não tiver uma Justiça íntegra, funcionando direito, nós não teremos democracia.

Se o Parlamento é, realmente, um pilar da democracia, eu acho que o pilar mais forte é, justamente, o da Justiça, do Poder Judiciário. Por isso, espero que, nesse caso, se faça justiça e que esse Governador, comprovadas essas denúncias, seja imediatamente afastado do cargo. Aí, por improbidade administrativa e, portanto, por abuso de autoridade.

Quero encerrar deixando este registro e pedindo aos órgãos competentes que policiem esse Governador, porque ele, realmente, não tem escrúpulos; ele, realmente, é um homem corrupto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que conceda o horário da Liderança à Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, de Mato Grosso do Sul, para falar pela Liderança do PSDB, por delegação.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente, Senador Taques.

É um prazer enorme poder falar de algo que diz respeito a nós todos, aqui desta Casa, mas que diz respeito, também, a todo o povo brasileiro. Eu quero falar sobre a reforma política, que é a mãe de todas as reformas.

Nesses últimos anos, temos avançado, mas avançado pouco. A cada processo eleitoral, cria-se um hiato entre a base de representação parlamentar e a sociedade. Parece que quem pensa em política pensa algo diferente daquilo que pensa a sociedade, e não é assim. Temos de convergir, pensar e estar em sintonia com aquilo que a sociedade pensa. Portanto, a reforma política é fundamental.

Com o passar do tempo, estamos, inclusive, constatando que as mazelas do País estão crescendo, sobretudo nos aspectos éticos e morais, porque o tripé que sustenta a democracia, que sustenta o processo democrático, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, está em franco desequilíbrio, e temos de perceber isso.

Acredito, também, que temos de dar urgência à reforma política, com a perspectiva de colocá-la em prática. Não é só a urgência da reforma política, para ficarmos, aqui, discutindo por um ano, dois anos, três anos, sem que ela saia do papel, sem que ela seja otimizada na prática, principalmente para que esta Casa consiga dar resposta àquilo a que o povo brasileiro anseia.

Temos de dar, também, um formato à reforma, que não seja apenas um mero improvisado de ocasião, quer dizer, fazendo só um remendo na reforma política; principalmente, precisamos dar um salto de qualidade não só na sua democracia, mas, sobretudo, na sua estrutura institucional. Temos de melhorar a democracia brasileira, melhorando a representação parlamentar.

A reforma política é uma agenda importantíssima, cujo conteúdo percorre, já faz tempo, as gavetas e os escaninhos, tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal. O Congresso tem não sei quantas propostas de reforma política andando pelos nossos corredores, mas, de 1995 para cá, apenas três vezes intervimos, mexendo na estrutura política nacional.

A primeira vez foi em 2006, com a Lei nº 11.300, que versou sobre a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e, também, a prestação de contas dos candidatos. Depois, em 2009 foi a segunda vez, com a Lei nº 12.034, que determinou a impressão dos votos – a Justiça sempre é contra a impressão dos votos –, acelerou, também, o julgamento dos processos por crimes eleitorais e proibiu o recurso de montagens e trucagens na propaganda. Foi a segunda reforma política desde 95. Aí, em 2010, nós todos acompanhamos aqui, em junho do ano passado, a Lei Complementar nº 135, que é comumente chamada de Lei da Ficha Limpa, a qual pretende dificultar a candidatura de pessoas com registros de condenações ou de fatos desabonadores da sua conduta. Quer dizer, fizemos três mudanças políticas de 95 para cá.

É um desafio e, principalmente, um desempenho extremamente modesto para quem quer fazer uma reforma política que vá ao encontro daquilo de que a sociedade precisa.

Nós temos discutido um pouquinho e temos falado em reforma política. Às vezes, a gente confunde reforma política com reforma eleitoral, e eu quero falar que a reforma política é uma reforma de fundo, é uma reforma em que a gente terá de discutir o pacto federativo, em que a gente terá de discutir, aqui, o relacionamento entre os nossos Poderes, em que vamos ter de discutir o aprimoramento da cultura democrática no nosso País, da gestão pública. Isso sim, tudo, faz parte da reforma política.

Mas, mesmo que não possamos fazer tudo isso agora, que pelo menos saia uma reforma eleitoral, para que a gente possa discutir, aqui, a missão desta Casa, a missão das Assembleias Legislativas, a missão da Câmara de Vereadores, e todo aquele espectro que gere a política nacional.

Por fim, eu gostaria de dizer que adotamos o sistema proporcional para as Câmaras de Vereadores, para as Assembleias Legislativas,...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ... para a Câmara dos Deputados. É assim que agimos. Mas esse sistema proporcional por nós adotado não é o melhor para o nosso País. Acredito que devemos fazer uma mudança substancial nessa questão. Mesmo que a gente vá para o voto em lista, mesmo que a gente lute por aquilo que o meu partido tem como base na sua estrutura, na sua organização partidária: a luta pelo voto distrital misto, acho que é nesta linha que temos de ir. Temos que mudar um pouco esse espectro todo, esse arcabouço que temos hoje na política do nosso País e discutir, serenamente, se queremos continuar com o voto obrigatório ou se a gente vai para o voto facultativo, se a gente vai discutir lista aberta ou lista fechada, se vamos colocar o distrital misto ou o distrital puro, se vamos trabalhar mais pela fidelidade partidária. Temos que discutir também a participação feminina na questão política – tema que precisa entrar também na discussão da reforma política –, o índice de desempenho, a fidelidade partidária, como disse, e o financiamento público de campanha. Essas são questões que devem entrar na comissão que ora se instala neste Senado e que vai discutir questões fundamentais.

Sr. Presidente, para terminar, só queria dizer que não há como correremos o risco de, fazendo uma reforma bem-feita, batermos de frente com a sociedade. Não há jeito. O que a sociedade quer mesmo é qualidade na sua representação. Que homens e mulher eleitos,...

(Interrupção no som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ... que sejam eleitos realmente para garantir a aspiração popular. Que venham para cá com o sentido de representar o povo, de fazer o melhor pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigada pelo tempo que me concedeu.

Ficaremos aqui esperando que esta reforma política efetivamente possa melhorar o conceito que o povo brasileiro, hoje, tem de todos os políticos deste País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Pedro Taques, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É seguramente o que esta Casa espera ao consolidar e constituir uma comissão que tratará especificamente desse importante e inadiável tema, para aperfeiçoarmos o sistema político brasileiro. Muito obrigado pelo pronunciamento, Senadora Marisa Serrano.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, concederemos a palavra ao Senador Alvaro Dias na condição de orador inscrito, por permuta com o eminente Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, aproveito o horário para fazer uma comunicação inadiável ao País. Hoje, Brasil, está sendo votado, na Câmara dos Deputados, o projeto que institui o novo salário mínimo. É importante que cada brasileiro e cada brasileira estejam atentos à votação de hoje à tarde.

Verifiquem, brasileiros, verifiquem, brasileiras, quem está do lado do trabalhador! Veja como as coisas mudam neste País, Sr. Presidente! Vejam o que propõem aqueles que tanto defenderam o trabalhador brasileiro, que formaram até um partido político para defender o trabalhador com a sigla PT, que significa Partido dos Trabalhadores! Vejam em que, hoje, eles vão votar na Câmara! Vejam o que fazem os Deputados que, outrora, diziam estar do lado do trabalhador brasileiro! Observem quando eles chegarem aqui! Fiquem atentos a cada um! Façam *lobby* em cada gabinete, para cada Senador, para que o voto seja aberto, para que o voto seja nominal, para que a Nação brasileira saiba quem são os seus verdadeiros representantes!

Minha voz, Brasil, minha voz, Pará querido, jamais será calada, doa a quem doer! Não adianta quererem calar esta voz! Esta voz não se calará! A democracia, por ela lutarei até o fim da minha vida. A covardia não nasceu comigo. A covardia não está integrada à minha alma. A covardia não faz parte da minha vida. Dói? Sei que dói em muitos, mas nada melhor do que uma oportunidade desta para que o povo brasileiro saiba quem mente, quem não mente, quem é mascarado, quem não é mascarado. Essas são as horas autênticas, as melhores, para que a Nação brasileira saiba quem está do seu lado.

Quando falei em R\$600,00, aquilo que o povo brasileiro deseja, aquilo que o trabalhador brasileiro quer, doeu, maltratou. Tentaram me arrancar desta tribuna, tentaram calar minha voz. Pouca coisa se consegue

neste Senado, meu grande Líder Alvaro Dias. São poucas as nossas vitórias, mas lutamos aqui, a cada dia que passa, para defender os direitos dos brasileiros e, muitas vezes, somos massacrados. É só olhar para a CPI, que é direito das minorias. Tente fazer uma CPI neste Senado e veja no que vai dar. Tentei fazer uma CPI, para mostrar a cara daquele corrupto do Dnit, mas jamais deixaram que ela saísse da gaveta, Sr. Presidente. Ele, tranquilamente, Brasil, continua lá, roubando. Já me levou três vezes ao Supremo, para calar esta voz, mas não conseguiu calá-la. Não vai conseguir me calar nunca, enquanto eu estiver aqui.

Somente subi aqui, Brasil, para comunicar a vocês que, hoje, será votado aquilo que o povo trabalhador brasileiro mais quer: o salário mínimo de R\$600,00. Observe, veja, Nação, o que eles fizeram: gastaram tudo na campanha política. O crescimento das despesas foi de 15% na campanha política, e, agora, não querem dar o salário mínimo de R\$600,00. É preciso você pagar isso, povo brasileiro! Tudo cai nas costas do cidadão, do trabalhador brasileiro. Eles gastam, e vocês pagam. A conta quem paga são vocês. Olhe como eles são, povo brasileiro! E, depois, cantam de vitoriosos; depois, cantam que ajeitaram este País, que terminaram com a inflação. Quem terminou com a inflação foi o PSDB. A inflação está batendo à porta do povo brasileiro.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, sabendo que, aqui, posso ser demais, mas sabendo que, aqui, vou exercer todos os meus direitos, todos os meus direitos regimentais. Ninguém passará por mim neste Senado, Sr. Presidente! Ninguém! Todos somos iguais. Todos somos iguais. Pegando uma parte do discurso de Itamar Franco de ontem, digo que a igualdade tem de ser repartida. Não há Senador a, b, c e d. Todos nós somos iguais.

Desço da tribuna, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a sua postura, o seu entendimento, na certeza de que eu jamais abusaria de sua bondade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Alvaro Dias, na condição de orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, surpreendeu-me ver entre as notícias de ontem e de hoje algumas dando conta de que a oposição recuou e passou a assumir a proposta das centrais sindicais, qual seja, a de um salário mínimo de R\$560,00. Não é verdade. O PSDB não recuou; aliás, seria deplorável se o fizes-

se. Compromisso de campanha é compromisso a ser honrado. Um compromisso assumido na campanha eleitoral pelo partido e o seu candidato, José Serra, de que, se chegasse ao poder, o salário mínimo seria de R\$600,00. E o fez com números, com argumentação técnica, mostrando a viabilidade da aplicação desse valor para o salário mínimo no País.

Nós precisamos aprender definitivamente que palavra empenhada na campanha eleitoral é palavra a ser honrada, afinal o Brasil da campanha eleitoral é o mesmo Brasil de hoje; o trabalhador da campanha eleitoral é o mesmo trabalhador de hoje. Portanto, a palavra definitiva, oficial, do PSDB é que vamos, até as últimas consequências, defender o salário mínimo de R\$600,00.

Vamos apresentar emenda na Câmara dos Deputados; a bancada votará unida. Se derrotados lá, apresentaremos emenda no Senado Federal e votaremos unidos. Se derrotados aqui, o passo seguinte, obviamente, é acompanhar a melhor proposta que restar, mas jamais cogitamos, em momento algum, recuar de um compromisso assumido durante a campanha eleitoral. E esse compromisso será honrado tanto na Câmara como no Senado Federal.

Embora o Governo insista em afirmar que o valor de R\$545,00 proposto pela Presidente Dilma Rousseff é a proposta possível, há evidências para sustentar a tese de que o novo mínimo pode ser mais.

As fontes para bancar um aumento mais digno para o salário que é pago a 29 milhões de trabalhadores formais e 18,6 milhões de beneficiários da Previdência existem, e nós vamos mostrá-las. Vão desde cortes em despesas de custeio à reestimativa de receitas.

O inchaço que a gestão Lula, com o beneplácito de Dilma, promoveu na máquina pública nos últimos anos fornece muita gordura para ser queimada, basta um esforço de reengenharia orçamentária. Alguns exemplos: diminuição dos astronômicos dispêndios do Banco Central para acumular reservas em dólar; reexame de investimentos duvidosos, como o trem-bala; redução dos custos financeiros dos subsídios de crédito do BNDES; e, principalmente, o controle mais rigoroso das despesas de custeio da máquina pública.

Os gastos do Governo Federal cresceram muito acima da inflação ao longo dos anos Lula. Apenas entre 2006 e 2010, eles aumentaram R\$212 bilhões em termos reais, dos quais 25% com pessoal, segundo cálculos da Convenção Corretora. Há, evidentemente, muito o que cortar, começando, por exemplo, com a desenfreada expansão do número de cargos de livre provimento gostosamente ocupados por aqueles que passam pelas portas largas do favorecimento político.

A oposição está em seu papel ao propugnar um salário mínimo mais alto do que quer o Governo. Mantém-se coerente com o valor apresentado e defendido por José Serra na campanha eleitoral do ano passado e que não encontrou qualquer contestação por parte da então candidata do PT, Dilma Rousseff. Não houve contestação. Aliás, essa proposta do candidato Serra foi a mais difundida durante a campanha eleitoral, e as pesquisas, à época, indicavam que era a proposta mais assimilada pela população do País. Em nenhum momento houve contestação dos seus concorrentes; nem mesmo a candidata do PT contestou a tese da possibilidade de se oferecer um salário mínimo de R\$600,00.

O PSDB tem histórico e autoridade para falar em concessão de ganhos reais para o mínimo. Afinal, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso que a política de valorização do piso salarial teve início no País. Entre 1995 e 2002, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de 44%. Está este número confirmado nesse documento do Ministério da Fazenda – Evolução do Salário Mínimo e Proposta do Governo Federal. Esse documento, entregue ontem na Câmara dos Deputados pelo Ministro Mantega, confirma o número que acabo de expor referente ao crescimento, ao ganho real do salário mínimo no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Lula deu continuidade a essa linha exitosa para o bem dos brasileiros mais pobres.

É bom recordar que o maior aumento real do salário mínimo foi dado pelo PSDB em 1995; segundo dados estatísticos do Governo, 17,1%. Este foi o maior ganho real do salário mínimo em toda a história.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, vou conceder a V. Exª.

O segundo maior foi em 2006, no Governo Lula, de 13,5%.

Concedo a V. Exª o aparte, Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP) – Nobre Líder, ontem, V. Exª já havia trazido à lembrança do Senado esse número que mostra o compromisso que o PSDB tinha e tem – e honrou quando foi governo – com o aumento real do salário mínimo, como uma das políticas, talvez a mais importante política de distribuição de renda em nosso País. Ontem, V. Exª lembrou – e eu gostaria de novamente trazer à reflexão da Casa – o fato de que essa linha seguida pelo Presidente Fernando Henrique se deu apesar das inúmeras e tremendas dificuldades que o Brasil conheceu durante o seu governo, especialmente em razão de cinco crises externas que abalaram gravemente os fundamentos da economia brasileira, das quais a

economia saiu mais forte, graças às reformas que o PSDB implementou. Mas eu queria lembrar também a V. Ex^a, quando rememora os momentos em que houve ganhos reais importantes do salário mínimo, o maior de todos: o Plano Real, que foi o fim da inflação. Inflação que abocanhava e reduzia o salário à metade, a um terço, a um décimo ao longo do mês, e que foi debelada no governo Itamar Franco e no governo Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real, a que, aliás, o Partido dos Trabalhadores se opôs tenazmente, ao negar sua aprovação às medidas que o implementaram. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a lembra muito bem: o ganho real do salário foi assegurado especialmente pelo Plano Real.

E é bom recordar – Sr. Presidente, pretendo concluir rapidamente – que a política de reajuste do salário mínimo começou ainda no governo do ex-presidente Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda. Ainda mais: não é correta a crítica de que no governo do PSDB se chegou a aumentar o mínimo apenas no mês de junho. Desde Getúlio, o aumento ocorria no dia 1^a de maio, quando se comemora o Dia do Trabalhador. Foi o PSDB que começou essa antecipação da data base para o aumento do mínimo, que hoje ocorre em janeiro.

Agora, estivesse o PT na oposição, é possível que, a esta altura, o partido de Dilma estaria brandindo palavras de ordem em torno de um mínimo irrealista. Uma boa pista é o valor que o Dieese estima que deveria ser o piso...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mais de R\$2.227,00. E alguém duvidaria disso?

O PSDB apresenta uma proposta factível, realista e, mais que isso, diz de onde os recursos podem vir. Faz oposição responsável, tendo como foco o brasileiro mais carente. Muito diferente do que faz o governo, ao defender o mínimo de R\$545,00.

Em defesa da sua proposta, o governo exhibe as garras e as regras do jogo espúrio da repartição de nacos de poder. Como mostra o jornal **O Estado de S. Paulo**, usará a lista com os nomes dos Deputados que votarem a favor da proposta oficial para o mínimo para definir a distribuição de cargos públicos. As razões do governismo ancoram-se, pois, em chantagem e fisiologismo da pior espécie.

“O dinheiro orçamentário que deixar de ser consumido pelo ajuste do salário mínimo e das aposentadorias – ou parte...”

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

“O dinheiro orçamentário que deixar de ser consumido pelo ajuste do salário mínimo e das aposentadorias – ou parte – estará disponível para apoiadores do Governo fazerem política de olho na reprodução do próprio poder e dos mandatos”, desnuda Alon Feuerwerker, na edição do **Correio Braziliense** de hoje.

É preciso fazer um ajuste nas contas públicas para que o dinheiro do contribuinte seja bem empregado. Trata-se de algo que a oposição vem alertando há meses, e que encontrou, em resposta, ouvidos moucos do governo.

E não adianta o Ministro Mantega vir ao Congresso, como fez ontem, para alertar que um mínimo maior do que R\$545,00 desorganiza as contas públicas, “causa descontrole fiscal e que a inflação vai subir”. Não deixa de ser irônico. Mantega foi quem comandou a farra fiscal dos últimos anos.

Apenas para deixar números, Sr. Presidente, aqui está: o salário mínimo proposto pelo governo é de R\$545,00; pelo PSDB, R\$600,00. Diferença...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente. Diferença entre as propostas: R\$55,00. A cada R\$1,00 de aumento do salário mínimo os gastos públicos aumentam em aproximadamente R\$300 milhões.

Valor a financiar: R\$55,00 x R\$300 milhões, R\$17 bilhões. Como financiar esse valor? Omissão de receitas de R\$24 bilhões; redução de despesas da ordem de R\$11,5 bilhões, sem afetar programas sociais e investimentos, com o retorno, aos níveis de 2008, de algumas despesas correntes. Portanto, Sr. Presidente, é factível a proposta do PSDB.

Enfim, com a água agora chegando ao nariz, o Governo apela para o sacrifício dos mais pobres. A conta da bilionária irresponsabilidade não pode sobrar para quem faz toda a diferença ter alguns poucos reais a mais...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – (...) no bolso no fim do mês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ana Amelia, comunico que a Presidência, nos termos do art. 4º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, designa para compor o Conselho do Diploma

Mulher-Cidadã Bertha Lutz a Senadora Marinor Brito, nos termos do ofício da Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria agradecer em especial ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que me permitiu ocupar seu lugar para uma comunicação de urgência nesta tarde, em função de ter eu um comunicado importante aos portadores de deficiência, que aguardam uma palavra e uma decisão das Sr^{as} e dos Srs. Senadoras a respeito do PL 40, um Projeto de Lei Complementar.

Tenho agora às 15 horas um encontro com a Ministra do Planejamento e com a bancada do Rio Grande do Sul, meu Estado, com o Prefeito de Porto Alegre, capital do meu Estado, para tratar de projetos importantes da Copa 2014 na capital do Rio Grande do Sul. Em seguida, uma reunião com o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, para tratar também de um convite a S. Ex^a para participar, em Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, da Expodireto, que é uma das feiras mais importantes de agronegócio da América Latina.

O que venho fazer nesta tribuna, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é dizer que ontem tomei a iniciativa, com o apoio das lideranças, de solicitar urgência para a inclusão na pauta de votações do Senado Federal do PLC 40, Projeto de Lei Complementar que regula o art. 201 da Constituição da República, dando às pessoas portadoras de deficiência condições especiais de aposentadoria.

O projeto original, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, é de autoria do Deputado Leonardo Mattos, do Partido Verde de Minas Gerais. Eu não sou a autora do projeto, mas, como Senadora, eu e grande parte dos meus colegas aqui queremos dar celeridade às decisões, para que os demandantes não aguardem anos e anos por uma decisão que diz respeito à vida.

Tenho a satisfação de ter tido o apoio dos líderes. O primeiro foi o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde e ex-Governador de Pernambuco, que conhece bem e me alertou que havia o interesse do Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social, no sentido de examinar os números da Previdência.

Aqui, várias vezes se vê falar da questão relacionada ao déficit da Previdência, mas nós não podemos faltar à decisão de um tema relevante.

Estou usando, Presidente da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Twitter, e recebi várias mensagens – certamente todos os senhores devem ter recebido – solicitando a iniciativa dos Parlamentares no sentido de colocar em votação esse projeto de lei complementar, que foi aprovado, como disse, por unanimidade, no ano passado, pela Câmara dos Deputados.

Portanto, esse é o meu pedido.

Hoje pela manhã, o Sr. Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, teve a gentileza de me ligar um pouco apreensivo, dizendo que, assim como eu, o Senador Alvaro Dias, do PSDB, no final da legislatura passada, fez o mesmo pedido, de fazer a votação aqui no Senado. Ele argumentou que a área técnica do Ministério da Previdência Social está fazendo o exame dos números a respeito do impacto que essa despesa representará para os cofres da Previdência. Como penso que é melhor alguma coisa do que nada, permiti-me dizer ao Ministro que colaboro com essa iniciativa, mas que não vou retirar a urgência enquanto o Governo e o Ministério da Previdência não apresentarem essa proposta alternativa.

Queremos colaborar para que esse problema seja resolvido. Esta é a missão que me traz aqui nesta tarde: a de dar satisfação ao Sr. Heleno Moreira e ao Professor Fernando Fernandes, que, por meio do meu *e-mail*, do meu *site*, do Twitter, fizeram-me apelos, em nome da categoria dos portadores de deficiência, em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 40.

Mais uma vez, agradeço muito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira a gentileza e à Presidência da Mesa, comandada por V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

Acho que a homenagem maior que o Senado faz, todos os anos e no mês de novembro, à Semana de Valorização do Deficiente deveria repetir-se diariamente com o trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. O Senador Lindbergh Farias, aliás, no último pronunciamento que fez aqui, falou muito de uma comissão especial, solicitou ao Presidente José Sarney a criação dessa comissão, para cuidar especificamente dessa questão. A sociedade brasileira está esperando muito de nós, Senadoras e Senadores. E é isso que estou fazendo aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo de imediato a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, na condição de orador inscrito. Aliás, retifico, S. Ex^a falará para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados vota hoje o novo salário mínimo. Por essa ocasião, o Governo entoa um cantochão rigoroso, firme, da austeridade fiscal: “Precisamos ser responsáveis”. É claro que precisamos ser responsáveis! Como se o Governo não tivesse sido irresponsável nos gastos, especialmente no ano passado...

Mas o fato é que essa pregação da austeridade, do rigor do gasto é diariamente desmentida pelos fatos. Quero referir-me hoje a um artigo que merece a reflexão do Senado, a um artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado em *O Globo* e cuja transcrição requeira a V. Ex^a.

A jornalista Miriam Leitão tece comentários sobre um dos projetos mais mirabolantes, mais megalomânicos, um dos projetos que revelam maior irresponsabilidade na formulação de políticas públicas, que é o projeto do chamado trem de alta velocidade. É o maior projeto do PAC. São cerca de R\$34 bilhões o custo estimado. E, segundo o que tudo indica, segundo, inclusive, um estudo alentado, promovido aqui pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado, custos subestimados: R\$34 bilhões!

Isso equivale a duas Hidrelétricas de Belo Monte; isso equivale a dez vezes, a doze vezes o que foi investido nos aeroportos do nosso País, nos últimos dez anos; isso equivale ao dobro, a mais do que o dobro de todos os investimentos públicos e privados em ferrovias do nosso País, de 1999 até hoje; isso equivale, Sr. Presidente, a oito transnordestinas. R\$34 bilhões!

Dizia-se, quando o projeto foi anunciado, que não haveria um centavo de dinheiro público e que, portanto, não era o caso de se comparar a oportunidade desse investimento, a sua utilidade para a Nação brasileira, com a de outros projetos, como esses a que me referi, porque seria dinheiro privado, risco privado.

Ora, o dinheiro em grande medida é público: R\$20 bilhões virão de empréstimos do BNDES, que na verdade são empréstimos subsidiados pelo Tesouro Nacional; R\$3 bilhões e alguma coisa seriam um aporte de capital de uma empresa a ser criada para integrar a direção do empreendimento. E, mais ainda, existe, à diferença dos empreendimentos privados, a garantia total de lucro, porque, se porventura a demanda não corresponder àquela estimada pelo projeto, aumentar-

se-á o subsídio dos juros. Então é um negócio, rigorosamente, de pai para filho, que já chamou a atenção, aliás, do Ministério Público Federal, que solicitou e conseguiu um adiamento da licitação e um aprofundamento dos estudos para a concretização do projeto, que espero que não se concretize. Isso, porque há no Brasil a necessidade premente de ampliar a participação das ferrovias na matriz de transporte. Existem, hoje, cerca de 28 mil quilômetros de ferrovias no Brasil. Nós precisaríamos pelo menos dobrar esse número. Ora, como fazê-lo, se a totalidade desses recursos necessários para essa ampliação, mais do que a totalidade disso, se o dobro disso vai ser consumido pelo projeto do trem-bala, que é um trem de alta velocidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) –, entre o Rio de Janeiro e São Paulo? O Rio de Janeiro merece metrô, São Paulo merece metrô. Diversas capitais também têm a mesma necessidade. Precisamos ampliar os nossos portos, os nossos aeroportos, fazer ferrovias convencionais, daquelas ferrovias em que é possível viajar a 200 quilômetros por hora, sem precisar atingir o nível de sofisticação de um trem de alta velocidade, destinado a percorrer o seu trajeto a mais de 350 quilômetros por hora.

O projeto, portanto, Sr. Presidente, entra na contramão dos propósitos, anunciados pelo Governo, de reduzir o endividamento público, de modo, inclusive, a conter a alta dos juros; vai na contramão de uma necessidade da sociedade brasileira, da economia brasileira...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – ... de reforçar – vou concluir, Sr. Presidente – a nossa infraestrutura; compete com gastos essenciais para o bem-estar da nossa população, para a saúde da nossa população, como os gastos em saneamento básico.

Portanto, creio que a Senhora Presidente daria uma demonstração de equilíbrio, de bom-senso, se submetesse esse projeto ao crivo mais cuidadoso das próprias instituições do Governo Federal, como o Ministério do Planejamento, que dispõe de uma comissão de alto nível, para a avaliação de projetos de custo elevado.

De qualquer forma, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a e oportunamente peço que encaminhe à Comissão de Infraestrutura um requerimento, para que seja realizada uma audiência pública com a presença do Sr. Rodrigo Vilaça, que é Diretor-Executivo da Associação

Nacional de Transportadores Ferroviários, do Sr. Paulo Fernando Fleury, especialista em logística, e de Marcos Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal, para apresentarem à Comissão de Infraestrutura os estudos que eles elaborados a respeito desse tema.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Ex^a será atendido nos seus dois requerimentos, na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Bauer.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, na condição de orador inscrito.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Ricardo Ferraço, nobres Sr^{as} Senadoras, nobres Srs. Senadores, este é o primeiro pronunciamento que faço nesta Casa. Portanto, este é um discurso de apresentação. Permitam-me V. Ex^{as} dedicá-lo a um homem de grandes qualidades que, no seu tempo, liderou uma cidade e sua gente, fazendo-a crescer e prosperar – essa cidade se tornou um exemplo para o Brasil. A homenagem é feita ao meu pai, Victor Bauer, que, por duas vezes, governou o Município catarinense de Jaraguá do Sul.

Quero, desde já, registrar que minha atuação no Senado Federal se pautará sempre pelo respeito aos compromissos que me vinculam a 1 milhão, 588 mil e 403 eleitores que me confiaram o mandato de Senador da República por Santa Catarina. Aqui, colocarei sempre Santa Catarina em primeiro lugar, como forma de valorizar os mais de 6 milhões de habitantes daquele Estado, que é uma referência para o Brasil como produtor e como exportador e que, por isso mesmo, é um Estado de gente trabalhadora.

Dediquei minha vida à política e ao serviço público. Nesses últimos 30 anos, tive o privilégio de atuar como líder estudantil, como diretor e presidente de empresa estatal, como Deputado Estadual, como Deputado Federal por quatro vezes, como Secretário de Estado da Educação por duas vezes, em Governos distintos em meu Estado, e como Vice-Governador de Santa Catarina. Com a experiência adquirida e acumulada, espero poder contribuir com a missão desta Casa e com a construção de um Brasil melhor e cada vez maior. E, para poder realizar o trabalho que cabe a um Senador, naturalmente, precisarei contar com a solidariedade, com o companheirismo e com a ajuda de V. Ex^{as}.

Sinto-me muito honrado por estar aqui, ao lado de ex-Presidentes da República, como José Sarney, Itamar Franco e Fernando Collor. Também me sinto privilegiado por conviver com figuras ilustres da política nacional, entre as quais destaco, por exemplo, Pedro Simon, Aécio Neves, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Requião, Kátia Abreu, José Agripino, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, José Inácio Arruda e Renan Calheiros.

Ainda me traz grande alegria saber que, nos próximos anos, poderei discutir projetos e propostas com Senadores que governaram seus Estados e que, assim, contribuíram com o progresso do nosso País.

Também é gratificante, nobres Senadores, nobres Senadoras, conviver com companheiros como Delcídio do Amaral Gomez, Ana Amélia de Lemos, Marisa Serrano e Ciro Nogueira, entre outros, que, ao longo dos anos, sempre me distinguiram com sua amizade e fraterna convivência, seja na Câmara dos Deputados, na atividade política ou no trabalho governamental. Espero, em breve, aumentar essa nominata com muitos outros integrantes desta Casa.

Neste mandato, Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, nesta Casa, neste plenário, sempre trabalharei por Santa Catarina, ao lado de dois grandes catarinenses, os Senadores Casildo Maldaner e Luiz Henrique da Silveira. Aliás, Luiz Henrique foi o Governador que me confiou o cargo de Secretário da Educação catarinense nesses últimos quatro anos. Nesse período, Santa Catarina avançou de forma consistente na área, destacando-se em nível nacional pela excelência de seu sistema educacional e pela qualidade de ensino que oferece, principalmente, para as crianças e para a juventude daquele Estado. Luiz Henrique foi o grande eleitor de minha eleição. Por isso, no Senado, com muito prazer, vou atuar sempre ao seu lado.

Como Senador eleito pelo PSDB, cumprirei a missão e o papel que me foram conferidos democraticamente pelo resultado eleitoral, ou seja, atuarei como integrante da oposição. Farei isso sem dificuldades, pois cabe à oposição fiscalizar o Governo, oferecer críticas construtivas quando necessário, apresentar fatos e relatos sobre ações e atos administrativos que não estejam beneficiando efetivamente a população e o País. Tudo isso farei com elevado espírito público e com a sincera intenção de contribuir como o êxito do Governo e com o sucesso do Brasil.

Votarei a favor dos projetos governamentais que forem positivos e que atenderem os interesses do País segundo meu entendimento. Também saberei votar contra, se necessário, sem temer que tal procedimento

seja considerado como intenção de fazer fracassar o Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Com muito prazer, ouço o aparte de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP) – Nobre Senador Paulo Bauer, quero, em primeiro lugar, agradecer-lhe a amabilidade da referência feita por V. Ex^a ao meu nome durante seu discurso e registrar a alegria de reencontrá-lo no Senado depois de muitos anos em que acompanhamos reciprocamente nossas carreiras políticas. Conhecemo-nos numa cadeia, quando V. Ex^a era Vice-Governador, e eu, Ministro da Justiça. Fui ao seu Estado para acompanhar a execução de um projeto importante de humanização do tratamento de presos, de encarcerados, trabalho esse desenvolvido pelo Governo de Santa Catarina. Convivemos como Deputados na Câmara Federal. Acompanhei de perto o extraordinário trabalho de V. Ex^a à frente da Secretaria de Educação no Governo Luiz Henrique. Tenho a certeza de que sua presença aqui, ao lado de Luiz Henrique e de Casildo Maldaner, vai engrandecer ainda mais as belíssimas tradições políticas de Santa Catarina no cenário nacional. V. Ex^a chega ao Senado depois de uma bela e brilhante vida pública, mas vejo que não se esqueceu do início de tudo, da sua cidade, Jaraguá do Sul, e do exemplo do seu pai.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Muito obrigado, nobre Senador. Agradeço o aparte a V. Ex^a.

Prosseguindo em meu pronunciamento, quero mencionar e registrar que, além desta missão, sempre atuei em favor da educação, de seu desenvolvimento, de avanços na sua gestão, além da constante e progressiva melhoria da qualidade de ensino. Também cumprirei a palavra que empenhei junto ao povo catarinense e, permanentemente, reivindicarei ao Governo Federal providências e ações que assegurem a continuidade do desenvolvimento do meu Estado. Falo de grandes obras que Santa Catarina aguarda há décadas e que são improrrogáveis.

Meu Estado é o sétimo maior contribuinte de impostos federais e o décimo quarto no recebimento de investimentos com recursos federais. Como essa realidade é de muitos e muitos anos seguidos, nós, catarinenses, entendemos que é nosso direito reivindicar atendimento prioritário e que é de justiça que o Governo Federal assim considere nossos pleitos. O aeroporto da bela Florianópolis, a duplicação das BR-470 e BR-280, a conclusão da interminável obra da duplicação da BR-101 no trecho sul são obras que precisam ser priorizadas, junto com outras obras das quais falarei oportunamente.

Ao lado dessas questões fundamentais e importantes, desejo também discutir com V. Ex^{as} propostas de redução da carga tributária que pesa sobre os ombros dos brasileiros. A meu ver, a elevada carga de tributos existente compromete o desenvolvimento econômico do País. É preciso reduzi-la, favorecendo principalmente os trabalhadores, os idosos, os mais carentes e o nosso pequeno produtor rural.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Em seguida, nobre Senador Casildo Maldaner, eu lhe concederei o aparte, com muito prazer.

Durante os próximos anos, estarei aqui, ao lado dos nobres Pares, para...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa prorroga o tempo de V. Ex^a por mais dois minutos, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Durante os próximos anos, estarei aqui, ao lado dos meus nobres Pares, para contribuir com a valorização do trabalho de todos e, principalmente, com a valorização do Senado Federal como instituição de importância fundamental para a estabilidade democrática do nosso País. Conto com todos!

Ouçó, com muito prazer, o nobre Senador Casildo Maldaner, que me solicitou o aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Veja a coincidência, Senador Paulo Bauer: V. Ex^a chega a esta Casa, conosco, com Luiz Henrique da Silveira, e, justamente neste instante, quem preside a sessão em que V. Ex^a estreia no Senado – não é uma estreia no Congresso, porque V. Ex^a já foi Deputado Federal várias vezes, foi Vice-governador, foi tudo – é uma catarinense, a nossa Vanessa Grazziotin. A Senadora vem do Amazonas, mas é catarinense. Há poucos dias, tive a honra de dizer que Anita Garibaldi, se não é a heroína de dois mundos, é uma vitoriosa de dois mundos: do sul do Brasil e do nosso norte, o Amazonas. Quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Bauer. Eu disse, há poucos dias, que V. Ex^a, como Secretário da Educação, um dia, vai analisar isso com mais profundidade do que hoje. Não foi professor em sala de aula, mas foi um mestre na gestão da educação catarinense. Tenho a honra de dizer isso. Agora, V. Ex^a traz os parâmetros do que é Santa Catarina e da luta que vamos desencadear juntos. É uma luta de Luiz Henrique, de V. Ex^a e deste nome, mas também

de outros colegas, a começar pela nossa Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin, que, neste instante, preside a sessão, que vai nos ajudar e que é catarinense. Também poderemos contar com o Senador Raupp, que é catarinense, mas que representa Rondônia, e com os nossos colegas. Enfim, ajudando Santa Catarina, vamos ajudar o Brasil. Meus cumprimentos pela estreia de V. Ex^a, que é triunfal, sem dúvida alguma, Senador Paulo Bauer!

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a e a todos os participantes desta sessão, a todos os que aqui estão presentes.

Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Ricardo Ferraço, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. A Mesa cumprimenta V. Ex^a pelo seu pronunciamento, Senador Paulo Bauer.

Dando sequência, agora, de acordo com os Senadores inscritos, convidamos um orador inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Ricardo Ferraço. V. Ex^a dispõe de 5 minutos, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, Presidente desta sessão.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros, capixabas que nos acompanham através desta sessão do Senado, Sr^a Presidente, solicitei à Mesa ocupar a tribuna para uma comunicação inadiável para dar promoção, formalização, a um projeto de lei que estamos requerendo nesta tarde, que é produto, resultado, de um amplo debate que foi desenvolvido neste País, em nosso País, ao longo de 2010, um debate que foi liderado por profissionais, por especialistas; um debate que foi e que esteve presente em vários Estados através da Associação dos nossos Detrans.

Foi um debate democrático, que contou com consulta pública, que contou com participação de um conjunto muito extenso e muito amplo da representação popular, que versou especificamente sobre a alteração do art. 306 da Lei nº 9.503 do Código Brasileiro de Trânsito. Esse é o artigo que estabelece o rigor da penalidade da convivência com a tolerância zero e com a lei seca. Ele é parte estratégica do Código Brasileiro de Trânsito, que reúne os procedimentos, as normas, os critérios, os direitos, os deveres e as responsabilidades dos condutores de veículos nas vias públicas do nosso País. E esse profundo e democrático deba-

te evoluiu, e nós estamos aqui sendo portadores do resultado e do produto desse debate na proposta de uma nova alteração para o art. 306 do Código Brasileiro de Trânsito.

Trabalhamos especificamente duas premissas, Senador Requião. A primeira delas é a tolerância zero em relação ao álcool no Código Nacional de Trânsito, detalhando penas, ampliando o rigor, até porque já não se contam mais as mães e os pais que enxugam suas lágrimas madrugada adentro, preocupados com seus filhos, com seus familiares, tamanha a epidemia que estamos vivendo e com que estamos convivendo. O trânsito em nosso País necessita de muita consciência, é verdade, necessita de muito investimento em educação, de muita prevenção, mas também – julgo eu e também julga assim a Associação Nacional dos Detrans – de mais rigor para esta questão.

Além da tolerância zero, estamos também ampliando a condição de caracterizarmos o crime tipificado no art. 306, para ingestão de qualquer teor de bebida alcoólica.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há uma preocupação muito grande – já encerro, Sr^a Presidente – da 6^a Turma do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu *habeas corpus* para trancar a ação penal contra motorista que recusou sujeitar-se a exame do bafômetro. Esse é um tema equacionado no entendimento jurídico, pelo qual nenhum cidadão é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Entendeu o Detran a necessidade de ampliarmos a forma de caracterização, não apenas para a utilização do bafômetro, se assim desejar o cidadão, mas incluindo outras provas: testemunhal, imagens, vídeos ou produção de quaisquer outras provas que em Direito possam ser admitidas para que nós possamos continuar evoluindo nessa que me parece uma questão inadiável, disciplinando com mais rigor a utilização em vias públicas de automóveis e o comportamento de seus respectivos condutores.

Estamos protocolando esta proposta, este projeto, e esperamos que o debate, ao longo dos próximos meses, possa aprofundar-se e que nós possamos, com a urgência necessária, fazer essa discussão aqui no plenário do Senado e nas comissões respectivas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa agradece o pronunciamento de V. Ex^a.

Agora convidamos um orador inscrito. Na realidade, temos uma oradora inscrita para falar neste momento, Senadora Lídice da Mata, ex-Prefeita de Salvador, Deputada Federal, Deputada Constituinte que agora chega com grande brilhantismo a este Senado Federal.

Senadora Lídice, V.Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

É uma grande honra falar pela primeira vez desta tribuna, Senadora Vanessa Grazziotin, podendo tê-la como Presidente da Mesa e dos trabalhos desta Casa.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores,

Mas uma voz secreta me sopra que também luto por mim. Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa. Ah, eu combato, com água no nível dos peitos, pela libertação da mulher, pela nova mulher que haverá de surgir.

Essas são palavras de Maria Quitéria, heroína da guerra de libertação do Brasil na Bahia, ao atravessar um rio como comandante de um dos pelotões dos Periquitos, que expulsaram as tropas portuguesas em 2 de julho de 1823. São palavras romanceadas pelo escritor baiano Hélio Pólvora. Com elas, gostaria de iniciar minha intervenção desta tribuna, que vê hoje a primeira mulher baiana a ocupá-la em toda a longa história de nossa República.

Quero dizer da minha profunda gratidão a cada um dos 3.385.300 baianos e baianas que me honraram com a sua confiança e que me conferiram, com o seu voto, essa responsabilidade histórica.

Agradeço ao Governador Jaques Wagner pela solidariedade e pelo apoio constante, que nunca nos faltou.

Ao Senador João Durval, o meu abraço de reconhecimento por seu decidido apoio.

Agradeço também ao Senador Walter Pinheiro, companheiro de chapa e de tantas estradas.

Agradeço ainda aos candidatos a Deputado Federal e Estadual de nossa Frente, eleitos e não eleitos, que, com seu trabalho incansável, construíram nossa vitória.

Quero também enviar um grande abraço a nossa militância, aos socialistas e a todos os demais partidos

aliados, que, debaixo de sol e chuva, fizeram acontecer a grande maré vermelha que contagiou a Bahia.

Creio que todos os que olham este plenário azul desta tribuna pela primeira vez não podem deixar de refletir com forte emoção sobre o longo caminho que nos trouxe até aqui. São muitas as lembranças que, como *flashes* de um filme, desfilam em nossas mentes.

Vêm a minha memória cenas do final dos anos setenta, Senadora Vanessa, quando entrei na Universidade Federal da Bahia e me integrei, junto com meus companheiros e companheiras, aos movimentos estudantis para lutar pela liberdade de expressão, manifestação e pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes.

Eleita Vereadora de Salvador, participamos da resistência democrática pelo fim da ditadura militar, pelo fim da tortura, da censura e pela anistia; organizando a trincheira oposicionista que foi o MDB de Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Alencar Furtado, Chico Pinto, Waldir Pires, Pedro Simon, Lysâneas Maciel, Mário Covas e tantos outros bravos resistentes.

Recordo os dias agitados e intermináveis da Constituinte Cidadã, que restabeleceu e ampliou os direitos políticos e sociais do nosso povo, quando tive a honra de representar os baianos como Deputada Constituinte. Integrando a Bancada do Batom, com muita articulação e trabalho, asseguramos, na Nova Carta, os direitos fundamentais da mulher brasileira.

Chegam-me também lembranças dos dias duros em que, como primeira mulher eleita Prefeita da cidade de Salvador, enfrentei o cerco cruel promovido pelo governo estadual, jamais traindo meus compromissos para com o povo mais necessitado de minha querida cidade. Foi quando introduzimos um novo conceito de governar, no qual a infra-estrutura física merecia atenção, mas a prioridade maior era dada à ideia de que governar é cuidar da vida das pessoas. Surge daí o maior programa social de atenção a crianças e adolescentes de Salvador ainda hoje: a Fundação Cidade Mãe, reconhecida internacionalmente.

Posteriormente, esses mesmos compromissos nos exigiram todos os esforços para fazer uma oposição destemida, com dois mandatos de Deputada Estadual na Assembleia Legislativa da Bahia, atuando contra um grupo autoritário e poderoso, muitas vezes truculento, que governou nosso Estado por um longo período, com um brevíssimo intervalo de dois anos do governo do grande homem público que é Waldir Pires.

Já em dias mais recentes, com entusiasmo, integrei a base de apoio ao governo do primeiro Presi-

dente operário da história do nosso País, Luiz Inácio Lula da Silva.

Novamente Deputada Federal, dei a minha pequena parcela de contribuição à construção de novos tempos para o nosso País. Foram dias de vitórias, como o da conquista da realização em nosso País da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, vitórias que pude compartilhar na Presidência da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados, onde também coordenei, por dois anos, a bancada de meu Estado.

No Brasil e na Bahia, as eleições de 2010 representaram a consolidação de uma nova fase da nossa história, consagraram uma nova prática de governo. Na Bahia de todos nós, o Governo Wagner respeita a decisão soberana do povo, que é quem escolhe os seus prefeitos. Nenhum prefeito dos 417 Municípios do nosso Estado passou ou passará pelas perseguições que eu passei quando governei Salvador!

A reeleição do Governador Jaques Wagner, já no primeiro turno, com a expressiva votação de 64% dos eleitores, assim como a minha eleição e a do meu companheiro de chapa, o Senador Walter Pinheiro, representam um compromisso da Bahia e dos baianos com a continuidade de uma política de desenvolvimento econômico com responsabilidade social e distribuição de riqueza, um governo para os que mais precisam. Desejo que possamos, irmanados com o Senador João Durval, realizar uma eficiente e efetiva representação, à altura da nossa Bahia, neste Senado.

As forças vivas da política democrática e popular da Bahia precisam agora responder aos desafios da Bahia do século XXI, com a construção de uma nova pauta política para o Estado. E, a serviço dessa causa, ofereço o meu mandato. Da causa de todos nós, brasileiros do Nordeste, pela superação do atraso econômico e social.

Represento as forças de um novo Nordeste, onde o meu partido, o PSB, dos seis Governadores que elegeu, quatro o foram em Estados do Nordeste: Cid Gomes, no Ceará; Wilson Martins, no Piauí; Ricardo Coutinho, na Paraíba; e Pernambuco reelegeu, com a maior votação do País, o Governador Eduardo Campos, nosso Presidente Nacional. Como socialista e baiana, empunharei a bandeira por um novo Nordeste nesta tribuna, um novo Nordeste desenvolvido, justo, moderno e democrático, com políticas regionais consistentes, como sonharam um dia Celso Furtado, Rômulo Almeida e tantos outros pensadores e planejadores nordestinos e brasileiros.

E esse novo Nordeste já começa a nascer com três novas refinarias, com novos e mais modernos portos, com a Transnordestina e a ferrovia Leste-Oeste, que corta e une a Bahia ao Brasil, um Nordeste que caminha para se tornar expressivo pólo turístico nacional e internacional.

Aqui, desta tribuna, pretendo representar os negros e os brancos de uma terra que se orgulha da sua negritude, filhos e filhas dos orixás, os católicos, os evangélicos, os sem credo, os de todos os credos, todos os baianos, de todas as cores e todos os santos.

Combatarei todas as formas de preconceito, seja de cor, credo, gênero ou orientação sexual. Defenderei nossa cultura, como atividade econômica de inclusão social, de autoestima e preservação da identidade local; nosso jeito de ser, nossos temperos, nossos ritmos, nossas paisagens marinhas, nossa granítica chapada, nosso agreste sertão – todo esse mistério e poesia, escritos por Jorge Amado e cantados por Caymmi, que nos fazem orgulhosamente baianos!

Criada que fui na escola dos movimentos sociais, buscarei ser a voz dos sindicatos, das associações de bairro, dos estudantes e dos segmentos mais desprotegidos e vulneráveis da população, na convicção que mantenho numa velha e conhecida fórmula, a de que o povo unido jamais será vencido.

A minha experiência como Prefeita de Salvador me sensibilizou para os graves problemas que vivem os brasileiros em nossas cidades. Por isso, me empenharei por uma ampla reforma urbana, uma reforma capaz de assegurar moradia digna e qualidade de vida, a universalização do saneamento básico e uma boa estrutura de mobilidade urbana com prioridade para o transporte público. Urge construir novos instrumentos de gestão, mais eficientes, para as nossas metrópoles, sempre visando garantir o direito à cidade para todos.

Na reforma política, lutarei para o desenvolvimento permanente de nossa democracia, entendendo-a como um processo de ampliação constante da participação popular e da cidadania no poder político, no controle sobre a gestão da coisa pública e no combate à interferência do poder econômico sobre o processo eleitoral.

Na reforma tributária, lutarei por uma distribuição mais equânime dos recursos públicos entre os entes federados, especialmente os Municípios, e pela desoneração dos salários e do consumo popular, com maior taxaço sobre as grandes fortunas e propriedades.

Após um Presidente operário, o Brasil elegeu uma primeira mulher Presidente. A Bahia manifestou o

seu apoio à Presidenta Dilma com uma consagrada votação de 70% do eleitorado.

Serei a voz da mulher na luta pela igualdade dos seus direitos, pelo fim da violência doméstica e da desigualdade de nossos salários. Apoiarei decisivamente a política da Presidenta Dilma pela construção de milhares de novas creches, capazes de oferecer segurança e um crescimento saudável aos filhos da mãe trabalhadora.

Serei uma intransigente aliada no enfrentamento ao desafio lançado pela nossa Presidenta pelo fim da miséria e pelo desenvolvimento da nossa educação. E para isso lutarei pela isenção de impostos sobre a cesta básica e pela aplicação, na educação, de recursos públicos equivalentes a 10% do nosso PIB.

Muitos serão os desafios que teremos que enfrentar nesta Casa: o urgente problema do financiamento e do gerenciamento mais eficiente do Sistema Único de Saúde...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Já termino, Sr. Presidente.

...a revisão do Código Florestal, a construção de uma ampla política de segurança pública calcada nos princípios da defesa da cidadania, a aprovação de uma regulamentação que garanta a democratização dos meios de comunicação. Esses são apenas alguns dos muitos problemas que exigirão o melhor de nossos esforços para superá-los.

Reitero meus compromissos com o turismo nacional, como instrumento para o desenvolvimento sustentável de nosso País e de geração de emprego e renda.

Ao encerrar, faço minhas as palavras do grande tribuno baiano Rui Barbosa, que marcou tão claramente esta Casa:

Mas eu não tenho jeito de servir a ninguém senão com a minha consciência. Contra a minha consciência, não. A verdade, lisamente dita, é o único processo, que sei, de ser útil aos meus amigos. Hei de desagradar; mas não quero enganar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, eu gostaria de apartear a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo-lhe a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, o Senado Federal

não só ganhou com o aumento do número de mulheres na Casa, mas ganhou em qualidade, ganhou em trabalho, ganhou em heroísmo e idealismo, qualidades que norteiam a carreira política de V. Ex^a, marcada por uma luta intensa em favor do social. Teve uma administração que foi exemplo na cidade de Salvador, principalmente por seu critério ético, por sua conduta honesta na direção dos negócios públicos. V. Ex^a é um ícone da política da Bahia, e a sua eleição representou o grito de liberdade da mulher baiana. Parabéns a V. Ex^a por discurso tão marcante! Temos certeza de que a sua atuação estará inteiramente harmonizada com as palavras proferidas do alto dessa tribuna do Senado Federal. Felicidades a V. Ex^a! E conte com o meu apoio e com o apoio do Senador Rodrigo Rollemberg, representante do Distrito Federal, mas que tem uma comunhão muito grande com o Estado de Sergipe, porque ele é filho de lá, e uma comunhão muito grande com o Estado da Bahia, já que somos vizinhos. Parabéns e felicidades a V. Ex^a!

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada por todo o apoio que tem-me dado desde que aqui cheguei, Senador e Líder do meu partido, Senador Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lídice da Mata por seu pronunciamento, ela que foi uma excelente Prefeita, uma grande Deputada e, certamente, honrará o povo baiano como Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise política do Egito, dada a importância geoestratégica daquele país no cenário internacional, está longe de configurar uma questão localizada, transcende suas fronteiras e lança preocupações generalizadas.

Não há dúvida de que a queda de um regime autoritário, há três décadas no poder, derrubado pela vontade popular, deve ser saudada pela consciência democrática mundial. Nesse sentido, associamo-nos ao povo egípcio na celebração da derrubada da ditadura de Mubarak, que governava o país com mão de ferro há trinta anos. Mas, para além deste fato auspicioso,

há aflitas indagações que o mundo se faz a respeito dos seus desdobramentos: prevalecerá a democracia ou o regime deposto presentemente sob intervenção militar derivará para um regime fundamentalista, lançando trevas sobre uma região de imensa importância estratégica?

Não seria um despropósito lembrar episódio análogo, embora com especificidades distintas, ocorrido em 1979 no Irã. Também naquela ocasião foi derrubada, em nome da democracia e com o apoio da comunidade democrática internacional, o regime autocrático do Xá Reza Pahlevi que imperava há 26 anos.

As manifestações populares obedeciam a palavras de ordem libertárias. E por libertário era tido o líder maior daquele movimento, o então exilado em Paris, Aiatolá Khomeini, que, após derrubada do regime, assumiria o comando do país por dez anos e se mostraria um déspota ainda pior que seu antecessor. Até hoje o Irã vive em um regime fundamentalista sob o comando dos aiatolás, que impõem seu credo à custa de censura e sistemática violação aos direitos humanos.

O temor de que o quadro se repita no Egito não é infundado. Nesse ambiente desponta a organização Irmandade Muçulmana. Ela é vista, no Ocidente, de maneira ambígua: uns garantem que é fator de moderação; outros lhe negam esse pendor. Entre suas propostas, neste momento de transição, está a de promover um plebiscito para submeter o acordo de paz assinado há trinta anos com Israel. Foi esse acordo, dentro do qual o Sinai foi devolvido ao Egito, que resultou no assassinato de Anwar Al Sadat por um oficial do Exército, que, depois se descobriu, militava em segredo na Irmandade Muçulmana. Portanto, a Irmandade não é garantia de moderação nessa fase de transição política no Egito. E o plebiscito que se quer convocar encontrará um eleitorado potencialmente contrário ao acordo de paz.

Segundo a mesma pesquisa que mencionei, publicada na imprensa internacional, apenas 17% dos egípcios são simpáticos aos Estados Unidos, aliado maior de Israel. Se o acordo de paz naufragar, o precário equilíbrio que resta no Oriente Médio lançará o mundo e a economia global numa zona de incertezas.

Entre Egito e Israel, convém lembrar, há a turbulenta Faixa de Gaza, cujas fronteiras estão fechadas de ambos os lados. Se aberta a fronteira do lado egípcio, prevê-se intenso ingresso de armamentos modernos, que permitiriam o enfrentamento dos palestinos com Israel; e não apenas isso, o Egito fornece 40% do gás consumido em Israel, o que estabelece outra zona de incertezas nesse período de transição.

Ainda há a questão do petróleo, cujo barril já está a US\$100 e pode subir mais caso se mantenha, o que tudo indica, um ambiente de tensão na região. A hipótese de novas turbulências ou mesmo o estabelecimento de um regime fundamentalista no Egito ameaça ainda o estratégico Canal de Suez, usado para o transporte de petróleo do Oriente Médio para o Ocidente.

Desnecessário dizer do impacto que uma alta descontrolada do petróleo causaria à economia global ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – V. Ex^a disporá de mais dois minutos, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Desnecessário dizer do impacto que uma alta descontrolada do petróleo causaria à economia global com reflexos na economia brasileira.

O Gen. Suleiman, que comanda a transição no Egito, assumiu com a missão de conter a onda de atentados organizados por grupos radicais ligados à Irmandade Muçulmana. É adversário do regime do Irã, mas está longe de ter o perfil de um democrata. O que se espera é que tenha condições políticas de administrar a transição e convocar eleições presidenciais no prazo mais curto possível.

Por tudo isso, é preciso que o Brasil, com o peso que já tem na diplomacia mundial, associe-se às manifestações internacionais pela efetiva vitória da democracia no Egito.

Tenho certeza de que a Presidente Dilma está associada a essa harmonia do mundo inteiro em torno da questão egípcia.

Inclusive, é o que cobrou de nós o líder opositor egípcio e Prêmio Nobel da Paz, Mohamed ElBaradei, em entrevista à **Folha de S.Paulo** de hoje, pedindo que o Brasil defenda os valores universais da democracia, temeroso, por certo, de que nossa diplomacia venha a repetir a postura que teve em relação ao Irã.

A vitória da democracia no Egito terá não apenas repercussão na economia global, como também influência no conjunto dos países do mundo árabe, em que manifestações semelhantes às do Egito já se fazem sentir.

O que se espera é que a democracia não seja mero rito de passagem, como foi no Irã, dando ensejo a uma nova teocracia que ameace a paz mundial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Falei em nome do PSB. Esse é o pensamento da Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Rodrigo Rollemberg, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, que terá dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Davim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu cumpro aqui o dever de, tendo representado o Senado Federal em viagens ao exterior no início do recesso de Natal e também em viagens até a semana passada, fazer um breve relato.

Primeiro, eu tive a honra de ter sido convidado pelo Flemish Theatre Group, da Bélgica. Todos os artistas de teatro da Bélgica e os movimentos sociais convidaram o professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, e a mim próprio para ali realizarmos uma palestra, um diálogo com ele sobre o combate à pobreza no mundo e a perspectiva da renda básica de cidadania.

Foi um excelente evento e muito agradeço a todos que me convidaram, pois pude ali falar dos fatos que relatarei a seguir.

Em seguida, fui convidado pela Autoridade Palestina, inclusive pelo Embaixador no Brasil da Autoridade Palestina, para assistir à missa de Natal em Belém, na presença, inclusive, do Presidente Mahmoud Abbas, que me recebeu logo antes, num jantar que houve para todos os visitantes ilustres. Logo a seguir, assistimos à missa na Igreja de Santa Catarina, que fica ao lado da Igreja da Natividade, em Belém. As igrejas são juntas e, embaixo da parede que as separam, está justamente a gruta em que Jesus nasceu. E ali pude observar e ouvir o agradecimento muito forte das autoridades palestinas, inclusive do Presidente Mahmoud Abbas de quão gratos estão da decisão do Governo brasileiro de reconhecer a área da Palestina de antes da guerra e da ocupação militar por Israel em 1963.

Em janeiro passado, tive a honra de, mais uma vez, ter sido convidado para representar o Senado no Marrocos, no I Fórum das Caixas de Depósito, ou Caixas Econômicas Federais, convite que também foi transmitido à Presidenta Maria Fernanda, da Caixa Econômica Federal, que o havia aceitado e só não pôde ir por causa da convocação, por parte da Presi-

denta Dilma Rousseff, para que ela, como Presidente, pudesse cuidar, no dia em que ocorreria aquele seminário, de reunião de urgência para tratar dos graves problemas ocorridos sobretudo na região serrana do Rio de Janeiro. As populações de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e outras acabaram sofrendo danos muito fortes em função das chuvas de verão.

Pude transmitir, em Marrakesh, às pessoas responsáveis pelas instituições financeiras como a Caixa Econômica Federal como esse órgão, que completou recentemente 150 anos, pôde administrar tão bem o programa Bolsa Família, tendo passado de 3,5 milhões de beneficiários em dezembro de 2003 para 12,8 milhões de famílias beneficiadas na data de hoje. Eu então expliquei que, para uma instituição que é capaz de expandir tão rapidamente o número de beneficiários do Programa Bolsa Família, certamente será um desafio factível que a Caixa Econômica Federal possa também um dia administrar para os 191 milhões de brasileiros a Renda Básica de Cidadania.

Na semana passada, eu tive a honra de ter sido convidado pela Coligação ou Coalizão da Renda Básica da Namíbia, presidida pelo Bispo da Igreja Luterana e também pela Congregação da Igreja Luterana da Namíbia, e também pela Fundação Friedrich Ebert, que é ligada ao Partido Social Democrata da Alemanha, para ali visitar a experiência pioneira da vila rural de Otjivero.

Do que se trata essa experiência? Como há um grande número de pessoas da Namíbia que formaram essa Coligação que envolve as entidades sindicais de trabalhadores, as igrejas, as entidades não-governamentais e outras, elas ficaram muito tentadas a realizar uma experiência pioneira do pagamento de uma modesta renda numa vila rural onde moram cerca de mil habitantes. Essa vila fica a cem quilômetros da capital Windhoek.

Logo ao chegar no domingo, dia 6, no aeroporto de Windhoek, recebido, inclusive, pelo Bispo Zephania Kameeta, pelos membros da Coligação e acompanhado do nosso Embaixador da Namíbia José Vicente Lessa, a quem agradeço toda a atenção dada durante essa semana, seguimos direto para Windhoek. Chegamos àquela vila que era extremamente pobre em 2007, com residências que eram, na verdade, barracos dos mais diversos tipos de papel, de pano, de papelão, de zinco e assim por diante, uma vila onde o nível de rendimento educacional era extremamente baixo.

Então, graças ao recolhimento de recursos voluntariamente dados por cidadãos da Namíbia, por cidadãos de diversas partes do mundo, por igrejas da

Alemanha, conseguiu a coligação e o Bispo Zephania Kameeta juntar um fundo suficiente para ali realizar uma experiência, de janeiro de 2008 em diante, e que, por dois anos, pagou todos os seus moradores ali residentes, em dezembro de 2007, quantia equivalente a US\$100 da Namíbia ou cerca de R\$22 na nossa moeda, por mês, simplesmente a todos. Como os recursos eram para uma experiência de dois anos, a partir de 2010, a experiência continuou, mas com o pagamento de uma quantia um pouco menor, da ordem de US\$80 da Namíbia, por mês.

Ora, o que aconteceu ali? Contou-nos o Bispo Zephania Kameeta, e depois pude ver com meus próprios olhos – dialoguei com os moradores e moradoras dessa vila, inclusive todos os jovens e adolescentes nos receberam com muita alegria, na tradição africana, cantando e dançando –, que, ali, houve como que um milagre da multiplicação dos pães de dos peixes.

Depois de diversos dias pregando para a população da Galiléia, cerca de cinco mil pessoas, os discípulos de Jesus lhe disseram: “O povo, agora, está com fome e cansado.”

“Então, dai-lhes de comer”, disse Jesus. Os discípulos disseram: “Mas só temos cinco filões de pães e dois peixes.” Então, Jesus falou: “Mas dê igualmente para todos.” Ele não disse assim: “Você parece que precisa muito; e você, não; você fica na fila; e você, não.” “Simplesmente distribua igualmente para todos.” E houve como que uma transformação do sentido de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – V. Ex^a disporá de mais dois minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – ... solidariedade tal, Sr. Presidente, que cada um passou a dar de si aquilo que tinha. E, como houve uma demanda por bens e serviços, o que passou a existir onde antes era um lugar tão pobre, algumas pessoas passaram a produzir verduras e legumes, e pude visitar como isso acontecia. E, na casa de outra, a produção de pão; na casa de outra, a produção de roupas; na casa de outra, a produção de tijolos, e assim por diante. Houve um aumento muito significativo da atividade econômica, do microempreendedorismo, num sentido de solidariedade tal... O grau de desnutrição, que era forte, passou a ser de nutrição extremamente saudável, sobretudo para todas as 350 crianças que pude visitar na escola local.

Também o grau de condição de saúde de toda a população melhorou significativamente. Quando uma pessoa, inclusive, fica doente, todos os seus vizinhos

se responsabilizam para que ela possa ir à clínica médica, que também visitei ali, em Otjivero.

E pude, depois, conversar com o Presidente da República, com o Primeiro Ministro, com o Ministro de Indústria e Comércio, com o Presidente da Assembleia Nacional, com o Líder da coligação governamental, com o Ministro Chefe de Planejamento Econômico e outros.

Assim, Sr. Presidente, pude, ali, notar o quanto eles tiveram grande vontade de....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – V. Ex^a disporá de mais um minuto para conclusão

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Pude notar a grande vontade grande deles de interagir com o Brasil, com as nossas experiências de erradicação da pobreza absoluta, e de saber como criar justiça.

A Namíbia, um país defronte ao Brasil, no Oceano Atlântico, vizinho da África do Sul, tem, hoje, um problema muito grande, o da extraordinária desigualdade, já que seu coeficiente Gini de desigualdade é da ordem de 0,74%, 0,73%.

Mas essa experiência da vida rural de Otjivero está trazendo grandes esperanças, e espero que as autoridades daquele país possam, realmente, abraçar essa proposição.

Quero, aqui, agradecer a todos...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) –...que ali me receberam com tanta atenção. *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, apenas solicito a transcrição completa das minhas atividades, bem como da palestra que ali fiz para os diversos segmentos no simpósio organizado pela Fundação Friedrich Ebert e na igreja do bairro popular mais carente junto ao Bispo Zephania Kameeta, no bairro de Katutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a todos os Srs. Senadores.

DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA DO SR. SENADOR EDUARDO SUP LIC Y, AGUARDANDO TRADUÇÃO PARA POSTERIOR PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LIC Y EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A experiência pioneira de Otjivero

Eduardo Matarazzo Suplicy

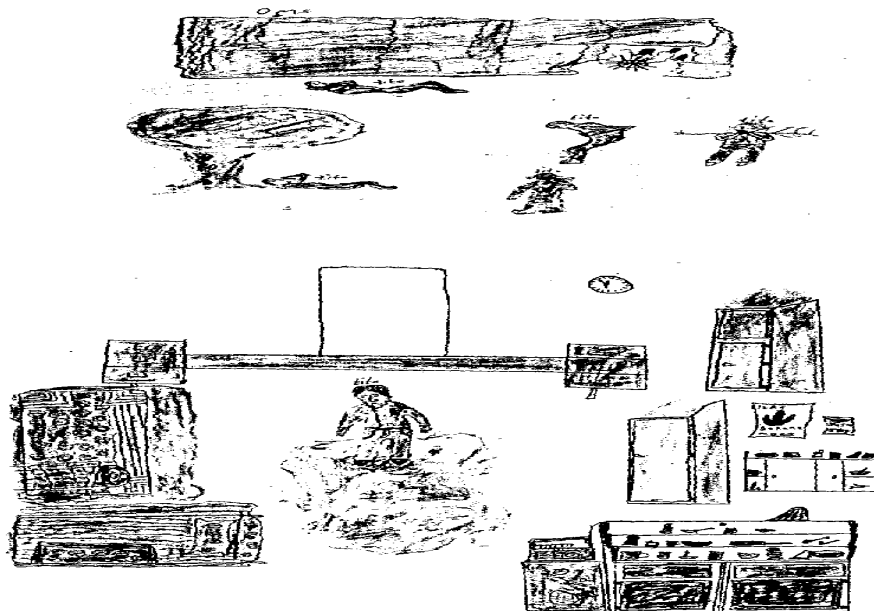
A Namíbia é um país situado entre Angola e a África do Sul, banhado pelo Oceano Atlântico, com população de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes e renda *per capita* de cerca de US\$ 4900 anuais. O potencial de crescimento da sua economia provém das riquezas minerais —urânio, cobre, zinco, dentre outros— e da produção agropecuária e pesqueira. Todavia, um de seus maiores problemas é a grande concentração de riqueza e renda. O país tem o maior coeficiente *Gini* de desigualdade dentre todos os países do mundo, 0,74, em 2007, segundo o último Relatório de Desenvolvimento do PNUD 2010.

No XI Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, na Cidade do Cabo, África do Sul, o Premio Nobel da Paz, Bispo Desmond Tutu, exortou a todos os presentes, inclusive a mim, para colocarmos nossas energias na luta pela extinção da pobreza absoluta por meio de um instrumento simples e eficaz: a Renda Básica Incondicional Universal. Ali também estava o Bispo Zephania Kameeta, da Igreja Luterana e presidente da Coalizão da Namíbia pela Renda Básica. Desde então, ele recolhe doações voluntárias de cidadãos da Namíbia, de outros países e das igrejas alemãs para constituir um fundo que financia o pagamento de modesta renda mensal de 100 dólares da Namíbia, equivalente a R\$ 22,00, a todos os quase mil habitantes que residem, desde dezembro de 2007, em Otjivero, uma pequena vila rural a 100 km da capital Windhoek.

De 6 a 12 de fevereiro, visitei esta experiência pioneira de Otjivero. Fiquei impressionado com os resultados positivos alcançados, mesmo com a redução do valor mensal a partir de janeiro de 2010, de 100 para 80 dólares da Namíbia. Os moradores receberam-me em festa, externando sua felicidade ao mostrar os resultados da experiência.

Como disse o Bispo Kameeta, essa experiência permitiu que compreendêssemos melhor o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes, em que Jesus distribuiu o alimento igualmente para todos. Em Otjivero, graças à Renda Básica, cresceu a demanda por bens e serviços, as pessoas passaram a produzir verduras, frutas, pães, tijolos, roupas etc. A frequência à escola aumentou, a evasão escolar foi reduzida a zero. A desnutrição infantil desapareceu. A criminalidade baixou 42%.

Reunidos comigo sob a sombra de uma frondosa árvore, os moradores de Otjivero externaram o desejo de que experiência por eles vivida seja estendida para toda a Namíbia.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL, que disporá de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero trazer a esta Casa o debate que tem sido rotineiro nos nossos corredores no último período. Além, óbvio, do debate sobre o salário mínimo, muito se tem falado aqui sobre a necessidade de reforma política.

Eu queria saudar, primeiramente, a iniciativa da Presidente da República, quando da sua mensagem ao Congresso Nacional, ao tratar da reforma política com prioridade. Depois, a iniciativa dos Presidentes das duas Casas, da Câmara e do Senado, de constituir comissões para debater o tema da reforma política.

É bem verdade que na comissão do Senado, nós, do Partido Socialismo e Liberdade, comungados também, eu diria, com o Partido Comunista do Brasil, temos a lamentar a não incorporação das nossas agremiações partidárias na comissão que foi formada aqui. Entretanto, destaco a presença de nomes do Senado da República do maior gabarito para integrar essa comissão, como o do meu caro amigo Pedro Taques. Com certeza, nossas ideias estarão representadas com a presença de S. Ex^a.

Já se passaram 22 anos da promulgação da nossa última Constituição. Esse episódio marcou a redemocratização do nosso País. Nossa Carta Magna inicia-se com a proclamação “Todo poder emana do povo” e estabelece isso no parágrafo único do seu artigo 1º. É, inclusive, o nosso Texto Constitucional um avanço em relação aos textos anteriores, que diziam que o poder emana do povo, que o exerce por intermédio dos seus representantes. Quis o texto de 1988 destacar que o povo tem a possibilidade de exercer o poder diretamente.

O que poderia, em virtude disso, ser uma relação equilibrada entre o modelo de democracia representativa e de democracia direta, nunca de fato o foi na nossa recente experiência constitucional. A democracia brasileira se resumiu, nos últimos 22 anos, em convocar o povo, periodicamente, para eleger seus representantes; e raramente em convocar para consultas diretas, como ocorreu com a única experiência de plebiscito que já tivemos e com a única experiência de referendo popular que tivemos na nossa história.

Um verdadeiro governo do povo, no nosso entender, significa colocar o fundo público, ou seja, os recursos arrecadados de todos os cidadãos a serviço da garantia de renda, trabalho, educação e saúde para todos.

Na semana passada, nesse sentido, a Presidenta da República lançou a logomarca de seu Governo, que parte da consigna: “Um país rico é um país sem pobreza”. Apesar de vivermos duas décadas de democracia representativa, nosso País não conseguiu distribuir os benefícios do progresso de maneira democrática. A concentração de renda, lamentavelmente, ainda é monumental, e a desigualdade de raça e de gênero é igualmente assustadora.

Além desse aspecto, a nossa democracia ainda convive com o triste ranço do patrimonialismo, que, lamentavelmente, está presente desde a nossa fundação como nação.

Esta Casa é convocada, novamente, para debater a reforma política. O mundo discute a necessidade de reformas políticas. Em torno disso, os povos do Oriente Médio, como já foi dito ainda há pouco, realizaram, recentemente, um conjunto de revoluções democráticas.

O nosso desafio não pode ser apenas, na reforma política, o de corrigir distorções do processo eleitoral. Experiências de minirreformas eleitorais nós já tivemos. O País precisa muito mais que uma simples reforma do Código Eleitoral. O País precisa avançar da sua condição de democracia representativa para a de uma democracia cada vez mais participativa.

Nesse sentido, a primeira grande tarefa é garantir que a democracia direta seja exercida, efetivamente, materializando o preceito constitucional do parágrafo único do art. 1º. Significa garantir que questões essenciais para a vida do povo brasileiro sejam decididas em plebiscitos; significa dizer que as ferramentas de democracia direta, presentes no art. 14, incisos I, II e III, da Constituição, devem ser ampliadas e utilizadas mais constantemente por parte do povo brasileiro. Por isso, urge a regulamentação desses dispositivos constitucionais.

Eu afirmo que, no Brasil, temos de fato muitos partidos, mas, lamentavelmente, ainda temos pouca ideologia e pouco programa. O povo vota em pessoas, não vota em partidos e programas. Eleitos, os candidatos não possuem compromisso com suas promessas e o povo acaba não tendo instrumentos de cobrança.

Defendo a introdução, no nosso Texto Constitucional, da possibilidade de revogabilidade de mandatos, não por nós, parlamentares, mas pelo povo. Não falo de uma novidade, falo de um instrumento constitucional já presente em muitas democracias do Planeta.

Um dos instrumentos mais perversos de nossa democracia é o financiamento privado eleitoral, seja o legalizado, seja o financiamento clandestino. A legislação existente tenta coibir o abuso do poder econômico, podendo ser, inclusive, aperfeiçoada para manter a

institucionalidade de uma deformação do nosso sistema político. Esse modelo acaba transformando os eleitos não em submetidos à vontade do povo, mas em submetidos à vontade, muitas vezes, de pequenos grupos privados.

Defendo o financiamento público de campanha. Falo isso porque sei que esse nosso modelo de financiamento privado, como já está provado pelos sucessivos escândalos que nós temos testemunhado, fracassou e, também, porque esse modelo nada tem de privado. No final das contas, o financiamento das campanhas eleitorais acaba sendo feito por parte do povo brasileiro.

Alguns podem dizer que seria um absurdo existir financiamento público de campanha. Eu repito: absurda é a manutenção do atual sistema. Quem disse que o dinheiro privado não sai do bolso dos consumidores, dos contribuintes, ou seja, não sai, concretamente, também do bolso do eleitor?

Com o financiamento público, nós teríamos condições de introduzir um termo do Direito na disputa política. Muito, nos tribunais, se debate sobre a necessidade, entre as partes que lá estão, de se ter, para o debate político, “igualdade de armas”. Essa igualdade de armas não existe no processo eleitoral. O processo eleitoral é distorcido. O poder econômico sempre tende para alguns, desfavorece outros e, aí, não cumpre um princípio básico, também, de qualquer democracia, que é o princípio de igualdade de condições das disputas eleitorais.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, os acontecimentos recentes no Egito, mesmo guardadas as peculiaridades do Oriente Médio e as nossas, devem nos alertar como representantes do povo. Há um crescente sentimento de deslegitimação das estruturas da democracia representativa. Cada vez menos o povo é representado em instituições como esta; cada vez mais é necessária a ampliação de mecanismos do exercício da democracia direta.

Queremos que a reforma política seja, de fato, política com “p” maiúsculo, que não seja apenas um conjunto incoerente de acordos malcosturados entre os partidos, muitas vezes baseados nos casuísmos eleitorais que têm para as vésperas das eleições; queremos que a reforma não seja apenas um conjunto de remendos na legislação eleitoral. Defendemos uma reforma política profunda, radical, no sentido da expressão da palavra radical, daquilo que vai à raiz...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – V. Ex^a disporá de dois minutos, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Uma reforma que modifique, de fato, as estruturas constitucionais, as estruturas do sistema político brasileiro; uma reforma que traga o povo para ser protagonista. Ele, que é o destinatário da cena política, deve ser o protagonista dessa cena e não mero coadjuvante.

Nesse sentido, nós acompanharemos os trabalhos das duas comissões, a da Câmara dos Deputados e a instalada aqui no Senado da República, mas fortaleçamos, em especial, a atuação da frente parlamentar por uma reforma política com participação popular, pois essa tem a participação de diversos organismos da sociedade civil. Compreendemos, com convicção, que uma reforma política de fato só ocorrerá se ela trouxer o povo para participar e se o povo impulsionar o Congresso Nacional a fazer as mudanças que o Brasil precisa na sua estrutura política.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O próximo orador inscrito é o Senador Lindbergh Farias, por permuta com o Senador João Pedro.

Senador, V. Ex^a disporá de dez minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Senadores e Senadoras, subo a esta tribuna, novamente, para defender o legado do Presidente Lula. Nesta semana, escutei muitos ataques à política econômica do Governo Lula neste plenário do Senado. Vários Senadores falaram de quadro fiscal preocupante, de farra dos gastos.

Pois bem, quero convidar os Senadores da Oposição a debater em cima de números.

Para falar da política econômica do Presidente Lula, estamos crescendo mais de 7% ao ano, com o menor índice de desemprego da nossa história recente – menos de 6% -, com 15 milhões de empregos com carteira assinada. O crédito, Sr. Presidente, subiu de menos de 25% do PIB, em 2002, para mais de 45% do PIB.

As nossas reservas internacionais saltaram de R\$36 bilhões para mais de R\$300 bilhões. Investimento público – Governo Federal e estatais –, de 2002 para 2010, aumentamos de 1,5% do PIB para 3%. E aqui a discussão é: chegaram a falar, neste plenário, em herança pesada do Presidente Lula, Senador Mário

Couto, herança pesada do Presidente Lula. E eu quero aqui trabalhar com números, porque há falsificação nesse debate, Senador Demóstenes Torres.

Eu vi, aqui, o Senador Alvaro Dias, na segunda-feira, e o aparteei, falando que a nossa dívida pública subiu de R\$932 bilhões para R\$1,4 trilhão. É verdade. Mas esses são valores nominais. Na verdade, o que interessa é a relação dívida/PIB. E o que houve aqui, nos oito anos do Governo do Presidente Lula? A relação dívida/PIB caiu de 60% para 40% agora. Então, onde é que está a farra de gastos? Onde é que está a situação fiscal preocupante? O déficit nominal inferior a 3%. Hoje, na Europa, o que a Comunidade Europeia tenta fazer é que os países que a ela pertence se enquadrem nesses gastos.

Eu trouxe aqui o resultado do Ministério da Fazenda, o resultado primário do Governo Central detalhado. Houve um aumento, sim, nos oito anos do Governo do Presidente Lula das nossas despesas primárias em relação ao PIB, Senador Requião; aumentamos 2,2%. Para onde foram esses aumentos? Dois por cento destes 2,2% foram para transferência de renda; benefícios previdenciários: 1% – recuperação do salário mínimo teve um peso muito grande –; abono e seguro desemprego; carteira assinada ajudou nisso aqui; benefícios assistenciais e Bolsa Família.

Então, do aumento de 2,2%, 2% estão ligados à transferência de renda. Houve aumento de custeio, algo em torno de 2%; 1,5% na educação, porque ampliamos as universidades, as escolas técnicas. Mas pasmem, Senadores, na discussão do aumento de gastos com pessoal e encargos sociais houve uma redução, se compararmos com o PIB, houve uma redução. Estou trazendo números.

Concedo, com muito alegria, o aparte. Estou aqui para debater e discutir com a oposição esses números.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não só esses números.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Outros, o que vier.

O Sr. Mário Couto (PSDB — PA) – Há três dias, falei sobre três temas nesta tribuna, sobre os quais podemos dialogar, da minha parte: inflação, salário mínimo e corrupção. Quanto à inflação, disse que era lamentável que tornasse a chegar a bater na porta dos brasileiros a maldita inflação, com a qual ninguém sequer quer sonhar com isso! A imprensa brasileira – jornais, televisão – detecta um crescimento de gastos no Governo Lula na época da campanha. Isso é notório, estatístico, dados da Fundação Getúlio

lio Vargas. Quando V. Ex^a quiser, está lá este número: 15%. Questionei o porquê de o Governo não freou a inflação na época da campanha ou antes da campanha. Questionei o salário mínimo. Por que aqueles que defenderam tanto os trabalhadores agora são contra o salário mínimo? E, pasmem, senhoras e senhores, condenei a atuação do Governo no que se refere à corrupção. Se V. Ex^a me questionar e disser que eu estou errado, eu lhe trago – talvez tenha na minha gaveta – os números da corrupção nesses últimos oito anos, ou melhor, trago da época de Getúlio Vargas para cá, para mostrar a V. Ex^a que este Governo não combate a corrupção. Questionei a permanência do diretor do Dnit. V. Ex^a pode pegar qualquer noticiário, pode ir ao Tribunal de Contas da União e ver que aquele senhor está sendo questionado há muito e está sendo questionado agora. Não acho que o Governo Lula errou em tudo. Seria hipócrita se fosse por esse caminho. Não acho que o Governo Lula não tenha pego as melhores orientações do Governo passado e tenha continuado uma política que tenha, em alguns pontos, dado certo. Mas, quando vou à tribuna, eu quero criticar e eu quero que o Brasil esteja melhor nesses aspectos. Não quero que a inflação volte. Não quero que a inflação possa chegar ao patamar que já chegou, Senador. É esse alerta que estamos dando ao Brasil sem querer incomodar a situação, sem querer incomodar nenhum Senador. Estamos preocupados com a Nação brasileira. Estamos preocupados com os brasileiros. E não adianta dizer que o Fernando Henrique e que outros não fizeram. Quem está no Governo agora é que tem a obrigação de fazer. Não adianta questionar que a corrupção não existe, porque ela é patente. O povo brasileiro hoje paga três bilhões de corrupção por ano, Senador, e não se combate isso. Quando se fala isso na tribuna, não se quer aborrecer ninguém, nem a V. Ex^a nem a outros Senadores. Eu tenho a minha linha, V. Ex^a tem a sua.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Eu lhe pedi um aparte porque V. Ex^a me questionou, porque V. Ex^a chamou para mim a responsabilidade de apartear-lo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Verdade.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – E eu faço isso, Senador, eu vou para a tribuna defendendo o povo brasileiro. Eu não estou aqui, Senador, simplesmente para bancar “vaquinha de presépio”, para balançar a cabeça e dizer “sim”. Eu não estou aqui para negociar cargos públicos, Senador. Eu quero o bem do povo paraense.

Eu vim aqui para lutar pelo bem do meu Estado e do meu País. Eu não vim aqui negociar ou fazer qualquer acordo para pedir de joelhos no pé do Governo que me dê a Sudam, o Basa ou qualquer repartição federal no meu Estado. Eu vim aqui para defender o povo brasileiro. Se V. Ex^a quiser o diálogo com referência à corrupção principalmente, que é o que causa mais mal-estar ao povo brasileiro, está aqui um Senador para discutir com V. Ex^a e lhe apresentar números. Se V. Ex^a quiser falar sobre a inflação, está aqui um Senador disposto a falar com V. Ex^a sobre a inflação e sobre qualquer tema, Senador. Repito, meu caro Senador, nós não estamos aqui para lhe aborrecer ou aborrecer qualquer outro Senador. Estamos aqui para, em nome de uma Nação, em nome de um povo, defender a ambos: o povo e a Nação brasileira. Isso eu farei até o último dia do meu mandato, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Mário Couto, quero agradecer muito o aparte. Na verdade, estava chamando um pouco a Oposição para esse debate, um debate em cima dos números...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço tolerância a V. Ex^a porque o aparte levou muito tempo. Peço a tolerância de V. Ex^a para eu concluir. Creio que talvez um pouco mais de dois minutos.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Senador Mário Couto, agradeço o aparte. Estou aqui para isso, para discutir em cima de números.

No começo, falei que não adianta falar em aumento dos gastos em cima de valores nominais. Estou trazendo a discussão em cima do PIB. Volto a dizer: se estivéssemos numa situação fiscal preocupante, a nossa relação dívida/PIB estaria aumentando e não diminuindo; o nosso déficit nominal não seria inferior a 3%.

Pois bem. Se o problema não é fiscal, por que a Presidenta Dilma, Senador Mário Couto, está tomando essas medidas? Porque nós, sim – e queremos assumir isso aqui –, temos uma responsabilidade enorme com o controle da inflação. Nós achamos que a oposição, pelo contrário, está entrando num caminho de abandonar uma bandeira que era sua bandeira histórica.

Falo isso porque o nosso projeto é claro: crescimento econômico com inclusão social, com responsabilidade ambiental, mas com controle da inflação. E por que está havendo aumento da inflação? É por causa dos gastos? Já falei que não.

Senador Mário Couto, há uma nova conjuntura econômica internacional. Nós estamos com problema no câmbio, mas temos, sim, uma elevação internacional do preço das *commodities*, do preço dos alimentos. Temos também uma elevação da inflação, e nós reconhecemos, por pressão da demanda. Os serviços subiram 9,2% contra 5,9% da inflação. Está aumentando o preço. Cabeleireiro... Hoje todos os jornais falam de restaurantes,...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ... alimentação fora de casa. Então reconhecemos que essa pressão inflacionária... Mas por que existe essa pressão inflacionária? Por demanda, porque mudou o padrão da economia brasileira.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite? Só trinta segundos!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu dou. Se o Presidente me conceder tempo para eu concluir, eu dou, com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu peço a compreensão dos Srs. Senadores. Vamos cumprir o Regimento. Temos 28 oradores inscritos. Eu gostaria muito que houvesse a compreensão e o cumprimento do tempo dado a cada um.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, eu estou aqui à disposição. Agora eu estou com gosto é deste debate. Este debate sobre a herança do governo do Presidente Lula o senhor pode falar em qualquer momento, pode ligar para o meu gabinete que eu virei aqui para apartear-lo, porque eu tenho certeza de que os números, o resultado vitorioso da política econômica...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a vai me apartear todos os dias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pode me ligar que eu estarei aqui para apartear-lo, porque eu sei que os argumentos estão a nosso favor. O Lula fez um grande governo e construiu uma grande política econômica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ... e construiu uma grande política econômica.

E eu acabo só dizendo o seguinte

Eu acabo só dizendo o seguinte: a Presidenta Dilma está fazendo de tudo, porque nós temos responsabilidade com o controle inflacionário. Nós estamos crescendo a 7% ao ano, queremos manter uma taxa

de crescimento alta; agora, não pode haver descontrolado inflacionário.

E é por isso que o Governo está tomando medidas. Houve aumento da taxa Selic, diminuição do prazo dos financiamentos, aumento compulsório dos bancos e o corte no Orçamento, Senador Requião, que não é esse ajuste fiscal que estão falando. Quero dizer aqui que o corte que houve, Senador Mário Couto, a previsão que o Congresso Nacional tinha feito era de aumento de receita de 16,4%. Na verdade, o que estamos fazendo? Reduzindo isso para 13,8%. As despesas que estavam colocadas na previsão pelo Congresso, que eram de 17%, estão caindo a 9,5%.

Concluo o meu discurso dizendo que estou com os números do PNAD sobre redução da pobreza.

(Interrupção do som)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós tivemos um grande salto da redução da pobreza com o Plano Real, com a estabilização da moeda e com controle da inflação: 10%. E tivemos um salto maior, 15%, com o período de crescimento econômico, a recuperação do salário mínimo, no governo do Presidente Lula.

Infelizmente, acho que, com a postura que estão adotando na discussão do salário mínimo, V. Ex^{as} estão caminhando no sentido de preferir a política fácil do populismo e estão abandonando uma bandeira histórica que era de V. Ex^{as}, que é o controle da inflação. É com muito gosto que nós do Partido dos Trabalhadores, o Governo da Presidenta Dilma, vai empunhar esta bandeira: crescimento econômico com responsabilidade fiscal e com controle inflacionário.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O próximo orador inscrito é o Senador Gilvam Borges, que disporá de dez minutos. Em seguida, a Senadora Marta Suplicy.

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me, neste breve pronunciamento, fazer algumas referências a meus propósitos, selando aqui o compromisso de continuar sendo voz altaneira do meu Estado e fazendo o que chamo de política de resultado, que nada mais é do que dar voz e andamento aos apelos dos milhares de pessoas que confiaram em meu nome para estar aqui.

O dito popular consagra que “não se faz omelete sem quebrar ovos”. A simbologia se adapta bem

ao mundo político, em que, infelizmente, não estamos livres de atrair desafetos e posições antagônicas. Mas as barbas brancas já me permitiram aprender que é preciso saber crescer em meio à adversidade, numa conciliação harmoniosa de resistência e de humildade, que nos faz aprender até mesmo com aqueles que se opõem às nossas ideias e aos nossos propósitos.

Na verdade, mais perigoso é o caminho daqueles que não têm oposição, sobretudo no universo político, onde o contraponto favorece a análise, a reflexão, a correção de rotas ou, em outro extremo, a certeza de que estamos no rumo certo. É assim que me sinto, com o ouvido guiado pelos apelos da minha gente, com o cheiro da minha terra, com os sonhos renovados dos meus conterrâneos.

Eu ando muito, gosto disso. Gosto de ir aonde ninguém que ir, aonde ninguém tem paciência de chegar, e essa disposição tem me permitido completar e entender o mosaico cultural, sentimental, cívico e histórico das cidades amapaenses e de sua gente.

O Estado do Amapá não é uma ilha de excelência, longe disso. Tenho a humildade de reconhecer as premências de meu Estado, suas deficiências, suas necessidades emergenciais. Mas é preciso ver que o Norte do Brasil luta contra desigualdades muito peculiares e enfrenta uma realidade que seria exaustiva e extenuante para muita gente forte de outras regiões. De fato, tudo nos é mais difícil, tudo chega ali por último, tudo só vem depois de esforços gigantescos.

Há alguns meses, ouvi um comentário zombeteiro de um Senador de outra região que, no acaso de minhas idas e vindas, encontrou-me saindo de um Ministério, desses que continuamente percorro, levando os pleitos de nossos prefeitos, de nossos líderes, de agentes comunitários. Disse ele: “Lá vai Gilvam de pires na mão”. O comentário do colega não me constrangeu; pelo contrário, encheu-me de orgulho. Eu estava, sim – e, muitas vezes, estarei de novo –, com o pires na mão, sempre que isso significar brigar pelo quinhão a que o Amapá tem direito.

Se quem não chora não mama, aqui estou eu sem qualquer embaraço, para chorar, gritar, espernear, protestar em favor do meu povo. Não vendo minha alma. Não passo por cima dos valores morais sedimentados na minha formação, mas não tenho mesmo vergonha de pedir se for pelo Amapá, com o meu dever de parlamentar há vinte anos no Congresso Nacional.

O ano 2011, Sr. Presidente, começa com gosto de luta e coragem. E aqui, onde as Federações ganham o peso da igualdade pelo equilíbrio da representação política, o cenário é muito especial.

Eu teria de ser muito ingrato para não reconhecer que, no Governo Lula, iniciamos uma nova era no Amapá. Finalmente, algumas de nossas premências foram olhadas com um pouco mais de sensibilidade política e respeito. Para fazer a transferência das terras da União, por quatro vezes, o Presidente Lula esteve lá, ladeado pelo Presidente José Sarney. O desenvolvimento de nossos Municípios foi finalmente iniciado também com o Programa Luz para Todos – quanta luta não travamos! –, que já levou conforto, progresso e dignidade para muitas comunidades distantes e, até então, esquecidas. A chegada de Dilma Rousseff à Presidência nos estimula e nos faz crer que as conquistas continuarão a ser celebradas.

Temos compromissos que urgem por atenção aqui e lá: nossa universidade federal, tão carente de recursos e de impulsos tecnológicos; a questão ambiental e seu eterno desafio de alicerçar-se ao progresso; as ações de combate à violência no nosso Estado; investimento maciço na infraestrutura de transporte, e, ainda, o mais delicado de todos os clamores, aqueles que se destinam a combater a fome e a miséria, passando necessariamente pelas ações de financiamento à saúde.

Há pontos específicos a serem ressaltados, de cujo impulso depende a expansão do progresso de muitas cidades amapaenses. É o caso, por exemplo, de Oiapoque, que, como eu disse há poucos dias, não quer mais ser lembrada apenas quando alguém quer referir-se à grandeza do Brasil, quando dizem “do Oiapoque ao Chuí”, pois, agora, a cidade fronteiriça faz planos para sua expansão, organização e divulgação.

Ainda neste semestre, os Governos do Brasil e da França irão inaugurar a ponte binacional sobre o rio Oiapoque. Lá, o Presidente Lula esteve também por duas vezes. Finalmente, faltam apenas 15% para concluirmos a ponte binacional, que nos dará uma ligação direta com o continente europeu, por meio da Guiana Francesa. Isso é muito importante. Sem dúvida, o turismo agigantar-se-á na região. Para terem uma ideia, Sr^{as} e Srs. Senadores, o custo de uma passagem de Caiena a Paris é de apenas R\$1 mil, ida e volta. Milhares de turistas – estimamos que serão dez milhões nos próximos quinze anos – adentrarão a grande Amazônia, onde o Estado do Amapá tem uma farta e rica fauna e flora. É um Estado que, na Amazônia, dispõe do segundo maior pantanal do mundo, na região de Tartarugalzinho-Amapá e Calçoene. É uma região riquíssima.

No Amapá, estamos no meio do mundo. Somente o Amapá é banhado pelo grande rio Amazonas. Há não

somente os igarapés, como as veias que cortam as florestas, os rios que seguem para se encontrar com o grande e majestoso rio Amazonas, que desemboca no grande oceano Atlântico, depois de longa caminhada vinda dos Andes.

Assim, o Amapá, sem dúvida, prepara-se para essa nova etapa, com a construção de mais três hidrelétricas, que é prioridade de desenvolvimento, com a chegada de mais uma hidrelétrica, também no rio Araguari, já em construção. Também, em cachoeira de Santo Antônio, tão esperada, há previsão de início dessas obras. Priorizaremos também a chegada do Linhão de Tucuruí, Sr. Presidente.

A estratégica estrada BR-210, além da BR-156, interligar-nos-á com o resto da América do Sul por meio do Estado-irmão de Roraima, e chegaremos à Venezuela. A estrada foi paralisada no ano de 1965, e estamos trabalhando, já há um bom tempo, para retomar essas ações muito importantes.

Sr. Presidente, empolgamo-nos, porque, hoje, o frágil Amapá, na sua incipiente economia, agiganta-se, preparando a...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – V. Ex^a disporá de dois minutos para concluir seu discurso.

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Nós nos preparamos para esse novo ciclo, para essa nova etapa.

A Bancada Federal é composta pelos guerreiros que nos representam na Câmara Federal, pelo grande Líder Davi Alcolumbre, que, sem dúvida, tem sido um expoente e que representa, neste plenário, nossos aguerridos Deputados Federais.

O Amapá se levanta com uma grande infraestrutura. Somos jovens. Viemos na Constituinte de 1988, mas, com as estradas, com os portos, com a energia abundante, somos o portal da Amazônia. Com todas as características necessárias em infraestrutura, o Amapá agigantar-se-á, e isso haveremos de registrar na história.

Portanto, Sr. Presidente, retomamos nossas ações políticas neste novo ano, com este novo trabalho. Entre os que defendem as boas ideias neste Parlamento, com um conjunto de verbos que fazem com que o homem

se diferencie no reino animal, há os que têm a capacidade de se comunicar e de fazer cultura.

Faltando um minuto, como sou rígido e disciplinado, como membro dessa Mesa Diretora, estarei pronto para encerrar este pronunciamento quando faltar um segundo.

Agora, dinheiro na conta é o que interessa. Para a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí, há dinheiro na Agência nº 4.109 do Banco do Brasil. É dinheiro, Euricélia, graças a Deus! São idas e vindas, lutas e batalhas, e o dinheiro chega: são R\$225 mil, destinadas a melhorias sanitárias e domiciliares.

Nem só de palavras vive o homem, mas este precisa do pão para se sustentar e da capacidade intelectual para transformar.

Viva o Brasil! Viva o Amapá, que se levanta como um gigante no extremo Norte!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Marta Suplicy, que disporá de dez minutos.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – A respeito da discussão do salário mínimo, é preciso dizer que temos uma regra. Ela foi acordada entre centrais sindicais e o Governo Lula. Ela não saiu do nada. Ela não foi imposta. Ela foi arduamente conquistada com o empenho das centrais e do Governo, comprometidos com uma valorização verdadeira do poder de compra do trabalhador. Agora querem romper esse acordo, acabando inclusive com a segurança e a previsibilidade que a regra deu a todos. Não existe seriedade quando se tenta romper um acordo simplesmente porque ele não foi bom para mim em um ano e exigir antecipação de parte do aumento dos 13%, que será concedido no ano que vem. Além disso, a manutenção desse acordo é importante para o esforço fiscal do primeiro ano do Governo Dilma, governo eleito pela classe trabalhadora, que agora tenta cortar R\$50 bilhões do Orçamento da União.

Temos que pensar: somos um time a favor do Governo? Estamos torcendo para este Governo dar certo? Nós somos – até posso ampliar e dizer – brasileiros que querem que realmente consigamos um êxito na economia? Ou queremos ações populares, fáceis no curto prazo, mas, no médio prazo, desastrosas? Ou vamos no caminho da responsabilidade fiscal e controle inflacionário, que, já no decorrer do ano que vem e próximos anos, levará a uma real melhoria para a classe trabalhadora?

Por essas razões, as respostas aos argumentos da oposição no sentido de apoiar o rompimento desse

acordo devem ser claras. Inicialmente, se a oposição está realmente comprometida com a defesa do poder aquisitivo do trabalhador, por que propõe um valor cujo tamanho gerará mais inflação, corroendo significativamente seu valor real ao longo do ano? O objetivo da política de valorização do salário mínimo dos Governos de Lula e Dilma sempre foi o de recuperar o seu valor de forma sólida e permanente, por meio de uma regra baseada em bons princípios, como o da reposição inflacionária e o dos ganhos de produtividade decorrentes do crescimento real da economia. A existência de uma regra bem pensada é essencial, uma vez que o salário mínimo é referência para muitos contratos e preços da economia.

Isso fica claro quando vemos que, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, voz atuante da posição, promoveu-se um aumento nominal do salário mínimo de 186%, contra 170% da gestão Lula-Dilma. Entretanto, ele foi significativamente menor, em valores reais, no Governo Fernando Henrique, que teve 186% de aumento. Na verdade, foram 42,1% de aumento real na gestão tucana e de 74,9% na gestão petista. Fica evidente que parte desse aumento era ilusório e que escorria pelo ralo, já que a inflação sugava o seu valor real, ou seja, o quanto efetivamente o trabalhador conseguia comprar em bens e serviços necessários ao sustento de sua família.

Outros argumentos defendidos pela oposição dizem respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à defesa do ajuste fiscal. A oposição, que sempre se posicionou pela firme aplicação da LRF, irá se responsabilizar pelo desenquadramento de Estados e Municípios quanto aos limites de gasto com pessoal? Devemos ter certeza de que o número de servidores ativos e aposentados que recebem o piso do salário mínimo é expressivo nos Estados e Municípios, conta que pesa na folha de pagamento e pode causar um rombo no cofres desses entes federativos.

Como nos informou a Confederação Nacional dos Municípios, o valor de R\$600,00 representaria um aumento de R\$3,4 bilhões no gasto com pessoal, levando ao desenquadramento imediato de cerca de 10,8% dos Municípios. Aprendi como prefeita que não podemos ser irresponsáveis com as finanças municipais e que devemos considerar com seriedade o grave impacto sobre o equilíbrio fiscal desses entes.

Outra coisa, onde está o discurso da oposição quanto à necessidade do ajuste fiscal? Ela até fala, como forma de viabilizar os R\$600,00, que a previsão para a receita da União está subestimada em 2011, propondo um maior corte do gasto. Mas tudo isso são

palavras ao vento. O fato é que, quando foram governo, não cumpriram com o que prometem hoje. O superávit primário do setor público no Governo FHC foi, em média, 1,5% do PIB, ao passo que no Governo Lula foi de 3,2% do PIB. O que realmente aumentou com Lula foi a despesa com investimento e com repasses sociais, ou seja, o bom gasto público.

Portanto, pergunto: a oposição está disposta a sabotar os esforços fiscais da Presidenta Dilma? Outra vez, é necessário abrir os olhos dos que insistem em não querer ver que a proposta de reajuste do salário mínimo de R\$600 levará a aumento permanente do gasto público em R\$33,6 bilhões, duas vezes mais do que o impacto do novo valor proposto pelo Governo, de R\$545. A diferença entre as duas propostas equivale a 34% do corte de R\$50 bilhões anunciado, representa 125% do orçamento do Bolsa Família e cerca de 215% das transferências voluntárias para Estados e Municípios. O aumento defendido pela oposição terá, pela via fiscal, efeitos drásticos ao reduzir o espaço orçamentário do Governo Federal para realizar investimentos e ampliar ações e programas sociais. Com isso, serão prejudicados projetos de infraestrutura, e a geração de emprego e renda, afetando o bem-estar do trabalhador e de suas famílias.

São essas as perguntas que não devem ficar sem resposta, sob pena de o trabalhador brasileiro ser iludido com uma proposta de aumento do salário mínimo cujos efeitos positivos seriam passageiros e os efeitos negativos, permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Passamos a palavra ao Senador Vital do Rego, no horário de lideranças.

S. Ex^a disporá de cinco minutos.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso o tempo reservado à Liderança do PMDB para concluir pronunciamento que iniciamos ontem sobre o tema de contingenciamento orçamentário determinado pela Presidente Dilma.

Infelizmente, pressionado pelo cronômetro, não consegui terminar, como gostaria, o meu pronunciamento naquele momento, o que faço nesta tarde, por entender que o contraditório é profundamente salutar no processo democrático.

Dizia eu, então, atendendo a diversos e honrosos apertes que recebi, entre eles, o da queridíssima Senadora Marisa Serrano, que os gastos fiscais do Estado brasileiro fazem parte de um processo racional e necessário de desempenho do processo do papel do

Estado como permanente indutor do desenvolvimento de economia moderna e mais justa.

Não pretendo, Sr. Presidente, me alongar mais do que o necessário citando números da economia, mas, no que se refere a gastos, é de se estranhar o discurso equivocando de certos setores da política que falam haver descontrole do gasto e defendem, ao mesmo tempo, aumentos irreais no salário mínimo.

Não deixam claro que, para cada – attem os senhores – R\$1,00 de acréscimo nesse salário há um aumento de cerca de R\$290 milhões nos gastos da previdência social. Isso, em relação ao nível de R\$545,00 adiante, implicando necessidades adicionais de recursos da ordem de R\$16 bilhões.

Para tanto, deveríamos comprimir ainda mais os investimentos públicos, prejudicando sobremodo o crescimento da economia, se caminhássemos nesse trecho, e, ainda mais, redimensionar para menor gastos em outras áreas sociais, descumprindo a tabela, a meta de resultado primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O salário mínimo, bem falou a Senadora Marta Suplicy agora há pouco, nos últimos 8 anos, apresentou uma expressiva valorização, passando de R\$200,00 em 2002 para R\$545,00 em 2011.

Em termos de dólares, hoje representa cerca de US\$320,00 contra menos de US\$100,00 há nove anos.

Essa política de valorização terá continuidade no Governo da Presidente Dilma Rousseff, de forma racional e prudente para não prejudicar a alocação dos recursos em outras áreas igualmente relevantes, como saúde, educação e saneamento urbano.

Finalmente, o item “pessoal”, também objeto de críticas muitas vezes apressadas, passou de 4,49% do PIB em 2008 para 4,75% do PIB em 2010. Esse modesto aumento refletindo a melhoria remuneratória e adequação quantitativa de carreiras públicas importantes para o atendimento da população e o exercício eficiente do papel do Estado.

É de se destacar que em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique, esse mesmo índice pessoal atingiu 5,1% do PIB.

Assim, o contingenciamento de despesas que ora se discute é uma contribuição da política fiscal para o processo de estabilidade de preços, e não é, absolutamente, tomado de forma tardia, como querem entender alguns.

Ele está sendo tomado pela Presidente de forma consciente e controlada, haja vista que preserva investimentos considerados estratégicos para a con-

tinuidade do crescimento econômico e dos gastos de natureza obrigatória, fundamentais para a redução das desigualdades sociais e promoção da melhor justiça no País.

Esteja certa a oposição, assim com a sociedade brasileira, que hoje, mais do que nunca, o Governo, em cumprimento de determinação específica da nossa Presidente, trabalha para preservar a estabilidade econômica com justiça social.

Esse, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o binômio que diferenciou e diferencia os tempos de hoje da longa história de desemprego, escalada inflacionária e concentração de renda do ontem.

Essa história perversa que deformou o rosto da nação brasileira por tanto tempo, roubando o sonho e a vida de gerações e gerações de brasileiros.

Vivemos um novo tempo e é emblemático que, na primeira fala à Nação, a Presidente tenha usado a abertura do ano como marco referencial para saudar o povo brasileiro.

São prenúncios de novos tempos. Anunciando políticas de educação em seu governo, Dilma Rousseff reafirmou ser a educação a ferramenta decisiva para a erradicação da pobreza e a transformação do Brasil.

Do mesmo modo, no primeiro programa Café com a Presidenta, mais uma vez, colocou o discurso da educação como ponto central do seu compromisso com a nossa gente:

Que a única fome neste país seja a fome do saber, a fome da grandeza, a fome da solidariedade e igualdade. E que todos os brasileiros possam fazer da educação a grande ferramenta de construção dos seus sonhos.

Portanto, o Brasil é outro, com mais emprego, com mais renda, com mais oportunidade, com estabilidade econômica e justiça social.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rego, o Sr. Paulo Davim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003,

na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa requerimento de adiamento da discussão da matéria para reexame, que vai ser lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Vital do Rego.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Projeto de Lei da Câmara nº 143 de 2008, que “Altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Justificação

Pedimos o reexame da matéria à luz de novas alterações introduzidas recentemente no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2011 – Senador **Romero Jucá**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A matéria volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Está encerrada a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Voltamos aos oradores inscritos.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra, por 20 minutos, uma vez que é após a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, muitos que aqui estão e aqueles que nos assistem pela TV Senado conhecem a minha origem. Venho sim do setor produtivo. Fui Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, meu Estado, durante oito anos. Conheço bem as dificuldades por que passam o pequeno, o médio e o grande empresário para poder trabalhar e, mais do que isso, para poder produzir e gerar emprego e renda no seu Estado.

O Senador Armando Monteiro Neto, nosso companheiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, sabe bem dos motivos que me trazem à Tribuna hoje, porque ser empresário, ser empreendedor num país como o nosso, com a carga tributária que tira a competitividade das nossas indústrias é realmente um ato, eu diria, até de heroísmo, principalmente na nossa região, Senador Armando, na Amazônia, no Nordeste e também no Centro Oeste.

Muitos conhecem, portanto, minha luta, em defesa de um sistema tributário mais justo. Mais justo com os Estados e Municípios, que recebem uma fatia – ou seria um simples farelo – dos recursos obtidos com o pagamento de impostos, onde parte desses recursos, a maior parte, fica com a União, em um pacto federativo que acaba mais por desunir e diferenciar do que realmente fortalecer os entes federados do País. Muitos sabem da minha luta, da nossa luta, pela redução da carga tributária que assola este País, cria dívidas ao trabalhador, que não recebe como retorno os serviços públicos básicos que necessita e que deveriam ser fruto do pagamento de seus impostos. Afinal, é para isso que eles existem, e não para bancar gastança desenfreada de governos que se preocupam mais em fazer propaganda do que de fato governar.

Ainda há pouco, assistimos a um pronunciamento, Senadora Suplicy, dizendo que a oposição está equivocada com relação à situação fiscal da União, que o Brasil está às mil maravilhas, quando todos nós temos consciência e sabemos que o País passa por um momento grave, na sua economia, com relação ao controle da inflação. Tanto é verdade que a Presidente Dilma fez cortes no Orçamento da ordem de

R\$50 bilhões, e o mercado – ontem eu dizia isso da tribuna – diz que esses cortes devem atingir mais de R\$80 bilhões, necessários para que haja realmente o controle da corrente inflacionária.

Nessa linha, assumi um compromisso com os paraenses e com os cidadãos brasileiros durante minha campanha eleitoral. Nessa batalha contra o aumento da tributação, busco também fortalecer o setor produtivo, por entender que ele, aliado a políticas públicas coerentes e sérias, é quem de fato gera empregos e desenvolve este País. São diversas linhas que temos que adotar para conquistar esse objetivo. Entre elas está, sem dúvida alguma, o fortalecimento da fruticultura. Primeiro, por uma questão ambiental. É preocupação mundial a conservação de nossas florestas. Concorro.

A Amazônia, que resiste de pé, deve ser preservada ao máximo. Porém, e as terras que já foram, em um passado nem um pouco distante, desmatadas? E as áreas que já receberam interferência do homem? Essas, ao invés de se tornarem imensos espaços vazios ou improdutivos, podem se tornar imensas florestas de árvores frutíferas, contribuindo para a captura do CO₂ da atmosfera do nosso planeta, ajudando a diminuir o risco de falta de alimentos e, principalmente, gerando emprego e qualidade de vida para os brasileiros.

É esse o teor do Projeto de Lei do Senado nº 08, de 2011, que apresentei nesta última semana a esta Casa.

Volto a afirmar: não precisamos mais derrubar uma única árvore na Amazônia. Vamos preservar a Amazônia, mas não vamos sacrificar os 23 milhões de brasileiros que ali vivem. Vamos dar a eles a chance de replantar onde já não existe mata, com um trabalho orientado pelo zoneamento ecológico e econômico dos Estados, de forma que assim possamos chegar, finalmente, até o então sonhado desenvolvimento sustentado.

Quero destacar, sendo ainda mais específico e dando um exemplo claro da falta de sensibilidade do Governo Federal sobre essa questão, Senador João Pedro, V. Exª que é um amazônida e que defende a melhoria da qualidade de vida dos 23 milhões de brasileiros que lá preservam e guardam a Amazônia para o nosso País.

Na Amazônia, a fruticultura é hoje a quarta principal atividade econômica, depois do minério de ferro, da madeira e da pecuária. Entretanto, entre essas atividades, é a fruticultura que apresenta o maior potencial de distribuição de renda para a população, por

envolver milhares de pequenos produtores, além das indústrias processadoras.

O Pará, Senador João Pedro, é o maior produtor nacional de açaí, com aproximadamente 700 mil toneladas ao ano. A cadeia produtiva do açaí possui cerca de 3 mil brasileiros, entre apanhadores, atravessadores, batedores e vendedores do produtos.

As exportações do Estado do Pará, referente ao mix de suco de frutas, em 2010, atingiram o patamar de 20,2 milhões de dólares; em 2009, esse valor foi ainda maior, sendo superior a 27 milhões de dólares.

Outro dado interessante – e é bom, Senadora Marta, que o Brasil conheça esses dados da Amazônia –, somadas as receitas de exportação de sucos, castanha do Pará e de cacau, obtemos uma receita de exportação, no Estado do Pará, de 35 milhões de dólares, pauta que supera o valor da exportação de ouro, que é de 26,9 milhões de dólares.

Não é exagero, portanto, afirmar que as frutas amazônicas valem ouro, Senador João Pedro, aliás mais que ouro.

O açaí representa 70% da fonte de renda na população ribeirinha, onde o fruto é apanhado e segue para a venda. Apenas em Belém, são três mil pontos de venda do produto já batido e pronto para o consumo.

Há quem diga, Senador Mozarildo, e V. Ex^a, que é paraense de coração e que tem sua família residindo no nosso Estado, sabe que o preço do açaí vem subindo por se privilegiar o produto para exportação e o mercado interno paraense fica com menor oferta.

Não é verdade, segundo as informações que recebi do Sindifrutas e Adepará. A exportação internacional responde por 10% do consumo do açaí, a exportação nacional, outros 30%, e, no Pará, ficam 60% da produção.

O desafio que temos pela frente é este: o interesse mundial pela fruta vem crescendo, a população paraense vem crescendo e a produção do açaí não acompanha o mesmo ritmo. Portanto, o açaí representa uma atividade que gera tantos empregos e é tão importante não só para a economia do Pará, mas principalmente para sua cultura. Infelizmente, ele está caminhando rumo ao engessamento.

Venho hoje, então, à tribuna para chamar atenção do Governo Federal ao tema. Apresentei dois projetos neste ano. Um, eu já citei, é o que prevê o replantio, objetivando a recuperação das áreas já alteradas do nosso Estado com espécies frutíferas. O outro projeto, o de nº 02/2011, designa o açaí como fruto nacional, sendo uma forma de proteger nossa marca “açaí”, a exemplo do cupuaçu, fruto nacional por lei federal.

Mas precisamos mais que isso. Estive, nesta semana, reunido com o Ministério Público do Estado, a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) e com o Sindifrutas e estou tentando agendar – já fiz o contato com o gabinete da Ministra de Meio Ambiente, Dr^a Izabella Teixeira, e com o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi – audiências para que possamos debater os temas que aqui foram expostos.

Entre as reivindicações, está a inclusão do Pará no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – o Suasa.

Com isso, o Pará e o Governo terão condições de planejar, coordenar, fiscalizar e executar a política de inspeção vegetal no Pará.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita alegria e honra, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eu tenho concordância com as preocupações de V. Ex^a no campo da fruticultura e no da geração de renda. V. Ex^a está fazendo uma defesa da cultura do açaí, da economia, enfim. Mas tem açaí no meu Amazonas, por sinal, em toda aquela região. Mas eu quero só entender, porque V. Ex^a tem uma agenda como Ministro do nosso Governo. Quando eu adentrei o plenário, V. Ex^a estava dizendo que o Governo Federal não apoia. Entendi errado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não entendeu, não. V. Ex^a entendeu corretamente. O que nós pretendemos – e gostaria de convidar V. Ex^a a participar das audiências – é que o Governo Federal possa vir a apoiar os programas que, lamentavelmente, ainda não foram implantados como nós estamos pretendendo aqui, que é a atenção à sanidade agropecuária na produção vegetal.

O Governo, o Ministério da Agricultura tem já implantada uma atenção à sanidade animal. Ele faz o combate à febre aftosa, mas não faz a inspeção do produto que chega ao consumidor na área vegetal.

Então, o tucupi... As frutas e os sumos, Senador Mozarildo, do Pará são os mesmos do Amazonas.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São os mesmos de Roraima.

Então, as indústrias que manipulam o nosso tucupi são caseiras, pequenas. Quer dizer, se não houver uma regulação... E essa regulação tem que ser transferida do Ministério da Agricultura para os Estados, para que as agências estaduais possam fazer essa fiscalização. Não há como qualificar o produto e dar uma garantia

ao consumidor de que está recebendo um produto que não vai afetar a sua saúde.

É nesse aspecto que eu venho pedir o apoio do Governo Federal, para que possamos implementar essas unidades de atenção à sanidade também na área de produtos vegetais.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Primeiro, quero dizer que apoio a preocupação de V. Ex^a, porque, quando se fala do açaí, dos produtos da Amazônia, quando se faz essa defesa, nós estamos defendendo a biodiversidade, nós estamos defendendo a qualidade de vida, a geração de renda. E eu não vejo nenhum obstáculo do Governo Federal, que tem uma presença forte lá na Amazônia. No seu Estado, há a presença da Embrapa, o Banco da Amazônia ali financiando. E, se olharmos o mapa de toda a Amazônia, o foco do Banco da Amazônia não está errado, mas é um foco fortíssimo na economia do Estado do Pará. São ajustes. São processos até por conta do comércio internacional e local. Então, penso que o Governo Federal – quero só fazer este reparo – apoia, sim, a iniciativa de V. Ex^a, que, com certeza, é também o pleito de uma cadeia de setores envolvidos com a produção do açaí do Pará, do Amazonas, do Acre. Meu Estado tem um açaí muito bom. Então, quero dizer que tem meu apoio e que é preciso que esses produtos da Amazônia sejam tratados pelo Estado brasileiro, pelos Ministérios e por esta Casa com muita vontade de ajudar ao Brasil. V. Ex^a está falando de um produto. Há a castanha, o cacau, enfim, produtos que podem contribuir com o Brasil e com nossa região.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador João Pedro. O aparte de V. Ex^a enriquece o pronunciamento. Quero desde já fazer o convite a V. Ex^a, ao Senador Mozarildo e a todos os Senadores da Amazônia que queiram endossar o pleito que farei aos Ministros para que possamos ir juntos. Não é só o açaí, não. O açaí está na moda, mas junto com ele virão as outras frutas, o cacau, a castanha e os outros produtos da floresta.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mozarildo, se a Senadora Marta não me cassar a palavra, no final do tempo, concederei a V. Ex^a com a maior alegria o aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só quero reforçar a posição de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador João Pedro ainda está com a palavra.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É só para dizer que a Presidenta não cassa a palavra de ninguém nesta Casa. Ela tem só a incumbência de administrar o tempo, mas ela não cassa a palavra de V. Ex^a, uma das Lideranças da oposição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador João Pedro, ela foi inclusive democrática e regimentalista quando cassou a palavra do Senador Suplicy no primeiro dia em que ele subiu a tribuna. Então, se cassou a palavra do Senador Suplicy, vai cassar a do Senador Flexa Ribeiro. Cassou a do Senador Mário Couto.

Então, estou pedindo à Presidente que possa conceder...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor ainda tem tempo, pode ficar tranquilo. Quando se extrapola em quarenta minutos, temos que cassar. O senhor ainda tem quatro minutos. Se precisar mais tempo, vamos dar. O plenário está vazio, apesar de a lista ter 27 inscritos, mas temos todos bom senso. Tenho enorme respeito pelo senhor. Sinta-se à vontade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu só estou me protegendo antecipadamente. O Senador Suplicy, a meu pedido, veio me defender aqui. Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele não está defendendo nada. Ele veio aqui porque tem um papel que ele tem que assinar.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flexa, quero reforçar e endossar o posicionamento de V. Ex^a. Acho que temos de nos preocupar sim, primeiramente com as patentes desses insumos da Amazônia, esse patrimônio da Amazônia. O cupuçu recentemente foi patenteado no Japão como produto do Japão. Temos de nos preocupar com o açaí. V. Ex^a chama a atenção para algo importante que eu, como médico, quero reforçar: a questão da atenção sanitária na produção desses produtos, notadamente o açaí, e a saída da forma puramente artesanal dos nossos produtos para que possamos ter pequenas indústrias, pequenos empresários, a fim de que aumentemos, portanto, a quantidade e a qualidade do produto. Estou inteiramente à disposição de V. Ex^a para lutar por esses bens que são da Amazônia, mas que não fiquemos naquele viés extrativista: partamos para

a pequena, média indústria ou até para uma grande indústria. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Mozarildo, a gentileza do aparte de V. Ex^a.

Concluindo, queria dizer que também, pela proposta que fazemos, Senadora, teremos condições de proceder ao controle de qualidade, como disse ao Senador João Pedro, de classificação, de inspeção, de padronização e de armazenamento de produtos de origem vegetal.

Também será possível firmar convênios, acordos e termos de cooperação técnica com órgãos integrantes do Suasa para treinamentos, capacitação de técnicos em inspeção, fiscalização, obedecendo às exigências legais.

Esse pedido é de um amazônida, de um paraense que conhece um pouco do setor produtivo e reconhece a necessidade de se investir no setor para que ele possa se desenvolver. E, ao desenvolver um setor, teremos pela frente a possibilidade de gerar mais emprego e qualidade de vida aos brasileiros, aos amazônidas, aos paraenses, com respeito ao meio ambiente e ao homem que vive nesse meio.

Se nós brasileiros não organizarmos e fortalecermos a nossa fruticultura, e, como disse o Senador João Pedro, em especial o açaí, que está, hoje, sendo cobiçado pelo mundo todo como energético, outros países poderão fazê-lo, como fizeram com o cupuaçu – o Governo brasileiro teve que entrar para derrubar a patente requerida por uma empresa do Japão, que tinha a patente do nome cupuaçu. Nossos frutos, como já disse, valem mais do que ouro. Ao contrário do ouro mineral, o ouro vegetal da Amazônia pode ser plantado, e termos aumentada a sua produção.

Ou fazemos isso agora, reconhecendo sua importância e nossa vocação para essa atividade, ou outros países o farão – é o caso da borracha, Senador. O Brasil era o maior produtor, a Amazônia, a maior produtora da borracha. Levaram nossa borracha. Hoje, a Ásia é a maior produtora, e nós importamos borracha para o Brasil. E veremos essa história, assim como ocorreu com a borracha na Amazônia, ser repetida, e nosso povo, nossos ribeirinhos, mantidos como meros produtores artesanais e folclóricos e não empreendedores, geradores de renda, emprego e conquistando, sem depender de bolsa, mas sim do seu trabalho, uma melhor qualidade de vida.

Sr^a Presidente Marta, eu ainda tenho alguns minutos? Dois minutos. Agradeço a V. Ex^a.

Eu já concluí o meu pronunciamento, mas gostaria da atenção dos Senadores, das Senadoras e

dos telespectadores da TV Senado, dos ouvintes da Rádio Senado, para o registro que vou fazer. Senador Suplicy, V. Ex^a, por diversas vezes aqui, na legislatura passada, veio em defesa da Governadora do PT do meu Estado, quando eu, Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mário Couto e o Senador Nery subíamos à tribuna para denunciar o caos que era o desgoverno que estava implantado em nosso Estado.

Eu quero registrar nos **Anais**, Senadora Marta, para que fique registrado na história do Senado brasileiro, um ofício encaminhado, no Governo passado, à Prefeita de Altamira. Eu explico rapidamente o motivo, Senador Presidente José Sarney.

No governo passado de Simão Jatene, de 2002 a 2006, foi iniciada, no Município de Altamira, a obra de construção de uma feira e mercado com dinheiro do BID. Essa obra não foi concluída naquele governo. Ficou 50% feito e 50% por fazer. Assumiu o Governo do PT com recurso em caixa e, depois de quatro anos, não concluiu a obra, Senadora Marta Suplicy. Ao final do Governo, no dia 14 de novembro de 2010, o Secretário José de Andrade Raiol, encaminha à Prefeita de Altamira o seguinte ofício.

Peço a atenção dos Srs. Senadores e do povo brasileiro porque o povo do Pará já conhece:

A Sua Excelência, a Senhora
ODILEIA MARIA SOUZA SAMPAIO
Prefeita Municipal de Altamira

Assunto: em atenção ao Ofício nº 91/2010
– SEPLAN

Senhora Prefeita,

Honrado em cumprimentá-la, em atenção ao Ofício 91/2010 – SEPLAN, de 27-9-2010, nos informando a sua não concordância em assinar o Termo de recebimento definitivo da Feira/Mercado – Brasília, alegando o não atendimento a serviços solicitados através dos ofícios nº 169/2009 e 9/2010.

No ofício nº 1.297/2010, já informamos da impossibilidade de atendimento aos serviços em virtude de restrição legal, orçamentária e financeira.

Em 13-12-2010, recebemos o ofício nº 532/2010 – MP/PJA, dos Promotores Dr. Gerson Daniel Silva da Silva e Dr^a Amanda Luciana Sales Lobato, pelo qual nos solicita – [o Ministério Público, Senador Eduardo Suplicy] –, alguns serviços já solicitados anteriormente por Vossa Excelência, os quais, infelizmente,

não podemos atender pelos motivos já alegados.

Diante dos fatos, na impossibilidade de entregar a Feira/Mercado – Brasília a V. Ex^a diretamente, em 11-12-2010, entregamos as chaves do referido prédio ao Presidente do Conselho do Bairro e entidade do Município de Altamira, Sr. Dilermando Juiz Zortéa, em ato testemunhado pelo Presidente da Associação de Hortaliças Orgânicas de Altamira, Sr. José Alves do Nascimento e pelo Sr. Francisco de Assis Bentes, a fim que os mesmos – [pasmem senhores telespectadores] – as entreguem a V. Ex^a, para promover o pleno funcionamento dos equipamentos, a fim de que, em articulação a políticos municipais, a implantação por V. Ex^a na Agricultura Familiar, Urbana e Rural, entre as áreas, em prol do Desenvolvimento Urbano e Rural de Altamira.

Atenciosamente,

José de Andrade Raiol

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDURB.

Esse é o Governo do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela liderança do PP, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente, brevemente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tendo em conta o que diz o art. 41, uma vez que, nesta semana, não está havendo reunião da Comissão de Relações Exteriores – ainda não foi instalada –, e tendo em conta a necessidade premente de tomar as providências relativas à viagem para representar oficialmente o Senado no Congresso Norte-Americano da Renda Básica, para o qual fui convidado, não apenas para participar, mas também para fazer a palestra de encerramento, agradeceria se fosse designado um Relator. No caso, o Senador Demóstenes Torres incumbiu-se de fazer o

parecer necessário para que essa decisão possa ser tomada ainda nesta sessão ordinária.

Então, agradeço se essa providência puder ser tomada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, vou pedir licença para ler o requerimento e, em seguida, eu lhe passo a palavra.

O Senador Eduardo Suplicy apresentou o **Requerimento nº 80, de 2011**, lido anteriormente, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para participar, a convite do Dr. Karl Widerquist, Coordenador nos Estados Unidos da “**Basic Income Guarantee Network**” – USBIG, do VIII Congresso da USBIG, na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, no período de 25 a 28 de fevereiro do corrente ano.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tendo em vista que a Comissão não está designada, solicito ao Senador Demóstenes Torres que profira o parecer, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 16, DE 2011-PLEN

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy solicita à Casa que o autorize a participar do VIII Congresso da USBIG, “**Basic Income Guarantee Network**”, na cidade de Nova York, Estados Unidos, no dia 27 de fevereiro do corrente.

Como haverá ônus para o Senado, o Regimento Interno da Casa estabelece, em seu § 4º, a necessidade de ouvir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não estando composta a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Plenário da Casa pode substituí-la.

Entendo que a solicitação do Senador Eduardo Suplicy é pertinente. S. Ex^a falará sobre um tema que domina amplamente, que é renda básica. Acho que a participação de S. Ex^a é importante. Dou parecer favorável para que S. Ex^a possa se ausentar do País e participar desse evento.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº 16, DE 2011

*Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Plenário, sobre o **Requerimento nº 80, de 2011**, do Senador **Eduardo Suplicy**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar, como palestrante e representante do Senado Federal, do VIII Congresso da USBIG – U.S. Basic Income Guarantee Network, em Nova York, Estados Unidos, no dia 27 de fevereiro do corrente.*

RELATOR:

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar, em Plenário, sobre o **Requerimento nº 80, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa para participar, como palestrante e representante do Senado Federal, do VIII Congresso da USBIG – U.S. Basic Income Guarantee Network, na cidade de Nova York, Estados Unidos, no dia 27 de fevereiro do corrente.

O Requerimento se faz acompanhar do respectivo convite e esclarece que o Senador Eduardo Suplicy proferirá palestra no dia 27 de fevereiro, às 11:15hs, por ocasião do encerramento do encontro.

II – ANÁLISE

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”.

estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período de 25 a 28 de fevereiro de 2011. Sua Excelência, o Senador Eduardo Suplicy, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

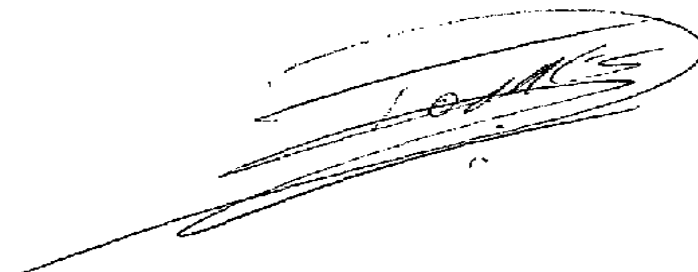
III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, considerando a relevante participação do Senador Eduardo Suplicy, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em

, Presidente

, Relator

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the Relator, is written over the signature line.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O parecer é pela aprovação.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois assuntos, objetos de discussão ou especulação no momento, sobre os quais desejo me manifestar.

Falo, Sr^a Presidente, sobre a veiculação de matérias jornalísticas dando conta de que a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – pretende instalar um sistema de fiscalização remoto, vinculado à estrutura da empresa, para ter acesso a informações sobre todas as chamadas telefônicas efetivadas e recebidas por consumidores.

Esse fato é uma inequívoca demonstração da fragilidade à qual a sociedade brasileira está exposta, diante da arbitrariedade de um órgão que tem a atribuição de regular um serviço de utilidade pública e proteger os consumidores.

Considero o procedimento totalmente ilegal, pois fere o inciso XII do art. 5º da Constituição, que estabeleça a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas.

Não há o que transigir quanto à quebra do sigilo, que só pode ser feita no nosso País mediante autorização judicial, obedecendo a critérios rígidos como a limitação de tempo, por exemplo.

A Anatel argumenta que o acesso às informações será feito para combater abusos contra o consumidor. A Anatel terá que encontrar outra forma de exercer com maior eficiência sua função e tratar de fazer o seu trabalho sem violar direitos fundamentais do cidadão.

Sr^a Presidenta, outro tema de igual relevância, sobre o qual quero me manifestar é a proposta apresentada pelo ex-Ministro Franklin Martins, que tem como objetivo estabelecer um marco regulatório da comunicação, o que considero um controle estatal das informações noticiosas. Esse fato trouxe enorme e desnecessário desconforto a todos aqueles que não transigem quanto à liberdade individual do cidadão brasileiro.

Sou absolutamente contra a instituição do controle do conteúdo dos meios de comunicação. Não é papel do Estado escolher o que o cidadão vai assistir, ler ou ouvir no jornal, Internet, televisão e rádio. Esse tipo de interferência é uma das características típicas

de governos autoritários e inseguros de suas ações. É inaceitável porque representa um retrocesso para a sociedade brasileira e deve ser repudiado com firmeza.

O controle de conteúdo dos meios de comunicação deve ser feito pelos espectadores/consumidores, que, ao mudar o canal de televisão, do rádio ou mesmo ao fazer a opção por determinado jornal/revista, está indicando aos editores o tipo de conteúdo de sua preferência.

As entidades do setor, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação dos Jornais (ANJ) e outras ligadas às empresas de comunicação, deixaram claro que não cabe, que não concordam com qualquer controle prévio dos meios de comunicação.

A minha atuação no Senado será também nesta direção: pela defesa das garantias constitucionais que estabelecem, conforme o art. 5º da Constituição, a liberdade e o acesso à comunicação.

Sr^a Presidenta, muito obrigado pela sua gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra agora ao Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no século XIX, muitos dos que se ocupavam em pensar o destino da humanidade viam a história como uma luta constante do homem contra a natureza. O progresso era definido como a submissão da natureza, farta, selvagem e inesgotável, ao engenho humano. Foi um século em que todas as possibilidades pareciam abertas.

O século XX nos mostrou que existem limites bem claros para o crescimento. Recursos não eram infinitos, e a natureza não estava propriamente à disposição do homem. Pior ainda, percebemos a face destruidora da ação humana sobre a natureza, comprometendo até nossa pretensão de ser a espécie suprema, que reinará sobre a terra para todo o sempre.

Entramos no século XXI com um novo conceito que deve ser incorporado ao conjunto do nosso conhecimento: sustentabilidade. Devemos avaliar nossa ação sob o ponto de vista da sustentabilidade no longo prazo. Isso vale para um amplo leque de temas, que inclui a estruturação política da sociedade tanto quanto a produção econômica, que garante a reprodução da vida do homem sobre a terra.

Práticas políticas autoritárias não são sustentáveis no longo prazo. Todas as ditaduras perecem do “Reich dos Mil Anos” ao último dos faraós do Egito,

passando pelo Estado Novo e pelas duas décadas de regime militar, recente em nossa memória.

A democracia representativa, ao contrário, tem em si todos os elementos que garantem sustentabilidade, principalmente a liberdade de expressão, o debate de ideias e a possibilidade de alternância de poder.

Da mesma forma, as práticas econômicas devem provar sua sustentabilidade por longos períodos. Vem do mercado financeiro, em tempos relativamente recentes, a expressão “bolha de crescimento” significando uma expansão rápida que acaba se revelando finita e ilusória. O estouro dessas “bolhas” é sempre danoso para a sociedade e para o próprio mercado financeiro.

Infelizmente, parece que o produtor rural brasileiro não está percebendo que parte de suas velhas práticas o está colocando perto de uma situação de “bolha”. Ainda está acreditando que os recursos naturais à sua disposição são eternos, insiste no desmatamento e na ocupação desordenada do solo como forma única de ampliar a produção.

Por mais que avance nosso conhecimento sobre a questão ecológica, que, no caso da agricultura, deve ser traduzida como buscar práticas sustentáveis, a agricultura brasileira sucumbe ao atavismo do lucro rápido de curto prazo às custas da destruição sistemática de recursos, uma das heranças do nosso passado colonial.

Neste momento, a sociedade brasileira assiste, com certa incredulidade, à enorme pressão com que se tenta aprovar uma reforma do Código Florestal. As propostas que se pretendem implantar são sabidamente danosas, contrárias mesmo ao objetivo maior de uma legislação desse tipo que seria o de dar equilíbrio de longo prazo ao uso de recursos naturais notoriamente finitos.

O Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que tramita na Câmara dos Deputados, traz, na sua forma atual, um aglomerado de medidas destinado a dar certo ar de normalidade a toda a agressão sofrida por nosso meio ambiente nas últimas décadas.

Desde o primeiro Código Florestal, criado pelo Governo Vargas em 1934, se proíbe o desmatamento total de imóveis rurais. Dali em diante, o marco legal foi sucessivamente aperfeiçoado no sentido do estabelecimento de áreas de preservação permanente, as APPs, e áreas de reserva legal, relativamente protegidas da sanha desmatadora.

Destacamos aqui que as porcentagens de terrenos protegidos exigidas nas várias formas de legislação ambiental foram sabiamente crescendo, especialmente no bioma da Floresta Amazônica. Também foram cria-

das e cresceram paulatinamente as punições para o descumprimento das leis ambientais,

sem descuidar da possibilidade de compensações capazes de deter ou mesmo reverter danos eventualmente causados.

Esse recrudescimento da legislação – que, diga-se de passagem, é um fenômeno mundial, resultante da luta em torno das questões ambientais – ensejou a reação de setores ruralistas que buscam inviabilizar a aplicação do Código Florestal, atualmente regido na forma de Medida Provisória nº 2.166, de 2001.

Essa reação configurada no PL nº 1.876/99, que citei há pouco, chega ao ponto de agredir o bom senso quando propõe, por exemplo, o fim da obrigação de se recuperar áreas desmatadas como topos de morros, margens de rios, restingas, manguezais, nascentes, montanhas e terrenos íngremes.

O resultado não será outro do que o visto nos últimos anos nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Espírito Santo e no meu Rio Grande do Norte: deslizamentos, inundações, mortes, destruição nas cidades e nas zonas rurais. Regredimos, nessa proposta, a antes de Código de 1934, que foi estabelecido mais com a preocupação da defesa civil e racionalização da exploração econômica desenfreada do que propriamente sob o ótica da preservação, da biodiversidade e do manejo sustentável.

Sob o pretexto de não onerar o pequeno produtor, anistiam-se indiscriminadamente todos os crimes ambientais, especialmente as multas aplicadas até julho de 2008. Nesse contexto, 44 anos de crimes ambientais seriam perdoados, à custa de tornar irreversível a degradação das áreas onde foram aplicadas.

Propõe-se a redução da extensão mínima das APPs. No caso dos rios, passaria dos atuais 30 metros para 15 metros, agravados pela alteração do ponto de onde se mede essa distância. Na legislação atual...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Davim, V. Exª pode me conceder um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dois minutinhos, Senador. Darei com prazer.

Na legislação atual, estão protegidas as matas ciliares contadas a partir do nível maior do curso d'água, ou seja, da área de várzea alagável.

Na proposta em tramitação, contaríamos do leito menor do rio, ou seja, seu curso no nível mais baixo. Obviamente, a destruição não será apenas de 15 metros. Dependendo das características do curso d'água, pode não restar mata alguma. Resultado no médio e longo prazos: mais rios secos, menos agricultura, mais fome e mais desigualdades sociais.

Não se pode tomar decisões desse tipo ignorando aconselhamento técnico que, de mais a mais,

deve também observar peculiaridades locais. Ainda no aspecto técnico, a proposta de permitir à legislação estadual flexibilizar parâmetros estabelecidos na legislação federal é uma aberração, pois falta aos órgãos estaduais a visão de conjunto necessária à preservação de biomas que compartilham com Estados vizinhos. Essa visão, até por obrigação, é mais típica de órgãos federais,

Sob o pretexto de proteger a agricultura familiar e o pequeno produtor, propõe-se a extinção da obrigação de recuperar a reserva legal, área mínima que deve ser mantida sem ocupação destrutiva, para áreas de até quatro módulos fiscais.

É interessante como os proponentes dessa nova legislação se arvoram a falar em nome de grupos que até então sequer eram considerados parte das tais classes produtoras rurais, trazidas sempre como empresariado rural.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, a modificação pretendida coloca sob risco 30 milhões de hectares de florestas, 20 milhões das quais na Amazônia. O próprio conceito de módulo fiscal já é por demais flexível, variando de cinco a cem hectares, dependendo da região. Ou seja, a mudança afetaria fazendas entre vinte e quatrocentos hectares.

Não há sentido algum em desobrigar, sem compensação real, o restabelecimento de áreas mínimas em conservação. Já há muito tempo não estamos em condição de ignorar que em algumas regiões já estamos beirando a irreversibilidade da destruição do meio ambiente. Se não houver uma decidida ação de recuperação, a própria atividade agrossilvopastoril estará condenada ao desaparecimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, caberá a esta Casa o exame detalhado, em seu devido momento, de todas as alterações que se pretende fazer no Código Florestal. Nós do Partido Verde queremos garantir que toda a discussão necessária para o aperfeiçoamento da legislação ambiental em nosso País se dê de forma democrática, técnica e, principalmente, transparente para a sociedade. Será, sim, uma discussão apaixonada, sem abrimos mão da observação científica e das observações técnicas cabíveis.

Rejeitamos o falso antagonismo entre o progresso e a preservação do meio ambiente. A chave está na busca da sustentabilidade nas práticas produtivas, no aumento da produtividade das áreas necessárias à manutenção da agricultura, incluindo a expansão do investimento em novas tecnologias não agressivas à natureza. Rejeitamos, sobretudo, aqueles que acham que investimento em agricultura é sinônimo de gasolina para motosserras.

Enxergar a natureza como inimiga e guiar-se pelo lucro de curtíssimo prazo com o enorme passivo ambiental que vem resultando daí é insustentável. Nesse caminho errôneo, sobrar-nos-ão, num tempo mais curto do que se imagina, terras improdutivas, rios secos, solos instáveis, pobreza, miséria e fome.

Assim, não seremos um povo feliz, nem uma Nação soberana.

Era o que eu tinha a dizer por enquanto, Sr. Presidente. Entretanto, eu gostaria de, com muito prazer, ceder um aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Davim, eu estava atento ao pronunciamento de V. Ex^a, a essa análise que V. Ex^a faz sobre a agricultura, mas chamando a atenção para vários aspectos. Acho que é hora de o Congresso Nacional – lá está o Código Florestal sendo apreciado, discutido – refletir não só sobre o Código Florestal, mas também sobre toda essa cadeia, todo esse processo produtivo no Brasil, e combinar... Acho que não pode ser a Bolsa de Valores, não pode ser um setor da economia. Nós precisamos construir uma política de estado para compatibilizar a qualidade de vida, a produção, esse setor que V. Ex^a externou, a agricultura familiar... E trabalhar isso com mercado, com preço, com infraestrutura. Agora, nós precisamos... Por exemplo, quanto a essa questão fundiária, fico impressionado. Para trazer a preocupação, há poucos dias, ouvi no Amazonas – a Senadora Vanessa está aqui – que tivemos, em 2009, a maior seca da história do Amazonas e, em 2010, a maior cheia da história do nosso Estado. Foram dois picos, e está ali todo o mundo até hoje impactado com as consequências de uma grande cheia e de uma grande seca. Então, V. Ex^a está refletindo – V. Ex^a vem do Nordeste, nós precisamos construir um entendimento com política de Estado – não pode ser o mercado externo que determina o *timing*, a velocidade, e pressionar o Congresso. Precisamos compatibilizar os saberes populares, a ciência, as instituições de pesquisa, o componente econômico e o componente político. Mas não podemos errar, sob pena de pagarmos muito caro não com nossas regiões, mas com o Planeta Terra. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador. É uma das preocupações do Partido Verde. Em algum momento deste debate, tenta-se colocar a agricultura, os produtores rurais contra essa preocupação ambientalista. De forma alguma! Não estamos nos antepondo. Estamos do mesmo lado. Precisamos entender e compreender com precisão que produtores e ambientalistas estão lado a lado. Nós queremos a preservação do meio ambiente. Nós queremos que o Brasil continue sendo este País respeitado no

exterior, com a preocupação que tem de preservar o meio ambiente, de ter uma legislação avançada, comparável com as legislações do mundo.

Então, o Brasil, que está na vanguarda da proteção do meio ambiente, que está na vanguarda da legislação ambiental, precisa continuar ocupando essa vanguarda. A gente precisa fazer um debate responsável, consciente. A gente precisa envolver a sociedade civil organizada neste debate, como V. Ex^a bem colocou. A gente precisa socializar as preocupações. Que esta preocupação não se restrinja aos limites do Congresso Nacional. A gente precisa envolver instituições científicas e a sociedade como um todo.

Aí, sim, tenho certeza de que nós teremos um avanço real, um avanço no Código Florestal, que vai ser o instrumento de preservação, sem ser o entrave para aumentar a produção em nosso País, e trazer o que todos nós queremos: dias melhores, um País pujante, um País soberano,...

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – ...um País que seja exemplo de economia para o mundo inteiro.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Permita-me um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Por favor, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Paulo, ontem, também desta tribuna, eu levantei uma proposta e pretendo amanhã pedir uma audiência com o Presidente da Casa, o Presidente José Sarney, juntamente com o Senador Lindbergh, porque entendo que o seu discurso, além de trazer uma preocupação que deve ser de todo o Brasil e de todo o mundo, levanta um aspecto que o Senador João Pedro acaba de reforçar também. O Senador Casildo Maldaner, ontem, falava comigo por telefone sobre a importância de nós trazermos para o Senado, a Casa da Federação, a busca por soluções objetivas para tragédias que já são consequência deste desarranjo que nós temos na relação homem-natureza. Eu estou chegando aqui como engenheiro florestal, como ex-Prefeito, como ex-Governador e pretendo me somar aos Colegas para que possamos trabalhar isso não como algo segmentado, mas como algo que é parte deste todo, do mundo e do nosso País. O Brasil precisa tratar os problemas que a gente tem, nesta relação complexa homem-natureza, de maneira objetiva, e acho que o Senado é a Casa. Falei ontem e repito hoje: dos 81 Senadores e Senadoras, 42 são ex-Prefeitos, ex-Governadores; e os demais, experientes políticos. Então, a proposta que eu apresentei é de o Senado estabelecer uma comissão

temporária, uma comissão especial com o objetivo claro de, em 90 dias, nos reunirmos, pelo menos para um tema que está exigindo um posicionamento, que está no anseio da sociedade, para apresentar e reunir informações, como V. Ex^a está pondo no seu discurso, e de sugerirmos para o Governo e para o País um novo arranjo de defesa civil, de como lidar com os efeitos por que, nesta relação injusta e até desigual de homem-natureza, nós estamos passando. O Brasil está crescendo, vai crescer mais, mas é fundamental... E eu queria aqui me associar às suas preocupações. Que a gente possa instalar, trazer para o Senado esta discussão. Quem sabe o resultado seja uma força nacional de defesa civil para, na hora em que houver incêndios na Amazônia, no Centro-Oeste, que a gente tenha um grupo treinado e preparado; para, na hora em que tivermos o desafio dos desmoronamentos, como tivemos aí, com 850 mortos, que a gente possa estar também preparado para secas e cheias. E queriam que nós montássemos aqui, juntos, uma bancada que pudesse buscar a sustentabilidade do Planeta, do Brasil e das ações do homem quando estabelece relação com a natureza. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. V. Ex^a externa preocupação que todos nós temos. E a minha preocupação é que esta matéria venha a ser apreciada a toque de caixa, no afogadilho, e que não seja discutida com profundidade, com responsabilidade, pelo Congresso Nacional.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Davim, me permite um aparte? Serei rápido.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, se V. Ex^a...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a permissão da Presidência, pois não...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a V. Ex^a mais um minuto para terminar o seu discurso e ouvir o aparte de Casildo Maldaner.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – É apenas para me solidarizar com V. Ex^a. Ontem eu tive ocasião mesmo de parabenizar o Senador Jorge Viana. Eu estava fora, mas soube do pronunciamento que ele fez sobre a questão, e aí outros Colegas já estão abordando este tema sobre a criação de uma comissão para estudar como ser mais providente no Brasil. No momento certo, vou expor à comissão, se dela puder fazer parte, pois temos uma proposta que está até tramitando na Casa neste sentido: nós precisamos ser mais providentes. Na verdade, não somos. Nós temos que nos organizar, Senador João Pedro,

nós temos que nos preparar, Senadora Grazziotin. Nós precisamos do Amazonas, do Acre, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, enfim; ou do Chuí ao Oiapoque... Nos quadrantes todos, do ocidente ao poente, precisamos nos preparar em função das catástrofes, dos sinistros, das questões ambientais. Por isso eu gostaria de me somar até com propostas nesse sentido. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador, pelo aparte.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a me permite, Senador Paulo?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com prazer, Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Serei muito breve. Apenas quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e lhe dizer que a sua preocupação talvez seja a preocupação de todos nós. Na Câmara, já tramita, em fase bem avançada, o Novo Código Florestal Brasileiro. O Relator é o Deputado Aldo Rebelo, ex-Presidente daquela Casa, membro da minha Bancada, o PCdoB, que trabalha o tema com muita responsabilidade. Tenho a certeza e a convicção de que a máxima que V. Ex^a levanta, que é o centro de seu pronunciamento, de que não podemos contrapor a produção agrícola com questões ambientais... É plenamente possível, sim, alcançarmos o desenvolvimento sustentável. O Senador Jorge Viana, ex-Governador do Estado do Acre, e o Senador Eduardo Braga, ex-Governador do Estado do Amazonas, sabem que isso é plenamente possível. Temos que preservar uma grande área, mas temos também que produzir os alimentos para a nossa gente, para o nosso povo. Então, nós temos diante de nós não só um grande debate, mas um grande desafio: de construir um novo Código Florestal, moderno, pleno, que atenda os anseios, as necessidades da produção, que atendam a nossa vocação de País produtivo, mas também a necessidade de preservarmos a nossa maior riqueza que é a riqueza natural, sem a qual o homem, o ser humano não vive. Estão aí os exemplos dos desastres, das cheias, das quedas de encostas. Então, cumprimento V. Ex^a dizendo que seremos parceiros nessa luta por um Novo Código Florestal que atenda os agricultores, mas também o meio ambiente. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, pelo seu aparte.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero registrar, com muita satisfação, a presença, no plenário de nossa Casa, como Senador, do Senador Paulo Davim. Quero justamente me congratular com V. Ex^a por ser o primeiro representante do Partido Verde a tomar assento no Senado Federal.

Antes de dar a palavra ao próximo orador, que será o Senador Casildo Maldaner, quero comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que tenho o prazer de informar que nossa TV Senado iniciou as transmissões digitais também para telefones celulares em Brasília. Esse é mais um dos recursos que foi possível graças ao nosso novo transmissor, de 2,5 Kw (*quilowatts*) de potência, que cobre toda a região do Distrito Federal em sinal digital aberto e gratuito.

Em breve, a TV Senado, será a primeira televisão brasileira a fazer multiprogramação e a transmitir quatro canais ao mesmo tempo. Com isso, o cidadão da capital e da redondeza poderá escolher que debates e votações de projetos nas comissões temáticas quer acompanhar. Assim, damos oportunidade de acesso não somente a uma comissão, como era antigamente, mas a quatro comissões, simultaneamente, para que o povo brasileiro assista aos debates que lá se processarem.

Para assistir ao canal digital da TV Senado em Brasília, é preciso ter uma televisão com antena UHF e conversor digital e sintonizar os canais 50.1, 50.2, 50.3 e 50.4. O canal principal será o 50.1 e os demais serão utilizados para as comissões temáticas e outros eventos legislativos. Inicialmente, por um tempo ainda não definido, a TV Senado cederá a subprogramação do canal 50.4 para a TV Câmara dos Deputados. Em São Paulo, a TV Câmara cedeu também para o Senado um canal, no qual instalamos a TV Senado como televisão aberta.

A transmissão digital pode ser vista por telefones celulares – esse é um instrumento também para o qual muitos de nós, Senadores, não atentaram bem, mas estamos comunicando. Tecnicamente conhecida como transmissão em **one seg**, alcança um grande número de modelos disponíveis no mercado, tais como os das marcas Samsung, Motorola, Sony Ericsson, HTC e LG. Também é possível assistir à TV Senado digital em **tablets**, como o modelo Galaxy, da Samsung, e os da Asus e da HP, assim como em mini tevês.

Além de operar em sistema digital, a TV Senado segue transmitindo em Brasília para todas as empresas de TV a cabo e em sistema UHF analógico aberto. Da mesma maneira, a TV Senado cobre todo o País em TV a cabo, antenas parabólicas, está em onze capitais com transmissões abertas e gratuitas, cumprindo a nossa meta de levar ao maior número de cidadãos

brasileiros informação correta e imparcial sobre o trabalho político e legislativo do Senado Federal.

Fico feliz porque fui o iniciador desse processo, tendo ao meu lado a ajuda e o apoio do Sr. Fernando Cesar Mesquita, que até hoje dirige o sistema de informação do Senado.

Por outro lado, quero informar aos Srs. Senadores algo que já informei hoje em uma reunião dos Líderes. Alguns Srs. Senadores que chegaram reclamaram que não tinham tempo de examinar em profundidade as matérias colocadas em votação. Quero comunicar aos Srs. Senadores que aqui, no Senado, nós temos três maneiras de as matérias serem colocadas na Ordem do Dia sem antecedência de 15 dias. Os Srs. Senadores recebem, diariamente, essa publicação da Secretaria-Geral da Mesa. Além disso, todas as informações estão disponíveis em sistema eletrônico no *site* da Secretaria-Geral da Mesa, portanto, do Senado Federal. E a pauta é sempre organizada com 15 dias de antecedência, dando oportunidade a todo o Senado de examinar as matérias que vão ser colocadas, dentro desse prazo, em votação.

Há três exceções: primeiro, as medidas provisórias, porque essas têm prioridade de acordo com a Constituição, que diz que elas bloqueiam a pauta. Então, logo que elas chegam aqui e são lidas, passam a figurar em primeiro lugar na pauta e bloqueiam qualquer outra votação. Em segundo lugar, nós podemos votar, não estando na pauta, as medidas consideradas de urgência. Se forem requeridas por todos os Líderes da Casa, elas entram imediatamente em votação ou, se forem requeridas por algum número de Senadores ou Líderes e forem votadas pelo Plenário para regime de urgência e for aprovado o regime de urgência, aí então teremos 48 horas para colocá-las na pauta para que os Srs. Senadores tenham conhecimento da votação.

Quanto às emendas constitucionais, quero dizer que aí adotamos uma sistemática diferente, porque, necessitando de um quórum qualificado de 49 Senadores – e muitas delas incluem matérias polêmicas –, se colocarmos todas de uma vez, vamos submetê-las, possivelmente, a que sejam rejeitadas imediatamente por falta de número e de coordenação entre as diversas lideranças. Basta dizer que temos, só no Senado, 51 medidas provisórias para votação.

Hoje é mais fácil votar uma medida provisória e, de certo modo, as PECs do que votar um projeto de lei, o que é uma inversão do processo legislativo constitucional. Infelizmente, isso acontece em face da Constituição de 1988, que facilitou as emendas e, ao mesmo tempo, mostrou que ela precisa de emendas, tanto que já tramitaram no Congresso, desde a promulgação da Constituição, 3,5 mil emendas constitu-

cionais e hoje tramitam, na Câmara e no Senado, 1,5 mil emendas constitucionais, o que é absolutamente impossível. Seria destruir a Constituição se fôssemos votar todas essas PECs que estão submetidas à nossa votação.

Essas explicações eu dei aos Líderes hoje, pedindo-lhes que as transmitissem às suas Bancadas, para dizer que nada aqui no Senado é improvisado e votado na hora sem conhecimento dos Srs. Senadores. Os senhores têm 15 dias, colocadas na pauta do Senado, para estudar as matérias que serão colocadas em votação. Elas são distribuídas por avulso da Mesa e também através da página eletrônica disponibilizada pela Secretaria da Mesa a todos os Srs. Senadores.

Essas minhas explicações estão sendo feitas porque algumas Lideranças me fizeram algumas ponderações de que os Srs. Senadores estavam, de certo modo, reclamando sem saber o que iam votar. Quer dizer, nenhum Senador vai deixar de saber aqui o que vai votar; depende da sua vontade de estudar e de aprofundar-se nos problemas.

As nossas pautas estão vazias porque as nossas comissões técnicas ainda não foram instaladas na sua totalidade. Hoje à tarde, em uma reunião de Lideranças, finalmente nós resolvemos esses problemas. Todas as Lideranças se reuniram, todas as comissões foram absolutamente distribuídas de acordo com as proporcionalidades e, na próxima semana, já estarão completamente constituídas, o que significa que nós já poderemos entrar na normalidade da Casa, estabelecendo essa pauta de acordo com a nossa sistemática e, como eu disse, o nosso planejamento.

Quando o Senador Requião esteve conosco, àquele tempo, nós ainda não tínhamos aquele sistema de planejamento, que foi incluído na minha primeira Presidência, até mesmo por sugestão do Senador Pedro Simon, que sempre levantava esse problema aqui, de que muitas matérias vinham à votação sem o conhecimento da Casa. Então, nós fizemos esse sistema, essa modificação, adotando esse planejamento que até hoje está em vigor dentro da Casa.

Eram essas as informações que eu desejava prestar aos Srs. Senadores, já as tendo prestado às Lideranças.

Em seguida, cumprindo a nossa lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

Também nesse sentido, quero comunicar aos Srs. Senadores que, por falta de matéria e ainda não regularizadas as Comissões, amanhã, nossa sessão será não deliberativa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de fazer o registro que desejo, alegro-me com a presença aqui do Deputado Federal Popó, nosso pugilista tetracampeão do mundo. Cresceu lutando contra a miséria, o sofrimento e a fome, mas virou esse ídolo nacional e mundial e, hoje, Deputado Federal, meu companheiro. Tenho a maior alegria de ter ao meu lado esse pugilista qualificado, respeitado no mundo inteiro. Quero dizer que uma das maiores emoções que senti na minha vida, Senador, foi no quarto título do Popó, quando ele foi anunciado nos Estados Unidos como o pugilista mais carismático do mundo e eu vi quase 30 mil pessoas fazerem tremer o estádio gritando o nome desse brasileiro simples da Bahia. Isso me causou muito orgulho.

Quero, Sr. Presidente, registrar que hoje, ao meio-dia, elegemos a Coordenadora da nossa Bancada do Espírito Santo, a Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputada Rose de Freitas, que, pela sua experiência na Câmara dos Deputados, a sua experiência hoje como Vice-Presidente, certamente vai nos conduzir a um porto seguro. Juntos, haveremos de caminhar ajudando a nossa coordenadora a lutar pelos interesses maiores do Estado do Espírito Santo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Maldaner, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu também quero congratular-me com o Deputado Popó, que deu tanta alegria ao povo brasileiro e que é um dos desportistas mais respeitados e mais queridos em nosso País. Esperamos apenas que ele não desafie nenhum dos nossos Senadores para uma luta.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, o Senador Magno Malta apresenta o Deputado Popó como nosso grande pugilista, um grande lutador no mundo, e nós, catarinenses, nós, do Sul, temos acompanhado S. Ex^a muito de perto, e eu sei que um dos torcedores do Deputado Popó é o Senador Eduardo Suplicy, que também é um deles.

V. Ex^a vem visitá-lo e a nós todos aqui, e isso a nós todos engrandece.

Mas, veja bem, Senador Presidente do Senado, Senador José Sarney, V. Ex^a declinou algumas instruções nesta Casa, entre elas, uma da comunicação. Hoje, cada vez avança mais! O Senado começou, com

V. Ex^a, a comunicação, a televisão. Hoje, o Brasil pode nos acompanhar até pelos celulares. São as novidades que chegam.

Também há os problemas que travam, que seguram. O nosso Presidente do Senado declinou que, neste momento, 51 medidas provisórias estão tramitando, estão na pauta para serem votadas. Sem que elas sejam tratadas, fica impedido o avanço de outros projetos de lei em situação ordinária.

Vejam bem como ficamos, às vezes, de certo modo, amarrados, em função de medidas provisórias. Mas isso tudo faz parte do processo legislativo.

Eu gostaria, então, Sr. Presidente e nobres colegas, apenas de, em poucas palavras, trazer um caso à pauta, à baila.

Eu já venho, há tempos, meditando sobre uma matéria a respeito da qual quero fazer um rastreamento – já pedi à assessoria para fazer isso aqui, no Senado, no Congresso Nacional – sobre um tema da Previdência.

Trago isso para nós meditarmos. Em momento oportuno, trarei formalmente. Eu tenho recebido, em Santa Catarina – durante muito tempo, em outros lugares também – de muita gente, de milhares de pessoas, na Previdência... E essa tese quero ver se levo também ao Ministro Garibaldi Alves, que é da Previdência, para fazermos uma análise. No Brasil, nós temos hoje, como disse, milhares e milhares ou milhões de pessoas que já conseguiram tempo de aposentadoria, tempo de serviço, e que se aposentaram pelo INSS, com 30 anos as mulheres e os homens com 35 anos, e muitos deles se aposentaram com, por exemplo, R\$700,00. Um exemplo que dou como hipótese: R\$700,00 na sua aposentadoria e estão com 65 anos, para me referir aos homens. Com estes valores, não podem ficar parados, ainda têm condições de exercer uma função, de trabalhar, buscam exercer esse trabalho para ter alguma coisa a mais, para manter a sua família, para ter o seu aluguel ou para poder viver mais condignamente; exercem a função, muitas vezes informalmente, outras vezes formalmente. Eu diria, hipoteticamente, um exemplo: começa a trabalhar mais cinco anos, mais dez, ganhando mais R\$700,00, para agregar aos seus R\$700,00 de aposentado, aí perfazendo uma renda de R\$1.400,00. Ao cabo de cinco anos, de dez anos, ele já estará com seus 70, 75 anos. Ele contribuiu por esse tempo todo para o INSS, mas, aí, ele não tem mais condições físicas. O corpo não ajuda mais – não tem relação com o Ronaldo, que parou de jogar; o corpo não deixa mais o Ronaldo jogar, até uma coincidência. Ele não pode mais e, aí, ele para de trabalhar e continua com seus R\$700,00 como aposentado. O que precisamos pensar? Nós precisamos usar a cabeça

para isso. Ele não vai ter condições de seguir sua vida como tinha. Ele não vai conseguir, comprando medicamentos, mais isso, mais aquilo. O que muita gente quer? Temos de ver a possibilidade de, nesse tempo de cinco anos ou dez anos em que ele continuou trabalhando e contribuindo para com o INSS, fazermos uma média ponderada para, no seu tempo e com os valores que contribuiu, agregar um *plus* ao que ele vinha recebendo. Junta-se isso aos R\$700,00 que ele recebia como aposentado. Com esses cinco anos ou dez anos, ele pode começar a ganhar R\$900,00 ou R\$1.100,00 ou R\$1.200,00 ou coisa que o valha. Ele não pode mais, mas ele melhorou um pouco a sua vida, porque ele contribuiu. E, Sr. Presidente, nobres colegas, sempre se respeitando o teto do INSS. Mesmo que ele venha a trabalhar mais 10 anos ou 15... Ou, se ele já é aposentado hoje com R\$1.200,00 ou R\$1.500,00, e ele vier a trabalhar mais 5 anos, mais 10, contribuindo com o máximo, ganhando mais dois ou mais três, ele não poderá jamais agregar esses valores, na média ponderada, ultrapassando o teto. Sempre respeitando isso, porque o teto do INSS, hoje, no Brasil, se não estou equivocado, está em torno de R\$3.400,00 ou R\$3.500,00.

Eu acho que essa tese, Sr. Presidente, nobres colegas, é algo que está mexendo com milhares e milhares de trabalhadores no Brasil. Isso pode motivar pessoas que ainda têm condições de exercer a função a agregar alguma coisa para sustentar a si, sua família, seus dependentes, seus afilhados ou alguém que está estudando e com quem se quer colaborar, seus netos ou coisa que o valha. Ele terá condições de exercer uma função, contribuir mais um tempo para o INSS e fazer uma média ponderada para agregar o valor ao que ele vinha ganhando.

Temos que encontrar uma fórmula, e quero, Sr. Presidente, nobres colegas levar essa tese, depois de fazermos uma radiografia aqui no Senado, aqui no Congresso Nacional, ver o que já existe tramitando pertinente a isso, quero levar essa proposta ao Ministro da Previdência Garibaldi Alves para ver se é possível formularmos uma proposta para tramitar, se é necessário projeto de lei nesta Casa ou de origem no próprio Ministério ou de origem no Governo, mas o que nós não podemos é ficar assim.

Isso vai motivar, inclusive, os que podem exercer uma função a trabalharem como bico, mas não na informalidade. Hoje muitos procuram e até se obrigam a exercer um bico ou alguma coisa informalmente para agregar uma renda àquela que ele vai receber.

Então, essa seria uma proposta, Sr. Presidente e nobres colegas, para nós fazermos com que essas pessoas que ainda têm condições de exercer uma função

fiquem na formalidade e contribuam com o INSS – e há milhares de pessoas hoje que poderiam estar nessa situação – e possam, com o tempo, então, agregar alguma coisa ao que vinham ganhando, melhorando seu estado de remuneração, de vida.

Eu deixo isso para meditação aos nobres colegas, às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores, para, no momento oportuno, nós trazermos.

Sei que existem “n” propostas de reforma da Previdência. Vi, ontem ainda, o Senador Paulo Paim trazer algumas propostas para pessoas com deficiência física. Penso nisso também. Nós precisamos encontrar uma solução até para equipamentos para pessoas deficientes, para que possa haver ou a isenção dos equipamentos, que, muitas vezes, são importados, e as pessoas não têm condições de adquiri-los – como vamos isentá-los de impostos ou qual é a fórmula? – ou a criação de um incentivo para que pessoas que recolhem Imposto de Renda possam ajudar pessoas desprotegidas a conseguirem equipamentos nesse sentido e assim por diante.

Então, existem “n” propostas, mas vamos pensar nessa dos atuais aposentados que ganham só um pouco, ganham bem abaixo do teto e ainda têm condições de contribuir com a Previdência por mais um, dois, três anos; que se faça uma média ponderada para agregar-lhes alguma coisa para terem condição de, além de contribuir, ficar na formalidade e, depois, quando não tiverem mais condições físicas até de exercerem o trabalho, terem uma vida mais condigna junto à sua família, junto a seus netos, a seus subordinados, a seus dependentes.

Essa é a tese, em resumo, Sr. Presidente. É o preâmbulo de um estudo que o nosso pessoal da assessoria está elaborando para trazermos à discussão nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador José Pimentel, pelo tempo regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Exª, já que alguns Senadores não estão no plenário, na ordem de inscrição, em que momento eu serei chamado, após o Senador Pimentel ou há outro na minha frente na lista de inscrição? Às vezes, o Senador não está presente e, quando chega, vai ser chamado de novo?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – José Pimentel e, depois, o Senador Lindbergh Farias, que já falou, posteriormente, Eduardo Amorim e, em seguida, V. Exª, Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu permutei com o Senador Lindbergh. Quero só garantir. Fiz uma permuta. O Senador já falou...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – É porque V. Exª está um pouco na frente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois é. Eu fiz a permuta.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – É verdade. V. Exª fez uma permuta com o Senador Lindbergh. Posteriormente a José Pimentel, a palavra está com V. Exª, Senador João Pedro. Em seguida, é o Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Wilson, da nossa Paraíba, nossas Senadoras, nossos Senadores, eu queria começar parabenizando, por sua eleição, o Magnífico Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, o Professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, que foi eleito Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que tomou posse no último dia 14.

É um nordestino do nosso Ceará que tem o compromisso de dar continuidade ao fortalecimento da rede federal de institutos federais de tecnologia, em que, em todo o Brasil, temos tido um grande esforço para que possamos ter uma rede muito forte. A gente lembra muito bem as dedicações e o empenho do nosso

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ampliar a rede federal de ciência e tecnologia no Brasil. Se a gente voltar à nossa história, de 1909 a 2003, o Brasil construiu 140 escolas técnicas federais em todo o território nacional. No Governo Lula, ele se comprometeu em construir mais 295 escolas técnicas; dessas, entregou concluídas, em 2010, 214 já em pleno funcionamento, e temos as demais em construção. Queremos finalizar este 2011 com as 295 escolas técnicas federais, hoje institutos federais, todos, em pleno funcionamento.

Se voltarmos a 2003, a rede de escolas técnicas, hoje os institutos, tinha, em média, 140 mil alunos no Brasil. Finalizamos, só no ano de 2010, com 350 mil alunos entre o nível técnico profissionalizante e a graduação tecnológica que eles passaram a incorporar.

Lá no nosso Estado do Ceará, só para que tenham uma noção, nós tínhamos apenas cinco escolas técnicas até 2003; finalizamos 2010 com mais 17, totalizando 22 escolas técnicas profissionalizantes no nosso Estado, o Estado do Ceará. Com um dado importante: todas as 17 que foram construídas, foram construídas no interior do Estado do Ceará, descentralizando o ensino técnico e superior, porque até então a sua matriz era principalmente em Fortaleza e em mais quatro outros Municípios do Estado do Ceará. Passamos a ter rede física em 22 Municípios, que são as macrorregiões econômicas do nosso Estado, ao mesmo tempo levando para essas regiões o ensino superior que esses institutos também passaram a ministrar após as várias alterações que foram feitas por parte do Governo Federal e do Ministério da Educação nesse setor.

Sabemos da importância que têm esses cursos superiores no Estado, que se prepara para dobrar a sua riqueza interna em comparação com a riqueza nacional. O nosso Estado tem 4,6% da população brasileira, mas temos ali menos de 2% da participação do PIB (Produto Interno Bruto), e precisamos ter um crescimento econômico para que seja compatível com a participação da nossa população.

No nosso Governo Lula, quanto a este trabalho para diminuição da desigualdade regional, temos uma série de projetos em andamento que integram a região nordestina e que beneficiam diretamente todos os nove Estados da nossa região; um desses é exatamente a Transnordestina, uma ferrovia que, na sua fase primeira, integra as economias do Piauí com as de Pernambuco e as do nosso Ceará, dois grandes portos, que é o Porto de Suape, em Pernambuco, e o Porto do Pecém, em Fortaleza, no Ceará. Na sua segunda fase, está projetada a sua extensão para a Paraíba, para que o Porto de Cabedelo possa ser integrado ao Rio Grande do Norte e também aos Estados tanto de

Sergipe como de Alagoas e Bahia, porque já está ali bem próximo do nosso Piauí, partindo da cidade de Eliseu Martins.

Nós temos também toda a nossa rede de construção das nossas siderurgias – e é bom lembrar que a siderurgia, como nós sabemos, é uma grande estrutura para viabilizar um conjunto de outras micro e pequenas empresas no seu entorno. Durante toda a história do Brasil, o último parque siderúrgico foi construído na Bahia. Da Bahia para cima, não temos nenhuma siderurgia de porte, e é exatamente com esse esforço para construí-las que o nosso Governo Federal resolveu projetar a siderurgia de Pernambuco, que está na fase bem adiantada, e a siderurgia do Ceará. Essas duas estão em plena execução e as demais precisamos continuar nesse esforço significativo de diminuição das desigualdades regionais, para que possamos integrar todo o território nacional.

Se nós vamos para o mundo da petroquímica, o setor das nossas siderurgias, novamente a última refinaria de porte para a estrutura do setor petrolífero e o beneficiamento do setor petroquímico no nosso Brasil tinha sido também até a Bahia. No Governo Lula, são três outras que estamos fazendo do mesmo porte, e uma menor, no Rio Grande do Norte. A de Pernambuco está numa fase bem adiantada; a do Maranhão também; a nossa, no Ceará, estamos concluindo a regularização fundiária para que possamos iniciar a construção da Prêmio 2; no Rio Grande do Norte, há também uma planta em execução e tudo isso vai exigir, na região Nordeste, a formação de uma mão de obra significativa para assumir esses bons empregos que ali serão gerados, através dessa grande infraestrutura que está sendo construída. E essa rede de escolas técnicas federais e os institutos federais de tecnologia serão decisivos para capacitar a mão de obra da nossa juventude.

Ao lado disso, o nosso Governo lançou o programa Brasil Profissionalizado, que é uma parceria com os governos municipais e estaduais e faz parte do Fundeb, o fundo público que financia desde a escola infantil, o ensino fundamental e, também, o ensino médio.

Ali, no nosso Estado do Ceará, com o Programa Brasil Profissionalizado, a União viabiliza os recursos para construção da unidade. O seu investimento está na casa de R\$6 milhões por unidade. O governo municipal doa o terreno e o governo estadual viabiliza a mão de obra. O Estado do Ceará está construindo 128 escolas profissionalizantes. Dessas, 59 entraram em funcionamento agora em 2010. Neste mês de fevereiro, estão começando a funcionar em sua plenitude e as demais estão sendo construídas e executadas.

Nós queremos, só com a rede estadual do ensino profissionalizante, ao finalizar, em 2011 e início de

2012, ter no mínimo 60 mil jovens com tempo integral, fazendo o ensino médio, qualificando-se para ir para a universidade, mas tendo também uma profissão, para que possam assumir os bons empregos que o Nordeste está gerando. O Estado do Ceará é parceiro nesse processo.

Essa forma de fazer só é possível porque nós resolvemos mudar profundamente a atuação do MEC, alterar as políticas de parceria entre os governos municipais, os governos estaduais e o Governo Federal, tendo uma clareza de que a educação pública brasileira tem todas as condições de ter a mesma qualidade da escola particular.

Essa decisão política foi tomada pela sociedade brasileira quando elegeram Lula Presidente, e agora, na reeleição da nossa Presidenta Dilma, também daremos continuidade a esse processo. Quando analisamos o seu programa de Governo e o plano de expansão da educação brasileira, ali está previsto que, até 2015, todas as cidades do Brasil, de qualquer região, com população acima de 50 mil habitantes, terão um instituto federal de tecnologia para qualificar a mão de obra, levar a universidade tecnológica pública, gratuita e de qualidade para todas as regiões brasileiras. Com esse processo, queremos que o Nordeste seja parte forte nessa incorporação da tecnologia da informação.

O nosso Estado do Ceará, com o nosso Governador Cid Ferreira Gomes, com essa articulação política feita com o Governo Federal, estamos dando passos significativos para que, efetivamente, as escolas técnicas, em âmbito federal e estadual, trabalhem conjuntamente para que a nossa juventude possa assumir os bons empregos que ali estamos gerando e aos quais queremos dar, cada vez mais, continuidade.

Esta parceria, volto a registrar, entre o Governo Federal, o Governo Estadual e os governos municipais no Ceará já está viabilizando as 128 escolas profissionalizantes que garantimos nos Orçamentos de 2008, 2009 e 2010. Estão assegurados e em pleno funcionamento os 22 institutos federais de tecnologia, parte deles em pleno funcionamento, e outros, em fase de complementação.

Queremos dar continuidade a esse processo para que, no dia de amanhã, os nordestinos também possam ter uma participação maior na riqueza nacional. E o nosso Estado, o Ceará, trabalha fortemente uma articulação política para que a nossa participação no Produto Interno Bruto seja muito próxima da participação da população nacional.

É bom registrar que na década de 70, quando nós tivemos também uma articulação política de natureza conservadora muito forte no Estado do Ceará, nós chegamos a 2% da riqueza nacional, no segundo governo do Sr. Virgílio Távora, que já não está mais entre nós.

Ali, com a estrutura que foi montada, com os investimentos públicos e privados que foram feitos, o Ceará chegou a 2% da riqueza nacional. Isso era 1978. De 1978 até 2010, com todo o esforço que nós fizemos, com as melhorias que nós fizemos no nosso Estado, é verdade que a nossa economia cresceu, mas é verdade também que a economia nacional cresceu e nós nunca mais ultrapassamos os 2% da riqueza nacional.

Está posto nessa configuração política do Estado do Ceará, que iniciou em 2006, com a eleição do Governador Cid, que passou por 2008, reelegendo a nossa Prefeita Luizianne Lins, que se consolida, em 2010, com a reeleição de Cid, com a eleição de dois Senadores da nossa base política aliada – Eunício Oliveira e José Pimentel –, com a manutenção de Inácio Arruda como Senador, com a eleição de uma forte bancada de Deputados Estaduais e Deputados Federais.

A sociedade cearense espera e exige de nós capacidade política de articular um grande movimento em prol dos interesses do Nordeste, do Brasil e do Estado do Ceará, envolvendo os vários setores produtivos, para que nós possamos chegar a 4% do Produto Interno Bruto. E um desses instrumentos que é significativo para nós são as escolas técnicas de nível profissionalizante, exatamente para agregar mais conhecimento, mais produtividade e, com isso, desenvolver a nossa região.

Temos clareza do que representa essa infraestrutura que está sendo feita para o Nordeste e voltada para o Ceará. Estamos ali fazendo um processo de recuperação das nossas políticas ambientais. Um dos rios mais poluídos do Brasil, no mapa já levantado pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais, é o rio Maranguapinho, que passa na grande Fortaleza e desemboca exatamente no rio Ceará, por onde grande parte da riqueza do Nordeste e do Ceará passava. Esse rio está sendo todo revitalizado, está sendo todo reurbanizado e recuperado para devolver o que ele representa para a integração da região metropolitana.

Ali, estamos construindo 6.900 moradias para retirar aquelas famílias que só eram lembradas antes, na época das cheias, na época em que chovia um pouco mais no Ceará, porque tudo alagava e muitas vezes pessoas eram mortas e dizimadas, como acontece em outra região.

Desde 2009, com o PAC 1, foi feito o processo de recuperação do rio, a sua urbanização, a construção das suas moradias. Estamos tendo neste 2011, para nossa felicidade, um bom inverno. Mas não tivemos uma única moradia em todo o Maranguapinho sendo ocupada, sendo despejada ou tendo que ser socorrida de última hora, por omissão dos setores públicos e da própria sociedade. Aquela região também era uma das

regiões mais violentas da nossa Fortaleza, a chamada região do Grande Bom Jardim.

Com o projeto Mulheres da Paz, que integra o Pronasci, do Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, com o Programa Ronda do Quarteirão, que foi desenvolvido a partir de 2007, nós temos tido também, ali, uma redução significativa da violência, deixando claro que todas as vezes que o Poder Público faz a sua parte, oferece dignidade às suas famílias, espaço de lazer e perspectiva de futuro, a diminuição da violência vem junto. Até porque nunca assisti a uma mãe ter um filho ou uma filha, dar o peito a essa criança e dizer: eu quero que na sua vida adulta você seja um marginal. Toda mãe se sacrifica, passa necessidade, se desdobra para oferecer a seu filho e a sua filha uma vida mais digna do que ela teve na sua infância e, com isso, justificar a razão de ser de mãe e, também, da própria sociedade.

Portanto, o que leva o jovem a esse desespero é exatamente a falta de oportunidade, é a falta de perspectiva para que ele possa também participar dos empregos, da economia e do bem-estar social de toda a sociedade.

E o nosso País assiste a uma série de ações para criar esse ambiente e também afastar dos meios policiais aqueles que não dignificam o emprego que têm, como aconteceu nesta semana no Rio de Janeiro, numa forte ação da nossa Polícia Federal.

Quero aqui parabenizar os poderes públicos, que estão agindo com firmeza para que valorizem o bom policial, que é a sua ampla maioria, mas que também afaste aqueles que não dignificam o emprego público que exercem.

Exatamente por isso, com esse conjunto de ações que envolve o poder local, o poder estadual, o Governo Federal, independentemente de ser base do Governo Federal ou ser oposição, com esse somatório de esforços, podemos ter clareza de que vamos superar essas dificuldades e, no dia de amanhã, vamos ter uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humana, que é a razão de ser do ser humano.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pimentel, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Aproveitando seus últimos dois minutos, como o Regimento permite, Senador Pimentel, quero apenas cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento no seu conjunto, mas principalmente na defesa que V. Exª faz, com muita força, do ensino técnico no nosso País. Hoje mesmo, V. Exª conversou conosco e dizia da importância de trazermos este debate também para o Congresso. O Governo Lula mais que dobrou o número de escolas técnicas em oito anos, o

que não se via desde o seu início, há mais de 100 anos. V. Ex^a me deu dados que me deixaram muito animado. Registro aqui os meus cumprimentos na certeza de que estaremos juntos aqui no Congresso Nacional na defesa do ensino técnico, até porque, como me lembrava hoje V. Ex^a, a nossa querida Presidenta Dilma, no seu pronunciamento à Nação, enfatizou investimentos na área da educação e deu destaque também ao ensino técnico. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Paulo Paim, a experiência de V. Ex^a, como sindicalista que foi e continua sendo e, hoje, aqui no Congresso Nacional, como Senador, é muito importante...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...para que possamos desenvolver cada vez mais essas políticas, tendo a clareza de que essa é uma ação de toda a sociedade brasileira e de que precisamos estimular os vários setores da sociedade para estarmos juntos.

Portanto, conto com V. Ex^a, e não tenho dúvida, como também conto com os outros 79 Pares nesta Casa, para juntos travarmos essa grande luta nacional.

Sr. Presidente, muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador José Pimentel, pelo reconhecimento de um grandioso programa que muito tem capacitado grande parte dos trabalhadores do Nordeste, especificamente, onde existe uma demanda muito grande de desempregados.

Parabéns a V. Ex^a!

V. Ex^a, Senadora Lúcia, tem a palavra pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, inciso III, a inclusão da PEC nº 32, de 2010, na Ordem do Dia.

A matéria, que já foi aprovada na CCJ e está pronta para a Ordem do Dia, para discussão em primeiro turno, é da maior relevância para o Poder Judiciário brasileiro, pois corrige uma falha da Constituinte de 1988, que não previu expressamente o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro que seja colocada na Ordem do Dia, assim que V. Ex^a achar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora, o requerimento de V. Ex^a cumprirá a determinação regimental. Com certeza, V. Ex^a receberá em breve o comunicado.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo regimental, por permuta com o Senador João Pedro.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) —Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Sr^{as} e Srs Senadores, companheiros e companheiras, tanto este Senado quanto a Câmara Federal estão empenhados na realização, ainda neste primeiro ano do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, da reforma política. Uma iniciativa, no nosso entendimento, necessária. Diferente do que aconteceu em anos anteriores, temos o entendimento de que a reforma política deva ser verdadeiramente uma reforma política, e não apenas uma reforma em algumas questões do processo eleitoral brasileiro.

Cabe, portanto, ao Parlamento, e só ao Parlamento, aprovar as leis do País, e a reforma política é justamente o ordenamento legal que deve garantir a realização de eleições democráticas, livres, que possibilitem a indicação, pelos brasileiros e brasileiras, daqueles que devem representá-los no Executivo e no Legislativo. Nenhuma reforma política deve ser feita fora do Congresso Nacional e sem a participação dos partidos políticos.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos o entendimento de que, para que tenhamos uma reforma política verdadeira, ampla, que aprofunde a transparência e a democracia no Brasil, é necessário o envolvimento da sociedade brasileira, sobretudo da sociedade organizada, das instituições que representam as mulheres, que representam os trabalhadores, que representam a magistratura, que representam o Ministério Público, enfim, os mais diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Aqui no Senado, o Presidente José Sarney, com muita sabedoria, formou uma comissão para tratar do assunto, presidida pelo Senador Francisco Dornelles e integrada pelos ex-Presidentes da República Fernando Collor e Itamar Franco, além de nove outros Senadores titulares e de cinco suplentes.

Ao tempo em que saúdo essa decisão, eu gostaria também de manifestar – e já tive a oportunidade, Presidente Wilson Santiago, de fazê-lo pessoalmente ao Presidente Sarney – o desejo do meu Partido, o PCdoB, de integrar esta comissão, para que possamos colaborar com os seus trabalhos. E a receptividade que tivemos do Presidente José Sarney, não apenas nós do PCdoB como também a representação do PSOL aqui na Casa, foi positiva, uma manifestação positiva, uma manifestação importante.

Da mesma forma, Senadora Gleisi, a Bancada Feminina, doze Senadoras, procurou o Presidente Sarney para reivindicar a participação das mulheres

também nessa comissão de reforma política. E da mesma forma como S. Ex^a fez com o meu partido e outros partidos, a receptividade foi extremamente positiva. Deveremos ter uma mulher também a compor esta comissão.

É importante, porque nós mulheres, principalmente ao longo das últimas décadas, temos conquistado avanços significativos quanto à nossa inserção nos espaços de poder. Aqui quero lembrar que, no ano de 1995, eu era Vereadora da cidade de Manaus e tive oportunidade de participar da Conferência da Mulher, realizada na China. A partir dali, a Organização das Nações Unidas, ONU, abraçou a causa em favor da presença das mulheres no poder, do empoderamento das mulheres. Porque, assim como nós, as organizações, os organismos internacionais têm muito claro que um dos medidores do nível de democracia das nações é a inserção da mulher nos espaços de poder.

Então, Senador Paim, uma sociedade não pode ser considerada uma sociedade democrática se não permite a participação da sua metade feminina. E infelizmente, no Brasil, nós amargamos os piores índices de participação. A média da participação das mulheres no Parlamento brasileiro – somando-se as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas, a Câmara Federal e o Senado – está em torno de 10%, 11%, enquanto em outros países, cuja democracia é até menos consolidada que a nossa, a participação é muito mais forte, muito mais significativa, girando em torno de 25%, 30%, 40%, chegando a 50%. Percebemos que essa inserção não se dá por acaso. Ela se dá muito por conta do sistema político vigente em cada país. No Brasil, nós temos um sistema político-eleitoral híbrido. Votamos no candidato, mas o que faz com que o candidato se eleja não são apenas os votos que ele tenha recebido individualmente. São também levados em consideração os votos dados à sua legenda, à sua agremiação, ao seu partido, ou à coligação que, porventura, dela faça parte aquele partido.

Na maior parte dos países – no Brasil, não é assim –, o voto acontece em listas fechadas, predefinidas, que, no geral, são listas que intercalam a participação masculina com a participação feminina. E aí é que mulher tem a possibilidade, a capacidade de alcançar mais rapidamente os espaços no poder.

Senador Wilson Santiago, nós, mulheres, somos muito questionadas do porquê da nossa pequena presença, da nossa pequena participação. Será que as mulheres, diferente dos homens, não se interessam pela política? Será que as mulheres, diferente dos homens, não têm capacidade de desenvolver tarefas, funções, atividades políticas? Não. É que nós vivemos um problema sério de discriminação, ainda, no

Brasil e no mundo inteiro. No Brasil, eu diria que não há uma discriminação legal, ao contrário. A legislação brasileira considera crime a discriminação de gênero, como considera crime a discriminação racial, ou por orientação sexual. O que prevalece, o que predomina ainda é a nossa cultura, cultura em que, infelizmente, predomina ainda a presença masculina, a presença do homem, que sobrecarrega a mulher de tarefas.

A partir da Revolução Industrial, nós começamos a assumir espaços importantes no processo produtivo. Nós, mulheres, hoje somos responsáveis por mais de 40% de toda produção nacional. Apesar disso, apesar também de termos uma formação acadêmica e educacional superior a dos homens, a nós é dada a tarefa também, na maioria das vezes, com exclusividade, de cuidarmos sozinhas das nossas famílias, dos filhos, da casa, dos afazeres domésticos, o que nos afasta de atividades sociais mais coletivas, o que nos afasta da política.

Portanto, temos o entendimento de que qualquer comissão, seja formada no Senado ou na Câmara Federal, que trate de reforma política, tem que levar em consideração primeiro a representação partidária.

Eu já vou conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Randolfe.

A reforma política tem que levar em consideração a representação partidária e a representação de gênero. Homens e mulheres têm que estar representados da mesma forma, obviamente que não na mesma proporção porque aqui não temos a mesma proporção de participação em relação ao gênero.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Vanessa, a Mesa pede licença para prorrogar a sessão por mais uma hora e, assim, dar continuidade aos demais oradores, inclusive a V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O aparte está concedido a V. Ex^a.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Quero primeiro me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pela possibilidade de estar nesta Casa com V. Ex^a, com a sua inteligência e, o que considero importante, em defesa das posições comuns que estamos construindo aqui no Senado da República. Tenho encontrado em V. Ex^a muita identidade política, que tem razão de ser especialmente em nossas origens políticas muito parecidas e pelas opções políticas de nossos partidos de estarmos ao lado das maiorias, do povo brasileiro, do povo mais pobre, do povo oprimido e das maiorias tratadas no direito difuso e coletivo como minorias, como as mulheres, que, de fato, na prática, são maioria. Conforme os dados de que V. Ex^a muito bem fala, já comprovados pelo IBGE, a maioria da população

brasileira é feminina e está de fato sub-representada nos Parlamentos. Oxalá a representação feminina se amplie nas eleições que virão – sub-representadas, mas super-representadas com qualidades como V. Ex^a, que está aqui. Então, reitero a concordância com as ideias que defendemos de reforma política e com as posições que V. Ex^a está externando da necessidade que temos de fazer reforma política e de que reforma política, como eu já disse ainda hoje no plenário da Casa, tem de ser com “P” maiúsculo, que inclua o povo como protagonista da cena política. Neste sentido, uno-me aos apelos de V. Ex^a. A Comissão de Reforma Política, instituída nesta Casa, tem de ter participação feminina. Essa é a primeira questão e uma reivindicação a ser incorporada à Comissão. Ao mesmo tempo, essa Comissão tem de incorporar as minorias partidárias. Veja os nossos casos, o Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialismo e Liberdade são partidos políticos pequenos mas que têm grandeza política nas ideias que defendem, o Partido de V. Ex^a inclusive desde 1922. O que seria da história brasileira sem o Partido Comunista? Aliás, o que seria da Esquerda brasileira sem o Partido Comunista? Porque é dessa fonte que vêm todos os demais partidos políticos de esquerda. Então, na verdade, em dois sentidos: a reivindicação da inclusão na Comissão de Reforma Política da Casa a questão de gênero, que é necessária, fundamental – está V. Ex^a representando as mulheres daqui da Casa –, e os nossos Partidos, porque reforma política é para aprofundar e aperfeiçoar a democracia. Democracia é o poder do povo, o poder da maioria. Mas convencionou-se, no Estado moderno, entender que democracia é também o poder da maioria respeitando as minorias. E sem a participação política de todas as forças desta Casa no debate sobre a reforma política, com certeza, não teremos uma reforma política que aprofunde a democracia brasileira. Grato pelo aparte. Congratulo-me pelo belíssimo pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Antes de conceder um aparte ao Senador Paulo Paim e à Senadora Gleisi, quero dizer que não há um consenso ainda entre os diferentes partidos políticos em relação ao conteúdo da reforma política.

Uma questão polêmica, extremamente polêmica, que coloca em alguns aspectos, em alguns pontos, em lados opostos os partidos políticos, sobretudo, aqueles que têm representação aqui na Casa, assim como na Câmara dos Deputados.

Portanto, quero dizer que, no nosso entendimento, no entendimento do meu Partido, o PCdoB, a reforma, como disse V. Ex^a, Senador Randolfe, deve ser uma

reforma ampla. Não podemos reduzir mais uma vez, como fizemos em legislaturas anteriores, a reforma política a uma mera e simples reforma eleitoral no encaminhamento das campanhas políticas. Entendemos que deve ser ampla e democrática e que deve assegurar o pluralismo partidário que fortaleça os partidos políticos e amplie a liberdade de organização.

Na minha opinião, questões como financiamento público de campanha, e votação em lista podem servir para fortalecer os partidos e representar uma significativa alteração nos costumes políticos do Brasil. O nosso Brasil, o nosso País precisa de mais, mais e mais democracia, de participação popular, de partidos políticos enraizados e com programas claros que representem anseios da população e apresentem os rumos para a Nação.

Nesse sentido, entendemos como fundamental também a reafirmação da fidelidade partidária.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita que eu diga, minha querida Senadora, que tive a alegria de ser Deputado Federal juntamente com V. Ex^a por mais de um mandato e, com V. Ex^a na tribuna neste momento, eu não posso me furtar ao prazer deste aparte. Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com V. Ex^a, com seu ponto de vista; em segundo, a Senadora Gleisi, mais do que ninguém aqui, dirá que hoje na nossa bancada a posição foi esta: temos que ter mulheres na Comissão da Reforma Política. E, em terceiro lugar, rapidamente, digo que concordo com V. Ex^a quanto ao aspecto que está em debate hoje na sociedade, qual seja, a questão da Previdência. Há um movimento querendo retirar o direito de a mulher aposentar-se com 30 anos de contribuição e ao mesmo tempo com 55 anos de idade, ou seja, 5 anos a menos que o homem. Eu quero dizer que defenderei sempre essa posição. Eu tenho clareza do quanto, por exemplo, o fator previdenciário prejudica a mulher na hora do cálculo, exatamente porque a expectativa de vida da mulher é maior. E sabe-se que ela é explorada no mercado de trabalho, é discriminada. Ainda hoje recebi uma Deputada no meu gabinete que me trazia dados inclusive para este debate. Na mesma função que o homem, eu diria que, na média nacional, ela ganha a metade do salário. É discriminada, tem a dupla jornada, ninguém tem dúvida. V. Ex^a diz que não é dupla...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É tripla.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É três vezes mais.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Três vezes mais. Então pode ter certeza absoluta de que eu vou estar ao lado de vocês aqui nessa caminhada permanente em defesa dos direitos das mulheres. E, na reforma política, não tenho nenhuma dúvida de que também estaremos juntos. Só vou falar de um ponto, para não avançar muito mais no seu tempo: financiamento público de campanha. Pelo amor de Deus, quem diz que o financiamento público de campanha quem paga é o povo... o povo não sabe quem gasta R\$30 milhões, R\$40 milhões para se eleger Senador, e quem está pagando é o povo. Porque, de onde virá esse dinheiro? Então, parabéns a V. Ex^a. Haveremos de avançar na reforma política, principalmente se as mulheres estiverem na comissão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. V. Ex^a lembra aqui rapidamente nossa luta contra a aprovação do fator previdenciário. Eu quero também dar um testemunho da luta. Fazíamos parte da Comissão de Trabalho na Câmara, portanto somos parte do grupo de Deputados que mais debateram a reforma previdenciária, especificamente o fator. Nós conseguimos, já no apagar das luzes, um bônus para as mulheres. E, Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem razão: as mulheres têm uma expectativa de vida superior à dos homens e nós temos que estudar e dizer por quê. Não basta apenas escrever.

As mulheres, Senadora Gleisi, têm uma expectativa de vida superior à dos homens. Não é porque trabalhamos menos ou porque tenhamos uma vida mais tranquila. Não. É que a mulher se envolve menos em casos de violência, ela se envolve menos em brigas, em acidentes, ela se envolve menos com armas de fogo, e por isso a nossa expectativa de vida é maior que a dos homens. Se levarmos em consideração um homem e uma mulher que tenham uma vida cotidiana, tranquila, é obvio que a sobrecarga que recai em nossos ombros é muito maior que a sobrecarga nos homens. Não temos dupla jornada de trabalho; temos a tripla porque, além do cuidado da casa, do trabalho fora, cuidamos, quase com exclusividade, dos nossos filhos, das nossas filhas, e isso traz uma sobrecarga muito grande para as mulheres.

Então, entendo, como V. Ex^a, que a questão de gênero tem que ser levada em consideração em uma reforma política que tem que ter, como alguém dizia, o P maiúsculo, assim como a representação partidária tem que ser levada em consideração. Como V. Ex^a, também – acabei de falar – defendo o financiamento público. É um equívoco, a população não tem a informação de que dispomos. Temos a obrigação de passar essas informações à população para que ela possa enxergar que o melhor caminho é o do financiamento, mas um

financiamento com fiscalização total, com fiscalização completa para que sejamos todos ou sejam todos os candidatos iguais. Não adianta ser igual perante a lei; tem que ser igual na prática, tem que ter acesso ao mesmo material de campanha, à mesma quantidade, para que a disputa seja mais justa e igualitária.

Senadora Gleisi, ouço V. Ex^a, se o Senador Santiago me permite mais alguns poucos minutos...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Um minuto somente, Senadora, porque temos vários oradores inscritos, e o Senador Jayme está um pouco incomodado.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Senadora Vanessa, quero só fazer uma saudação ao pronunciamento de V. Ex^a, somar-me a ele. De fato, a política tem que ser mais aberta às mulheres. Nós começamos a votar na década de 30; até então éramos desconsideradas deste mundo. E isso trouxe muito prejuízo à sociedade porque a entrada da mulher na política não é boa só para a mulher, é boa para sociedade; ganha a família, ganham todos. Basta citar que foi pela mão das mulheres que começaram as lutas pelas creches...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Para encerrar. Pela educação, enfim, a entrada das mulheres na política beneficia a sociedade. Parabenizo o pronunciamento de V. Ex^a e vamos estar juntas nessa caminhada e nesse debate.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senadora Gleisi.

Incorporo o aparte de V. Ex^a e sei como V. Ex^a tem sido dedicada aqui nesta Casa. Ouso dizer, talvez uma das Senadoras mais dedicadas ao trabalho parlamentar neste início de legislatura. Isso orgulha não só nós, suas companheiras, colegas, mas as mulheres brasileiras.

A reforma política é um debate presente e precisamos dar uma resposta à sociedade. Mas temos de considerar o sistema político como um todo, que deve ser tratado conjuntamente, e não fatiado, como defendem alguns setores. O PCdoB tem uma opinião sobre a reforma política, formada a partir de três pilares principais, que apresento como ponto de partida da discussão. O primeiro pilar é a garantia da mais ampla liberdade de organização partidária. Não deve haver nenhum tipo de restrição à organização dos partidos.

O segundo elemento estruturador da reforma política é o financiamento público. As campanhas devem ser cada vez mais simples, programáticas, baratas e financiadas pelo poder público, porque têm caráter público. Trata-se de uma condição que propiciará elei-

ções mais transparentes, que coibirão a supremacia do poder financeiro.

O terceiro aspecto central da reforma proposta pelo PCdoB é a adoção do voto em lista fechada. O voto em lista representa uma forma de garantir o fortalecimento dos partidos. E o Brasil, a democracia brasileira, precisa de partidos fortes, atuantes, comprometidos com programas que sejam explicitados para todos os brasileiros.

Só conseguiremos aprovar a reforma se construímos um ponto de convergência da vida pública brasileira. Acredito que tanto a Comissão formada no Senado quanto a formada na Câmara dos Deputados poderão buscar a construção desse consenso, ouvindo também a sociedade civil organizada e representantes do Executivo e do Judiciário – afinal, embora caiba somente ao Parlamento aprovar leis, como determina a nossa Constituição, ele não o faz distanciado da Nação, mas em sintonia com os seus reclamos e desejos.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, outras reformas também são necessárias para aprofundar as mudanças no Brasil. Precisamos de reformas estruturais e democráticas, como a tributária, a da educação, da saúde, a agrária, a do sistema financeiro e a reforma urbana. Carecemos também de medidas que democratizem a utilização dos meios de comunicação em nosso país.

Para que tais objetivos sejam alcançados, precisamos não só dos partidos políticos, mas também do envolvimento dos setores representativos da sociedade brasileira. O que está em jogo é, mais do que estabelecer normas justas e perenes para a realização das disputas eleitorais, a construção de um país cada vez mais democrático, onde o povo seja participativo e soberano, com as instituições a seu serviço.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senadora.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria aqui apenas registrar uma preocupação muito grande em relação a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que é da substituição dos Parlamentares titulares pelo suplente por partido e não por coligação. Isso tem ocasionado situações bastante adversas no Estado, no meu Estado do Paraná. Aconteceu isso agora, recentemente, com um Deputado da nossa coligação. Isso é uma afronta à democracia, ao ato jurídico perfeito. Fizemos campanha com coligação estabelecida. Mudar a regra do jogo depois do jogo jogado, traz a nós uma situação muito delicada.

Então, queria registrar esse fato. Esta Casa não fez esse debate. É um debate que está sendo feito na Câmara dos Deputados; existe inclusive uma PEC para fazer a situação mais clara.

Mas gostaria de dizer aqui que, desde 1945, fazemos a substituição dos titulares da suplência por coligação e não por partidos. Então, acho que temos de nos manifestar sob pena de cometermos grandes injustiças. E mais, desrespeitar a vontade do eleitor, porque estão assumindo Deputados menos votados do que aqueles que teriam o direito de assumir.

Então, quero deixar aqui meu registro, o protesto em relação a essa decisão. E que possamos, na reforma política, na comissão de reforma política, discutir este assunto com muita seriedade e não permitir que a Justiça continue legislando. É esta Casa que tem que decidir os destinos da legislação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB–PB) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos, depois da ausência do Senador Eduardo Amorim.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Santiago, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero cumprimentar a Senadora Vanessa pela fala oportuna, quando ela se referiu à reforma política e à participação da mulher no cenário político brasileiro.

Eu não tenho dúvida alguma de que já houve grandes avanços. Espero que esses avanços continuem, tendo em vista que, hoje, a maioria dos eleitores deste País é do sexo feminino. Então, nada mais justo que a mulher tenha seu espaço também reservado não só no campo político, mas em outras áreas importantes do cenário nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, historicamente, a produção de gêneros se impõe como principal indutor das economias prósperas. Sem o cultivo de alimentos, a sociedade é dependente e a população, miserável. O que distingue uma nação protagonista de outra subdesenvolvida é, justamente, a sua capacidade de converter as reservas naturais em proteínas para o fortalecimento genético e intelectual de seus indivíduos. Portanto, além de economicamente estratégico, o incentivo à produção agrícola se apresenta como uma alternativa política de liderança no mercado internacional.

Nesse sentido, os agricultores e pecuaristas brasileiros tornaram-se, ao longo dos anos, alicerces do desenvolvimento nacional. Atualmente, esse setor responde por 37% do Produto Interno Bruto e escora os avanços de uma economia que se consolida entre as dez maiores potências mundiais.

O agropecuarista brasileiro merece respeito e deve ser tratado com a importância que adquiriu no cenário nacional. Ele labuta de sol a sol, doma a terra e produz alimento, gerando riquezas e abastecendo nossas mesas. Sendo assim, não pode ser confundido com bandido e muito menos com inimigo da sociedade e do meio ambiente.

Nesse contexto, meu caro Deputado, que muito bem representa nossa querida Paraíba, a pecuária transformou-se em grande alavanca das exportações brasileiras, consagrando-se, há quase uma década, como maior produtora de carne bovina do planeta. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Cuiabá sediou no último dia 15, na Federação da Agricultura de Mato Grosso, o segundo encontro preparatório para a realização do Congresso Internacional da Carne, que ocorrerá entre os dias 8 e 9 de junho, na cidade de Campo Grande. A primeira reunião desse porte aconteceu em São Paulo, no último dia 7, e em 16 deste mês os pecuaristas mineiros se concentram em Belo Horizonte para também assistir ao pré-lançamento desse evento de magnitude planetária.

Pela importância da atividade pecuária na economia nacional, esse conclave se reveste de relevância e significado num momento em que se projeta uma recuperação do PIB do agronegócio na ordem de 3,5% a 4% para 2011, conforme estimativa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP – CEPEA.

O Brasil possui atualmente um rebanho bovino superior a 200 milhões de cabeças, com uma exportação anual calculada em US\$4,8 bilhões no ano passado.

Somos, desde 2004, o maior produtor de carne do mundo comercializando cerca de 10 milhões de toneladas anuais desta proteína. Entre os Estados, Mato Grosso destaca-se como o principal criador de bovinos, com um rebanho de 27 milhões de animais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendo-me especificamente ao Congresso Internacional, registro a importância desse evento pela profundidade dos debates que serão travados ali. O tema central do encontro versará sobre a “Carne de qualidade para todos os povos”. Mas, os vários aspectos desse mercado serão abordados, entre eles, a relevância para a saúde humana, a saúde animal, a produção sustentável, o comércio justo e a evolução do mercado interno e do externo desse produto.

Outra questão será o debate da aplicação de mecanismos institucionais para reverter a propaganda negativa da nossa carne feita em certos mercados consumidores internacionais. O Brasil precisa qualificar a imagem do pecuarista, mostrando ao mundo seu arrojo e seu constante aprimoramento tecnológico. Afinal a proteína animal aparece como um dos principais

itens de nossa pauta de exportação. Então precisamos melhorar nossas relações com os polos consumidores para expandir nossas vendas e conquistar novos horizontes comerciais.

A bovinocultura representa, Senador Pedro Taques, um faturamento superior a 50 bilhões de reais e emprega 7,5 milhões de trabalhadores em toda a cadeia.

São números robustos que atestam o vigor desse segmento.

Independentemente da posição econômica do setor, é necessário que mercado e governo olhem com mais atenção para o pecuarista brasileiro. Sim, aquele homem que se entusiasma com a vitalidade do pasto, que vigia o céu à procura das chuvas e engorda o gado com a sua esperança.

O pecuarista, com sua fé inabalável e sua crença no trabalho, é o verdadeiro herói dos sertões brasileiros. Isso vale dizer que, sustentado os magníficos números apresentados pela economia nacional, existe o homem simples do campo com sua vocação para a labuta e sua força para extrair do solo riqueza e prosperidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de concluir, gostaria de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e o Sr. Eduardo Riedel, Presidente da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul, pela realização do Congresso Internacional da Carne em Campo Grande.

De tal modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que saibamos que o produtor rural deste País, indiscutivelmente, tem colaborado sobremaneira não só com a geração de emprego e renda, mas sobretudo com a nossa balança comercial. Meu caro Senador Pedro Taques, lamentavelmente o que se tem visto é que esses homens que produzem e geram riqueza para o nosso País... Lamentavelmente, parte da sociedade tem uma visão caolha e acha que o cidadão do campo é simplesmente aquele homem que não tem compromisso com a natureza, com a preservação do meio ambiente, e que, acima de tudo, ao longo da história do Brasil, que hoje é invejável pela tecnologia, pelos avanços da produção agrícola, essas pessoas não têm colaborado.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Taques, com muita honra.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Jayme, quero cumprimentá-lo pelo seu discurso. Temos realmente que valorizar esse setor. Mato Grosso, como V. Ex^a bem sabe, tem 27,3 milhões de cabeças de gado bovino. Temos mais gado bovino no Estado do Mato Grosso do que na Europa toda.

Então, existe aqui uma grande vantagem econômica do nosso Estado em relação a esse segmento. Mas ele precisa ser realmente melhor valorizado, para que possa aumentar a produtividade do nosso gado

em áreas menores, transformando a pecuária extensiva em semiextensiva para que possamos, a partir daí, conquistar mais mercados internacionais e trazer mais dividendos à República Federativa do Brasil. Mas, para isso, se V. Exª me permite, nós precisamos, sim, que a República Federativa do Brasil, por meio de suas agências internacionais, por meio do Ministério das Relações Exteriores e do seu departamento próprio, possa também fazer a defesa do produtor brasileiro, internacionalmente. Isso porque existem muitas barreiras internacionais que dificultam a entrada da nossa carne no mercado internacional. Quero me associar a V. Exª, na defesa desse segmento, sempre lembrando que não podemos generalizar absolutamente nada. Esse setor é muito importante, e muitos generalizam, dizendo que ele é o causador dos grandes problemas ambientais que existem no Brasil e no nosso Estado. Temos que separar aqui as coisas. Quero ombrear-me com V. Exª na luta em defesa desse importante setor do nosso Estado. Parabéns pela sua fala.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu é que agradeço a V. Exª, até porque V. Exª, que é do nosso querido Estado do Mato Grosso, sabe perfeitamente o que representa o setor do agronegócio, sobretudo a pecuária, na medida em que temos hoje 27 milhões de cabeças – o Brasil tem 200 milhões e o Mato Grosso, 27 milhões.

Indiscutivelmente, como V. Exª bem disse, entendendo que o Governo Federal, por meio de seus organismos, sobretudo das agências, tem que defender esse segmento, que contribui, gerando 7,5 milhões de empregos no Brasil.

Desse modo, penso que o Brasil está passando por um novo momento, no qual – assim entendendo – o devido valor será dado àqueles que produzem, haja vista que os números hoje citados pela grande imprensa nacional e internacional mostram que todos os dias, em grande parte do mundo, aumenta a inclusão social e, conseqüentemente o consumo. Assim, é preciso haver mais produção.

Na verdade, como V. Exª bem disse, particularmente em Mato Grosso, que eu conheço bem, há 26 milhões de hectares de terra que está sendo mal usada. É preciso melhorar a sua produtividade. É óbvio e evidente que precisa também ter incentivo por parte do Governo Federal.

Lamentavelmente no Brasil os créditos dos financiamentos feitos pelas instituições financeiras, sobretudo as federais, não têm proporcionado nada. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos subsidiam o produto rural, aqui há uma inversão: aqui há dificuldade para contrair um financiamento e não tem um juro que permita ao homem, com certeza, recuperar a sua terra.

Ele poderia criar duas ou três cabeças por hectare, mas hoje, lamentavelmente, cria no máximo 0,8 porque não tem capacidade financeira de recuperar esse solo através não só do calcareamento, da fosfatação, como de comprar cimento para replantar, pois o Governo Federal não tem proporcionado incentivo.

De tal maneira eu espero que após esse grande encontro, esse grande conclave, que acontecerá no Mato Grosso do Sul no próximo mês de junho, a pecuária brasileira possa dar só orgulho a este País e esse segmento seja respeitado não só no Brasil, mas sobretudo no mercado internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Parabéns a V. Exª pelo discurso.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para pedir minha inscrição pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – V. Exª será inscrita, Senadora.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Vicente. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol, pelo tempo regimental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, para mim, é motivo de muito orgulho, satisfação e alegria subir pela primeira vez a esta tribuna. Não poderiam ser outros os meus sentimentos nesta primeira oportunidade de dirigir a palavra aos nobres integrantes deste Plenário, meus Pares nesta Casa de gloriosas tradições. A dimensão da responsabilidade inerente ao mandato que me foi confiado pelo povo de Rondônia avulta em minha mente e em meu coração ao lembrar alguns dos grandes vultos de nossa história que aqui, no Senado da República, deram o melhor do seu talento e esforço pelo engrandecimento da nossa Pátria.

Ao começar esta nova etapa de minha carreira política, devo, desde logo, expressar meus agradecimentos a todos aqueles que, ao longo dessa caminhada, emprestaram o seu apoio e solidariedade, incentivando meu propósito de servir à causa pública, de contribuir para a melhoria das condições da vida de nosso povo.

Agradeço primeiramente a Deus, meu guia supremo em minhas ações em toda a minha vida. Agradeço à minha família, minha esposa, meus filhos, meus pais e meus irmãos, companheiros de jornada, a todos os amigos e correligionários e, principalmente, agradeço à população de Rondônia, que, mais uma vez, deu-me

seu voto de confiança, conferindo a mim o mandato de Senador da República.

Desejo, também, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabenizar todos aqueles que, junto conosco, iniciam a caminhada no exercício dos diversos cargos e funções públicas responsáveis pela condução dos destinos do País e dos Estados.

Os mandatos que exerci de Prefeito e de Governador sempre se pautaram pela rigorosa observância dos preceitos legais, pela responsabilidade e pela seriedade no manuseio dos recursos públicos. Denunciei inúmeras vezes a corrupção que imperava em nosso Estado. Não foram poucas as pessoas, autoridades inclusive, que foram levadas à barra dos tribunais e acabaram encarceradas em decorrência dos ilícitos cometidos. Felizmente, conseguimos moralizar esse grande Estado que é o Estado de Rondônia.

No cumprimento de meus mandatos, alcancei, com a graça de Deus, muitas realizações, erguendo muitas obras e melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo de Rondônia. Tudo que conseguimos realizar foi fruto de esforço de uma equipe dedicada e do apoio da população rondoniense. Quero dizer, contudo, que, graças ao nosso esforço, quase todos os Municípios do Estado de Rondônia hoje estão interligados com asfalto de primeira qualidade. A verdade é que, quando assumi o Governo, em 2003, o que havia era atoleiros por toda parte.

Nosso Governo realizou maciços investimentos na agricultura e na pecuária, dando condições ao homem do campo de trabalhar, produzir e escoar seus produtos. O rebanho bovino rondoniense, hoje composto por mais de 12 milhões de cabeças, é conhecido como “boi verde”, por ser criado em pastagens. O Estado está exercendo rígido controle no rebanho contra a febre aftosa, e hoje, graças a Deus, somos área livre de aftosa e, conseqüentemente, podemos exportar carne para os países europeus e asiáticos.

No âmbito da segurança pública, ao assumir o Governo, recebemos uma frota sucateada e, além disso, parada por falta de combustível. Tratamos, imediatamente, de fazer todo o possível para reverter essa situação. Contratamos novos policiais civis e militares, compramos viaturas, modernizamos as forças de segurança dotando-as de armas, munição e fardamento adequados. Construímos e ampliamos quartéis, delegacias e penitenciárias.

Quero agradecer ao ex-Presidente Lula e à Presidente Dilma, à época Ministra Chefe da Casa Civil, por levar à cidade de Porto Velho a maior obra de saneamento do PAC, com mais de R\$700 milhões estão sendo investidos em água e esgoto. E outros Municí-

pios também estão sendo contemplados, a exemplo de Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru e Rolim de Moura.

Nos dois mandatos de Governador, investimos em todos os setores da economia, na saúde, no esporte, na educação, na cultura e no lazer, construímos um moderno Centro Político Administrativo, que está pronto para começar a funcionar, onde funcionarão o Palácio do Governo e as Secretarias, acomodando todos os servidores públicos de nosso Estado. Enfim, fizemos investimentos em todas as áreas e, graças a Deus, tenho a consciência tranquila do dever cumprido, pois sei que nosso trabalho redundou em melhorias concretas para a vida das pessoas, trazendo progresso e desenvolvimento para o povo de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após o árduo trabalho realizado durante sete anos e três meses à frente do Governo de Rondônia, chego a esta Casa cheio de entusiasmo, com muita disposição para participar das atividades do plenário e das comissões. Tenho muitas ideias e projetos a desenvolver aqui no Senado, além de algumas bandeiras com as quais estou firmemente comprometido.

Devo, em primeiro lugar, reafirmar os compromissos que assumi com os eleitores de meu Estado no sentido de trabalhar em parceria com os colegas que neste plenário têm assento, nos projetos e nas reformas de que o País necessita, a exemplo da reforma política e da reforma tributária.

Estou convicto de que o País precisa, urgentemente, de um novo pacto federativo e envidarei todos os esforços para a consecução dessa ambiciosa meta. Persistirei em nossos compromissos na defesa dos pequenos e médios produtores rurais, da micro e da pequena empresa, enfim, do setor produtivo em geral.

Devemos avançar decididamente na superação dos inúmeros gargalos que vêm dificultando o fortalecimento do setor produtivo e, conseqüentemente, retardando o crescimento da economia nacional. Vamos unir todos os esforços no sentido de incentivar as indústrias a se instalarem em nosso Estado, onde a matéria-prima é produzida, aproveitando para agregar valor e mão de obra.

Estou muito otimista no sentido de que a presente legislatura poderá avançar em terrenos nos quais as anteriores encontraram obstáculos intransponíveis. Considero a atual composição desta Casa muito privilegiada em vista do grande número de ex-Presidentes da República e ex-Governadores de Estado que hoje aqui exercem mandato. Orgulho-me em fazer parte desse grupo de Senadores que, seguramente, têm uma importante contribuição a dar.

O que acabo de afirmar não tem, de maneira alguma, o sentido de desmerecer aqueles eminentes Senadores que, eventualmente, ainda não tiveram oportunidade

de ocupar cargos no Poder Executivo. Estou apenas ponderando que aqueles que exerceram responsabilidades na Administração Pública já sentiram muitas vezes na pele as dificuldades para fazer alguma mudança, para implantar algum projeto por conta de obstáculos burocráticos ou de legislação inadequada.

Precisamos desburocratizar a administração pública, dar mais agilidade e celeridade à execução dos projetos. É preciso dizer, no entanto, que as dificuldades hoje encontradas não são, de forma alguma, culpa dos servidores. Trata-se, isto sim, de problemas estruturais, derivados de nosso sistema de administração pública como um todo.

A Presidente Dilma, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi sempre uma grande amiga e parceira do povo do Estado de Rondônia enquanto ocupou o cargo de Ministra, colaborando enormemente com nosso Governo. No momento em que chego a este Senado, quero dizer a Sua Excelência que ela terá neste Parlamentar um parceiro. Estarei sempre à disposição para lutar pela aprovação dos projetos e dos programas que irão contribuir para levar este País à condição de potência mundial.

Deixo explícito aqui meu apoio aos cortes que Sua Excelência determinou no Orçamento da União. É mesmo necessário “enxugar a máquina”, fazer caixa, elevar a arrecadação sem aumentar os impostos. São medidas indispensáveis para que possamos alcançar o objetivo maior de acabar com a fome e a miséria neste País.

Presidente Dilma, Vossa Excelência pode contar comigo. Sou parceiro e quero ajudar!

Como Governador, sempre defendi a fiscalização das fronteiras. Essa foi, também, uma de minhas bandeiras na campanha eleitoral. Precisamos aumentar a fiscalização das fronteiras para evitar a entrada de contrabando, drogas e armas. Como poderemos combater eficazmente a violência se não controlarmos a entrada de armas e drogas no País? Sugiro à Presidente Dilma que use permanentemente o Exército nas nossas faixas de fronteiras do País.

É também meu propósito, Sr. Presidente, trabalhar em parceria com os demais Parlamentares da Bancada de Rondônia para levar recursos para defender os interesses do nosso Estado e também dos nossos Municípios.

Aqui quero cumprimentar também o Prefeito do Parecis, Marcondes.

Um problema que precisa urgentemente ser resolvido é o da transposição dos servidores – pois mais uma vez estamos sendo enrolados – do ex-Território de Rondônia. Essa é uma luta que se arrasta desde 2003 e que venho acompanhando desde o início, quando da aprovação da PEC, proposta de emenda à Consti-

tuição, pelo Congresso Nacional. Como Governador, inúmeras vezes estive aqui, batendo de porta em porta nos gabinetes dos parlamentares pedindo apoio para aprovação da PEC.

E aqui também quero cumprimentar o Deputado Nilton Capixaba, que também defende a causa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir este meu primeiro pronunciamento na tribuna do Senado Federal, quero colocar o meu mandato nas mãos de Deus. Acredito que o mandato que ora exerço é um “ato profético”, tal como foram os outros mandatos que exerci na minha vida pública. Foi sob as bênçãos de Deus que consegui ter êxito e sucesso nos meus esforços para minorar os problemas que afligem os nossos semelhantes.

Sempre digo que “o sucesso de um homem está acima de sua fé” e que “ninguém é bom sozinho, as coisas só acontecem se você tiver Deus no seu coração e estiver cercado de pessoas boas, com os mesmos propósitos e ideais”.

É com muita fé, com muito ânimo e disposição para o trabalho que inicio este meu mandato no Senado da República. Tenho plena confiança de que, juntos, conseguiremos construir um grandioso amanhã, que o povo brasileiro tanto merece.

Ao meu povo do Estado de Rondônia: obrigado, mais uma vez, por me dar um mandato para representá-lo. Com certeza, darei muito orgulho a vocês. Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Um aparte, Sr. Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Meu Líder.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permitiria um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pelo seu brilhante pronunciamento e dizer que é um honra para o Partido Progressista ter V. Ex^a nos quadros da nossa agremiação. Parabéns ao Estado de Rondônia por ter mandado V. Ex^a para o Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu agradeço, deixo aqui meu abraço a esse grande Líder, a esse grande homem público, nosso grande e eterno Ministro e nosso Senador Dornelles, nosso Presidente do PP, que me acolheu de braços abertos junto com as demais lideranças do PP.

Estarei junto com o senhor, que lidera a nossa Bancada do PP no Senado, com cinco Senadores, seguindo seus passos, porque o senhor é um exemplo

para a população do Brasil e é exemplo para o Estado de Rondônia.

Então, agradeço esta oportunidade...

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Um aparte, Senador Ivo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Meu ilustre amigo!

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Eu já tinha até levantado o microfone, todavia V. Ex^a estava realmente fazendo um belo discurso, não deu...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado pelo belo, mas o primeiro não é fácil.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Não. É fácil, sim, para V. Ex^a, que é experiente. Eu quero apenas cumprimentá-lo, desejar a V. Ex^a boas-vindas. Hoje o senhor faz seu discurso de estreia aqui nesta Casa. Indiscutivelmente, vai ser um grande Senador da República, até pela sua experiência. Antes já exerceu o cargo de Prefeito da sua cidade, duas vezes o mandato de Governador e hoje de Senador da República. Nossos Estados são vizinhos, conheço o trabalho operoso, competente que V. Ex^a fez no seu Estado de Rondônia, e aqui, sem sombra de dúvida... Eu, particularmente, tive a oportunidade de presidir a Comissão Externa de Meio Ambiente no seu Estado e vi a sua luta em defesa daquela população diante da existência, lamentavelmente, de uma política pernóstica, perversa com relação ao trabalhador, sobretudo ao produtor daquele Estado. Vi ali a sua luta incessante. Não é à toa que V. Ex^a está aqui eleito com uma expressiva votação como Senador da República. Foi pelo seu trabalho competente. Fez um trabalho que foi uma verdadeira revolução administrativa no seu Estado. Portanto, quero apenas cumprimentá-lo, desejar sucesso. V. Ex^a, liderado por esse valoroso brasileiro que é o meu querido Ministro Senador Dornelles, não tenho dúvida alguma será um bom aluno e, certamente, vai fazer com que esta Casa, com certeza, esteja sempre na defesa da sociedade brasileira. Parabéns, sucesso e que Deus abençoe V. Ex^a nesta nova missão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador.

Com certeza, a sua participação, quando estive em nosso Estado, ajudando a diminuir as desigualdades sociais que temos na Região Amazônica, quando muitas vezes fomos tratados pelos mecanismos ambientais como se fossemos bandidos. Nós somos produtores, trabalhadores e são assim o povo do nosso Estado e o povo do seu Estado.

Com certeza, estaremos juntos aqui irmanados para que possamos, ao mesmo tempo, fazer um Brasil melhor.

Obrigado. Abraço a todos. Que Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Pela Liderança do PSOL, com a palavra a Senadora Marinor Brito.

V. Ex^a tem o tempo regimental, tempo de liderança.

A Mesa prorroga a sessão por mais 40 minutos para que todos os oradores inscritos tenham condições de usar da palavra.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Excelência.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, funcionários e funcionárias da Casa, imprensa presente, eu queria, antes de mais nada, dizer a V. Ex^{as} que o assunto que eu trago hoje aqui é um assunto que tem mobilizado, em grande parte, a minha história de militância política no Estado do Pará e na Amazônia.

Estou aqui com a incumbência, em nome da Bancada do PSOL, de propor a V. Ex^{as} que possam se sensibilizar com um processo absolutamente dramático em que vivem as pessoas vulneráveis às redes de tráficos de seres humanos existentes no Brasil, que, em grande medida também, estão situadas na Região Amazônica.

Pessoas têm sido vitimadas a partir de uma outra rede já conhecida por V. Ex^{as}, que é a rede do tráfico de drogas, que é a rede do tráfico de pessoas para fins de retirada e comercialização de órgãos.

Fiz hoje contato com o Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, com o qual tive a oportunidade de trabalhar na CPI de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na nossa região, e propus a S. Ex^a que reuníssemos os dados dos últimos censos, as pesquisas feitas pelas organizações não governamentais, para, em conjunto com a Câmara, estruturarmos uma CPI a fim de apurar esses crimes, Senador Paim, denunciar essas redes e fazer com que o Governo Federal crie mecanismos para colocar na cadeia esses criminosos.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, é o principal instrumento global de combate ao crime internacional.

A Convenção é complementada pelos protocolos que abordam áreas específicas – prevenção, repressão e punição de tráfico de pessoas, combate ao tráfico de imigrantes por via terrestre, marítima, aérea – e contra a fabricação e tráfico ilícito de armas de fogo, uma das redes também absolutamente organizadas no nosso País e na nossa Amazônia.

Os Estados-membros que ratificam esse instrumento se comprometem a adotar uma série de medidas contra o crime organizado transnacional, incluindo a tipificação criminal na legislação nacional de atos como

a participação em grupos criminosos organizados, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da Justiça, o que é muito grave.

A Convenção também prevê que os Governos adotem medidas para facilitar processos de extradição, assistência legal mútua e cooperação policial. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas traficadas no planeta atinge a casa dos 4 milhões anuais.

Em meio a essas denúncias, veio à tona uma realidade espantosa: o Brasil é um dos países campeões no mundo em relação ao fornecimento de seres humanos para o tráfico internacional. O tráfico de pessoas tomou visibilidade no contexto brasileiro e foi considerado um problema de governo no Brasil, após divulgação dos resultados de uma pesquisa feita sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil, encomendada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal pesquisa evidenciou a ocorrência e a gravidade desse problema em todo o Território Brasileiro, apontando a existência de 240 rotas de tráfico internacional de crianças, adolescentes e mulheres brasileiras.

Merecem destaque também os trabalhos conduzidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, instituída em 2003, com o propósito de investigar as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

O Estado de Goiás lidera o **ranking** nacional de tráfico de pessoas, com 18,6% dos casos na última década, mesmo com uma população sete vezes menor que a de São Paulo, que vem em segundo lugar, com 12,8% dos casos.

O Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES), da Universidade de Brasília (UnB), apontou, em 2010, focos de tráfico de pessoas em 930 cidades brasileiras, tendo como principais destinos Portugal, Itália, Suíça e Espanha, para exploração sexual, tráfico de drogas, trabalho escravo, venda de crianças e de órgãos. Além desses países, tem sido mais comum o tráfico para os países de língua portuguesa e os da fronteira com o Brasil.

O Brasil também é receptor de pessoas traficadas. As vítimas são submetidas principalmente ao trabalho escravo em indústrias clandestinas, nos grandes centros, vindo principalmente dos países bolivarianos, africanos e asiáticos.

Apontada como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, o tráfico de pessoas faz cerca de 2,5 milhões de vítimas, movimentando apro-

ximadamente US\$32 bilhões por ano, segundo dados da ONU sobre drogas e crimes.

Atualmente, este crime está relacionado a outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos, servindo não apenas à exploração de mão de obra escrava, mas também a redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligada a roteiros de turismo sexual e a quadrilhas transnacionais especializadas em remoção de órgãos.

Estimativas da UNODC indicam que a exploração sexual é a forma de tráfico de pessoas com maior frequência (79%), seguida do trabalho forçado (18%), atingindo especialmente crianças, adolescentes e mulheres. O fato é que o tráfico de pessoas não é um problema só dos países de origem das vítimas, mas também dos de trânsito e de destino, que devem coibir principalmente o consumo de produtos desse crime.

Destaca-se ainda, em casos investigados, que as mulheres formam a maioria das vítimas. Isso ocorre, principalmente, pela intensa atuação das redes internacionais de prostituição no Brasil. A maioria tem entre 18 e 21 anos, com pouco estudo. E os critérios para a escolha das vítimas são: desinibição, porte físico, dotes artísticos e cor da pele.

Nós pretendemos, com a exposição desses dados...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria pedir tempo a V. Ex^a para concluir.

Com esses dados, que foram elaborados criteriosamente por esse movimento nacional, que está dando origem à coleta de assinaturas – já tem cerca de oitenta assinaturas colhidas lá na Câmara Federal pelo Deputado Arnaldo Jordy –, nós podemos fazer o mesmo aqui nesta Casa e fazer um trabalho interligado, com uma composição pluripartidária, espero, com a representação de diversos representantes dos Estados brasileiros, sobretudo de onde identificamos os maiores problemas e as principais rotas organizadas no Brasil.

Portanto, eu queria dizer a V. Ex^{as} que, a partir desta semana, a partir de amanhã, estarei coletando assinaturas de V. Ex^{as}...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Ex^a me permite concluir?

Quero dizer que, a partir de amanhã, estarei coletando as assinaturas de V. Ex^{as}, não só para que o processo da CPI possa tramitar nesta Casa, mas para que possamos ter a adesão e a participação efetiva dos representantes dos Estados brasileiros, que compõem esta Casa, juntamente com a Câmara Federal, para

que possamos não só denunciar mais, mas identificar essas rotas e tomar posição, apresentando ao Governo Federal o caminho que, infelizmente, Senador Paim, até agora não foi fruto do processo de políticas públicas do Governo passado. Sequer o Governo tem o mapeamento dessa rota, a não ser pela via destas duas Casas.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito, permite-me só um minuto?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se o Presidente permitir, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará junto com V. Ex^a, tanto na CPI como também para fazer muitas audiências públicas sobre temas tão importantes como exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho escravo, drogas, tráfico. Enfim, meus cumprimentos. Os dados, sem sombra de dúvida, são importantes. Todos os Senadores que estão aqui sentiram a importância do seu pronunciamento. Por indicação dos Líderes, deverei estar na Comissão dos Direitos Humanos e quero ser seu parceiro lá nessa caminhada, inclusive na instalação da CPI. Meus cumprimentos.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Insiro o pronunciamento de V. Ex^a e digo, antecipadamente, que V. Ex^a terá o meu voto. Para mim é uma honra poder partilhar da luta dessas pessoas que estão em situação de risco e de vulnerabilidade social.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Concedo o aparte ao Senador Pedro Taques e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Apenas quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e dizer que V. Ex^a tocou em dois temas preciosos em um Estado constitucional como o nosso: a defesa dos direitos humanos e também a nossa inserção no concerto internacional das nações. Lembremos que a República Federativa do Brasil faz parte do que se denomina Estado Constitucional Cooperativo. V. Ex^a citou o Tratado de Palermo, o Estatuto das Nações Unidas contra o Crime Transnacional. Isso é a comprovação de que fazemos parte desse concerto internacional na luta contra o desrespeito, contra a violação dos direitos humanos. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer que eu, Senador, representando o Estado de Mato Grosso, vou ombrear com V. Ex^a na defesa desses direitos que são caros à própria dignidade da pessoa humana.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradeço e insiro o seu pronunciamento.

Concedo o aparte, também com muito prazer, ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento em defesa dos direitos da pessoa humana, tema tão caro a todos nós. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dar aqui a todos os Senadores uma boa nova: o Banco Central acaba de estimar que o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 7,8% em 2010, o que, na verdade, corresponde até a um acréscimo em relação ao que se estimava antes, 7,6% para o último ano. Isto constitui [...]

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – [...] pois permite que se tenha uma previsão do aumento do salário mínimo pela regra que está em vigência, o acordo, para janeiro do ano que vem, para além dos R\$612,00 ou R\$614,00. Acho que isto será algo significativo. Então, é a boa nova que junto ao seu pronunciamento, Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Esse é mais um dado importante, Excelência, para que a gente possa refletir sobre a necessidade de colocar mais alguns reais nessa proposta de salário mínimo.

Eu agradeço, porque já fui bastante contemplada no tempo. Agradeço a V. Ex^a pela paciência, Sr. Presidente.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – É um dever nosso, nobre Senadora.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, neste fim de tarde, início de noite, eu queria fazer dois registros rápidos.

Primeiro, cumprimento o Governador do meu Estado, Tarso Genro. Fiz, ontem, aqui, um pronunciamento, falando da importância de um novo aeroporto no meu Estado, no Rio Grande do Sul, que ficaria na região do Vale dos Sinos, mas que, com certeza, numa posição estratégica, atenderia a todo o Estado e, inclusive, ao Mercosul. O Governador Tarso Genro, ontem, perguntado sobre essa posição quando visitava a direção do grupo jornalístico do Grupo Sinos, no Vale dos Sinos, posicionou-se totalmente a favor do novo aeroporto, inclusive colocando-se à disposição para não só fazer um encaminhamento no Estado, como também para interagir junto ao Governo Federal. Então, meus cumprimentos ao Governador Tarso Genro pela brilhante administração que demonstrou nesses

poucos meses em que está à frente do nosso Estado e por ter se posicionado com muita clareza a favor da construção do novo aeroporto.

Eu peço ao Presidente que registre nos Anais da Casa a entrevista do Governador Tarso Genro ao jornal ABC, no Vale dos Sinos, do Grupo Sinos, em que ele apresenta toda a sua visão e as estratégias para o desenvolvimento do Rio Grande, demonstrando, com muita clareza, que, a partir deste momento, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em sintonia com o Governo Federal, dará passos para que a gente, efetivamente, volte a crescer na mesma sintonia em que cresce hoje o Governo Federal.

Meus cumprimentos, então, ao Governador Tarso Genro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu, que tenho pautado grande parte da minha vida nessa luta das pessoas com deficiência, ontem mesmo, aqui, fiz um pronunciamento falando da importância de aprovarmos dois projetos: um que veio da Câmara e um de minha autoria, que garante aposentadoria especial para as pessoas com deficiência.

Fiquei feliz ao ver que outros Senadores, na mesma linha, pediram, inclusive, que haja urgência para aprovação dessas matérias.

Fiquei, também, muito feliz, Sr. Presidente, porque, ontem, 15 de fevereiro, nós acompanhamos a eleição do CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência).

Quero cumprimentar aqui os dois candidatos, que fizeram em alto nível a disputa pela Presidência do Conselho, o Sr. Isaias Dias, que lá representava, no debate, a Central Única dos Trabalhadores, e o Sr. Moisés Luiz, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, que contou com todo o meu apoio. Cumprimento a ambos, mas, para felicidade nossa, como eu tinha posição clara... Conheço Moisés de longos anos, é um gaúcho, como falamos lá, de quatro costados, da boa cepa, tem compromisso, como eu sei que tem o Isaias Dias, mas eu tinha que optar por um dos dois e torci muito para que o Moisés Bauer assumisse a presidência.

Meus cumprimentos ao Isaias, meus cumprimentos ao Moisés, que assumiu, meu conterrâneo, meu amigo. Fiquei feliz, Sr. Presidente, porque ambos, tanto o Isaias Dias, da Central Única, como o Moisés, colocaram na sua plataforma o desejo de colaborar para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, que o Senado aprovou por unanimidade, relatado pelo Senador Flávio Arns, seja aprovado definitivamente na Câmara dos Deputados.

A Câmara, com certeza, fará alterações, melhorará o texto, e o texto voltará para esta Casa. O apelo

que tenho feito aos Deputados, que sei que estão trabalhando com muito carinho sobre este tema, é que eles construam lá a redação final. Se quiserem consultar os Senadores, sei que os Senadores darão a sua participação para que a matéria, quando chegar aqui, seja votada e vá para sanção. Sei que a vontade do Presidente Lula era pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como também é essa a vontade por parte da Presidenta Dilma.

Mediante isso, agora, com o apoio definitivo que teremos do Conade, não tenho nenhuma dúvida de que o Estatuto será aprovado, e oxalá a gente possa vê-lo promulgado o mais rapidamente possível! Como sou o autor de uma lei que criou o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, que é 21 de setembro, o início da primavera, espero que seja promulgado antes, mas que o limite máximo da promulgação seja o dia 21 de setembro.

O Conade, Sr. Presidente, avalia o desenvolvimento da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como Ministra – como a gente chama, Comandante-Chefe – minha colega e amiga Maria do Rosário, a Ministra dessa área.

Quero cumprimentar todos os membros do Conade. Cumprimento aqui a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENASP), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO), a Associação Brasileira de Autismo (ABRA) e a APABB (Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade).

Cumprimento a Federação Nacional das Apaes (FENAPAE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Conselho Nacional do Centro de Vida Independente (CVI), a Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA), o Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas por Hanseníase (MORHAN), a Associação Nacional de Membros do Ministério Público dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), a Confederação Brasileira de Desportos para Cegos (CBDC), a Federação das Fraternidades Cristãs de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR), a Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), a União Brasileira de Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados (UNISERT).

Cumprimento todos, porque todos estavam lá, fizeram um belíssimo debate e votaram. A votação, se não me engano, foi em torno de 23 a 13. Mas, independentemente do resultado, ambos os candidatos recebem aqui minhas homenagens.

E, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, posso dizer que 22 Ministérios fazem parte, estavam lá, votaram para termos esse resultado. Desde o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, os representantes dos Conselhos Estaduais, os representantes dos Conselhos Municipais, enfim, grande parte dos Ministérios pelo menos – não vou citar um por um – estava lá, fez um bom debate e apontou a importância da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Solicito a V. Ex^a que considere, na íntegra, este meu pronunciamento e concedo um aparte à minha querida Senadora, a qual tive a alegria de apartear.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Quero parabenizar V. Ex^a pela militância na área de direitos humanos. Eu morei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está ao lado de um outro militante, que é o Senador Wellington Dias.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu morei em Porto Alegre, no início da década de 1990, quando o companheiro Olívio Dutra foi Prefeito de Porto Alegre pela primeira vez, primeira Prefeitura daquela época, e aprendi com a luta de V. Ex^a a me envolver e a me engajar, cada vez mais, no movimento de direitos humanos. V. Ex^a é referência para os Estados da Amazônia, para o Pará em especial. Essa questão relacionada com a pessoa idosa é uma luta histórica dos movimentos de esquerda, dos partidos de esquerda, mas, infelizmente, a aprovação do Estatuto no âmbito nacional, mesmo no âmbito estadual, não tem ainda trazido consequências positivas para a vida concreta dessas pessoas que não têm muito o que esperar, Senador Paim. Então, o apelo que eu faço a V. Ex^a também é que, a cada artigo aprovado, a cada movimentação feita, V. Ex^a socialize, cobre, mantenha-se firme junto com o Governo, porque sequer o direito de ir e vir no transporte coletivo para as pessoas idosas é respeitado. Eu também sou autora de algumas leis no âmbito da cidade de Belém, o direito de ir e vir nas calçadas em Belém, que estou transformando em projeto nacional, porque precisa haver um espaço livre de todos os equipamentos públicos, com aquele piso especial, para as pessoas com deficiência visual. Outras questões de gravidade da ausência de direitos não têm sido garantidas para essa população que, como eu disse, não tem tempo para esperar, mas tem em V. Ex^a uma luz. Eu espero somar-me aqui, neste espaço agora, a essa trajetória

de lutas de V. Ex^a e poder contribuir, cada vez mais, para que a gente consiga traduzir o sentimento dessas pessoas em dignidade real no cotidiano da vida delas. Muito obrigada pelo aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Marinor Brito. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo seu pronunciamento, já tinha feito antes, e pelo aparte que faz agora. Com certeza vamos trabalhar juntos.

No momento em que o Estatuto da Pessoa com Deficiência for aprovado definitivamente aqui, nós todos vamos cobrar para que, de fato, cada artigo seja cumprido, como fizemos com o Estatuto do Idoso, que estava engavetado há mais de doze anos na Câmara. Quando o Presidente Lula assumiu, lembro-me, ligou para minha casa e disse: “Paim, qual é o problema desse Estatuto do Idoso?”

E aí, em seguida, o Estatuto do Idoso foi aprovado e hoje é uma conquista dos idosos do nosso País.

Senador Wellington Dias, um aparte a V. Ex^a, e gostaria só de dizer: V. Ex^a, quando foi eleito, fez uma visita ao meu gabinete, lembro-me, com a sua esposa, e me disse: “Senador Paim, conte comigo nessa luta em defesa das pessoas com deficiência”.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Com certeza. E eu quero também aqui parabenizá-lo e dizer que vamos estar juntos nessa caminhada. Primeiro, quero parabenizá-lo também porque, pelos entendimentos feitos na nossa bancada, V. Ex^a, se Deus quiser, será aprovado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e nós vamos estar lá, na Comissão, nos somando, votando, acompanhando enfim. Também quero reafirmar este compromisso na área da pessoa com deficiência, aprovando este projeto que está aqui, que cria as condições de aposentadoria especial para a pessoa com deficiência.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Estamos pedindo ao Ministro Garibaldi urgência, e certamente eu também quero aqui reconhecer toda essa sua trajetória em todas as lutas, do idoso, reconheço inclusive alguns avanços a partir do Estatuto: delegacias de idosos, atendimento na área de saúde. E acho que podemos avançar mais e vamos estar juntos aqui nessa direção. Parabéns, e muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias, deixe só que eu diga, para que o Brasil saiba, que, na verdade, para a Comissão de Direitos Humanos, havia dois indicados. E V. Ex^a, com a grandeza de sempre, abriu mão da sua indicação para que eu fosse indicado neste primeiro momento

para estar na Comissão. E vamos estabelecer o sistema de rodízio. Então, V. Ex^a mostrou com isso, como sempre, por que é um Senador já respeitado, embora com pouco tempo aqui, em todo o Brasil. Parabéns a V. Ex^a, obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, eu encerro. Sei que meu tempo já havia encerrado, V. Ex^a que foi, como sempre, tolerante com este Senador, mas peço que considere, na íntegra, o meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem acompanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Ontem, dia 15 de fevereiro, nós acompanhamos a eleição do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Parabenizo os dois candidatos a presidência do Conselho, Isaias Dias, da Central Única dos Trabalhadores-CUT e Moisés Bauer Luiz, da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB.

Ao final, Moisés Bauer, meu conterrâneo gaúcho, foi eleito presidente do CONADE para o biênio (2011/2013).

O CONADE avalia o desenvolvimento da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A sua estrutura é composta por 19 entidades da sociedade civil e 19 entidades do governo, sendo elas:

- A)** – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP
- B)** – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS
- C)** – Federação Brasileira das Associações de Síndrome De Down
- D)** – Associação Brasileira de Ostomizados – ABRA-SO
- E)** – Associação Brasileira De Autismo – ABRA
- F)** – APABB – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
- G)** – Federação Nacional Das Apaes – FENAPAE
- H)** – Ordem dos Advogados Do Brasil – OAB
- I)** – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
- J)** – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA
- K)** – Central Única dos Trabalhadores – CUT
- L)** – Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI

- M)** – Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA
- N)** – Movimento De Reabilitação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN
- O)** – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência – AMPID
- P)** – Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC
- Q)** – Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil – FCD/BR
- R)** – Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB
- S)** – União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados – UNISERT

II – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

- A)** Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- B)** – Ministério Da Ciência E Tecnologia
- C)** – Ministério das Comunicações
- D)** – Ministério da Cultura
- E)** – Ministério da Educação
- F)** – Ministério do Esporte
- G)** – Ministério da Previdência Social
- H)** – Ministério das Relações Exteriores
- I)** – Ministério da Saúde
- J)** – Ministério do Trabalho e Emprego
- K)** – Casa Civil da Presidência da República
- L)** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- M)** – Ministério dos Transportes
- N)** – Ministério das Cidades
- O)** – Ministério do Turismo
- P)** – Ministério da Justiça
- Q)** – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- R)** – Representantes dos Conselhos Estaduais
- S)** – Representantes dos Conselhos Municipais

Quero registrar a importância dos Conselhos para a consolidação da Democracia, além de exercerem o controle social eles possuem um papel importante para a formulação e implementação de políticas públicas.

A sua composição deve ser plural e paritária entre Estado e sociedade civil de natureza deliberativa e consultiva constitui-se um dos principais canais de participação popular nas instâncias de governo, sejam elas federal, estadual ou municipal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

POLÍTICA

Escolha ligada à capacidade

Tarso Genro afirmou que o convite a Cleber Prodanov (foto) para assumir a Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico "não foi gratuito, mas pela capacidade da região nesta área".

Auxílio será exceção

Durante sua visita, Tarso explicou a proposta em tramitação na Assembleia Legislativa sobre a aposentadoria dos ex-governadores. Afirmou que, com as mudanças previstas, o auxílio será exceção e não regra.

Tarso Genro apoia novo aeroporto

Governador apresentou plano de governo e destacou incentivos para a região

FRANCINE NATALIA

Nova Hamburgo - O governador Tarso Genro (PT) esteve ontem na sede do Grupo Sinos para apresentar seu plano de governo. Reunido com o presidente do Conselho de Administração do Grupo Sinos, Mario Gusmão, com o diretor superintendente, Carlos Eduardo Gusmão, e diretores, o novo titular do Palácio Piratini destacou que é favorável à construção de um aeroporto na região. Conforme Tarso, a busca de recursos junto ao governo federal depende apenas da liberação técnica por parte do 5.º Comando Aéreo Regional. "Estou aguardando o parecer para continuar as conversas em Brasília", explica. A pertinência técnica será averiguada pelo comandante, o brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, que se comprometeu em coordenar uma reunião para tratar sobre o tema.

Durante o encontro, o governador também relatou a preparação do Estado para receber os recursos do Programa de Erradicação da Pobreza, que será lançado pela presidente Dilma Rousseff. "Seremos o primeiro Estado pronto para integrar esta iniciativa", destaca. Ele reiterou ainda o compromisso do seu governo com a economia do Vale do Sinos - de forma especial o incentivo à tecnologia -, como se comprometeu a concluir obras de infraestrutura e combater às drogas.



VÊVA REPORTAGEM
EM VÍDEO NO

diariodecanoas.com.br

Apreço do governo pelo Vale do Sinos

Tarso destacou que sua visita foi decorrente do apreço que o governo do Estado tem pela região e o seu compromisso político em defender os interesses locais, como o desenvolvimento, a criação de emprego e a produção de renda. Para o governador, o Grupo Sinos é exemplo por ser profundamente ligado à economia local. "A empresa tem uma visão de desenvolvimento do Estado a partir da sua experiência regional", ressalta. Conforme ele, o Vale do Sinos é uma região chave para o desenvolvimento do Estado.

Colaboração nas demandas regionais

Durante a conversa, que durou cerca de 45 minutos, o governador Tarso Genro entregou à direção do Grupo Sinos uma cópia do seu plano de governo e explicou os eixos estratégicos que serão trabalhados até 2014. Acompanhado da secretária de Comunicação e Inclusão Digital, Vera Spo-

lido; do interior do Comando Regional da Brigada Militar do Vale do Sinos, o tenente-coronel Carlos Arlindo Thomaz Marques, e do ajudante de ordem do governador, major José Adriano Ladeiras Felippetto, Tarso relatou os seus planos para viabilizar a RS-010, conhecida como a Rodovia

do Progresso, e reafirmou a proposta de criação de um aeroporto internacional.

"Queremos nos associar ao governo federal, fazendo os esforços necessários para a construção do aeroporto", destaca. Para ele, uma forma de pressionar uma posição da Aeronáutica sobre o assunto é a comunidade se

mobilizar e pedir o parecer do brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, que responde pelo 5.º Comando Aéreo Regional. "A partir da viabilidade técnica, poderemos fazer um movimento junto ao Planalto para falar sobre a nossa vontade de dividir as responsabilidades nas obras do novo aeroporto", comenta.

DO CALÇADO À INOVAÇÃO

Qual o peso que o setor calçadista tem no seu governo? E o que os empresários podem esperar, principalmente na questão dos créditos de exportação do ICMS? Tarso Genro - O setor é fundamental para o desenvolvimento da economia do Estado. Tanto é que, nós, a partir do governo federal, criamos uma sobrelaxa às importações chinesas para proteger a indústria nacional. Medida da defesa que deve ser estendida ao Vietnã e Malásia. Quanto aos créditos de exportação, é preciso verificar dois pontos. O primeiro será a evolução da nossa receita neste ano e no ano que vem. Também será preciso uma negociação com o governo federal sobre a guerra tributária, porque o ajuste desses créditos é a forma de operar essa relação para proteger a economia gaúcha, são derivados de uma relação desigual que o sistema tributário tem com os Estados. Vamos observar estas duas balizas para resolver essa questão com os nossos empresários.

Quais os próximos passos para que a Rodovia do Progresso saia do papel? Tarso - Pretendemos

conseguir investimentos privados para desonerar outros setores e daí deslocar os recursos diretamente para a rodovia. Outra opção será colocar a rodovia na carta-consulta do BNDES quando for feita a especificação de quais as obras que serão locadas com o financiamento que estamos obtendo. A proposta que estamos fazendo ao BNDES é exatamente de construção de rodovias que tenham o sentido de desabogar, organizar e melhorar a base produtiva. E a RS-010 está enquadrada exatamente neste pedido que estamos fazendo ao banco.

E quanto à viabilidade de um novo aeroporto, ou no Vale do Sinos ou no Vale do Paranhana, como alternativa ao Salgado Filho? Tarso - Temos que ter uma manifestação formal e técnica da Aeronáutica de que a construção deste aeroporto não interfere nas linhas utilizadas para pouso no Salgado Filho. Superado isso, temos que nos empenhar junto às prefeituras, empresários e com as forças da comunidade da região para solicitar ao governo federal um

posicionamento concreto sobre isso. O governo estadual se associará à iniciativa, construindo os entornos necessários.

Qual o papel do Vale do Sinos no programa de fomento à inovação e tecnologia? Tarso - Aqui há um cluster de alta tecnologia. Inclusive, a origem deste processo de inovação tecnológica começou há 16 ou 17 anos, quando nós inovamos, juntamente com as universidades aqui do Vale e vários empresários da região a visão da tecnologia. A visão do desenvolvimento tecnológico está representada aqui. A expectativa é que possamos não só dar sustentação política e material naquilo que for necessário, como também captar recursos para dar

sustentação.

O Vale será um exemplo para o Estado? Tarso - Para mim, ele já é um exemplo para o Estado, porque o polo tecnológico é um projeto em andamento. São várias empresas implantadas e, sobretudo, tem uma enorme vontade política da academia em relação a este polo. Nosso próximo passo é fazermos um acordo entre as universidades para disseminar esta ideia.

PROPOSTAS

Os sete eixos apresentados ao Grupo Sinos foram extraídos do programa de governo lançado durante a corrida eleitoral. São eles:

1 Desenvolvimento econômico: modernização, inovação, capitalização territorial do desenvolvimento, através de grandes, médias e pequenas empresas. Como também o privilégio à base produtiva já instalada, com planos microrregionais essenciais.

2 Políticas sociais: que visem à inclusão no direito à segurança, qualificação do SUS, inclusão educacional e digital, como também articulação de políticas públicas com a União e com os municípios, e estímulo às políticas sociais locais. A capitalização do micro e pequeno financiamento nos territórios de desenvolvimento microrregional.

3 Democracia participativa: com sistema inovador de participação e controle social do Estado, transparência, participação direta presencial, virtual e através dos Conselhos.

4 Ação Internacional: visando a União Europeia e o Mercosul, tendo o Rio Grande do Sul como centro propulsor de integração política, econômica, cultural e de participação cidadã.

5 Cultura Política: requalificada, transitando do conflito para o debate de ideias. Valorização da esfera da política, dos partidos, da atividade parlamentar. Democracia de intensidade, com a valorização dos movimentos sociais como fonte de energia política. Antecipação dos conflitos, buscando a estabilidade e a tranquilidade para produzir.

6 Unidade político-programática: da Unidade Popular pelo Rio Grande, com tolerância e reciprocidade, coesão no comportamento político no parlamento, a valorização dos secretários como representantes dos partidos que compõe a Unidade Popular.

7 Transversalidade: nas ações, projetos e programas orientados pelos eixos, que estabelecerão a hierarquia dos gastos de governo, dos convênios a serem firmados com a União, com os municípios, com a iniciativa privada, assim como na coordenação de cargos de confiança.

As características de atuação do governo Tarso: Horizontalidade como norma integradora das ações. Inovação como elemento transformador.

Estabilidade como valor para a transformação.

Coesão como elemento chave de uma estratégia democrática.

Respeito e o diálogo com a oposição como indutores da elevação democrática.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A solicitação de V. Exª será atendida regimentalmente, principalmente quando se trata de um assunto de grande significado para a sociedade brasileira, que é o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

V. Exª tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero, neste final de sessão, primeiro agradecer por esta oportunidade; segundo, registrar a minha alegria pela previsão de crescimento do PIB brasileiro, anunciado hoje pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de 7,8%, acima inclusive das previsões mais otimistas no início, no meio e mesmo no final do ano passado, o que mostra que o Presidente Lula terminou o seu mandato colocando o Brasil no patamar de um País em ritmo acelerado de crescimento. E, com certeza, será essa a missão da Presidente Dilma, com todo o nosso apoio nesta Casa.

Quero registrar, também, que tivemos hoje uma importante audiência com a direção da Caixa Econômica Federal, pactuando com o Governo do Estado do Piauí, com a presença do Governador Wilson Martins, do Prefeito de Teresina, Elmano Férrer, de membros da bancada federal como o Deputado Marcelo Castro, Assis Carvalho, Júlio Cesar, o Deputado Estadual Fábio Novo, e o Secretário de Infraestrutura, Avelino Neiva.

Ali nós pactuamos as condições para as novas metas na área de habitação. O Piauí, graças a Deus, é um dos Estados que ultrapassou as 100 mil unidades de habitação construídas, entre 2003 e 2010, na zona rural, nas pequenas cidades e na capital do Piauí. E, agora, somente pelo Programa de Aceleração do Crescimento, temos as condições de pactuar, durante o Governo da Presidente Dilma, mais 75 mil novas unidades com milhões de reais aplicados naquele Estado.

Sr. Presidente, vou dar como lido aqui o meu discurso, para ganhar tempo, mas quero fazer um registro importante de um outro entendimento feito com o novo Ministro dos Portos, Leônidas Cristino, acompanhado também do Governador e dessas autoridades, em que tratamos do Porto de Luis Correia.

De um lado, as obras estão em andamento. Essa obra esteve paralisada durante 25 anos, foram investidos ali cerca de R\$300 milhões, pelas contas que

fez o Ministro. O Piauí era o único Estado brasileiro com acesso ao mar que não tinha porto, e essa obra foi retomada em 2007, por meio de um convênio do Governo Federal com o Piauí, na época em que fui Governador.

Graças a uma parceria firmada entre a Secretaria dos Portos, ainda no Governo do Presidente Lula, com o apoio da então Ministra Dilma Rousseff, o Porto de Luis Correia foi contemplado nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, mas agora no PAC 2, também foi incluída a continuidade, graças ao apoio da Presidente Dilma.

No encontro de hoje, acertamos que o Governo Federal dará prioridade a essa importante obra que já tem 34 milhões liberados para o Estado e mais 12 milhões de emenda de bancada do Piauí, empenhada para este ano. Esse valor é suficiente para fazer a primeira etapa, que é a parte do cais, retaguarda, recuperação de obras feitas no passado, de forma que ele tenha condições de receber embarcações de grande porte.

Até o final deste ano, a obra no cais, se Deus quiser, estará concluída. Na reunião de hoje, pedimos ao Ministro o lançamento imediato da licitação já prevista no PAC 2, para que seja iniciada a dragagem de profundidade do porto, para que possa receber embarcações de maior porte.

Fiz um apelo ali para que pudéssemos ter, na retaguarda do porto, a foz do rio Igaraçu, que vem do interior do Piauí, vem lá da divisa com a Bahia, Tocantins e Maranhão, e no Centro-Oeste, em direção ao litoral. O rio Parnaíba é o maior rio genuinamente nordestino, que nasce e termina no Nordeste. O rio São Francisco é maior porque nasce em Minas Gerais.

O fato é que o rio Igaraçu vai abrigar uma marina, a marina do Delta do Parnaíba, abrigando o que chamo da rota das emoções. De um lado, Lençóis Maranhenses, na região de Barreirinhas, no Maranhão; do outro lado, o Delta do Parnaíba, no centro, onde já tem um aeroporto internacional, boas estradas de acesso em direção ao litoral pelo Piauí, pelo Ceará. Agora, há uma obra a ser feita pelo Maranhão em direção a Barreirinhas, que é a BR-402.

Agora, com o porto, poderemos receber transatlânticos e, com a marina, receber cerca de cinco mil embarcações particulares, de turistas, que transitam ali pelo nosso litoral e que não têm alternativas naquela região.

Por isso, quero aqui, fazendo esse resumo, dar como lido este pronunciamento.

Agradeço V. Ex^a e comemoro com o povo do Piauí que, com certeza, ganha maiores condições de desenvolvimento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Estive reunido hoje com o ministro dos Portos, Leônidas Cristino, acompanhado do Governador do Piauí, Wilson Martins, e do presidente do PT no meu Estado, deputado estadual Fábio Novo, além do superintendente da Representação do Piauí em Brasília, B. Sá, para tratar da celeridade das obras no Porto de Luís Correia.

- O Porto de Luís Correia é uma obra que esteve paralisada durante 25 anos e foi retomada em 2007, por meio de um convênio do governo federal com o Piauí na época em que fui governador.
- Graças a uma parceria firmada entre a Secretaria dos Portos, ainda no governo Lula, com o apoio da então ministra Dilma Rousseff, o Porto de Luís Correia foi contemplado nas obras do Programa de Aceleração de Crescimento. No PAC 2, também fomos incluídos, graças à presidente Dilma.
- No encontro de hoje acertamos que o governo federal dará prioridade a essa importante obra que já tem R\$34 milhões liberados e mais R\$12 milhões de emenda de bancada empenhados. Esse valor é suficiente para fazer a primeira etapa que é a parte do cais e retaguarda do porto, de forma que ele tenha condições de receber embarcações de grande porte. Até o final deste ano a obra do cais deve estar concluída.
- Na reunião de hoje pedimos ao ministro o lançamento imediato da licitação já prevista no Programa de Aceleração do Crescimento 2 para que seja iniciada em breve a dragagem de aprofundamento do Porto.
- Fiz um pedido especial para que essa obra de dragagem seja feita em direção a um cais onde temos embarcações pesqueiras no Rio Igarassu, uma área mais calma que servirá também como grande atracadouro para uma Marina.
- Nossa idéia, senhor presidente, é que tenhamos ao mesmo tempo a conclusão do Porto de Luiz Correia e também a conclusão da obra da Marina do Delta do Parnaíba.
- Isso porque Luiz Correia está na região do delta do Parnaíba, próximo das regiões turísticas dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara (no Ceará) e seria uma porta de entrada para mais de 5 mil embarcações que atualmente passam a poucos quilômetros, mas não param no Piauí por conta das correntezas do mar.
- Com a construção do porto será possível permitir que um transatlântico possa ali desembarcar, o que trará mais turistas para nossa região e conseqüentemente mais investimentos na rede hoteleira, na área de energia, gerando emprego e renda para a população local.
- A dragagem consta do Programa Nacional de Dragagem e tem a previsão de custar R\$28 milhões para fazer o aprofundamento tanto da entrada do mar em direção ao porto de Luiz Correa quanto na parte do atracadouro de navios lá do Porto. O ministro assegurou que ainda este mês vai providenciar o processo licitatório da empresa que vai fazer essa dragagem.
- Foi uma reunião muito proveitosa e há da parte do ministro o compromisso de dar continuidade ao trabalho iniciado na gestão do ministro Pedro Brito que vinha acompanhando de perto essa importante construção.
- O governador fez um convite para o ministro possa visitar o Piauí, e nessa oportunidade já deveremos ter o edital de licitação da segunda etapa de construção da obras do Porto de Luís Correia, e, talvez, mais do que isso: poderemos ter a obra próxima da sua conclusão nessa primeira etapa e ainda o projeto dessa dragagem já pronto.
- O Piauí era o único estado brasileiro com acesso ao mar que não tinha porto. Essa é uma obra estratégica onde já foi investido mais de R\$300 milhões.
- A obra do Porto de Luís Correia ficou parada durante 25 anos e foi no meu governo que retomamos esse importante projeto.
- Se Deus quiser, ainda em 2012, queremos com a presidente Dilma estar inaugurando esse magnífico Porto de Luís Correia, fundamental para

o desenvolvimento do Piauí e de toda a região Nordeste do Brasil.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Wellington Dias. V. Ex^a, de fato, tem se preocupado, durante o exercício nesta Casa, com o desenvolvimento do Piauí e do Nordeste.

Parabéns também ao nosso PIB brasileiro – 7,8 –, superando a expectativa já anunciada durante todo o ano de 2010, o que estava previsto. Isso ratifica a solidez da economia brasileira e contribui muito não só para os futuros investimentos no Brasil, como também para a própria perspectiva e pensamento do povo brasileiro no que se refere ao rumo da economia, que reconhecemos que está no caminho certo.

Com a palavra o Senador Petecão, como Líder do PMN – Partido da Mobilização Nacional.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes no plenário desta Casa, o que me traz à tribuna na noite de hoje é apenas para fazer um registro.

Nós, por toda a semana, trabalhamos na Comissão de Constituição e Justiça a possibilidade de fazermos uma reunião, hoje, para apreciar o projeto que trata da mudança de horário que houve no Estado do Acre.

Todo o Brasil sabe que nós, junto com as eleições de 2010, fizemos um referendo e o povo acreano decidiu que não quer mais esse horário que foi estabelecido por um projeto do então Senador Tião Viana. Inclusive o Senador Tião Viana, aqui nesta Casa, votou contra o projeto. Acho que o Senador reconheceu que o projeto não é bom para o Acre e, quando foi votado na Câmara o referendo, o Senado referendou a decisão da Câmara e o próprio Senador Tião Viana, autor do projeto, já votava a favor do referendo.

Trabalhamos com a assessoria no sentido de um parece para que possamos apenas homologar a decisão que foi tomada pelo povo do Acre de trazer o nosso horário de volta, o horário de Deus, como os acreanos dizem, horário a que estamos acostumados há mais de cem anos. Essa mudança no nosso horário trouxe, para todo o povo acreano, consequências muito ruins, principalmente para os jovens, para as crianças que têm que acordar à noite, de madrugada, para se dirigir à escola.

Mas, para nossa surpresa, a reunião marcada da Comissão de Constituição e Justiça foi adiada, Sr. Presidente.

E aqui eu queria comunicar a todo o povo brasileiro e, em especial, ao povo acreano, que criou a expectativa de essa ser uma data histórica, quando estaríamos tomando essa decisão na Comissão de Constituição e Justiça. Eu estou como relator dessa matéria, o parecer está pronto, nós vamos apenas homologar a decisão que foi tomada pelo povo do Acre. O TSE já reconheceu essa votação, encaminhou ao Senado e, infelizmente, na Comissão, hoje, nós não pudemos apreciar o projeto. Mas já conversamos com a Presidência e o Senador Sarney nos garantiu que, na próxima quarta-feira, iremos apreciar esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

E aqui eu queria sensibilizar todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras para que nos ajudem a fazer uma votação tranquila na Comissão e, de uma vez por todas, dar um ponto final nessa discussão do referendo. Até porque a vontade do povo, Senador Paim, é soberana. Nós somos representantes do povo, mas estamos aqui porque o povo nos colocou. Eu defendi, no parecer, que a decisão já deveria ter sido homologada, Senador Paim, quando o povo se manifestou. O povo tomou uma decisão, não tem mais o que discutir.

Concedo um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão, eu quero fazer um aparte para dizer que V. Ex^a está coberto de razão. Entendo que todos os Srs. Senadores estarão com V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com certeza.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Fiquei feliz de ver também a consideração que V. Ex^a fez ao ex-Senador Tião Viana, amigo desta Casa e que esteve conosco por um longo período. Se o plebiscito tomou essa decisão, não será o Senado que irá contra o povo. Eu levo muito no meu mandato esta sua frase: se o povo quer, a gente vai com o povo. A voz do povo é a voz de Deus. É isso que V. Ex^a repetiu e faço questão de destacar aqui. Conte com o nosso apoio para colaborar inclusive no quórum para que, na próxima quarta-feira, a votação seja feita de forma definitiva e V. Ex^a seja aplaudido no seu querido Acre por sua posição como relator e por responder à expectativa daquele povo tão querido. Sabe V. Ex^a que o povo gaúcho

tem um carinho muito grande pelo povo do Acre. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Obrigado, Senador Paim. Na verdade – não tive oportunidade de dizer isso pessoalmente –, tenho uma admiração muito grande pelo senhor, pelo seu trabalho. O senhor sempre esteve do lado do menos favorecido, do trabalhador do nosso País. O senhor pode ter certeza, o povo do Acre agradece as suas palavras de apoio.

Sr. Presidente, era mais para fazer um registro e lamentar, porque foi criada uma expectativa. Ontem, na Rádio Senado, demos uma entrevista, as televisões do Acre criaram essa expectativa e, para minha surpresa, foi adiada a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Mas eu entendo, isso faz parte. Estamos aqui ainda em processo de formação das comissões. Não tenho dúvida de que na próxima quarta-feira... Eu hoje conversava com o Senador Renan, e S. Ex^a já me tranquilizava. Porque, na verdade, esse é um projeto do Deputado Flaviano Melo, do meu Estado, em que ele propôs esse referendo, para que a população tivesse a oportunidade de escolher o horário em que quer viver. Isto é o que tem de mais democrático: o povo se manifestar e escolher o horário em que quer viver.

O povo se manifestou e escolheu. Agora, cabe a nós, como representantes do povo, que fomos escolhidos pelo povo, apenas referendar o que já foi escolhido.

Portanto, era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

Quero mais uma vez tranquilizar o povo acreano e dizer que aguentem mais um pouquinho. Nós já esperamos quase um ano, foi um ano de muito sofrimento, mas estamos prestes a acabar de uma vez por todas com esse horário, que só trouxe prejuízos ao povo acreano.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O Sr. Senador Eduardo Amorim enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, a questão do acesso à Justiça por parte das populações mais carentes e a agilidade da prestação jurisdicional são dois valores indeclináveis que o Estado deve oferecer aos seus cidadãos.

Temos uma grande experiência em ambos os sentidos, que são os Juizados Especiais, tanto cíveis quanto criminais, e agora já se estendendo a outros ramos além da Justiça Comum.

Hoje, recebi em meu Gabinete o juiz sergipano Dr. José Anselmo de Oliveira, presidente do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, que está em Brasília tratando com várias autoridades de assuntos relacionados a este assunto.

O FONAJE tem rica experiência adquirida ao longo de 15 anos de existência, reunindo os juizes do sistema de juizados especiais cíveis e criminais dos Estados e do Distrito Federal, e sua principal missão é defender os interesses do Poder Judiciário, como também proporcionar à população em geral um acesso mais rápido e eficaz à Justiça.

Pude acompanhar, em audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, tanto o Dr. José Anselmo de Oliveira quanto os Procuradores Gerais de Justiça Orlando Rochadel, de Sergipe, e Jarbas Sousa, de Minas Gerais, além do Assessor da Procuradoria de Sergipe, Dr. Jarbas Adelino Júnior. O tema foi buscar uma aproximação com o Poder Legislativo para a apreciação de projetos de leis de interesse do FONAJE.

Também o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney prontificou-se em receber a comitiva, mas por adequação de agenda só foi possível estar presente, além deste Senador, o Dr. José Anselmo de Oliveira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, testemunhando a incansável luta deste grupo de profissionais do direito e do FONAJE em melhor distribuir a prestação jurisdicional ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a sessão e convocada uma outra para amanhã no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

(*) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 18 de março de 2011, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, para homenagear todas as mulheres em comemoração ao dia 08 de março Dia Internacional da Mulher.

JUSTIFICAÇÃO

Foi sempre fato incontestado, a toda e qualquer época, mas, notadamente nos dias que ora vivemos, que a mulher desempenha múltiplos papéis, seja na sociedade, seja na vida familiar. A grande maioria das mulheres, hoje em dia, tem uma profissão, participando ativamente da economia do país, nesse aspecto, há que reconhecer que, na maior parte dos casos, sofre ela um grande e velado preconceito. A economia evoluiu, as mulheres acompanharam essa evolução, ocupando seu lugar no mercado de trabalho, mas, no que tange ao tratamento a elas dispensado, não houve evolução alguma, o que faz com que a mulher trabalhadora sofra, ainda hoje, elevado grau de discriminação. cremos que já se faz por demais tardia a correção desta falta grave, que a sociedade como um todo comete em relação à mulher.

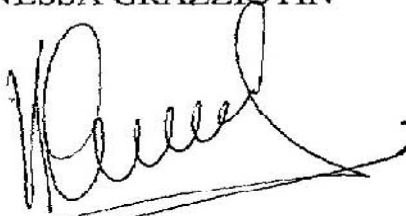
(*) Republicado para fazer constar assinatura da Senadora Angela Portela, solicitado por S. EXª em sessão plenária.

Essa mesma mulher, que ao lado do homem, com condições as mais desvantajosas, impulsiona a economia, não relega a plano inferior sua vida doméstica; antes desdobra-se, sendo esposa, mãe, irmã, filha, sempre pronta a tomar as providências necessárias ao bom andamento de tudo, e, reconheçamos mais uma vez, o faz de forma tão simples e natural, que ela própria, muitas vezes, não se dá conta da complexidade de suas tarefas.

Em reconhecimento por sua fibra e coragem, por sua ternura e carinho, pela dedicação, enfim, que as caracteriza, pretendemos reverenciar, em Sessão Especial desta Casa, o Dia Internacional da Mulher.

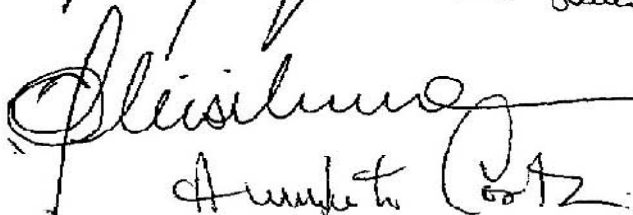
Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2011

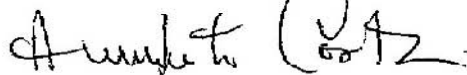

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN


Vicentinho Neves


Delcídio do Amaral


Wilson Santiago


Cleusa


Anacleto Costa

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
16/02/2011
quarta-feira

- 10:30** Recebe a Ministra Ideli Salvatti, Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura acompanhada do Senhor José Evaldo Gonçalo, Secretário-Executivo
Sala de Audiências
- 16:00** Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Finalidade: Representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

(Requerimento nº 963, de 2010, do Senador Inácio Arruda, aprovado em 15.12.2010)

Número de membros: 5

COORDENADOR:

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

3) REFORMA POLÍTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Ato do Presidente do Senado Federal nº 24, de 2011)

Número de membros: 12 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Ana Rita (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Vicentinho Alves (PR)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Clésio Andrade (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Wilson Santiago (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aécio Neves	1. Mário Couto
Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro
Alvaro Dias	3. Paulo Bauer
PTB	
Armando Monteiro	1.
Gim Argello	2.
DEM	
Kátia Abreu	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Designação: 10/02/2010

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 15/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 03/02/2011

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 03/02/2011

7) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN
PV

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 9.2.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



Edição de hoje: 174 páginas

OS: 2011/10426